



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
RELAÇÕES DE PODER, LINGUAGENS E HISTÓRIA
INTELECTUAL
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA



TESE

IMAGENS DE EXPLORAÇÃO E DOMÍNIO

Representações da África e africanos sob os olhares de Zurara e
Pacheco Pereira
(Século XV)

LEANDRO ROSA DA SILVA

Outubro / 2020

Endereço da secretaria do PPHR:
UFRRJ – ICBS – Prédio da Pós-Graduação (PPG), Campus Seropédica
CEP 23890-000 / BR 465 Km 7 – Seropédica/RJ - TEL: (21) 2681-484

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
RELAÇÕES DE PODER, LINGUAGENS E HISTÓRIA INTELECTUAL
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA

TESE

IMAGENS DE EXPLORAÇÃO E DOMÍNIO

Representações da África e africanos sob os olhares de Zurara e
Pacheco Pereira
(Século XV)

LEANDRO ROSA DA SILVA
Sob a Orientação do Prof. Dr.
José Costa D'Assunção Barros

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Doutor em História**,
no Curso de Pós-Graduação em História,
Área de Concentração em Relações de
Poder, Linguagens e História Intelectual

Outubro / 2020

Endereço da secretaria do PPHR:
UFRRJ – ICHS – Prédio da Pós-Graduação (PPG), Campus Seropédica
CEP 23890-000 / BR 465 Km 7 – Seropédica/RJ - TEL: (21) 2681-4849

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S 586i Silva, Leandro Rosa da, 1978-
Imagens de Exploração e Domínio. Representações da
África e africanos sob os olhares de Zurara e Pacheco
Pereira (Século XV) / Leandro Rosa da Silva. -
Seropédica - RJ, 2020.
209 f.: il.

Orientador: José Costa D'Assunção Barros .
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Pós-Graduação em História, 2020.

1. África. 2. africano. 3. portugueses. 4.
alteridade. 5. representações. I. Barros , José Costa
D'Assunção, 1957-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Pós-Graduação em História III.
Título.



TERMO Nº 410 / 2020 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.059200/2020-53

Seropédica-RJ, 09 de novembro de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ANEXO À DELIBERAÇÃO Nº 001, DE 30 DE JUNHO DE 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS,
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LEANDRO ROSA DA SILVA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor(a), no Programa de Pós Graduação em HISTÓRIA, Área de Concentração em RELAÇÕES DE PODER E CULTURA.

TESE APROVADA EM 27 de outubro de 2020

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Doutor (a) JOSE COSTA D ASSUNCAO BARROS (Presidente) - UFRRJ

Doutor (a) MARCELO SANTIAGO BERRIEL (Interno) - UFRRJ

Doutora (a) CLAUDIA CRISTINA AZEREDO ATALLAH (Externa à Instituição) - UFF

Doutor (a) JOSE JORGE SIQUEIRA (Externo à Instituição) - UFMA

Doutora (a) DANIELI MACHADO BEZERRA (Externa à Instituição) - UFF

(Assinado digitalmente em 09/11/2020 20:06)
JOSE COSTA D ASSUNCAO BARROS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)
Matricula: 1168132

(Assinado digitalmente em 12/11/2020 10:42)
MARCELO SANTIAGO BERRIEL
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Depth/IM (12.28.01.00.00.88)
Matricula: 1581640

(Assinado digitalmente em 12/11/2020 10:40)
DANIELI MACHADO BEZERRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 031.100.854-29

(Assinado digitalmente em 10/11/2020 11:04)
JOSÉ JORGE SIQUEIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 242.565.797-53

(Assinado digitalmente em 09/11/2020 17:11)
CLAUDIA CRISTINA AZEREDO ATALLAH
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 056.868.357-99

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **410**, ano:
2020, tipo: **TERMO**, data de emissão: **09/11/2020** e o código de verificação: **15c0ee3a6e**

DEDICATÓRIA

À minha esposa Juliana Zaza da Rosa
e ao meu filho Enzo Rosa da Silva.

AGRADECIMENTOS

A Deus, aquele que me dá saúde, fé e resiliência para prosseguir.

Ao Professor Doutor José Costa D'Assunção Barros, por ter aceitado e assumido a orientação de minha tese com tanta dedicação, paciência e competência.

Ao Professor Doutor Jorge Victor de Araújo Souza e ao Professor Doutor Marcelo Santiago Berriel, pelas contribuições dadas no exame de qualificação. Ainda, reitero meu agradecimento ao professor Berriel por, gentilmente, também ter aceitado integrar a banca de avaliação desta tese.

À Professora Doutora Cláudia Cristina Azeredo Atallah, quem orientou-me no mestrado e, atenciosamente, integra esse momento que conclui mais uma etapa em minha carreira acadêmica.

Ao Professor Doutor José Jorge Siqueira, quem lecionou minhas primeiras leituras em História da África e conduziu minha orientação monográfica ainda na graduação. Ao participar dessa banca, agradeço por mais essa importante contribuição.

À Professora Doutora Danieli Machado Bezerra, por ter aceitado fazer parte desta banca de defesa tão atenciosamente.

À minha esposa Juliana e ao meu filho Enzo, amores da minha vida, companheiros e incentivadores na ora certa.

Enfim, aos demais familiares, amigos e incentivadores compartilho as alegrias de ter concluído esse percurso acadêmico e profissional. São de minha inteira responsabilidade as falhas, os equívocos e as possíveis omissões.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

EPIGRAFE

“Toda identidade humana é construída e histórica; todo mundo têm o seu quinhão de pressupostos falsos, erros e imprecisões que a cortesia chama de ‘mito’, a religião, de heresia, e a ciência, de ‘magia’. Histórias inventadas, biólogias inventadas e afinidades culturais inventadas vêm junto com toda identidade; cada qual é uma espécie de papel que tem que ser roteirizado, estruturado por convenções de narrativa a que o mundo jamais consegue conformar-se realmente.”

Kwame Anthony Appiah

RESUMO

SILVA, Leandro Rosa da. *Imagens de Exploração e Domínio. Representações da África e africanos sob os olhares de Zurara e Pacheco Pereira (Século XV)*. 209 p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

Trata-se de uma discussão sobre as narrativas criadas como instrumento de poder. Aqueles discursos que construíam imagens sobre o 'outro' e seus territórios para justificar a exploração e o domínio lusitano sobre a costa ocidental da África no século XV. Para tanto, serão discutidas as continuidades e descontinuidades nas heranças do imaginário medieval sobre a África e os africanos através dos relatos de Gomes Eanes de Zurara e de Duarte Pacheco Pereira em suas respectivas obras: a *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné* e o *Esmeraldo de situ orbis*. Estarão em destaque aquelas representações que colocavam os referenciais territoriais e culturais dos portugueses em perspectivas de alteridade com os olhares direcionados aos povos e territórios subsaarianos. Sobretudo, na região que era conhecida por Guiné durante as navegações quatrocentistas. Assim, o presente trabalho também busca ampliar os conhecimentos sobre a expansão marítima portuguesa, bem como as relações de alteridade e identidade que se deram nos primeiros contatos desse período.

Palavras-chave: África; africano; portugueses; alteridade; representações.

ABSTRACT

SILVA, Leandro Rosa da. *Exploration and Domain Images. Representations of Africa and Africans through the views of Zurara and Pacheco Pereira (15th century)*. 209 p. Thesis (Doctorate in History). Institute of Human and Social Sciences. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

It is a discussion about the narratives created as an instrument of power. Those speeches that constructed images about the 'other' and its territories to justify exploration and Lusitanian dominance over the west coast of Africa in the 15th century. To this end, the continuities and discontinuities in the inheritances of the medieval imagination about Africa and Africans will be discussed through the accounts of Gomes Eanes de Zurara and Duarte Pacheco Pereira in their respective works: the *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné* and the *Esmeraldo de situ orbis*. It will be highlighted those representations that positioned the pre-conceived territorial and cultural references of the Portuguese in perspectives of otherness with the looks directed to the sub-Saharan peoples and territories. Especially, in the region that was known for Guinea during the fourteenth century navigations. Thus, the present work also seeks to expand knowledge about the Portuguese maritime expansion, as well as the relationships of otherness and identity that occurred in the first contacts of that period.

Keywords: Africa; African; Portuguese; otherness; representations.

RESUMEN

SILVA, Leandro Rosa da. *Imágenes de Exploración y Dominio. Representaciones de África y africanos a través de las visiones de Zurara y Pacheco Pereira (siglo XV)*. 209 pags. Tesis (Doctorado en Historia). Instituto de Ciencias Humanas y Sociales. Universidad Federal Rural de Río de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

Es una discusión sobre las narrativas creadas como instrumento de poder. Aquellos discursos que construyeron imágenes sobre el 'otro' y sus territorios para justificar la explotación y el dominio lusitano sobre la costa occidental de África en el siglo XV. Para ello, se comentarán las continuidades y discontinuidades en las herencias del imaginario medieval sobre África y los africanos a través de los relatos de Gomes Eanes de Zurara y Duarte Pacheco Pereira en sus respectivas obras: la *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné* y la *Esmeraldo de situ orbis*. Se destacarán aquellas representaciones que colocaron las referencias territoriales y culturales preconcebidas de los portugueses en perspectivas de alteridad con miradas dirigidas a los pueblos y territorios subsaharianos. Especialmente, en la región que fue conocida por Guinea durante las navegaciones del siglo XIV. Así, el presente trabajo también busca ampliar el conocimiento sobre la expansión marítima portuguesa, así como las relaciones de alteridad e identidad que se dieron en los primeros contactos de ese período.

Palabras clave: África; africano; portugués; alteridad; representaciones.

SUMÁRIO GERAL

INTRODUÇÃO.....	13
-----------------	----

PARTE 1

APRESENTAÇÃO DAS FONTES E AS CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS NA PRODUÇÃO DISCURSIVA

CAPÍTULO 1- Uma Crônica para a Corte Avisina. Expansão Marítima e a Moral Cortesã.....	25
--	----

1.1 Apresentações Iniciais sobre Zurara e Sua Obra.....	27
---	----

1.2 O Arquivo da Torre do Tombo e os Cronistas Régios.....	29
--	----

1.2.1 A Escrita Cronística sob a Tutela Exclusiva do Poder Monárquico.....	32
--	----

1.3 Expansão Marítima Portuguesa e a Superação do Esquecimento.....	37
---	----

1.4 Modelos à Posteridade Princesca.....	41
--	----

1.5 Uma Edição entre o Nacionalismo e a Preservação de Territórios no Século XIX.....	45
---	----

CAPÍTULO 2 - O Esmeraldo no Quarto Centenário das Grandes Descobertas.....	53
--	----

2.1 Um Parecer Favorável.....	56
-------------------------------	----

2.2 Relevância da Obra.....	58
-----------------------------	----

2.3 Uma Linhagem de Pachecos Seleccionados.....	59
---	----

2.4 Pachecos na Formação e Consolidação do Reino.....	61
---	----

2.4.1 Relações e Trânsitos nos Círculos da Realeza.....	67
---	----

2.4.2 Um Pacheco Entre Duas Coroas.....	69
---	----

2.4.3 Lealdade à Dinastia de Avis.....	71
--	----

2.4.4 Protagonistas da Expansão Marítima.....	72
---	----

2.4.5 'O homem que deu ao rei um reino'.....	75
--	----

2.5 Dois Manuscritos, Duas Edições e o Interesse pela África.....	79
---	----

CAPÍTULO 3 - Circunstâncias Históricas na Produção Discursiva.....	85
3.1 Traços Ideológicos nas Configurações Literárias.....	86
3.1.1 Crônica Régia nos Moldes Quatrocentista.....	88
3.1.2 Hibridismo Literário com Fisionomia Própria.....	95
3.1.3 Relações Literárias com a ‘história’.....	97
3.2 O Auditório e o Uso do Passado como Elemento de Persuasão no Discurso.....	101
3.2.1 Princípios Cavaleirescos e o Acordo do Discurso.....	107
3.3 Orador e Auditório. Interações Socioculturais na Construção do Ethos e do Pathos.....	10
3.4 Narrativa, discurso e ‘história’.....	114

PARTE 2

ÁFRICA E AFRICANOS SOB OS OLHARES DE ZURARA E PACHECO PEREIRA

CAPÍTULO 4 - A África sob os Olhares de Zurara e Pacheco Pereira.....	122
4.1 Olhares e Imagens (re) Produzidas pela Escrita.....	122
4.2 Imagens Limitadas pelo Saara.....	127
4.3 Imagens (re) Interpretadas pelos Primeiros Contatos.....	120
4.3.1 Imagens mais otimistas.....	134
4.4 A Terra dos Mouros e a Terra dos Negros.....	138
4.5 A Etiópia Inferior.....	144
4.5.1 Visões sobre o ‘outro’ e seus territórios.....	146
4.5.2 Formação de topônimos: pontes de comunicação e expectativas econômicas.....	147

CAPÍTULO 5 - O Africano sob os olhares de Zurara e Pacheco Pereira...	156
5.1 Mouros e Guinéus.....	156
5.1.1 Um Inimigo com quem ‘Convinha Pelejar’.....	160
5.1.2 Selvageria, Paganismo e Barbárie: Elementos Providencialistas de alteridade.....	161
5.1.3 Dieta, Habitação, Fé, Armas e Valores Morais como Referenciais de Alteridade.....	163
5.1.4 Civilização aos ‘Bárbaros’, ‘Selvagens’ e ‘Amaldiçoados’	169
5.1.5 A Tez Africana sob Perspectivas Eurocêntricas.....	172
5.2 Os Etiópios.....	175
5.2.1 Representações e Identificações mais Pragmáticas.....	176
5.2.2 Jalofos, Mandingas e Tucolores: Avanço do Islamismo entre os Etiópios da Guiné.....	180
5.2.3 Bárbaros, pagãos, selvagens e gentios.....	181
5.2.4 Em Nome da Fé, do Lucro e das Guerras.....	184
EPÍLOGO - Aproximações e Distanciamentos entre os Olhares de Zurara e Pacheco Pereira.....	188
1. Algumas Aproximações entre os dois Olhares.....	188
2. Alguns Distanciamentos entre os dois Olhares.....	190
3. África e africanos no território do ‘outro’	193
CONCLUSÃO.....	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	200

ÍNDICE GERAL DE ILUSTRAÇÕES, COMPARAÇÕES E MAPAS			
TABELA E FIGURAS	PÁGINA	TÍTULO	REFERÊNCIA
1	65	Quadro comparativo: ancestrais de Duarte Pacheco Pereira em Portugal	Própria autoria.
2	126	Mapa Físico do Noroeste da África	Adaptado de SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2006, p. 13.
3	137	Cerco Português da África no Século XV	DEVISSE, Jean (em colaboração com Shuhi Labib). <i>A África nas relações intercontinentais</i> . In: UNESCO. <i>História geral da África, IV: África do século XII ao XVI</i> . Brasília: UNESCO, 2010, p. 746.
4	140	O Noroeste da África (Século XV)	Adaptado de SILVA, Alberto da Costa. <i>A manilha e o libambo; a África e a escravidão, de 1500 a 1700</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002, p.1058.
5	141	Mapa Ilustrativo: Divisão Política do Magrebe e da África Ocidental (Atual)	Adaptado de FERNANDES, J. A. <i>Integração Econômica como Estratégia de Desenvolvimento do Continente Africano: proposta de fusão entre a Comunidade de Econômica de Estado da África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)</i> . Dissertação de mestrado em Direito pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007, p. 183. Disponível em: < http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89826 > Acesso em: 8-03-2017.
6	159	Noroeste da África com Cidades e Reinos Antigos	Adaptado de SOUZA (2006), op. cit.p. 15.
7	167	Grupos Linguísticos do Noroeste da África (Século XV)	Adaptado de SOUZA (2006), op. cit. p. 20.
8	179	A Senegâmbia e a Alta Guiné	SILVA (2002), op. cit. p.1057.
9	189	Infográfico de Representações dos Povos Gentios e Idólatras com Filtros Religiosos	Própria autoria.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura contribuir com os estudos da história da África Ocidental, no período pré-colonial, ao mesmo tempo em que dialoga com o início da expansão marítima portuguesa. O foco da discussão está nas interpretações das imagens sobre a África construídas pela perspectiva do português no século XV. Porém, não se configura em uma abordagem unidimensional ou, necessariamente, em acepções materiais. Pelo contrário, diz respeito efetivamente às representações simbólicas, observadas nas imagens literárias que passam pelos olhares de Gomes Eanes de Zurara (1410-1474) e Duarte Pacheco Pereira (1460-1533).

O recorte geográfico dedica-se à África Ocidental, ao litoral subsaariano que os portugueses genericamente chamavam de Guiné. Tal região está situada na costa ocidental africana que vai do litoral da Senegâmbia ao Delta do Níger. Ou seja, aos povos e territórios que estiveram, em maior ou menor medida, sob os olhares dos dois autores. Gomes Eanes de Zurara, por ter concluído sua obra em 1453, concentra sua escrita cronística nos territórios e povos situados entre o Bojador e os litorais de Senegâmbia. Por outro lado, Pacheco Pereira, por concluir seus relatos na primeira década do século seguinte, além da Senegâmbia, sua escrita também circunscreve os territórios e povos da Alta Guiné até a Costa dos Escravos.¹

Durante muito tempo, os estudos relacionados à expansão ultramarina portuguesa e a África desconsideraram a importância dos diversos povos africanos envolvidos nesse processo. Sobretudo, àqueles que, a partir do século XV, foram definidos, homogeneizados, reduzidos e representados como: 'seguidores de Mafona' (Maomé); 'mouros infiéis'; 'guinéus pagãos e idólatras'; 'etiópios'; 'os negros desta ou daquela terra, costa ou região'. Diante disso, estudar o início da expansão marítima portuguesa, construindo e incluindo o devido protagonismo da África Ocidental na vanguarda desse processo, ainda é um grande desafio historiográfico. Assim, o trabalho posto em tela contrapõe-se a temáticas fundamentalmente estrangeiras, unilaterais, marcadas e resumidas em visões extra-africanas, sobretudo, a do colonialismo europeu.

¹ Conferir mapa (figura 2).

Até hoje, de maneira geral, a história e a História da África e do africano permanecem desconhecidas por boa parte da população ocidental. Em boa parte, isso se deve ao próprio entendimento sobre “História” que se consolidou no século XIX. Ou seja, no momento em que os estudos historiográficos eram alçados à categoria de ciência, essa área de conhecimento herdou uma longa tradição intelectual “monopolizada” pela Europa. Isso contribuiu para a consolidação de interpretações eurocêntricas sobre o mundo extra-europeu. Elas predominaram, no senso comum ocidental, do século XIX até a década de 60 do século seguinte sem nenhum contraponto ou críticas significativas.

No entanto, a projeção de estudos com abordagens afrocentradas ganha protagonismo, em patamares internacionais, com a luta dos movimentos emancipacionistas locais, que buscavam a independência de seus respectivos países africanos no pós-guerra. A partir de então, as tendências eurocêntricas sobre o passado da África foram postas a um constante processo de críticas, revisões e rejeições. Aos poucos, o resgate das dinâmicas das sociedades africanas, contrapondo-se as interpretações eurocêntricas elitistas, constrói o seu espaço nos debates acadêmicos do mundo inteiro.

O maior exemplo desse esforço foi o projeto patrocinado pela UNESCO, no final da década de 1960, que organizou uma vultosa coleção sobre a História da África. Com especial participação de intelectuais africanos, essa obra é resultado de um conjunto de abordagens que buscou construir uma identidade historiográfica com interpretações afrocentradas, contrapondo-se àquelas tradições ideológicas de caráter eurocêntrico. Com oito volumes e cerca de oitocentas páginas em cada um, a *História Geral da África* foi publicada no Brasil nos primeiros anos da década 80. Atualmente, encontra-se traduzida e disponível gratuitamente na internet, ampliando e democratizando a pesquisa histórica sobre os povos africanos e sua relação com outras civilizações.

Aqui no Brasil, aos poucos, a historiografia recente também vem desconstruindo, ao lado de políticas públicas de educação, as abordagens luso-tropicalistas cuja ênfase historiográfica nunca esteve na África. Eram abordagens que privilegiavam as relações do Brasil com a África a partir de interpretações fundamentalmente eurocêntricas. Em 2003, as demandas internas e externas de reivindicações sociais e históricas começaram a ser

formalmente atendidas no Brasil, o país com a maior população afrodescendente do mundo. Para isso, foi necessário que o governo promulgasse uma Lei Federal (10.639, de 09/01/2003) tornando “obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira [...] nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares”. Cinco anos depois, seu texto foi alterado pela Lei nº 11.645, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.² A partir de então, teoricamente, o conteúdo programático das escolas deveria incluir “diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos”.³

Desde então, trabalhos com novas abordagens africanistas também vem ganhando mais espaços nos programas acadêmicos. No entanto, ainda falta à aplicabilidade da Lei uma efetiva produção acadêmica que chegue a população através de professores que tenham essa formação direcionada à educação básica. Uma abordagem capaz de correlacionar os aspectos da história e da cultura africana com a formação da nossa população, tais como os sugeridos na referida Lei. Ou seja: sobre o “estudo da história da África e dos africanos”, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e, sobretudo, o negro “na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”.⁴

Nesse sentido, os compromissos do ofício historiográfico vão muito além da pesquisa das sociedades no passado. Sendo assim, o presente trabalho também pretende diminuir as contradições e descompassos entre a referida Lei e a realidade sobre a historiografia e o ensino de História e cultura afro-brasileira. Afinal, maioria da população brasileira é negra e parda. Como será possível discutir o estado atual de segregação sócio-racial sem antes entender os processos e intenções que formaram as imagens distorcidas sobre esse continente que guarda boa parte de nossa cultura e identidade?

É preciso identificar, apontar e criticar àquelas imagens inventadas, que reduzem a África em representações estereotipadas e primitivas, de lugar não

² **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** *Caput do Art. 26-A, parágrafos 1º e 2º.*
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 19/02/2015.

³ *Ibidem*, parágrafo 1º.

⁴ *Idem*.

civilizado, de clima e a natureza hostis. Imagens que, produzidas pelo explorador português, com objetivos específicos, faziam parte de um longo processo de apropriações e invenções, de diferentes conjuntos de formas e sentidos. A África era representada a partir da perspectiva unilateral do Velho Continente. Essas imagens produzidas na Europa – sobre ela mesma, sobre a África e todo o mundo extra-europeu – eram carregadas de estranhamentos, exotismos, mitos e lendas, que fazia muito mais sentido na Europa do que fora dela.

Portanto, beira ao constrangimento a maneira como a África ainda é vista de maneira tão homogênea, reducionista, passiva e coadjuvante, principalmente quando se relaciona ao passado da sociedade brasileira.

Desde o Ensino Básico, todo conteúdo da História do Brasil ainda tende a eleger o europeu colonizador como o grande protagonista do nosso passado. Os nativos, os “índios”, são apresentados de forma muito breve. A complexidade dos primeiros contatos ainda se resume à simplificada relação de escambo em troca do pau-brasil, alguns conflitos aqui, outros ali. Pouco se fala da escravização dos nativos, a longa relação de guerras e resistência em defesa de seus territórios, os diversos processos de aculturação, genocídios e etnocídios praticados pelo colonizador.

Essa lógica, que privilegia o europeu colonizador, também se repete quando o assunto envolve os africanos e a África pré-colonial, tanto no contexto que inseriu o continente às diversas interconexões globais, intensificadas a partir do século XVI, quanto no protagonismo do africano escravizado aqui no Brasil. A diversidade de povos e culturas que chegaram aqui, entre os séculos XVI e XIX, não são exploradas em suas origens, muito menos em suas diversas formas de resistências, adaptações e íntima relação com a construção histórica da nossa cultura.

Não é a toa que nos identificamos muito mais com a História dos colonizadores.

Não estamos familiarizados ao nosso passado associado aos nativos pataxós, ianomâmis e guaranis. Também não aprendemos a relacionar o nosso passado aos grupos étnicos como os milhares de nagôs, jejes e malês, trazidos compulsoriamente do oeste-africano para trabalharem como escravos aqui no Brasil. Do período colonial, só para dar exemplo, sabemos muito mais dos

portugueses, dos espanhóis e dos holandeses do que dos milhares de nativos e centenas de etnias que já existiam aqui a milhares de anos. Da mesma forma, ainda sabemos muito pouco sobre a história, a nossa história, de quase 5 milhões de africanos que entraram aqui no Brasil entre 1550 e 1850. Esse número é muito significativo se compararmos com aproximadamente 600 mil portugueses que aqui chegaram nesse mesmo período. Ou seja, é oito vezes maior o número de africanos em relação aos portugueses entrados na mesma época.⁵

Ainda que essas contradições não componham o objeto da presente pesquisa, sua naturalização não deixa de provocar um imenso incômodo. Nesse sentido, o presente trabalho pretende contribuir com a desnaturalização desses silêncios. No entanto, pretender que a história da África ocupe, atualmente, um lugar tão meritório quanto à história da Europa ocidental ocupa nas discussões acadêmicas ainda é uma aspiração um tanto distante. Por essa razão, colaborar com a aproximação do nosso passado com a África e os africanos tanto quanto a historiografia tradicional nos aproximou da Europa e dos europeus ainda é um esforço acadêmico absolutamente relevante.

Dessa forma, o presente debate se debruça sobre as diferentes formas em que a África e o africano foram representados por Zurara e Pacheco Pereira; um esforço para compreender as aproximações, distanciamentos, continuidades e descontinuidades entre essas imagens que se formaram na primeira e na segunda metade do século XV. Ou seja, através dos discursos construídos por esses autores, as principais perguntas perseguidas pela presente tese são: como a África e seus habitantes foram representados pelos portugueses? De que modo esses primeiros contatos com o “outro” contribuíram para a adaptação e consolidação de uma ideologia cavalheiresca e religiosa que já existia no Baixo Medievo?

Nesse ponto, é de fundamental importância apontar que a pesquisa em tela considera que a postura etnocêntrica sempre esteve presente nos

⁵ Cf. ALENCASTRO, Felipe. *África, números do tráfico atlântico*. In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 63; MENEZES, Enrique Valarelli. *Transformação de padrões centro-africanos no samba urbano do Rio de Janeiro: 1933-1978*. *Rev. Inst. Estud. Bras.* [online]. 2018, n.70, pp.78-103. ISSN 0020-3874, p.79. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v0i70p78-103>> Acesso em: 15-06-2019.

primeiros contatos e experiências interculturais. Aquilo que é desconhecido, ao mesmo tempo em que deslumbra, também pode provocar uma série de estranhamentos. É impossível compreender o desconhecido de imediato e por isso é comum a ancoragem em nossas próprias experiências culturais diante do ineditismo ou semelhança cultural observado no outro.

Portanto, o encontro entre portugueses e africanos, inevitavelmente, colocaram grupos e indivíduos, de sociedades e culturas diferentes, em uma relação de alteridade. Daí a importância de estender o presente debate às relações culturais, assim como às relações entre homem e espaço nas novas possessões estabelecidas pelos portugueses no litoral da África Ocidental. As imagens construídas pelas narrativas de Zurara e Pacheco Pereira, nos primeiros contatos quatrocentistas, também apontam para um processo de construção da autoimagem lusitana. Um processo longo e inacabado que, no contexto dos contatos luso-africanos, passava pelas relações entre o nós (europeu-cristão) e o “outro” (o africano-mouro, o guinéu-pagão). Essas relações de alteridade não se deram apenas interpessoalmente, entre lusitanos e africanos. Também se estabeleceram nas relações entre o português e a África, entre homem e espaço.

As fontes que sustentam e consubstanciam a presente discussão concentram-se nas seguintes obras: A primeira, a *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné*⁶, de Gomes Eanes de Zurara, encomendada pelo rei Afonso V (1432-1481) e concluída em 18 de fevereiro de 1453.⁷ A segunda, e não menos importante, é o *Esmeraldo de situ orbis*.⁸ Sua edição original foi escrita, provavelmente entre 1505 e 1508, por Duarte Pacheco Pereira, sob a encomenda do rei D. Manuel (1469-1521).

Metodologicamente, elas serão abordadas sob uma perspectiva qualitativa. Como técnica de interpretação será utilizada elementos dos discursos que se configuram ao longo da narrativa construída pelos respectivos

⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*. Edição de 1841. Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/216/3/hg-12674-v_PDF/hg-12674-v_PDF_24-C-R0072/hg-12674-v_0000_capa-guardas2_t24-C-R0072.pdf> Acesso em 15-09-2012.

⁷ Ibidem, p. 463.

⁸ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1892. Disponível na Biblioteca nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital: <<http://purl.pt/28964>> Acesso em: 16-09-2017.

autores. A narrativa se mostra muito eficiente no uso de estudos qualitativos na medida em que torna possível interpretar e compreender contextos e sentidos de valores, crenças e ideais representados no discurso. Com esse aporte metodológico, serão analisadas as imagens produzidas pela escrita desses autores, contrapondo e aproximando esses olhares sobre a África e o africano na primeira e segunda metade do século XV. Fundamentalmente, por tratar-se de uma abordagem qualitativa, a discussão em tela não tem a intenção de esgotar as possibilidades de análises, mas sim de interpretar os sentidos e intencionalidades das imagens construídas por Zurara e Pacheco Pereira.⁹ Para evitar o acúmulo de definições conceituais na presente introdução, os entendimentos sobre cada um dos conceitos teóricos adotados serão apresentados, sobretudo a partir do capítulo 3, na medida em que os problemas e discussões exigirem ao longo do debate.

O recorte temporal está localizado no século XV. As percepções lusitanas sobre os primeiros contatos com a África e os africanos, na primeira metade do século, serão discutidas através da crônica de Zurara. As discussões sobre as representações construídas na segunda metade do século serão abordadas a partir dos relatos de Duarte Pacheco Pereira. Embora tenha escrito o *Esmeraldo* na primeira década do século seguinte, seu discurso está sujeito às configurações ideológicas e históricas da última metade do século anterior a sua publicação.

Os dois autores estiveram diretamente e oficialmente envolvidos na vanguarda da expansão ultramarina portuguesa, porém, cada um, como será visto, cumprindo funções e ofícios diferentes à Coroa: Zurara escreve, 'de gabinete e ouvido' (como a maior parte dos cronistas), sobre o pioneirismo ultramarino no litoral subsaariano na primeira metade do século; Pacheco Pereira, também a serviço da Coroa portuguesa, relata boa parte de suas próprias experiências de viagens na África Ocidental na segunda metade do século.

⁹ VASCONCELOS, Dayse Paixão e; GUANABARA, M.A.O. ; SILVA, R.M. ; ARAÚJO, M.A.L. ; JORGE, HMF . *Narrativa como técnica de coleta de informações na pesquisa qualitativa*. In: Raimunda Magalhães da Silva; Indara Cavalcante Bezerra; Christina César Praça Brasil; Escolástica Rejane Ferreira Moura. (Org.). ESTUDOS QUALITATIVOS: Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações. 1ªed.Sobral, Ce: Edições UVA, 2018, v. I, p. 211.

A partir dessas fontes, serão discutidas as circunstâncias históricas que envolviam a produção de imagens construídas intencionalmente no discurso. Elas serão analisadas considerando suas relações com o apelo religioso, com a expansão de mercados e com as heranças do imaginário medieval. Para tanto, também serão abordados os discursos moralizantes, fundamentados em tradições cavaleirescas e cruzadísticas, que consolidaram os valores e ideais principescos no século XV.

Compreender como esses valores e ideais foram aproveitados, transportados e consolidados pela escrita de Zurara e de Pacheco Pereira também ocupa especial interesse no presente trabalho. Para isso, também é preciso identificar e discutir a função seletiva da narrativa que seguia uma relação de poder na produção dessas imagens.

Em vista disso, a pesquisa em tela parte da hipótese de que essas imagens cumpriam os interesses relacionados às expectativas da Corte avisina, assim como dos aristocratas e altos funcionários que serviam e transitavam nos ambientes sociais principescos do século XV. Assim, os discursos que construíam as imagens de exploração e domínio sobre a África e o africano também trariam consigo, em maior ou menor medida, as percepções do grupo social a que pertenciam esses autores. Ou seja, elas estariam intimamente relacionadas com as expectativas ideológicas dos autores, assim como de seus respectivos auditórios retoricamente demarcados no capítulo três da presente pesquisa.

Para uma maior compreensão e aproveitamento da leitura, a presente pesquisa está dividida em duas partes dispostas em cinco capítulos e um epílogo. A primeira parte, intitulada *Apresentação das Fontes e as Circunstâncias Históricas na Produção Discursiva*, está dividida em três capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado *Uma Crônica para a Corte Avisina. Expansão Marítima e a Moral Cortesã*, apresenta a trajetória biográfica de Zurara, seu ofício como cronista régio e responsável pelo arquivo da Torre do Tombo, bem como a estrutura de sua crônica. Também será discutido como e porque o poder monárquico criou o cargo de cronista-mor. Esse cargo deveria ser ocupado por um oficial da escrita capaz de representar retoricamente as expectativas e interesses da Coroa no Atlântico, especialmente no norte da

África e nos litorais da Guiné. Ao mesmo tempo, o cronista régio deveria registrar os valores que fossem considerados proveitosos à posteridade principesca. O capítulo é concluído justificando os motivos que conduziram a escolha da presente edição como fonte da pesquisa em tela.

No capítulo 2, intitulado *O Esmeraldo no Quarto Centenário das Grandes Descobertas*, é discutido as circunstâncias históricas relacionadas à realização da presente edição do *Esmeraldo*. A estrutura da obra e o percurso biográfico de Pacheco Pereira são discutidos considerando os antepassados desse autor que transitaram nos círculos da realeza desde a formação e consolidação do reino português. Fechando esse capítulo, também é feita uma justificativa convergindo nos motivos que resultaram na escolha das respectivas edições da crônica de Zurara e dos relatos de Pacheco Pereira, ambas adotadas como fontes na presente pesquisa. É enfatizado os interesses que levaram essas obras romper com um silêncio literário de mais três séculos e reaparecerem, pela primeira vez, oferecendo uma edição completa de seus manuscritos no século XIX. Ou seja, o reaparecimento dessas obras ocorre quando o olhar de Portugal e das principais potências europeias, quase quatrocentos anos depois, novamente se voltam para a África.

No terceiro capítulo, intitulado *Circunstâncias Históricas na Produção Discursiva*, é estabelecido uma análise histórico-discursiva sobre as duas obras. Os recursos e elementos de persuasão da retórica são analisados ao longo desse capítulo considerando os traços ideológicos presentes nas configurações literárias quatrocentistas. Para tanto, os conceitos de narrativa e discurso são usados como ferramentas teóricas e metodológicas indispensáveis para entender as relações da 'história' com o hibridismo literário que acabava produzindo uma fisionomia própria no perfil das duas obras. Portanto, as identificações e demarcações discursivas são intencionalmente propostas e discutidas no final dessa primeira parte da tese justamente para fundamentar as discussões sobre as representações da África e do africano que serão apresentadas na parte seguinte do presente trabalho.

A segunda parte, intitulada *África e Africanos sob os Olhares de Zurara e Pacheco Pereira*, está dividida em dois capítulos e um epílogo. O quarto capítulo, intitulado *A África sob os Olhares de Zurara e Pacheco Pereira*, apresenta uma discussão inicial sobre as imagens da África que pertenciam ao

imaginário limitado pelos territórios desconhecidos além do Saara. Essas imagens passaram a ser (re) interpretadas a partir das experiências dos primeiros contatos nos litorais da Guiné que trouxeram expectativas mais otimistas sobre aquelas águas e territórios. Em sequência, também é discutido as intencionalidades das representações que demarcaram e nomearam o continente a partir dos discursos de alteridade que relacionavam o 'outro' a seus territórios. A formação de topônimos também está em perspectiva de análise considerando o pragmatismo português que buscava criar pontes de comunicações mais eficientes e que atendessem as expectativas econômicas nos litorais africanos.

O último capítulo, intitulado *O Africano sob os olhares de Zurara e Pacheco Pereira*, aborda as representações que colocaram os mouros hierarquicamente inferiores aos guineus a partir dos discursos de Zurara. As representações de bárbaros, selvagens, pagãos e gentios são investigadas a partir de uma perspectiva comparativa nos olhares que estavam ancorados em seus próprios referenciais religiosos e civilizatórios. Outros elementos como dieta, habitação, 'religiosidades', armas, valores morais e a tez africana também são analisados numa perspectiva de alteridade que consideravam apenas os referenciais lusitanos. Na segunda parte do capítulo, são abordadas as intencionalidades das representações que, no *Esmeraldo*, tinham propósitos mais pragmáticos e econômicos relacionados aos africanos. O avanço do islamismo até os limites da Serra Leoa também é discutido para entender a desconstrução das fronteiras imaginárias que foram estabelecidas pelos portugueses durante as navegações henriquinas. Essas fronteiras não fazem mais sentido e nem estão presentes na narrativa de Pacheco Pereira. Enfim, a discussão estabelecida nesse capítulo tenta compreender como as imagens construídas por Zurara e Pacheco Pereira foram usadas para legitimar a exploração e o domínio lusitano sobre os africanos no século XV.

Finalmente, nessa segunda parte da pesquisa, a discussão em tela é concluída com um epílogo, intitulado *Aproximações e Distanciamentos entre os Olhares de Zurara e Pacheco Pereira*, onde são aprofundadas algumas problematizações e breves retomadas comparativas de questões consideradas relevantes nos dois últimos capítulos.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
RELAÇÕES DE PODER, LINGUAGENS E HISTÓRIA INTELLECTUAL
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA**

LEANDRO ROSA DA SILVA

PARTE 1

**APRESENTAÇÃO DAS FONTES E AS CIRCUNSTÂNCIAS
HISTÓRICAS NA PRODUÇÃO DISCURSIVA**

2020

Endereço da secretaria do PPHR:
UFRRJ – ICHS – Prédio da Pós-Graduação (PPG), Campus Seropédica
CEP 23890-000 / BR 465 Km 7 – Seropédica/RJ - TEL: (21) 2681-4849

CAPÍTULO 1

Uma Crônica para a Corte Avisina.
Expansão Marítima e a Moral Cortesã

CAPÍTULO 1

UMA CRÔNICA PARA A CORTE AVISINA.

A EXPANSÃO MARÍTIMA E A MORAL CORTESÃ

Antes de iniciar a discussão, convêm alguns esclarecimentos referentes ao acervo e acesso às fontes que serão apresentadas nesses dois primeiros capítulos. É preciso considerar que, na presente era digital/virtual, uma das maiores preocupações para o ofício dos historiadores continua sendo suas fontes. Em função disso, a preservação, a sistematização, e a viabilização do acesso digital e virtual de documentos, ao contrário de ser uma ameaça às fontes de pesquisas históricas, apresentam-se como um grande auxílio técnico-metodológico.

Segundo Ana Maria Veiga, desde a primeira década desse século, um grande volume de documentos digitalizados cresceu aceleradamente e está disponibilizado virtualmente.¹⁰ Assim, os desafios e limitações sobre as técnicas de preservação e armazenamento físico (principalmente o de manuscritos e impressos raros) foram amenizados com a disponibilização pela internet. Antes da ampliação das informações digitais, observada nas últimas duas décadas, a investigação com fontes impressas, por exemplo, ficava restrita somente àqueles pesquisadores que tinham condições de se deslocarem aos acervos acomodados em suas respectivas instituições. No entanto, a ampliação e democratização do acesso às fontes digitalizadas, atualmente, têm oferecido uma infinidade de possibilidades e oportunidades de pesquisa no campo da História.

Nesse sentido, diante das modernizações e possibilidades supramencionadas, a presente pesquisa em tela se propõe analisar fontes que estão alocadas e disponibilizadas no acervo digitalizado da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). São obras de acesso livre para pesquisa e difusão cultural da instituição. A BNP foi criada por alvará em 1796 com o objetivo de ampliar o acesso ao seu acervo, antes confinado à elite intelectual portuguesa. No início

¹⁰ Cf. VEIGA, Ana Maria. *Acervos acadêmicos de pesquisa: possibilidades e desafios. Esboços* (UFSC), v. 21, p. 68-85, 2014, p. 78. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p68>> Acesso em: 12-10-2018.

do século XXI, como já foi mencionado, o acesso às informações digitais já alcançava proporções globais. Seguindo essa crescente modernização, a BNP lançou, em Fevereiro de 2002, o projeto da Biblioteca Nacional Digital (BND). Com o objetivo de democratizar ainda mais o acesso à cultura e cooperar com a produção de conhecimentos, a BND investiu no processo de digitalização de seu acervo, que já estava em curso desde 1998. Segundo a última atualização divulgada pela instituição (dezembro de 2012), a BND oferece o acesso de aproximadamente 25.000 documentos digitalizados em seu acervo. Dentre eles, estão disponíveis materiais iconográficos, monografias, documentos cartográficos, publicações periódicas, bem como mais de um milhão de páginas de livros e manuscritos digitalizados.¹¹

Portanto, no presente trabalho, estarão em perspectiva de análise comparativa a *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné*¹² (apresentada no presente capítulo) e o *Esmeraldo de situ orbis*¹³ (apresentado no próximo capítulo). As duas obras foram acessadas e estão disponibilizadas no acervo supramencionado. Inicialmente, ambas serão individualmente apresentadas nesses dois capítulos iniciais. Nos demais capítulos, elas serão analisadas, em conjunto, orbitando em diferentes eixos problematizadores que serão apresentados e justificados ao longo da presente discussão.

Dessa forma, doravante, será apresentada a crônica de Zurara, a primeira obra selecionada para discutir as percepções lusitanas, durante os primeiros contatos com a África e os africanos na primeira metade do século XV.

¹¹ Cf. República Portuguesa, Cultura. *Sobre a BND (Biblioteca Nacional Digital)*. **Biblioteca Nacional de Portugal**, c 2018. Disponível em: < <http://bndigital.bnportugal.gov.pt/sobre/> > Acesso em: 5-07-2018; República Portuguesa, Cultura. *CARATERIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS DIGITAIS DISPONÍVEIS NA BND*. **Biblioteca Nacional de Portugal**, c 2018. Disponível em: < <http://purl.pt/resources/ConteudosBND.pdf>> Acesso em: 5-07-2018; República Portuguesa, Cultura. *SABER MAIS SOBRE A BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL*. **Biblioteca Nacional de Portugal**, c 2018. Disponível em: < <http://purl.pt/resources/SaberMaisSobreBND.pdf> > Acesso em: 5-07-2018.

¹² Idem.

¹³ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1892. Disponível na Biblioteca nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital: < <http://purl.pt/28964>> Acesso em: 16-09-2017.

1.1 Apresentações Iniciais sobre Zurara e Sua Obra

A *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné*¹⁴ foi escrita por ordem do rei Afonso V (1432-1481) e esteve sob a supervisão e direção científica do Infante D. Henrique (1394-1460). A autoria da obra coube a Gomes Eanes de Zurara (c. 1410 - c. 1474), cronista do rei (cronista-mor) e guarda-mor da Biblioteca Real da Torre do Tombo. O mesmo recebeu os referidos cargos “aproximadamente no ano de 1451, após afastamento, por problemas de saúde, de Fernão Lopes” (1385-1460)¹⁵. Antes de ser nomeado cronista oficial da Corte, também foi cavaleiro da Ordem de Cristo e zelador da biblioteca de D. Afonso V. Era filho de João Eanes de Azurara, bispo de Évora e de Coimbra.

Segundo a tradição biográfica, Gomes Eanes de Zurara teria nascido nos primeiros anos do século XV (por volta de 1404) e tomara o apelido Zurara da aldeia que nascera, Azurara.¹⁶ Logo, sua origem pode referir-se à aldeia Azurara do Minho (25 km ao norte do Porto e 335 Km ao norte de Lisboa) ou à Azurara da Beira (12 Km a leste de Vizeu e 440 Km ao norte de Lisboa).¹⁷ Zurara foi contemporâneo dos acontecimentos descritos em sua crônica, relacionados aos empreendimentos portugueses ao longo da África ocidental que favoreciam uma política imperial de conquistas militares e anexações territoriais.

Tornou-se conhecido através de suas crônicas, na maioria das vezes encomendadas pela Coroa e pela nobreza portuguesa. Concluiu a *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné* na Livraria do rei D. Afonso V, em Lisboa, em 18 de fevereiro de 1453, como ele mesmo atesta na última página de seu

¹⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*. Edição de 1841. Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/216/3/hg-12674-v_PDF/hg-12674-v_PDF_24-C-R0072/hg-12674-v_0000_capa-guardas2_t24-C-R0072.pdf> Acesso em 15-09-2012.

¹⁵ EUGÊNIO, A.. *A chegada dos portugueses a África e a imagem dos negros segundo a crônica de Gomes Eanes Zurara, 1453*. AFROASIA, v. 57, 2018, p. 103. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/23250/15760>> Acesso em 27-01-2019.

¹⁶ Cf. ARAÚJO, Julieta Maria de Almeida. *A terra e as gentes africanas nas crônicas de Zurara*, in *Literatura Medieval*. Atas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval (Lisboa, 1 a 5 Outubro 1991), vol. iii, col. “Medievalia”, Lisboa, Cosmos; pp. 245-251. 1993. p. 249; Cf. TEODORO, L. A. *A escrita do passado entre monges e leigos: Portugal – séculos XIV e XV*. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 81.

¹⁷ LEAL, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno: dicionário... de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Mattos Moreira, 1873, p. 299, 300.

nonagésimo sétimo capítulo. ¹⁸ No mesmo capítulo, o autor salienta que a crônica seria a primeira de uma obra dividida em dois volumes: “Por nos parecer [ser] razoado volume este que já temos escrito, fizemos aqui fim, como dito é, com intenção de fazermos outro livro que chegue até [o] fim dos feitos do Infante.” ¹⁹ Porém, até o momento, não há informações sobre esse suposto segundo volume. Não é possível, portanto, saber se Zurara absteve-se de escrevê-lo ou se esse segundo volume simplesmente se perdeu. Nessa ocasião, envia a referida crônica a Afonso V que encomendara a obra com a finalidade de registrar “os grandes e mui notáveis feitos do Senhor Infante Dom Henrique”. ²⁰

Basicamente, os dois textos contíguos que compõem a crônica têm, primeiramente, uma extensa lisonja de sete capítulos dedicados ao Infante, considerado o grande protagonista e motivador dessas primeiras expedições ao longo da África Ocidental. A segunda parte descreve minuciosamente, ao longo de noventa capítulos, as informações e experiências acumuladas por meio dessas expedições.

Seguindo à lógica deixada pela cronística medieval, a grandiloquência, assim como os olhares de desprezo e estranhamentos do conquistador são traços comuns em sua escrita. Não faltam também os panegíricos recorrentes aos feitos portugueses e, como já foi dito, os longos elogios ao Infante D. Henrique. Todos sempre associados ao discurso providencialista e ao modelo cavaleiresco para as próximas gerações principescas.

Segundo o historiador Jerry Santos Guimarães, tudo o que Zurara tem a dizer sobre a África subsaariana e seus habitantes, o fez de ouvir falar de outros que a presenciaram com os próprios olhos. ²¹ Em outras palavras, além de sua erudição literária, utilizou-se de testemunhos de capitães, marujos ou qualquer viajante que dessas regiões retornavam, assim como por mouros e negros nativos da África, que em Portugal viviam como escravos. Seus conhecimentos presenciais sobre o continente africano limitou-se

¹⁸ ZURARA (1841), op. cit. p. 463.

¹⁹ Ibidem, p. 456.

²⁰ Ibidem, p. 3.

²¹ GUIMARÃES, Jerry Santos – “*Memória e retórica: mouros e negros na Crônica da Guiné (século XV)*”. in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* [Em linha]. São Paulo, pp. 1-16. 2011. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308163586_ARQUIVO_MemoriaeRetorica-MouroseNegrosnaCronicadeGuine%28SeculoXV%29.pdf> Acesso em: 22- 11- 2018.

especialmente a Ceuta (sobre a qual também escreveu uma crônica sobre sua conquista), que já estava sob administração lusitana desde 1415. As demais terras ao sul do continente, só foram exploradas pelos portugueses após Gil Eanes dobrar o Bojador em 1434. Dezenove anos depois, quando Zurara termina sua a crônica sobre os descobrimentos na Guiné, seus olhos nunca haviam testemunhado o que ele mesmo escreveu sobre as gentes e os territórios subsaarianos da África ocidental. Portanto, as lembranças utilizadas para descrever personagens, cenários, paisagens, acontecimentos e os 'grandes feitos' lusitanos não são excepcionalmente de Zurara. São também dos outros. Ou seja, os diversos testemunhos que ouviu de seus contemporâneos, assim como suas consultas literárias, formaram a erudição de sua escrita cronística.²²

Esse processo da escrita pode ser mais bem entendido com a proposta da historiadora Sandra Jetahy Pesavento. Ela afirma que aquilo que é lembrado, através da escrita ou da oralidade, não constrói apenas o que é lembrado no plano pessoal. Em maior ou menor medida, o que é lembrado sempre se mesclará com “o que foi preservado ao nível de uma memória social, partilhada, ressignificada, fruto de uma sanção e de um trabalho coletivo.”²³ Desse modo, mesclando com a memória social de seus depoentes (interpessoais ou literários), a escrita de Zurara torna-se fruto do amadurecimento de sua memória, entre o que se lembra e se esquece, forjada nas interações sociais. Lembranças essas que, em sua escrita cronística, foram apuradas e trabalhadas “retoricamente para se tornarem ainda mais verossímeis.”²⁴

Mas, antes de dar sequência a apresentação da presente fonte e seu respectivo autor, se faz necessária uma digressão sobre o ofício cronístico, a criação do cargo do cronista-mor, assim como as circunstâncias históricas que levaram a escrita cronística ganhar espaço na Corte avizina do século XV.

1.2 O Arquivo da Torre do Tombo e os Cronistas Régios

²² Cf. *Idem*, p. 7.

²³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 95.

²⁴ Cf. GUIMARÃES (2011), *op. cit.* p. 8.

Entre os séculos XIV e XV, o Arquivo da Torre do Tombo tornou-se o espaço oficial da escrita cronística encomendada pela Corte avisina. Essa instituição originou-se ainda na Idade Média, quando os documentos reinóis foram instalados no Castelo de São Jorge, em Lisboa, no reinado de D. Fernando (1345-1383). Permaneceu lá até 1755, quando a torre ruiu devido ao terremoto em 1º de Novembro do mesmo ano. O documento que menciona pela primeira vez a Torre do Tombo como arquivo necessariamente do rei é de 1378.²⁵ Herdou este nome, pois seu arquivo ficava em uma das torres do castelo e a denominação de ‘Tombo’ deriva do grego *tómos* – que significa parte de um papiro ou, no sentido mais moderno, um dos volumes de uma extensa obra literária.²⁶

O historiador Leandro Alves Teodoro propõe que a criação dessa instituição foi uma providência da Corte avisina para reunir, em uma única edificação, todos os documentos e obras avaliadas como fundamentais à escrita cronística. Obras que foram, inclusive, as principais fontes dos cronistas régios. O cargo de cronista-mor foi criado por D. Duarte (1391-1438), em 1434, e era na Torre do Tombo que esses funcionários régios estavam encarregados de produzir as crônicas encomendadas pelos próprios monarcas e também eram responsáveis “pela conservação dos documentos do referido arquivo”.²⁷ Em outras palavras, o cronista era o “guardião da história do reino”,²⁸ pois zelava pela preservação dos arquivos do rei e, conseqüentemente, tinha a responsabilidade de ampliá-los com seu ofício cronístico e com novas documentações relevantes à memória do reino.

Embora a escrita cronística já fizesse parte da cultura literária, particularmente nos mosteiros, foi somente a partir do século XV que ela tornou-se um ofício régio. A partir de então, o Estado se apropriou da escrita do passado enquanto meio oficial de legitimação e perpetuação de sua memória.²⁹

²⁵ Cf. PORTO, Daniela Miguéns. *História e evolução do Arquivo. A exemplaridade da Torre do Tombo*. 2013. 84 f. Dissertação. (Mestre em Ciências Documentais). Faculdade de Artes e Letras. Universidade da Beira Interior. Covilhã, Portugal, p. 35. Disponível em: <<http://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/1836>>. Acesso em: 15 de outubro de 2018.

²⁶ Cf. MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. V, 7.ª ed., Lisboa, 1995, p. 313.

²⁷ TEODORO, L. A. *A escrita do passado entre monges e leigos: Portugal – séculos XIV e XV*. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 22.

²⁸ *Ibidem*, p. 60.

²⁹ Cf. GUIMARÃES (2011), op. cit. p. 1.

No entanto, isso não significa que a escrita monástica sobre o passado do reino deixou de ser produzida do século XV em diante. O fato é que, com a criação do cargo do cronista-mor, a Torre do Tombo passou a cumprir duas atribuições: “servir de *scriptorium* aos cronistas e também ser o principal lugar onde se conservava os documentos reinóis”.³⁰ Fernão Lopes foi o primeiro cronista-mor da Torre do Tombo e Gomes Eanes de Zurara foi o segundo a ocupar esse cargo. Vale esclarecer que a nomeação do cronista-mor era de um oficial por vez, ou seja, ao fim da carreira de um nomeava-se outro.³¹

Na escrita cronística do século XV, Portugal é representado como um reino inigualável. Toda a prosperidade do reino seria a prova do poder de Deus sobre a Casa de Avis, abençoando o reino com novas terras conquistadas, com belas e fartas plantações, assim como navios, saindo e chegando dos portos lusitanos, sempre carregados de mercadorias. Para governar esse novo reino representado nas crônicas, que se ampliava com a administração da Corte avisina, era preciso formar um legado. Um modelo para as próximas gerações principescas que garantisse a consolidação de uma bem sucedida forma de gerir a Corte e o reino. Para alcançar esse objetivo, os monarcas, infantes e homens de Corte promoveram “a produção de textos regulando posturas e hábitos que colaborassem para a grandeza desse tempo”.³²

A prosperidade do reino crescia junto com uma administração monárquica que se consolidava desde os fins do século XIV. No século seguinte, o aumento de nomeações de oficiais para atribuições da burocracia reinol contribuía para a estabilidade política, controle e aumento da centralização do poder monárquico. Não é por acaso que a criação do cargo de cronista-mor insere-se nessa nova configuração administrativa. O fazer cronístico ganhou novo fôlego na Casa de Avis, pois seus reis empregaram de forma mais ampla a escrita “para servir de recurso ao seu governo, fazendo multiplicar o número de seus servidores que sabiam escrever”.³³

Desse modo, a criação do cargo de cronista-mor relaciona-se aos anseios de se legitimar a nova linhagem real. Nesse contexto, a Corte tornou-se o centro de onde emanava todo o discurso ideológico da nova dinastia, onde

³⁰TEODORO (2012), op. cit. p. 22.

³¹ Cf. Ibidem, p. 58.

³² Ibidem, p. 56.

³³ Ibidem, p. 59.

a produção literária, patrocinada por essa realeza quatrocentista, constituiu-se uma ferramenta de produção simbólica. Era preciso produzir narrativas que atendessem às configurações sociais e políticas relacionadas às demandas da nova Dinastia. Para isso, produções com perfis literários como a prosa moral, os tratados técnicos, peças teatrais e as crônicas régias cumpriam finalidades ideológica e pedagógica do Estado português.³⁴

No entanto as contribuições da produção cronística ultrapassavam a legitimação da nova Corte, gestora da vida dos homens e de um vasto território que se expandia fora da Europa. Ou seja, suas tintas e plumas também assegurariam, como já foi dito, a permanência de um modelo de governo bem sucedido. Em outras palavras, pretendia-se fixar, portanto, um viver virtuoso, assim como as condutas das principais personagens da Corte avisina para o ensino dos futuros membros da realeza, nobres e cavaleiros. É justamente sob essas necessidades e objetivos que o cargo de cronista é reconhecido como instituição oficial em 1434. Em um primeiro momento, foi criado “por carta da chancelaria de D. Duarte e, logo em seguida, é confirmado por um documento da chancelaria de Afonso V”.³⁵

1.2.1 A Escrita Cronística sob a Tutela Exclusiva do Poder Monárquico

Essas mudanças começaram no final do século XIV. No entanto, desde o governo de D. João I (1357-1433), a quantidade de oficiais clérigos começou a diminuir expressivamente em detrimento do aumento gradativo de oficiais leigos da Coroa.³⁶ Para atender os objetivos da Corte, foi preciso que a escrita cronística saísse dos mosteiros e viesse para a tutela exclusiva da Corte. Em 1378, o lugar onde se escrevia a história foi alterado para a Torre do Tombo e, conseqüentemente, a missão de quem a escrevia foi assumida por oficiais leigos. A Corte passou a contar não só com sua própria biblioteca e arquivo histórico, como também contava com seu próprio cronista. O fazer cronístico nos mosteiros “era uma ocupação secundária, não existindo um monge

³⁴ Cf. BARBOSA, katiúscia Quirino. *A África sob o olhar do outro: a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2017, p. 47. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1932.pdf>> Acesso em: 12-01-2019.

³⁵ TEODORO (2012), op. cit. p. 59.

³⁶ Cf. *Ibidem*, p. 81.

encarregado de somente escrever as histórias – tarefa que cabia ao *scriptorium*”.³⁷ Por outro lado, a Corte avisina do século XV designou a certos homens da corte o ofício de escrever as histórias que encomendavam – oficializado no cargo de cronista-mor, em 1434. Ainda que a escrita cronística monástica sobre o passado das ‘grandes personagens e feitos’ do reino não tenha sido extinta, agora, a ‘história’ não servia mais a dois senhores – ao mosteiro e ao rei. Oficializava-se, portanto, uma que serviria exclusivamente ao poder monárquico.

Agora, a Casa de Avis delegava a alguém o poder de documentar quais testemunhos mereceriam ser lembrados. Zurara, o segundo cronista-mor, além de guarda-mor dos documentos oficiais da Torre do Tombo recebeu essa atribuição. Era ele quem tinha acesso aos testemunhos escritos que somariam a outras fontes que ouvia e coletava. Desses, selecionava aqueles que ‘mereceriam’ ou ‘não mereceriam’ ser lembrados. Assim, “tanto lembrava conjuntamente quanto produzia os documentos dos quais ele mesmo se serviria no seu labor historiográfico. A memória é, assim, matriz da história produzida pelo cronista”.³⁸ Essas mudanças na administração reinol, especialmente no aumento de servidores que dominavam a escrita, consolidavam o lugar da Casa de Avis no reino. A criação do cargo do cronista-mor insere-se nessa nova configuração na medida em que os reis substituíam os “clérigos por homens de seu séquito no exercício das atividades administrativas”.³⁹

Leandro Alves Teodoro pesquisou minuciosamente esse processo de passagem do ofício da escrita da história nos mosteiros para a Corte de Avis. Para isso, concentrou-se, sobretudo, no papel do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e da Corte avisina na preservação do passado português. Fundado em 1131, o Mosteiro de Santa Cruz fez parte da política do rei Afonso Henriques (1109-1185) “de organizar a vida do reino a partir de instituições clericais, bem como de fortalecer edifícios eclesiásticos para consolidar a moral cristã”. Desde a fundação de Santa Cruz, várias instituições clericais contribuíram para erguer “as bases de um conhecimento histórico português,

³⁷ Ibidem, p. 80.

³⁸ GUIMARÃES (2011), op. cit. p. 8.

³⁹ TEODORO (2012), op. cit. p. 81.

fundando um fazer cronístico voltado exclusivamente à escrita das glórias e méritos do reino”. Mosteiros como o São Vicente de Fora, em Lisboa, e o de Santa Maria de Alcobaça também são exemplos que fizeram parte dessa estrutura eclesiástica fundada por Afonso Henriques. Esse mosteiro, fundado em 1187, “possuía uma das maiores bibliotecas monásticas, com cerca de 500 códices manuscritos, acumulados entre os séculos XIII e XV”.⁴⁰

Segundo Teodoro, os monges, nomeadamente os de Santa Cruz, desempenhavam tarefas e funções que seriam posteriormente assumidas pelo Arquivo do Tombo e pela Livraria régia dos reis da Casa de Avis. Ou seja, se no século XIV “eram monges copistas que tomaram para si a tarefa de compor a história do reino, no século XV”, foi o cronista-mor quem assumiu exclusivamente essa tarefa na Corte.⁴¹ Teodoro salienta que Santa Cruz desempenhou um papel importante entre os séculos XII e XIV, particularmente por dois motivos. O primeiro era porque as configurações históricas davam aos mosteiros a tutela da fé cristã por meio do ordenamento do culto. O segundo, simultaneamente, era porque essas instituições preservavam a moral e os valores cristãos através da escrita cronística, ao mesmo tempo em que construía a memória do reino.⁴²

Portanto, a estrutura eclesiástica fundada por Afonso Henriques recebeu atribuições que ultrapassavam a função de mantenedora da moral cristã. Assim, o Mosteiro de Santa Cruz, e as demais instituições eclesiásticas, cuidavam da moral dentro e fora de seus muros “levando a palavra de Deus para os homens do reino”. Além da ampliação dessa responsabilidade natural, o *scriptorium* de Santa Cruz destacou-se na função de registrar “a história de Portugal e, conseqüentemente, se construía uma história até então dispersa, não ordenada e exaltada”. Porém, entre os séculos XII e XIV, a produção histórica entre os seus muros não era apropriadamente definida, suas formas de elaboração iam desde composições não tão sofisticadas, como os anais e hagiografias, até as mais desenvolvidas, como as crônicas. A produção de crônicas, desde o século XII, foi mais contínua no *scriptorium* de Santa Cruz. De tal modo que, até a criação do cargo de cronista-mor no reinado de D.

⁴⁰ Ibidem, p. 32, 34, 43.

⁴¹ Ibidem, p. 23.

⁴² Ibidem, p. 34.

Duarte, Santa Cruz “era um dos poucos lugares onde se registravam as histórias dignas de fé”, isso devido a sua cultura de produção cronística mais intensa que os demais mosteiros.⁴³

Nos séculos XIV e XV, com a criação do Arquivo da Torre do Tombo e, como já foi dito, do cargo de cronista-mor, a escrita cronística ganhou espaço cultural e político na Corte avisina. Era nos acervos de Santa Cruz que os cronistas régios buscavam fontes e materiais que permitiriam uma descrição rigorosa sobre o passado do reino. As *Crônicas Breves de Santa Cruz de Coimbra*, produzidas no século XIV, é um exemplo dessas fontes. Esse conjunto de crônicas historiográficas já antecipava parte do papel que seria ocupado pelas crônicas régias do século seguinte, pois sua escrita cronística voltava-se unicamente para as histórias de Portugal, além de dar especial atenção à formação moral de grandes nobres portugueses. “Nesse sentido, da produção monástica à de Corte, as crônicas conseguiram cada vez mais ocupar um papel moral na vida dos cavaleiros e homens do reino de Portugal”.⁴⁴

Para Teodoro, a escrita cronística dos respectivos cronistas-mores Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina, ainda que pretendesse uma história mais detalhada, se comparada às *Crônicas breves*, não fugia à intenção pedagógica dos crúzios. Tanto a escrita monástica dos crúzios, quanto à dos cronistas régios tornaram-se “um instrumento de moralização, preocupado com o regramento e a condição de vida dos homens do reino”. No século XIV, a produção cronística dos crúzios já era vista como espelhos da virtude e, no século seguinte, a ideia de ‘história’ como mestra da vida se consolida nas crônicas régias. Na prática, os cronistas régios revigoraram e reconfiguraram uma escrita que “já comum aos cronistas de Santa Cruz, dando ainda mais importância ao peso do passado na vida presente e vindoura como guia dos costumes e de perfeitas condutas”. Assim, tanto os crúzios, quanto os cronistas régios, preocuparam-se em fazer de suas crônicas um instrumento pedagógico e eficaz na instrução dos homens do reino.⁴⁵

Essas convergências e aproximações de objetivos contribuíram para o traslado das fontes e produção cronística de Santa Cruz para a Torre do

⁴³ Cf. *Ibidem*, pp. 35-37.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 129.

⁴⁵ *Idem*.

Tombo. No entanto, para uma compreensão mais ampla, é preciso ter em mente que a estabilização política, alcançado pelo poder monárquico português, no século XV, colaborou significativamente para isso. A consolidação dos conselhos reinóis concentrou nas mãos dos monarcas avisinos todas as prerrogativas jurídico-administrativas para estruturar o reino, além de criar instituições e oficiais que cooperassem para isso. Sob essas configurações é que foram criados o Arquivo do Tombo e o cargo de cronista-mor em Portugal. A sociedade de Corte, que se formou nesse contexto político, se comprometeu em deixar para a posteridade principesca os exemplos de boa governança e de suas conseqüentes conquistas. Desse modo, a escrita cronística avisina busca inspiração, principalmente, em obras refundidas na produção monástica que, desde o século XIV, apresentava uma narrativa da história como mestra da vida e espelho de virtude. “É assim que os cronistas régios vão, aos poucos, servindo-se desse material monástico para dar seqüência às suas crônicas”.⁴⁶

A história, como recurso da narrativa cronística, era vista como preservação do passado através da escrita. Como será apresentado no capítulo três do presente trabalho, ela também complementava e associava-se à retórica como elemento indispensável de persuasão no discurso cronístico. No entanto, em Portugal, no século XV, era o Estado que decidia quem e o que deveria ser lembrado ou esquecido. A história estava sujeita a uma função seletiva da narrativa que seguia uma relação de poder. Por essa concepção, ela oferece a Corte avisina “a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia do esquecimento tanto quanto da rememoração.”⁴⁷ Esses recursos de manipulação política através da escrita se consolidam e atuam em patamares ideológicos⁴⁸ para justificar o poder. Nesse sentido, a escolha de Zurara como cronista, em 1450, de certa forma, seguia o projeto da *Ínclita geração* avisina, iniciada pela escrita do primeiro cronista régio, Fernão Lopes. Ou seja, “dar continuidade ao passado

⁴⁶ Ibidem, p. 91

⁴⁷ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 98

⁴⁸ O conceito de ideologia será discutido e desenvolvido no capítulo 3. É entendido como o componente regulador da ordem social e simbólica através de uma multiforme estrutura de representações. Nesse ponto de vista, destaca-se a influência que as representações exercem nos indivíduos e nos grupos sociais, assim como suas implicações nas práticas e condutas, que é de salutar importância ao longo do presente trabalho.

comum do reino português, mas sem deixar de realçar as singularidades da nova dinastia que chegava ao poder.” No entanto, a escrita de Zurara voltou-se mais para os “ideais e feitos cavaleirescos dos príncipes de Avis e de seus vassallos importantes no continente africano diante de infiéis e bárbaros.”⁴⁹

1.3 Expansão Marítima Portuguesa e a Superação do Esquecimento

A escrita cronística não era apenas um instrumento de moralização, um espelho de virtudes que buscava no passado exemplos para a vida presente da corte avisina, assim como também para as gerações futuras. Além dessas finalidades, os cronistas utilizaram suas penas para construir narrativas que legitimassem a presença portuguesa em suas conquistas de anexações territoriais na África. Segundo a historiadora Barbosa, “A concepção de que a guerra contra os muçulmanos na África era uma guerra justa perpassou todo o quatrocentos português.” Para tanto, os argumentos de conversão dos “infiéis” e a “salvação das almas” reforçavam o ideal “de novos tempos que supostamente foram inaugurados com a ascensão da Casa de Avis”.⁵⁰

Como bem Denota Miguel Aguiar, “havia, da parte da Coroa e dos círculos favoráveis ao esforço militar no Norte da África, uma clara vontade de difundir um espírito proselitico em torno da guerra frente ao Islão”, do qual a escrita de Zurara cumpria especial contribuição. Sua narrativa constrói a ideia de que haveria um apoio coletivo no reino às incursões militares no Magrebe e de que todos estariam convencidos de seu caráter justo e até sacralizado. Isso em virtude de serem consagradas como tal pelas bulas papais que sua escrita ajudou conquistar, como será demonstrado a seguir. No entanto, havia na sociedade portuguesa vozes dissonantes, o que fez da escrita de Zurara um instrumento retórico de convencimento a favor das intenções da Coroa avisina, especialmente de D. Afonso V e do Infante D. Henrique. Eles precisavam convencer os duvidosos e contrários sobre a legitimidade da gesta guerreira no norte da África. Mesmo após a conquista de Ceuta, ainda era necessário reforçar a imagem de que os sucessivos conflitos no Magrebe eram honrados, justos e prestariam serviço a Deus e a Cristandade. Era um discurso usado

⁴⁹Cf. GUIMARÃES (2011), op. cit. p.4.

⁵⁰ BARBOSA (2017), op. cit. p. 127.

para “convencer ou silenciar as vozes que se erguiam contra o conflito, vindo como interminável, injusto ou infrutífero.”⁵¹

Nesse sentido, as habilidades literárias de Zurara, o segundo cronista oficial do rei, foram bem úteis para a Corte avisina. Ele havia publicado, em 1450, sua *Crônica da Tomada de Ceuta*, que também era conhecida como a *Terceira Parte da Crônica de D. João I*. Segundo Guimarães, a mesma foi encomendada por D. Afonso V “com o objetivo de obter autorização papal para a guerra no norte da África como cruzada e justificar a escravização de infiéis”.⁵² Através dessa obra, as habilidades do cronista régio contribuíram para que os lusitanos tivessem plenos direitos de estabelecer possessões no norte da África. Isso porque, ao “relatar o sucesso dos portugueses cristãos contra os muçulmanos marroquinos em 1415”,⁵³ o trabalho de Zurara colaborou para convencer ao papa Nicolau V (1397-1455) conceder, em 1452, a bula *Dum Diversus*⁵⁴ a Afonso V. Estava garantido, portanto, o direito de anexações dos territórios não cristianizados no Magrebe. Com a narrativa da *Crônica da Tomada de Ceuta*, os africanos acima do Saara, de uma forma geral, agora eram considerados inimigos da expansão da ‘verdadeira fé’ no norte e no litoral oeste da África. Assim, a referida bula concedia e legitimava, como forma de defesa, a escravatura perpétua dos que fossem capturados ao longo do avanço lusitano.⁵⁵

D. Afonso, ao receber de Roma a bula *Dum Diversus*, já havia incumbido Zurara de escrever outra crônica. Porém, desta vez, uma que narrasse o

⁵¹ Cf. AGUIAR, Miguel. *As crônicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV*. Med_on [online]. 2018, n.23, pp.11,12. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/medievalista/1580>> Acesso em: 22-3-2019.

⁵² GUIMARÃES (2011), op. cit. p. 5.

⁵³ Idem

⁵⁴ Charles Boxer, pesquisando “as bulas papais promulgadas durante a vida do infante dom Henrique e na vida de seus sucessores imediatos”, dá especial atenção a três desses documentos: à *Dum Diversus*, à *Romanus Pontifex* e à *Inter caetera*. O autor propõe que as sanções religiosas elencadas nessas três bulas, especificamente, contribuíram para legitimar a presença “dominadora com relação a todas as raças que estivessem fora do seio da cristandade”, ao mesmo tempo em que refletiam o “espírito da ‘Era dos Descobrimentos’ e estabeleciam as diretrizes para o comportamento (ou mau comportamento) europeu posterior no mundo tropical”. Na *Dum diversus*, promulgada em 18 de junho de 1452, o papa Nicolau V, dirigindo-se ao rei Afonso V de Portugal, dava aos portugueses “plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo” – provavelmente referindo-se aos povos do litoral oeste do Saara até a Senegâmbia que os portugueses mantinham contatos até aquela época. Cf. BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São. Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 36-39.

⁵⁵ Cf. GUIMARÃES (2011), op. cit. p. 5.

pioneirismo português além do Bojador, entre 1434 e 1448. Tinha o rei os mesmos objetivos expansionistas que motivaram a escrita da obra anterior. No entanto, também pretendia requerer do papa o reconhecimento das terras que os portugueses já haviam encontrado no litoral abaixo do Saara. Seus navios haviam superado e ultrapassado os limites do Cabo do Medo (Bojador) e chegado à Guiné. Faltava agora o documento que tornasse “legítima a posse de todas as terras descobertas ou por descobrir ao sul do Cabo Bojador.”⁵⁶ Foi assim que a produção da *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné* contribuiu para a conquista da nova bula. Após a apresentação da referida obra em Roma, a bula *Romanus Pontifex*⁵⁷ foi concedida à Coroa Portuguesa em 1455, dois anos após a crônica ter sido concluída por Zurara na Livraria d’elRei D. Afonso V. Dessa forma, as incursões militares dos portugueses no norte da África e abaixo do Bojador conferiram à Casa de Avis grande reputação na Europa e perante a Igreja. Com esse prestígio, junto com a legitimação das bulas papais, Portugal se apropria do *status* de representante de toda Cristandade Ocidental, com a missão expandir o cristianismo fora da Europa. “Assim, o mar tornou-se um espaço privilegiado para a missionação lusitana.”⁵⁸

A crônica sobre as primeiras conquistas lusitanas na África ocidental não só atendiam interesses políticos e de anexações territoriais, como também é o primeiro livro escrito por autor europeu sobre os povos e regiões litorâneas além do Cabo Bojador. Como já foi dito, sua narrativa compreende o interstício de 1434 e 1448. Conseqüentemente, também é a única que, sendo contemporânea ao Infante D. Henrique, descreve seus ‘altos feitos’ na África

⁵⁶ Cf. Idem.

⁵⁷ A *Romanus Pontifex*, publicada em 8 de janeiro de 1455, dava continuidade a bula supracitada. O mesmo papa convalidava e reconhecia ao rei Afonso V e seus sucessores a conquista e vassalagem dos povos, terras, portos e ilhas, do litoral “ao sul dos cabos do Bojador e Não, e até as Índias”, incluindo Ceuta e outras regiões conquistadas pelos portugueses, até a data daquela promulgação e no futuro. A dita bula dava ainda direito aos portugueses de prosseguir em suas conquistas contra os muçulmanos e pagãos nesses territórios. O mesmo documento não deixava de exaltar em sua introdução os grandes feitos e o zelo apostólico do imperialismo português, na primeira metade do século XV, pelo infante dom Henrique. Em 13 de março de 1456, com a publicação da *Inter caetera* – atendendo um pedido do rei Afonso V e de seu tio, o infante dom Henrique – o papa Calisto III concedeu para a “Ordem de Cristo (da qual o infante era o administrador e mestre) jurisdição espiritual sobre as regiões conquistadas pelos portugueses no presente e no futuro”, bem como nos confins de seus domínios com monopólio anteriormente garantido nos termos da *Romanus Pontifex*. Cf. BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São. Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 37-39.

⁵⁸ BARBOSA (2017), op. cit. p. 130.

Ocidental, tal como suas características físicas, costumes e virtudes. A esse respeito, segue as palavras do Visconde de Santarém na introdução da obra:

É, pois a esta singular e gloriosa exceção que devemos o precioso monumento que vamos dar pela primeira vez ao público: a *Crônica da Conquista de Guiné por Gomes Eanes d'Azurara*, escrito que é incontestavelmente não só o primeiro livro escrito por autor europeu sobre países situados na costa ocidental d'África além do cabo do Bojador, e no qual se coordenaram pela primeira vez as relações de testemunhas contemporâneas dos esforços dos mais intrépidos navegantes portugueses que penetraram no famoso mar tenebroso dos árabes, e passaram além da meta que até então tinha servido de barreira aos mais experimentados marítimos do Mediterrâneo, ou das costas da Europa. Com efeito, tendo sido os portugueses os primeiros descobridores dos países situados além do cabo do Bojador, a honrosa missão de primeiro recontar estes descobrimentos competia a um português.⁵⁹

Portanto, não tem como pesquisar a *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, como qualquer outro documento desse período, sem antes considerar as intencionalidades que acompanhavam os empreendimentos de exploração e domínio português, bem como as configurações históricas supramencionadas. Ou seja, compreender a escrita cronística portuguesa como uma ferramenta para superar o esquecimento através da escrita do passado. Já foi apresentado que, entre os séculos XIV e XV, esse ofício foi regido pelo anseio de enaltecer os valores lusitanos – representados pela Corte avisina – que se consolidavam “a partir de uma unidade geográfica, uma língua comum e um poder particular”.⁶⁰ Antes, a função de conservar a memória do reino através da escrita ficava, majoritariamente, a cargo dos clérigos entre os séculos XII e XIV. É a partir desse ponto que Teodoro compara a escrita da história, antes a cargo dos cronistas monásticos⁶¹, com a escrita e o fazer cronístico do século XV, institucionalizada no ofício dos cronistas-mores da Corte avisina.⁶²

⁵⁹ ZURARA (1841), op. cit. Introdução do Visconde de Santarém, pp. VII, VIII.

⁶⁰ TEODORO (2012), op. cit. p. 14.

⁶¹ O autor tenta entender até que ponto “a história escrita nos mosteiros portugueses, nomeadamente em Santa Cruz de Coimbra no século XIV, distingue-se significativamente daquela traçada pelos cronistas da Corte régia portuguesa desde os tempos de D. João I até D. Manuel, quando as histórias dos reis portugueses, reunidas primeiramente na *Crônica de 1419* e depois organizadas por reinados independentes, foram ganhando uma forma desvinculada das histórias de outros reis e reinos da Espanha e fazendo por merecer o designativo português.” TEODORO (2012), op. cit. p. 15.

⁶² *Ibidem*, p. 35.

A crônica de Zurara não foge às intencionalidades da narrativa cronística formada na virada do século XIV para o XV. Preocupava-se em determinar saberes e condutas para os nobres e reis das gerações futuras. Essas expectativas pedagógicas e moralizantes impulsionaram “um aumento significativo no número de obras voltadas para o enaltecimento das glórias do reino português, entre as quais se encontram as crônicas”. Essas obras tinham por função documental, sobretudo, evitar o esquecimento e também eram caracterizadas “pelo objetivo moralizante de idealizar o presente e o futuro por meio da releitura do passado”.⁶³

1.4 Modelos à Posteridade Princesca

Analisando as crônicas de Fernão Lopes (1385-1460), Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina (1440-1522), Teodoro propõe que os cronistas da Corte de Avis conservavam um objetivo em comum ao redigir suas obras. Todos eles, logo “nas primeiras páginas do prólogo ou dos capítulos iniciais”, apresentavam “os critérios e as funções das suas histórias”.⁶⁴ Nessas páginas, por exemplo, é apresentado “a quem se destinam as histórias e sobre quem são contadas”.⁶⁵ De maneira geral, isso fazia parte da formalidade retórica da escrita cronística. Tanto que Zurara, em sua crônica sobre os descobrimentos na Guiné, assim o faz logo nas primeiras páginas. Esclarece que seus primeiros comentários seriam sobre os costumes e virtudes de D. Henrique, assim como suas feições corporais. Assim o fazia, pois não queria fugir do estilo de alguns que considerava “verdadeiros autores”⁶⁶ de outras crônicas que conhecia.

Então, do prólogo ao sétimo capítulo, Zurara constrói um modelo de herói virtuoso e grande cavaleiro para descrever o infante D. Henrique. Com uma narrativa minuciosa e laudatória, descreve o Infante desde suas características físicas, geração de que descendia, seus costumes, até as virtudes e intenções que o levaram empreender nas terras da Guiné. D. Henrique é representado como quem “nunca soube que era medo senão de pecar” e suas “virtuosas obras e honestos costumes” originariam de seus “grandes e virtuosos feitos”.

⁶³ Ibidem, p. 121.

⁶⁴ Ibidem, p. 18.

⁶⁵ Ibidem, p. 94.

⁶⁶ ZURARA (1841), op. cit. p. 8.

⁶⁷Desse modo, também o descreve utilizando como exemplo as virtudes de grandes personagens e autores bíblicos veterotestamentários, assim como escritores da Antiguidade Clássica ocidental: Heródoto, Homero, Hesíodo, Aristóteles, Cesar, Tito-Lívio, Cícero, Salústio, Valério Máximo, Plínio, Marco Lucano, os dois Sênecas (o trágico, e o filósofo) Vegécio, Ovídio, Josefo e Ptolomeu.⁶⁸

Além desses autores clássicos gregos, latinos e sagrados sua narrativa recorre, direta e indiretamente, a autores medievais como Tomás de Aquino (1225-1274), o infante D. Pedro (1392-1449), os reis D. João I (1357-1433) e D. Duarte (1391-1438). Na biblioteca deixada por esse último monarca, especialmente, Zurara teve contato os manuscritos dos “espelhos de príncipes” de Egídio Romano (1247-1316) e do Frei Álvaro Paes (1270-1352). O seu fazer cronístico aproveitou-se também das leituras e observações de Fernão Lopes, seu antecessor no cargo de cronista - mor. A partir daí apoiou-se e construiu sua própria escrita cronística.⁶⁹

Para atribuir credibilidade histórica à sua escrita, havia especial interesse nos “clássicos, principalmente em Marco Túlio Cícero, com o objetivo de reafirmar a história como mestra da vida, espelho de virtudes e de exemplo”. Ao referir-se a Cícero, em sua narrativa sobre o Infante, vinculava a sua escrita a uma tradição importante entre os cronistas; era comum inspirar-se na proposição de Cícero de que não basta “ao homem fazer boa coisa, mas fazê-la bem”.⁷⁰ Daí o cuidado de deixar por testemunho à posteridade principesca as virtudes e os grandes feitos realizados pelo Infante D. Henrique. Para os cronistas da Corte avisina a escrita da história do Infante serviria como mestra da vida “justamente porque foi Deus quem interveio junto aos reis de Portugal no passado para que eles conseguissem formar e estabilizar o reino português”. A escrita sobre a vida do Infante seria, portanto, por louvor a Deus, “único que poderia salvaguardar a linhagem de Avis, o séquito de D. Henrique e de seus irmãos”.⁷¹

⁶⁷ Ibidem, p. 24.

⁶⁸ Cf. Ibidem, Introdução pelo Visconde de Santarém, p. IX.

⁶⁹ Cf. BERTOLI, A. L.. *História Interdisciplinar e a Análise de Crônicas Portuguesas do Século XV*. Fênix: revista de história e estudos culturais, v. 8, 2011, pp.13,14. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br> Acesso em: 29-07- 2017.

⁷⁰ TEODORO (2012), op. cit. p. 84.

⁷¹ Ibidem, p. 85.

Zurara soube muito bem usar seus conhecimentos sobre a cultura da Antiguidade Clássica, associada à tradição cristã, para construir um modelo de herói virtuoso e grande cavaleiro na imagem do infante D. Henrique. Por meio de exemplos e descrições da história, expôs um “modelo que servia de parâmetro para influenciar a vida de outros cortesãos”. Segundo Teodoro, foi a partir de uma moral cavaleiresca que Zurara e os demais cronistas da Corte avisina “procuram forjar uma moral cortesã”.⁷² Naturalmente, há diferenças entre as prioridades particulares de cada narrativa, bem como nas respectivas temáticas das crônicas de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina. No entanto, esses cronistas além de terem um objetivo político comum em suas escritas – de legitimar a nova dinastia – procuravam formar um conjunto de princípios e comportamentos sociais “próprios e adequados aos homens da Corte de Avis”.⁷³

Para tanto, o ofício do cronista na Corte avisina prezava pelo comprometimento moralizante em sua escrita. Cada um deles, a sua maneira, tentou “exaltar as glórias dos cavaleiros portugueses, colocando as suas obras a serviço da Corte de Avis e dos objetivos de seus governantes”. É sempre bom lembrar que o cargo de cronista-mor foi criado (1434) para atender aos objetivos da recém formada dinastia de Avis. Portanto, toda a narrativa da escrita cronística, desde então, afirmava e reafirmava “o lugar da Corte principesca no reino português”, do mesmo modo em que autoafirmava “a moral cavaleiresca como a moral do séquito avisino”.⁷⁴

A *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, conseqüentemente, não foge às configurações da escrita cronística quatrocentista. Ela também cumpria esse papel fundamental supramencionado. Registrava o modo como essa sociedade de corte estava organizada com a intenção “de ensinar aos futuros reis e ao seu séquito modos de agir em várias situações do dia a dia”. Deixava à posteridade principesca e aos grandes cavaleiros os valores e comportamentos considerados bons e proveitosos aos ideais avisinos.⁷⁵

A referida crônica herdou, no entanto, algo que já estava convencionado entre os cronistas clérigos, ao longo dos séculos XIII e XIV, uma espécie de

⁷² Ibidem, p. 76.

⁷³ Ibidem, p. 86.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Cf. Ibidem, p. 78.

objetivo existencial no devir histórico português. Ou seja, sua narrativa constrói a imagem de “uma sociedade ideal, representativa do bem e da pureza humana, preponderante em relação a quaisquer outras”. Seus monarcas teriam a missão “de convencer outros povos da superioridade de seus costumes, cristianizando-os e, se fosse necessário, com o uso da força”.⁷⁶ Logo, as narrativas cronísticas a serviço da Corte avisina, inevitavelmente, estavam carregadas de intencionalidades políticas, morais e religiosas, utilizadas para legitimar a exploração e o domínio português sobre territórios e povos africanos.

Com essa intenção discursiva, a crônica de Zurara constrói a imagem de nobres e cavaleiros a serviço da fé evangelizadora, acompanhando as metas da expansão do mercado ibérico. Por outro lado, vale considerar que, ao mesmo tempo em que a escrita de Zurara influenciava seus leitores, o referido cronista-mor também era influenciado não só pelo discurso religioso da literatura de seu tempo, como também pelo contexto secular em que vivia. Era uma época em que as rivalidades religiosas afligiram por muito tempo a Europa. Logo, a escrita cronística também deve ser analisada considerando questões histórico-discursivas. O passado recente, assim como o cotidiano e a literatura que esses autores tinham acesso estavam introjetadas no cronista, dando um lugar de destaque à identidade cavaleiresca e religiosa em sua escrita. Porém, sempre acompanhada do apelo missionário que legitimava a exploração e o domínio lusitano. Isso fica muito bem expresso, por exemplo, no capítulo sete de sua obra “no qual se mostram cinco razões porque o senhor infante foi movido de mandar buscar as terras da Guiné”:

A quinta razão [das que motivaram o Infante Dom Henrique de Avis a se lançar na costa ocidental da África] foi o grande desejo que havia [o infante] de acrescentar em a santa fé de Nosso Senhor Jesus Cristo, e trazer a ela todas as almas que se quisessem salvar, conhecendo que todo o mistério da encarnação, morte e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, foi obrado a este fim, a saber, por salvação das almas perdidas, as quais o dito senhor [o infante] queria, por seus trabalhos e despesas, trazer ao verdadeiro caminho.⁷⁷

⁷⁶ Cf. *Ibidem*, pp. 112, 113.

⁷⁷ ZURARA (1841), *op. cit.* p. 47.

Com base nesses ideais, os portugueses justificavam os meios de exploração e o domínio na África, ao mesmo tempo em que afirmavam seus valores e a moral da Corte. Aos olhos dos cronistas régios, toda a forma de conflito e uso da força na África não excluía a missão de doutrinar as possessões estabelecidas nesse “continente, pois os cavaleiros levariam um modelo de sociedade para que os infiéis conhecessem o verdadeiro Deus”. Desse modo, os africanos eram vistos pelos cronistas como povos distantes da verdade e que precisavam reconhecer a necessidade que tinham de salvação. Essa era “uma tópica comum nos escritos da época”. Para os reis portugueses desse período, a possibilidade de salvar os africanos pela missão evangelizadora traria galardões “para o próprio reino, pois estariam fazendo um bem e, em recompensa, receberiam a graça divina”.⁷⁸ Portanto, o uso desse discurso na narrativa cronística de Zurara também garantia ao futuro da Corte a legitimação de suas possessões africanas enquanto civilizavam e evangelizavam os carentes da ‘verdadeira fé e religião’.

Nesse ponto, vale salientar que, quase quatrocentos anos após a publicação do manuscrito original de Zurara, a presente edição (1841) de sua crônica reaparece na literatura portuguesa para atender interesses semelhantes aos da Coroa no século XV. Assim, no século XIX, ainda que por motivações diferentes, Portugal voltava novamente sua atenção às possessões (agora colônias) africanas. Acompanhado de um forte sentimento nacionalista contemporâneo, também buscava obras que valorizassem e exaltassem o passado da nação. Essas questões, discutidas no tópico a seguir, ajudam esclarecer e justificar um dos motivos de essa edição ter sido selecionada para consubstanciar a presente pesquisa. Não só a fonte em si, como também sua edição, tem motivos específicos na discussão em tela.

1.5 Uma Edição entre o Nacionalismo e a Preservação de Territórios no Século XIX

Em sua introdução na crônica de Zurara, o Visconde de Santarém (1791- 1856)⁷⁹ ressalta que a realização da presente edição teve início no

⁷⁸ Cf. TEODORO (2012), op. cit. pp. 112, 113.

⁷⁹ Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa (Lisboa, 1791-Paris, 1856), o segundo Visconde de Santarém. Foi diplomata português, historiador,

afortunado achado do bibliotecário Jean-Ferdinand Denis (1798-1890) ou, conforme a versão portuguesa do Visconde, Fernando Denis. No fim de 1839, o referido bibliotecário, pesquisador e escritor francês, trouxe a público sua especial descoberta sobre o manuscrito original da referida crônica na Biblioteca Nacional da França em 1837. Até aquele século o manuscrito original de Zurara era considerado perdido.⁸⁰ Tão logo os intelectuais portugueses tomaram conhecimento desse achado, rapidamente Luís Antônio de Abreu e Lima, o Visconde da Carreira (1787-1871), “tratou de fazer à nação este valioso presente”.⁸¹ Nessa ocasião, o Visconde da Carreira era ministro de Portugal em Paris desde 1834, cargo que exerceu até 1840. “Altamente zeloso pela antiga glória de seu país”,⁸² obteve do governo francês a necessária licença para a publicação da crônica. Ele mesmo assumiu a tarefa de copiar o códice, de próprio punho, para que não houvesse alterações no conteúdo do documento. As correções e revisões do texto à vista do original, antes de sua publicação, couberam ao filólogo português José Inácio Roquete (1800-1870) que, assim como o Visconde de Santarém, encontrava-se exilado em Paris. Além da revisão, também foi responsável pela formação de um glossário referente às “palavras e frases antiquadas e obsoletas que se encontram na crônica, e que sem este seriam de todo ininteligíveis”.⁸³

O texto que introduz a presente versão da crônica, assim como os comentários que a ilustram, coube a Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa (Lisboa, 1791-Paris, 1856), o já citado Visconde de Santarém. Katuscia Quirino Barbosa afirma que a escrita dessa introdução, assim como os comentários ao longo da edição, estão inseridos em um conjunto específico de obras portuguesas produzidas entre o século XIX e a primeira metade do século XX. Trata-se de textos que foram profundamente influenciados pelo caráter nacionalista, pertencente ao

pesquisador da antiga cartografia e dos descobrimentos portugueses. Ocupou diversos cargos de confiança a serviço da Coroa e, semelhantemente a Zurara, autor da crônica que comentou e prefaciou, também foi guarda-mor do Real Arquivo da Torre.

Ao longo desse capítulo serão apresentadas mais informações histórico-biográficas sobre o Visconde. Para maiores informações, conferir o trabalho de GARCIA, João Carlos (coord.). *A História da Cartografia na obra do 2º Visconde de Santarém. Exposição cartobibliográfica. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal*, 2006, p. 150.

⁸⁰ Cf. ZURARA (1841), op. cit. Introdução do Visconde de Santarém, p. XV.

⁸¹ Idem.

⁸² Idem.

⁸³ Ibidem. Introdução do Visconde de Santarém, p. XVI.

movimento presente em vários países da Europa, no século XIX, que alimentava a valorização do sentimento nacional. Nesse período, Portugal concentrou sua atenção para a manutenção e expansão de suas colônias na África. Nesse contexto, a independência do Brasil, em 1822, tal como o reconhecimento da mesma, em 1825, contribuiu para fazer da África alvo importante da política colonial portuguesa. Isso também foi um forte elemento que justificou a tendência de investigações que reforçassem a legitimidade histórica das possessões portuguesas no além-mar. Assim, a valorização do sentimento nacional, bem como o crescente interesse pela África, foram temas que ultrapassaram os debates acadêmicos, estendeu-se para o século seguinte, alcançando pautas políticas, especialmente durante o regime Salazarista.⁸⁴

A introdução do Visconde de Santarém, assim como toda narrativa laudatória dos grandes feitos lusitanos ao longo da crônica, dialoga com esses anseios e tendências contemporâneas. Sua narrativa está marcada pela exaltação dos ‘altos feitos’ dos portugueses na carreira das navegações. A introdução do Visconde enaltece a expansão portuguesa que, antes dessa “época memorável, vivia circunscrita no seu próprio território”. Todavia, a partir da primeira metade do século XV, estabeleceu contatos com outras culturas e territórios, além do caráter missionário e cavaleiresco construído nesses dois séculos. Em outras palavras, o Visconde reforça sua profunda admiração pelo passado da nação que, em “um período tão curto”, consegue “passar além do Cabo da Boa Esperança, descobrir, reconhecer, explorar, descrever, e ocupar, ou dominar em toda a sua vasta circunferência, todas as costas d'África”.⁸⁵

É importante observar que o Visconde, mesmo antes de receber esse título, sempre esteve envolvido com a Corte, transitando desde cedo nos círculos da Coroa portuguesa. Aos 17 anos, iniciou sua vida de estudos no Brasil, onde esteve refugiado “juntamente com a corte de D. João VI, pouco antes das tropas de Napoleão entrarem em Lisboa, em 1807.” Quando adulto, ocupou diversos cargos de confiança a serviço da Coroa e, semelhantemente a Zurara, autor da crônica que comentou e prefaciou, também foi guarda-mor do

⁸⁴Cf. BARBOSA (2017), op. cit. p. 25.

⁸⁵ZURARA (1841), op. cit. Introdução do Visconde de Santarém, pp. V, VI.

Real Arquivo da Torre.⁸⁶ Além de ser um estudioso da cartografia antiga, representou os interesses políticos e diplomáticos de Portugal no segundo quartel do século XIX. Segundo João Carlos Garcia, o Visconde foi “ministro da Marinha e Ultramar (1827) e ministro dos Negócios Estrangeiros (1827 e 1828-1833)” de Portugal.⁸⁷

Em 1834, exilou-se em Paris, após a vitória dos liberais constitucionais sobre o regime absolutista do rei D. Miguel. Foi nesse contexto político conturbado, e na condição de exilado, que o Visconde escreve sua introdução e as mais de 200 notas ao longo da Crônica de Zurara, publicada em 1841, “cujo manuscrito fora descoberto na Biblioteca Nacional de Paris em 1837”.⁸⁸ A edição seguinte só foi publicada em 1937, no Pôrto, em 2 volumes, dirigida por José de Bragança,⁸⁹ o qual a atualizou a escrita de Zurara, além de redigir e acrescentar à obra “uma introdução, notas e glossário. As versões modernas da crônica são baseadas no *manuscrito de Paris*, por ser, até hoje, o mais completo já encontrado”, e na presente edição dirigida pelo Visconde de Santarém (1841).⁹⁰ A edição em tela, que também

⁸⁶ Segundo João Carlos Garcia, Manuel Francisco de Macedo Leitão e Carvalhosa foi “historiador, político e diplomata do segundo quartel do conturbado século XIX português, depois de ter sido nomeado para uma série de postos diplomáticos que nunca chega a ocupar (em Viena, Estocolmo, Paris, Copenhaga e Washington, entre 1814 e 1824), cumpriu uma breve carreira política como ministro da Marinha e Ultramar (1827) e ministro dos Negócios Estrangeiros (1827 e 1828-1833). Na sequência da vitória das forças liberais sobre o regime absolutista do rei D. Miguel, Santarém exilou-se em Paris (1834). Retomou aí uma vida de estudo iniciada anos antes no Brasil, onde se refugiara juntamente com a Corte de D. João VI, pouco antes das tropas de Napoleão entrarem em Lisboa em 1807. Exerceu ainda como guarda-mor do Real Arquivo da Torre do Tombo e oficial-mor da Casa Real. Foi membro de muitas das mais prestigiadas instituições científicas do seu tempo, v.g. as Academias das Ciências de Lisboa, Madrid, Berlim, Roma e Turim, as Sociedades de Geografia de Paris, Londres, Berlim, Frankfurt e São Petersburgo e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tornou-se o primeiro estrangeiro membro do *Institut de France*.” GARCIA, João Carlos (coord.). *A História da Cartografia na obra do 2º Visconde de Santarém. Exposição cartobibliográfica. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2006, p. 150.*

⁸⁷ *Ibidem*, p. 151.

⁸⁸ *Idem*.

⁸⁹ A obra foi publicada com o longo título: “**Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné, segundo o manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, modernizada, com notas, glossário, e uma introdução...** Mas, apesar de no título aparecer a indicação de ter sido feita **segundo o manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris**, a verdade é que ela foi feita segundo a velha edição de Paris, de 1841, do Visconde de Santarém, apenas com algumas correções segundo o manuscrito de Paris quando os erros da edição de Santarém eram por demais evidentes à simples leitura.” CARVALHO, Joaquim Barradas de. As Edições e as Traduções da “Crônica dos feitos da Guiné”, in *Revista de História*, N.º 61, São Paulo, 1965, pp. 182, 183, *grifos do autor*. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123310> > Acesso em 13-10-2017.

⁹⁰ Cf. BARBOSA (2017), op. cit. p. 52.

ficou conhecida como *Principis*, assim como a atuação do Visconde, dialogam com o esforço literário e político de reforçar a legitimidade da presença portuguesa em suas colônias africanas no século XIX.

Além da valorização do sentimento nacional que permeava a sociedade portuguesa, bem como todo interesse e envolvimento pessoal do Visconde no contexto político português, existiam outros pressupostos que motivaram o interesse do diplomata português na pesquisa e publicação da presente versão da crônica de Zurara. Garcia salienta sobre as ambições francesas e britânicas em algumas colônias portuguesas na África, que resultaram em disputas diplomáticas com Portugal no século XIX. Trata-se dos interesses dessas duas nações nas “possessões portuguesas na Senegâmbia, materializadas no contencioso diplomático luso-francês a propósito da região de Casamansa, na foz do rio Grande (1839-1845)”. Refere-se também ao “contencioso luso-britânico pela posse da ilha de Bolama” no litoral da Guiné Bissau.⁹¹ Este último, especialmente, surge em 1839, dois anos antes da edição e publicação da crônica de Zurara, e logo depois da descoberta do códice original na Biblioteca Nacional de Paris em 1837. Nesse momento tão conturbado, apesar da sua condição de exilado, o Visconde produzia suas pesquisas na referida crônica de Zurara. Contudo, a disputa mencionada só foi decidida a favor de Portugal em 1870.

Portanto, a presente edição da crônica, assim como o manuscrito original, foram publicados em meio às disputas e interesses políticos em torno de territórios africanos. Em ambos os casos, através da escrita histórica, foram produzidas para legitimar a presença portuguesa nesses territórios. Com isso é possível perceber que, embora as duas publicações estejam separadas por mais de trezentos anos, trazem em suas respectivas edições o envolvimento de homens que também compartilhavam do interesse e esforço de valorizar e preservar o passado da nação através da escrita que exaltasse essa memória. Zurara, no século XV, descrevia os ‘grandes feitos’ do pioneirismo português no Atlântico e nos litorais africanos. Do mesmo modo, no século XIX, o Visconde de Santarém empreendeu esforços diplomáticos e intelectuais para viabilizar novamente essa memória à literatura portuguesa. Estava ávido para

⁹¹ GARCIA (2006), op. cit. p. 151.

disponibilizar esse importante documento, que contribuiria com o sentimento nacionalista português vigente.

Antes de concluir esse capítulo, também é importante esclarecer que, ao longo da presente pesquisa, não se pretende afirmar, nem mesmo sugerir, uma forma explicativa capaz de perpassar por todo o imaginário lusitano sobre o continente africano. O que está em pauta são as visões presentes na obra de Zurara e Pacheco Pereira. Suas obras, ao mesmo tempo em que descreviam o pioneirismo português no litoral ocidental da África, apresentavam as primeiras concepções da Corte avisina e seus agentes sobre esses povos e territórios. A desconhecida 'Terra dos Negros', cujas imagens estavam bem longe de ser padronizadas.

No capítulo seguinte, será apresentada a próxima obra selecionada como fonte no presente trabalho: *Esmeraldo de situ orbis*, de Duarte Pacheco Pereira.⁹² Após essas apresentações, as duas obras serão postas em perspectiva comparativa no esforço de rastrear aproximações, continuidades e descontinuidades das visões da Coroa e seus representantes sobre a África e o africano. Essas percepções serão discutidas nas imagens construídas pelas narrativas dos dois autores. Ambos protagonistas do século XV: um da primeira metade do século e outro, também a serviço da Corte avisina, narrando suas experiências estabelecidas na segunda metade do século.

A escolha das duas obras também se justifica pelo fato desses autores serem homens de confiança da Corte avisina e atenderem, ainda que em funções diferentes, aos interesses da Coroa nos empreendimentos ultramarinos do século XV. Ambos constroem narrativas sobre as intenções e percepções da Coroa, dos aristocratas e altos funcionários que serviam e transitavam nos ambientes sociais principescos e, ao mesmo tempo, mantinham relações, interesses e expectativas nos territórios do litoral oeste da África. Ou seja, considerando a convergência dessas funções e interesses, as oportunidades de análises são diversas para compararmos as imagens de exploração e domínio, construídas pelas representações presentes nas narrativas desses autores. Zurara, que conclui sua obra em 1453, descreve o

⁹² PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1892. Disponível na Biblioteca nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital: <<http://purl.pt/28964>> Acesso em: 16-09-2017.

momento em que Portugal assume definitivamente suas pretensões ultramarinas, assim como as terras e as gentes com que os lusitanos continuamente iam estabelecendo seus primeiros contatos na África subsaariana. Pacheco Pereira, por sua vez descreve a continuidade desses contatos e expansão lusitana nos mesmos territórios descritos por Zurara. Embora o *Esmeraldo* tenha sido escrito na primeira década do século XVI, as experiências e percepções descritas na obra, são do último quartel do século XV. Portanto, os dois olhares sobre a África estão no século XV.

Outro ponto importante é que as respectivas obras ficaram ausentes do cenário literário português por quase quatro séculos. Após sua primeira edição, a crônica de Zurara foi citada por João de Barros (1496-1570), no segundo quartel do século XVI. O mesmo alegou ter lido e examinado uma cópia do manuscrito de Zurara que teria encontrado espalhada nos arquivos que consultou. Em 1540, o cronista e frade dominicano espanhol, Bartolomeu de Las Casas (1484-1566), sugeriu que teria uma cópia do manuscrito, mas a mesma nunca foi encontrada. Escrevendo em 1567, o historiador português, Damião de Góis (1502-1574), afirmou que o manuscrito havia desaparecido. Desde então, a obra só voltaria a ser apreciada e mencionada nos círculos literários e acadêmicos no século XIX, após a descoberta da cópia do manuscrito completo, em 1837, por Jean-Ferdinand Denis.⁹³ O *Esmeraldo* também só foi reintegrado à literatura portuguesa no final do mesmo século. A publicação das duas edições correspondia e ajustava-se ao forte sentimento nacionalista português do período. Esse perfil é uma marca indisfarçada no discurso dos prefaciadores das respectivas edições. Inclusive, a edição do *Esmeraldo* concorreu, conforme será visto, para ser lançada como publicação comemorativa à descoberta da América por Cristóvão Colombo no seu quarto centenário. O ano solene era o de 1892 – ocasião em que a obra foi escolhida e eleita para a referida edição comemorativa. Mas as condições que motivavam e dialogavam com a publicação dessas edições serão um pouco mais discutidas no final do próximo capítulo.

⁹³ Cf. BARBOSA (2017), op. cit. p. 51; CARVALHO, Joaquim Barradas de. *As Edições e as Traduções da “Crônica dos feitos da Guiné”*, in Revista de História, N.º 61, São Paulo, 1965, p. 181. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123310> > Acesso em 13-10-2017.

CAPÍTULO 2

O *Esmeraldo* no Quarto Centenário das Grandes Descobertas

CAPÍTULO 2

O *ESMERALDO* NO QUARTO CENTENÁRIO DAS GRANDES DESCOBERTAS

A edição do *Esmeraldo de situ orbis* abordada nessa pesquisa foi editada em 1892.⁹⁴ Trata-se da primeira publicação na íntegra de todos os manuscritos referentes ao *Esmeraldo*, acrescentada por notas biográficas de seu editor, o paleógrafo Raphael Eduardo de Azevedo Basto (? - 1902). Sua edição original foi escrita, provavelmente entre os anos de 1505 a 1508, pelo capitão-mor dos mares da Índia e cosmógrafo português Duarte Pacheco Pereira (1460-1533). Sua obra pode ser entendida como um roteiro, contendo os relatos de suas viagens e experiências ao redor da África, principalmente na costa ocidental, assim como nas possessões estabelecidas pela Coroa no litoral oeste da Índia. Originalmente, sua obra compreenderia um total de cinco livros, no entanto, infelizmente, só foram escritos os três primeiros e parte do quarto. O manuscrito original se perdeu, porém sobreviveram ao tempo duas cópias: uma na Biblioteca pública de Évora e a outra na Biblioteca Nacional de Lisboa.⁹⁵

Não é preciso uma leitura acurada no *Esmeraldo* para rapidamente perceber que a vida de Duarte Pacheco Pereira está intimamente relacionada aos empreendimentos lusitanos. O autor apresenta detalhes dos sucessos e insucessos daqueles que se entregaram ao expansionismo português pelo Atlântico. Segundo José Rivair Macedo, trata-se de um apanhado do pioneirismo marítimo lusitano no último quartel do século XV, onde estão presentes elementos literários comuns na crônica, nos relatos de viagem, nos roteiros e guias náuticos, nos tratados de geografia, “com algum toque de filosofia.”⁹⁶ Todas essas experiências e conhecimentos náuticos, acumuladas nesse período e sintetizadas no *Esmeraldo*, foram fundamentais à continuidade e manutenção das navegações e comércio dos portugueses na primeira década do século XVI.

⁹⁴ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1892. Disponível na Biblioteca nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital: < <http://purl.pt/28964>> Acesso em: 16-09-2017.

⁹⁵ Ibidem. Comentário introdutório do inspetor geral interino, Thomaz Lino de Assumpção.

⁹⁶ MACEDO, José Rivair. *Duarte Pacheco Pereira e os povos akan da Costa d Ouro (1508-1520)*. In: no XVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2015, Florianópolis. Anais do XVIII Encontro Nacional de História - ANPUH, 2015, p. 2. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1424542802_ARQUIVO_DuartePachecoPereiraeospovosAkandaCostadoOuroANPUH.pdf> Acesso em 23-10-2018.

Rivair afirma que toda a obra foi escrita seguindo “os conhecimentos geográficos e náuticos das partes do Velho Mundo incorporadas ao domínio português.”⁹⁷ Como já foi mencionado, originalmente, ela compreenderia um total de cinco livros, porém só foi possível concluir os três primeiros e parte do quarto. Conforme o *Índice Existente No Catalogo dos Manuscritos da Biblioteca d'Évora*, o *Esmeraldo* é uma “espécie de roteiro cosmográfico histórico dos Descobrimentos Ultramarinos portugueses” e está dividido e organizado em quatro livros.⁹⁸

O primeiro livro, nos primeiros vinte e um capítulos, apresenta as coordenadas gerais das partes do mundo (até então conhecidas e habitadas pelo homem) com as rotas marítimas tradicionais. Os últimos doze capítulos concentram-se basicamente nas descrições das novas rotas e territórios alcançados no período do Infante D. Henrique, que compreendia o extenso litoral sudoeste da África, desde o Cabo Branco para o Cabo Verde até Serra Leoa. Todas as informações da obra encontram-se divididas de acordo com os descobrimentos e conquistas dos príncipes avisinios. Em seguida, coube ao segundo livro as descrições dos descobrimentos sob a administração de D. Afonso V. Ou seja, em onze capítulos, apresenta os principais rios e rotas conhecidas desde a Serra Leoa até a Costa da Mina, que compreendia toda a região da Costa do Ouro e a Costa dos Escravos. O terceiro livro, em nove capítulos, relata o que foi descoberto pelo “sereníssimo Príncipe El-Rei Dom João o segundo de Portugal”.⁹⁹ Nele, são apresentados os territórios do litoral desde o “reino do Congo e da terra dos anzicos, onde comem os homens”,¹⁰⁰ até o “Cabo da Boa Esperança, onde a África faz fim”.¹⁰¹ Finalmente, nos seis capítulos do quarto livro, Pacheco Pereira apresenta os territórios no litoral da África Oriental e das Índias que, sob o governo de Dom Manuel I, foram recentemente alcançados e ocupados pelos portugueses.¹⁰²

O título da obra está composto pela palavra *Esmeraldo* e pela expressão latina *De Situ Orbis*. A segunda parte do título não é de particular interpretação.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ PEREIRA (1892), op. cit. Índice da obra, p. XXXIII.

⁹⁹ Ibidem, p. XXXV.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² MACEDO (2015), op. cit. p. 3.

Com o auxílio e conhecimento básico do latim sabe-se que a mesma significa ‘dos sítios da Terra’. Portanto, o significado do título seria algo próximo a ‘Esmeraldo dos Sítios da Terra’.

Segundo Joaquim Barradas de Carvalho¹⁰³, a segunda parte do título teria sua origem em uma inspiração na obra *De Situ Orbis*, do geógrafo Pompônio Mela (século I). Trata-se de uma obra geográfica (muito lida no período renascentista) escrita na década de 40 do primeiro século, onde Pompônio Mela descreve os territórios e populações nos três continentes conhecidos. Barradas de Carvalho afirma que essa obra foi citada, direta e indiretamente, “uma trintena de vezes”¹⁰⁴ por Pacheco Pereira, mostrando a admiração e interesse do escritor navegante pela obra de Pompônio Mela. Até aqui, Barradas de Carvalho afirma que a historiografia não tem ressalvas quanto ao significado da segunda parte do título cunhado por Pacheco Pereira.

Porém, a decifração da primeira parte não tem encontrado consenso nas análises de historiadores e semiólogos. Barradas de Carvalho apresenta as fragilidades das principais propostas de decifração que se conhecia sobre essa parte do título, até 1968, e rejeita todas elas.¹⁰⁵ No entanto, propõe uma decifração que focasse em três pontos que ele considera irrefutáveis.

Em primeiro lugar, acredita que as “fontes mais importantes da obra de Duarte Pacheco Pereira são o *De Situ Orbis* de Pompônio Mela e a *História Natural* de Plínio” escrita nos anos 70 do primeiro século.¹⁰⁶ A primeira, como já foi dito, explica o significado da segunda parte do título criado por Pacheco Pereira, ‘sítios da Terra’.

A obra de Plínio, o Velho (ca. 23-79 d.C.) tratava-se de uma coletânea sobre as diversas ciências antigas, distribuídas em 37 volumes. Sua tradução italiana, de Christophoro Landino, publicada em Veneza, entre 1476 e 1481, foi muito utilizada por Pacheco Pereira para redigir sua obra. Aqui entra o segundo ponto defendido por Barradas de Carvalho para decifrar a primeira parte do título: o último livro (XXXVII) da coleção de Plínio “tem vários capítulos dedicados

¹⁰³ CARVALHO, Joaquim Barradas de. *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no ‘Esmeraldo de Situ Orbis’* in Revista de História, nº 64, São Paulo, 1965. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123715/119916>> Acesso em: 02-04-2019.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 339.

¹⁰⁵ Cf. Ibidem, pp.340-346.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 346.

às esmeraldas, pedras preciosas”¹⁰⁷. Desse modo, apresentando o último ponto, também é muitíssimo frequente o emprego da forma italiana *smeraldo* “nos capítulos referentes às esmeraldas (Livro XXXVII, Capítulos VI e VII)”¹⁰⁸

Enfim, para Barradas de Carvalho, os recorrentes usos e leituras de Pacheco Pereira em *De Situ Orbis* de Pompônio Mela e a *História Natural* de Plínio deram origem ao título *Esmeraldo de situ orbis*. Em outras palavras, “as duas fontes mais importantes de sua obra explicariam a origem do seu título”. A decifração do título seria algo próximo à “Esmeraldas dos Sítios da Terra” ou “Pedras Preciosas dos Sítios da Terra”. Ou seja, o “*De Situ Orbis* de Pacheco, o *De Situ Orbis* dos tempos modernos, destinado a substituir o *De Situ Orbis* da antigüidade, o de Pompônio Mela.”¹⁰⁹

2.1 Um Parecer Favorável

Segundo Thomaz Lino de Assumpção (1844-1902), inspetor geral interino dos arquivos e bibliotecas públicas de Portugal, o objetivo dessa edição seria comemorar a descoberta da América por Cristóvão Colombo no seu quarto centenário. A obra concorria também à exposição comemorativa no referido centenário e surge como resultado do trabalho do referido conservador do Real Arquivo da Torre do Tombo, o Sr. Raphael Eduardo de Azevedo Basto. Sem saber que destino teve a versão original do *Esmeraldo*, o referido editor transcreveu e revisou a obra a partir das edições dos dois manuscritos, já mencionados, conhecidos dos estudiosos da época. Ambos do século XVII, provenientes da Biblioteca de Évora, sendo que o mais recente dos dois já se encontrava incorporado à biblioteca de Lisboa.¹¹⁰

Para justificar a aprovação da obra à concorrência da referida exposição comemorativa na biblioteca de Lisboa, o inspetor geral, Lino de Assumpção, afirma que o *Esmeraldo* “é o mais completo compendio do que sobre náutica e geografia marítima – especialmente a da costa africana – se sabia nos fins do século XV e primeiros anos de XVI”. Em sua justificativa, não deixa de apontar também algo que, na época, já era considerado polêmico. Trata-se de uma

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 347.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 348.

¹¹⁰ PEREIRA (1892), op. cit. Comentário introdutório do inspetor geral interino, Thomaz Lino de Assumpção.

passagem no *Esmeraldo* que, segundo Lino de Assumpção, prova “claramente que em 1498, na Corte de D. Manuel (1469-1521) havia fundadas suspeitas, se não cabal conhecimento, da existência d'essa parte da América que depois se chamou Brasil.”¹¹¹ Seque o referido trecho de Pacheco Pereira:

E além do que dita é a experiência, que é madre das cousas, nos desengana e de toda dúvida nos tira; e, portanto, bem-aventurado Príncipe, temos sabido e visto como no terceiro ano de vosso reinado, do ano de nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além da grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme, [...] atravessando além todo o oceano diretamente a ocidente ou a oeste segundo ordem de marinharia, por trinta e seis graus de longura, que serão seiscentas e quarenta e oito léguas de caminho, contando a dezoito léguas por grau, e a lugares algum tanto mais longe, é achada esta terra...; e indo por esta costa sobredita do mesmo círculo equinocial em diante, por vinte e oito graus de ladeza contra o pólo antártico, é achado nela muito e fino brasil com muitas cousas de que os navios nestes reinos vêm grandemente carregados.¹¹²

Nesse sentido, ele aponta a originalidade que a polêmica descrição confere à obra – a possível viagem do famoso navegador às costas brasileiras dois anos antes de Cabral desembarcar no nordeste da América Portuguesa. Em defesa da importância cultural da obra, Lino de Assumpção também salienta sobre a importância do inédito conjunto de *fac-símiles* e transcrições que Raphael Eduardo de Azevedo Basto apresenta nessa edição do *Esmeraldo*. Trata-se de um conjunto de documentos, encontrados “no meio de diferentes obras de leitura nem sempre atraente”. Eles foram anexados à obra após exaustivas pesquisas e leituras de Azevedo Basto. Segundo Lino de Assumpção, eles esclarecem “muitos pontos obscuros” da vida de Pacheco Pereira, além de justificar “textos e documentos, cuja autenticidade convém que seja cabalmente conhecida, para que sobre eles nem sequer paire a menor suspeita”.¹¹³ Com essas justificativas, em nome da Inspeção Geral dos Arquivos e Bibliotecas Públicas de Portugal, Lino de Assunção dá o seu parecer favorável

¹¹¹ Cf. *idem*.

¹¹² PEREIRA (1892), *op. cit.* p.7.

¹¹³ *Ibidem*. Comentário introdutório do inspetor geral interino, Thomaz Lino de Assumpção.

para que essa edição pudesse “concorrer á festa do centenário dentro das condições do programa”.¹¹⁴

2.2 Relevância da Obra

Azevedo Basto, em sua notícia introdutória, definiu o *Esmeraldo* como “precioso tesouro de informações históricas e geográficas”. Afirma que os relatos de Pacheco Pereira seriam as informações mais completas e confiáveis “que se conhecia no principio de quinhentos”. Ali estariam preciosas informações sobre o pioneirismo português no Atlântico e as “grandes questões cosmográficas dos antigos tempos”. Sobretudo, advoga especial atenção aos capítulos que descrevem a costa ocidental do continente africano, local de maior experiência de Pacheco Pereira. Acreditava na importância dessas informações no sentido de poder comparar os nomes e localizações do século XIX com os nomes e localizações que se conheciam no século XV “e até sobre o ponto de vista hidrotopográfico, a indicação de muitas profundidades naquela costa”.¹¹⁵

Além de diretor dessa edição, Azevedo Basto era membro da Comissão Portuguesa da Exposição Colombiana. Seus membros eram responsáveis pela organização e exposição das edições que comemorariam a descoberta da América por Cristóvão Colombo, no seu quarto centenário, celebrada em 1892 – ocasião em que a referida edição foi eleita para exposição. Era necessário construir, apresentar e justificar a relação de Duarte Pacheco com a Coroa sob a imagem de “celebre cavaleiro da casa de D. João II”, o “invencível soldado e audaz navegador”¹¹⁶, assim como grande protagonista do pioneirismo português no Atlântico. Para tanto, Azevedo Basto apresenta o valor do nobre capitão-mor dos mares da Índia descrevendo a tradição cavalheiresca dos Pachecos desde épocas mais remotas em Portugal.

Assim, em sua *notícia preliminar* que introduz a obra, Azevedo Basto apresenta os traços biográficos de Duarte Pacheco Pereira, o “celebre *Aquiles Lusitano*”, a partir de seus antepassados em Portugal. As informações biográficas foram coletadas no próprio *Esmeraldo*, nos “trabalhos antigos dos

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Ibidem. Notícia Preliminar de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, p. I.

¹¹⁶ Idem.

melhores historiadores e genealógicos”, assim como em documentos que o referido editor pôde encontrar em suas longas pesquisas.¹¹⁷

São 22 documentos diversos, todos anexados antes do sumário da obra. O primeiro deles, *Título de Pachecos*, descreve o brasão da família e as mais remotas informações que se conhecia sobre suas origens. Os 21 documentos que seguem são cartas, extratos de inscrições fúnebres, comprovantes de mercês e diversas provisões relacionadas à Pacheco Pereira e seus ancestrais. Através deles, Azevedo Basto rastreou e descreveu a ancestralidade dos Pachecos desde a fundação da monarquia portuguesa até seus primeiros empreendimentos na expansão marítima.¹¹⁸

Nesse sentido, é importante não perder de vista que a edição do *Esmeraldo* posta em debate foi produzida para concorrer a uma exposição comemorativa, realizada pelo Ministério do Ultramar, anteriormente denominado Ministério das Colônias. Logo, tudo que existe antes do sumário, ainda que não exclusivamente, foi construído dentro dessa configuração, sempre dialogando com o pioneirismo português nas Grandes Navegações e Descobertas. É nesse sentido que, dentre as descrições da ancestralidade de Pacheco Pereira, são privilegiadas aquelas informações que contribuem para a valorização da cultura e preservação da memória lusitana, assim como o pioneirismo português no Atlântico. Assim, também estão em evidência os trânsitos e relações dos Pachecos nas cortes portuguesas, as mercês, cargos e títulos recebidos pela Coroa e assim por diante. Toda a narrativa construída pelo editor em sua Notícia Preliminar contribui para justificar a concorrência da obra à referida exposição comemorativa.

2.3 Uma Linhagem de Pachecos Selecionados

Como será discutido no capítulo seguinte, não é possível classificar um gênero literário específico para o *Esmeraldo* como um todo. A apresentação de Azevedo Basto também segue o mesmo perfil, portanto ela será discutida e considerada como uma forma literária híbrida. Nessa notícia introdutória, a reconstrução da ancestralidade dos Pachecos se alterna entre descrições genealógicas e narrativas de diversos tipos, sempre utilizando recursos eficazes

¹¹⁷ Cf. Ibidem. Notícia Preliminar de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, p. IV.

¹¹⁸ Cf. Ibidem. Documento I. *Título de Pacheco*, p.XV.

de apresentação e omissão seletiva de personagens que reforçam a relação positiva entre os Pachecos e a Realeza. É importante salientar também que, embora o texto do editor seja do final do século XIX, ele se aproxima de um imaginário cavalheiresco medieval que se encontra em projeção nas narrativas das fontes e autores utilizados pelo referido editor, situados entre os séculos XV e XVI.

No início da notícia introdutória, o autor se expressa “através da alternância do padrão genealógico com o padrão narrativo”,¹¹⁹ onde apresenta os antepassados intencionalmente selecionados na linhagem dos Pachecos. Ao mesmo tempo em que eles justificavam a nobreza da linhagem de Duarte Pacheco Pereira, também contribuíam para a escolha dessa edição à exposição da comemoração do quarto centenário. O restante da introdução segue com uma pequena biografia de Pacheco Pereira com alguns de seus feitos a serviço da Coroa Portuguesa. São feitos selecionados para a ocasião da edição, carregados de qualidades e narrativas laudatórias intencionalmente construídas pelo editor.

O historiador José D'Assunção Barros aponta que tais recursos são muito comuns nos textos linhagísticos medievais, principalmente aqueles produzidos por autores ibéricos. Ele propõe que os gêneros híbridos, nomeadamente nos textos linhagísticos, podem ser entendidos como aqueles que se constituem de conciliações ou interposições de diferentes “padrões formais, dois ou mais modos de apresentação do texto, materiais e conteúdos francamente diversos ou estilos textuais bem diferenciados”.¹²⁰

No Entanto, o gênero híbrido da presente discussão será para pensar especificamente sobre a introdução dessa edição, onde “de saída alterna a forma genealógica e a forma narrativa, e que, além disto, encaminha através da sua parte narrativa conteúdos tão diversos como [...] os registros com pretensão histórica, [...] os episódios de memória familiar, os *exempla* e os textos de cunho moral.”¹²¹

¹¹⁹BARROS, José D'Assunção. *Os livros de linhagens na Idade Média Portuguesa. A constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa*. Convergência Lusíada, v. 25, p. 74-105, 2012. p. 79. Disponível em: <<http://rgplrc.libware.net/ojs/index.php/rcl/article/view/67/67>> Acesso em 06-07-2017.

¹²⁰ Ibidem, p. 75.

¹²¹ Idem.

Portanto, o conceito de narrativa para o texto de Azevedo Basto será entendido como uma organização de informações em uma dada ordem cronológica que concentra essencialmente a história de Pacheco Pereira e seus antepassados, admitindo eventualmente subenredos envolvendo o reino de Portugal e membros da realeza. A forma genealógica, sempre alternando com a narrativa, será aqui entendida como uma sequência de nomes e relações entre os nomes que constituem os antepassados que foram selecionados na linhagem de Pacheco Pereira.¹²²

Na primeira parte da notícia introdutória do editor predomina um conjunto de descrições e narrativas linhagísticas sobre os Pachecos. Na segunda parte, a parte final, segue com a descrição biográfica de Pacheco Pereira, assim como seus feitos a serviço da Coroa. De modo geral, sua narrativa está repleta de registros com pretensões históricas, assim como episódios que marcam e mesclam a memória familiar dos Pachecos com a memória lusitana. Aproxima-se bastante da literatura tardo-medieval, sendo comum encontrar diversas formas de *exempla* construídas pelo referido editor. Ou seja, reiteradamente, Azevedo Basto intercala novos segmentos narrativos de perfis literários medievais estabelecidos nos documentos originais que ele utiliza. Assim, em seu texto aparecem narrativas com ideais didáticos e moralizantes, traduzidos em modelos e comportamentos representados em Duarte Pacheco Pereira e seus antepassados.

2.4 Pachecos na Formação e Consolidação do Reino

Dos Pachecos descenderiam muitas famílias ilustres e titulares que também se ramificaram na Espanha. Os primeiros Pachecos que se teriam notícias em Portugal – segundo “uma escritura do cartório de Arouca” do final do século XI (ca. 1092) – descenderiam de D. Fernando Geremias. O mesmo era natural de Galliza e foi cavaleiro e “Rico Homem¹²³ do rei Dom Afonso VI de

¹²² Cf. Idem.

¹²³ “Em Portugal e na Espanha, onde os títulos originários do Império Carolíngio, como os de conde, visconde e barão, só começaram a ser concedidos a partir do século XIII, os senhores feudais da Alta Idade Média não tinham títulos específicos. Os senhores mais importantes eram, porém, chamados **ricos-homens** (em castelhano **magnates** ou **ricohombres**) e podiam equivaler a um conde em outros países. Para serem assim designados, deviam ser capazes de sustentar uma força de combate de pelo menos 20 homens. Eram também chamados “**senhores de pendão e caldeira**”, pois tinham um pendão (comando) próprio e uma caldeira (para alimentar sua tropa) e “**senhores de braço e cutelo**” (açoite e espada), pois tinham o

Leão”¹²⁴ (1043-1109). No reinado de D. Afonso Henriques (1109-1185), o primeiro rei português, Fernando Geremias teria recebido de D. Teresa (1080-1130) “o senhorio de Ferreira de Aves”.¹²⁵ Assim, em uma linhagem sucessiva de nove Pachecos, Fernando Geremias, tornar-se-ia o primeiro dos Pachecos a ser senhor de Ferreira de Aves. Segundo o título da família, ele teria se casado duas vezes. Sua primeira mulher chamar-se-ia Ermezenda Garcia e sua segunda mulher, D. Mayor Soares, teria fundado “o mosteiro de Ferreira, junto à Vila de Lemos.”¹²⁶ Trazer à memória a fundação desse mosteiro (onde até hoje nele existe a Igreja de São Pedro de Ferreira ou Igreja de São Salvador) também mostra a preocupação de destacar as contribuições da família Pacheco à fé cristã na sociedade portuguesa.

Embora Fernando Geremias tenha sido o primeiro dos Pachecos a ser senhor de Ferreira de Aves, isso não significa necessariamente que ele seria o primeiro senhor daquelas terras. Felgueiras Gaio, em seu *Nobiliário de famílias de Portugal*, propõe a hipótese de que o primeiro senhor seria na verdade o segundo sogro Fernando Geremias, Soeiro Viegas, pai de Mayor Soares. Gaio afirma que com ela teve Fernão Geremias quinze filhos.¹²⁷

O filho mais velho desse ilustre casal, Payo Fernandes (1100-?), assim como seu pai, é citado no *Título de Pachecos* como Rico Homem e contemporâneo do então nobre guerreiro Afonso Henriques (1109-1185) – aquele que se tornaria o primeiro rei de Portugal. Payo Fernandes, o segundo da linhagem Pacheco como senhor de Ferreira de Aves, teria participado da famosa batalha de Ourique em 1139.¹²⁸ As histórias desse famoso confronto são carregadas de versões e lendas, todas reforçando a legitimidade da dinastia

poder de julgar e impor penas de açoite ou de morte dentro de seus domínios. Eram chamados pelo título de “**Dom**” (**Dona** para as mulheres), participavam da cúria (assembleia do reino) e eram encarregados da administração das terras do reino.” COSTA, Antonio Luiz M.C. *Títulos de Nobreza e hierarquias: um guia sobre as graduações sociais na história*. São Paulo: Draco, 2014. p. 28.

¹²⁴ PEREIRA (1892), op. cit. Documento I. *Título de Pacheco*, p.XV

¹²⁵ LOURENÇO, Vanda. “*Lopo Fernandes Pacheco: um valido de D. Afonso IV*”, Estudos Humanísticos. História, n.º 5, pp. 49-69. 2006. p. 50. Disponível em: <<http://revpubli.unileon.es/index.php/EEHHHistoria/article/view/3078/2253>> Acesso em 14-03-2014.

¹²⁶ Cf. PEREIRA (1892), op. cit. Documento I. *Título de Pacheco*, p.XV.

¹²⁷ Cf. GAIO, Felgueiras. *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles; Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941. Tomo 22, pp. 9, 10. Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital:<http://purl.pt/12151/4/hg-40112-v/hg-40112-v_item4/hg-40112-v_PDF/hg-40112-v_PDF_24-C-R0150/hg-40112-v_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf> Acesso em: 12-11-2018.

¹²⁸ Cf. PEREIRA (1892), op. cit. Documento I. *Título de Pacheco*, p.XV.

afonsina. Trata-se de um episódio fundamental, que aclamou o conde de Portucale (Afonso Henriques) a rei de Portugal internamente reconhecido como D. Afonso I. A mais conhecida versão é de uma suposta intervenção divina, a lenda do Milagre de Ourique. Conta que D. Afonso Henriques de Borgonha teria recebido orientação e ajuda da Providência na famosa vitória contra um poderoso exército liderado por cinco reis mouros. O episódio da vitória sobre os cinco reis ficou eternizado no significado dos cinco escudos, dispostos em forma de cruz, centrado no limite das cores da bandeira de Portugal. O fato é que, com ou sem intervenção milagrosa, esse episódio exerceu forte influência na cultura católica e monárquica lusitana e marcou o reconhecimento interno do reino. Daí a importância de apresentar um representante da segunda geração dos Pachecos como testemunha e protagonista nesse evento fundador.

Payo Fernandes também teria participado do cerco de Lisboa em 1147.¹²⁹ Um confronto que durou quase quatro meses e também integrou o longo processo da reconquista cristã na Península Ibérica. Portanto, Payo Fernandes foi testemunha do nascimento do reino português, da aclamação e reconhecimento interno do seu primeiro monarca e também do Tratado de Zamora, em 1143, onde reino de Leão reconheceu a legitimidade do reinado de D. Afonso Henriques. Então, quatro anos depois, com o auxílio das tropas da Segunda Cruzada que se dirigiam para o Oriente Médio (para ‘libertar’ a Terra Santa), Payo Fernandes, participando das forças de D. Afonso Henriques, também teria testemunhado a derrota dos mouros e a conquista de Lisboa no cerco de 1147.

De fato, o documento I, *Título de Pachecos*, é a fonte de onde Azevedo Basto coleta boa parte das informações biográficas sobre o autor navegante e seus ancestrais. Traz logo de início a descrição do brasão de armas que representa a família Pacheco. O emblema é representado em uma alegoria de fundo dourado, formada de duas caldeiras negras postas uma sobre a outra. Ambas estão adornadas “com três faixas, cada uma de ouro e vermelho”, com “quatro cabeças de serpe [serpente] de ouro” em cada uma das alças das caldeiras. A insígnia que coroa o brasão é formada por “dois pescoços de serpe [serpente] de ouro, com duas cabeças batalhantes”.¹³⁰As duas caldeiras negras

¹²⁹ Cf. Idem.

¹³⁰ Ibidem. Documento I. *Título de Pacheco*, p.XV.

que se destacam na alegoria remontam à designação medieval de Ricos-Homens (ou Senhores de Pendão e Caldeira) – como os nobres mais importantes eram chamados na Península Ibérica antes do século XIII. O significado das caldeiras reporta-se ao prestígio e autoridade desses nobres que tinham um pendão (comando) próprio de no mínimo 20 homens em condições de combate e uma caldeira para alimentá-los. Também eram conhecidos por Senhores de Baraço e Cutelo (açoite e espada). Ou seja, “tinham o poder de julgar e impor penas de açoite ou de morte dentro de seus domínios”. Conforme as monarquias e fronteiras dos reinos ibéricos se fortaleceram, esses Ricos-Homens ficaram mais conhecidos pelo título de Dom, participando da cúria (assembleia do reino) e designados à administração das terras dos reinos.¹³¹

Os significados dos símbolos do brasão dos Pachecos são reforçados na narrativa de Azevedo Basto com os feitos e destaques dos antepassados dessa ilustre família portuguesa, que sempre se relacionou com a nobreza ocupando cargos de confiança nas armas e no aparato burocrático do reino. No entanto, na confecção de um título de família, seguindo os interesses e expectativas de quem o concedia ou encomendava, apenas os nomes e feitos considerados mais relevantes à história da família eram documentados. Por esse motivo não se encontram no documento os nomes de alguns dos senhores de Ferreira de Aves.

Nas descrições do título familiar em questão omitem-se duas gerações entre os feitos de Payo Fernandes (a segunda geração) e Fernão Rodrigues Pacheco (a quinta geração). Conforme o quadro comparativo a seguir, não estão presentes os feitos de Pero Paes (terceira geração) e de Rui Pires Ferreira (quarta geração). Por que omitir os dois e então ir direto para Fernão Rodrigues Pacheco, o quinto da linhagem Pacheco como senhor de Ferreira de Aves? Azevedo Basto faz referência a esse Pacheco como quem convenceu “o Conde de Bolonha” levantar “o cerco de Castelo de Celorico, enviando-lhe um presente de trutas frescas”.¹³² Mas será que os feitos de seu pai e seu avô não foram tão relevantes quanto os seus? De fato, no nobiliário de Felgueiras Gaio, por exemplo, pero Paes e Rui Pires são descritos muito rapidamente. São apresentados apenas suas esposas e os filhos que, do respectivo casamento,

¹³¹ Cf. COSTA (2014), op. cit. p. 28.

¹³² Cf. PEREIRA (1892), op. cit. Documento I. *Título de Pacheco*, p.XV.

representariam a próxima geração de Pachecos.¹³³ Quem sabe, em suas pesquisas nos arquivos do século XIX, Azevedo Basto também não tenha encontrado nada a mais que essas informações. Nada que apontasse ou sugerisse alguma relação desses Pachecos com a Coroa portuguesa, assim como algum evento que preservasse, contribuísse ou se relacionasse com memória lusitana.

QUADRO COMPARATIVO: ANCESTRAIS DE DUARTE PACHECO PEREIRA EM PORTUGAL			
GERAÇÕES	LINHAGEM COMPLETA¹³⁴	TÍTULO DE PACHECOS (DOC.I)	NOTÍCIA PRELIMINAR DE AZEVEDO BASTO
1 ^a	Fernando Geremias	Fernando Geremias	Fernando Geremias
2 ^a	Payo (ou Palágio) Fernandes	Payo Fernandes	Payo Fernandes
3 ^a	Pero Paes	SEM REGISTRO	SEM REGISTRO
4 ^a	Rui Pires Ferreira	SEM REGISTRO	SEM REGISTRO
5 ^a	Fernão Rodrigues Pacheco	Fernão Rodrigues Pacheco	SEM REGISTRO
6 ^a	João Fernandes Pacheco	SEM REGISTRO	SEM REGISTRO
7 ^a	D. Lopo Fernandes Pacheco	SEM REGISTRO	D. Lopo Fernandes Pacheco
8 ^a	D. Diogo Lopes Pacheco	D. Diogo Lopes Pacheco	D. Diogo Lopes Pacheco
9 ^a	João Fernandes Pacheco	João Fernandes Pacheco	João Fernandes Pacheco
10 ^a	Gonçalo Lopes Pacheco¹³⁵	Gonçalo Pacheco ou Gonçalo Lopes Pacheco	Gonçalo Pacheco
11 ^a	João Pacheco	João Pacheco	João Pacheco
12 ^a	Duarte Pacheco Pereira	Duarte Pacheco Pereira	Duarte Pacheco Pereira

Tabela 1

¹³³ Cf. GAIO (1938-1941), op. cit. pp. 10.

¹³⁴ Para chegar aos nomes da linhagem completa, até Duarte Pacheco Pereira, comparei a descrição do nobiliário de Felgueiras Gaio, com a *Notícia Preliminar* e o documento *Título de Pachecos* – ambos apresentados por Azevedo Basto na introdução dessa edição do *Esmeraldo*. GAIO (1938-1941), op. cit. pp. 109-13; PEREIRA (1892), op. cit. pp. IV, V, XV, XVI.

¹³⁵ No Nobiliário de Felgueiras Gaio (1938-1941:13), no Lugar de Gonçalo Lopes Pacheco, a décima geração segue com D. Maria Pacheco. Isso deve-se a Gaio seguir apenas as descendências legítimas dos Pachecos. Por outro lado também seu nobiliário busca reconstruir a ancestralidade de outro Pacheco bem mais recente. Nas descrições e documentos apresentados por Azevedo Basto, a décima geração vem representada por Gonçalo Pacheco. O mesmo era filho bastardo de João Fernandes Pacheco. Portanto, está presente no *Título de Pachecos*, assim como na *Notícia Preliminar* por se tratar do avo de Duarte Pacheco Pereira, principal personagem cuja ancestralidade está em voga. PEREIRA (1892), op. cit. IV, V, XV, XVI.

Já no que diz respeito a Fernão Rodrigues Pacheco, sua inclusão no histórico do *Título de Pachecos* envolve um episódio conhecido sobre o Castelo de Celorico e mais um dos diversos conflitos internos na história da monarquia portuguesa. Fernão Rodrigues (1189~1258) foi o primeiro membro da linhagem dos senhores de Ferreira a utilizar o apelido de Pacheco. Em 1246, ele resistiu ao longo cerco imposto ao castelo de Celorico da Beira pelas tropas de D. Afonso III (1210-1279). O Conde de Bolonha, como também era chamado Afonso III, corria o reino exigindo fidelidade aos antigos vassalos de seu irmão D. Sancho II (1209-1248). Fernão Rodrigues resistia e protegia o castelo, mantendo-se fiel à sua nomeação de alcaide-mor (governante do castelo) e ao juramento de menagem que fizera à D. Sancho II.

É aqui que surge a lenda do presente de trutas frescas que o fiel alcaide teria enviado a D. Afonso. O referido Pacheco, quinto senhor de Ferreira de Aves, teria cozido uma truta que certa ave de rapina apanhara no rio Mondego e teria deixado cair quando sobrevoava o castelo. Para acompanhar a truta fresca, mandou preparar um pão com a pouca a farinha que lhe restara após o prolongado cerco. Assim, teria mandado levar a apresentável refeição que persuadira D. Afonso III a levantar o cerco. A estratégia do fiel alcaide-mor convenceu o monarca de que o castelo ainda teria alimentos para resistir o cerco por muitos dias.¹³⁶ Portanto, os feitos de Fernão Rodrigues no *Título de Pachecos* construíam na linhagem da família a imagem de um legado de valor, coragem, perseverança e fidelidade à Coroa portuguesa.

Qual seria o motivo, portanto, de Fernão Rodrigues não ser citado na *Notícia Preliminar* nessa edição do *Esmeraldo*? Em suas descrições linhagísticas, exemplificado no quadro comparativo acima, o editor Azevedo Basto salta da segunda para sétima geração. Ele exclui os feitos supramencionados de Fernão Rodrigues Pacheco. Prefere deixá-los intocáveis no documento em anexo do que trazê-los para sua *Notícia Preliminar*. Mas, por

¹³⁶ Cf. LOURENÇO (2006), op. cit. p. 50. ; MARTINS, Carla. *Bibliografia crítica sobre a temática de Celorico da Beira*. Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2011. p. 28. Disponível em: <<https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2032/2/corpo%20do%20texto%20da%20disserta%C3%A7%C3%A3o.doc>> Acesso em: 22-7-2015; SIMÕES, Francisco Oliveira. “A cavalaria portuguesa no cerco de Sevilha de 1248”. Dissertação de Mestrado em História na especialização de História Medieval. Universidade de Lisboa, 2015, pp. 63,64. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23960/1/ulfl200608_tese.pdf > Acesso em: 15-11-2017.

outro lado, inclui em sua notícia introdutória alguém que não se encontra no *Título de Pachecos*. Trata-se do meirinho-mor do infante D. Pedro (1320-1367), Lopo Fernandes Pacheco (? -1349), o sétimo da linhagem dos Pachecos como senhor de Ferreira de Aves, “embaixador ao Papa Benedito XII (ca. 1280 - 1342), de quem recebeu a *rosa de ouro*”.¹³⁷

2.4.1 Relações e Trânsitos nos Círculos da Realeza

Sabe-se que, durante o reinado de D. Afonso IV (1325-1357), Lopo Fernandes Pacheco ocupou o cargo administrativo de meirinho-mor. Logo, poderia atuar em diferentes territórios do reino, onde realizava a fiscalização, a administração da justiça e, por ordem do rei, também poderia prender membros da nobreza.¹³⁸ Era filho de João Fernandes Pacheco e de Estelvaíinha Lopes de Paiva. Assim, o pai de Lopo Fernandes era o sexto de sua linhagem como senhor de Ferreira de Avis. Este frequentava os mesmos ambientes de D. Dinis I (1261-1325), porém, diferente de seu filho, era uma personagem de pouco destaque. É descrito, muito rapidamente, no nobiliário dos Pachecos por Felgueiras Gaio¹³⁹ e sequer é mencionado no *Título de Pachecos* apresentado por Azevedo Basto.

No entanto, seu filho estabeleceu relações e trânsitos bem mais intensos nos círculos da realeza. Lopo Fernandes teria se casado com sua primeira esposa, D. Maria Gomes Taveira, em 1327, com quem teve Diogo Lopes Pacheco e Violante Lopes. Dezoito anos depois, estaria casado com D. Maria de Vilalobos – sua segunda esposa. A mesma seria neta materna do rei Sancho IV de Leão e Castela (1258-1295), o avô do rei Afonso XI de Leão e Castela (1311-1350). Do casamento Com D. Maria de Vilalobos “nasceu Guiomar Lopes Pacheco que casou com João Afonso Telo, 4º Conde de Barcelos”.¹⁴⁰

A historiadora Vanda Lourenço afirma que Lopo Fernandes era frequente nos círculos régios e muito estimado pela realeza. Participou da

¹³⁷ PEREIRA (1892), op. cit. Notícia Preliminar de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, p. IV.

¹³⁸ MARINHO, Elby Aguiar. “*Imaginário e experiência no Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira (séculos X-XVI)*”. Dissertação de Mestrado em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal de Goiás, 2008, p. 21. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp072039.pdf>> Acesso em: 8-10-2017.

¹³⁹ Cf. GAIO (1938-1941), op. cit. pp. 11, 12.

¹⁴⁰ Cf. LOURENÇO (2006), op. cit. p. 52.

confirmação do testamento da rainha D. Isabel (1271-1336) redigido em Coimbra no ano de 1327 e, sob o reinado de D. Afonso IV, o Bravo, exerceu os cargos de meirinho-mor e mordomo-mor do infante D. Pedro, herdeiro do trono. No mesmo período, também “pertenceu ao conselho do rei e foi nomeado pelo Bravo como seu Embaixador” na Corte Papal e na Corte de “Castela e de Aragão onde foi, muitas vezes, a serviço do monarca” ¹⁴¹. O nobre senhor de Ferreira também tinha uma “sólida fortuna econômica e fundiária”, além de proeminência política que lhe permitiram ocupar uma elevada “posição no conjunto da nobreza do reino”. Com essa próspera condição chegou a emprestar à rainha D. Maria de Padilha (1334-1361), “mulher do infante D. Pedro de Castela, para seu mantimento, a elevada quantia de duzentas dobras de ouro”. Sua rede de sociabilidade, nos círculos das sucessivas rainhas, não se confinou apenas à D. Isabel e D. Maria. Ele também “foi mordomo-mor (1334-1336) e chanceler (1349) da rainha D. Beatriz”, esposa do rei D. Afonso IV. Portanto, a confiança e aproximação de D. Lopo Fernandes à Corte régia alcançavam não só aos reis como também às rainhas. ¹⁴²

Sob instituição de “morgado” ¹⁴³, Lopo Fernandes recebeu boa parte do seu patrimônio em Ferreira de Aves, sua região de origem. Essa foi a única doação régia recebida pelos muitos serviços que, com sua esposa, prestou ao rei Afonso IV. O monarca confiou-lhes a criação dos infantes D. Pedro e D. Leonor, seus filhos, assim como também nomeou Lopo Fernandes para tutor de seus netos Vasco, Leonor e Inês. Seus serviços como embaixador às Cortes do Papa, de Castela e de Aragão, onde repetidas vezes foi em serviço régio, contribuíram para receber o “morgadio” ¹⁴⁴ de terras em Ferreira de Aves. ¹⁴⁵ O ilustre senhor de Ferreira também foi um dos cavaleiros que acompanhou e ajudou D. Afonso a vencer a batalha de Salado em 1340.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Cf. Ibidem. p. 54.

¹⁴³ “**Morgado** era o detentor de uma propriedade alodial (absoluta, não feudal) instituída pelo rei a pedido de uma família, chamada *morgadio* (*majorat* em francês, inglês e alemão; *mayorazgo* em castelhano, *ordynacja* em polonês) que não podia ser vendida ou dividida sem autorização do rei (embora pudesse ser ampliada) e tinha de ser legada na íntegra ao primogênito. Surgiu com a decadência e abolição do feudalismo, como forma de evitar a fragmentação das propriedades e proteger o status de linhagens tradicionais”. COSTA, Antonio Luiz M.C. *Títulos de Nobreza e hierarquias: um guia sobre as graduações sociais na história*. São Paulo: Draco, 2014. p. 423.

¹⁴⁴ **Morgadio** era o nome dado à propriedade de quem recebia o título hereditário de morgado. (Cf. idem)

¹⁴⁵ Cf. LOURENÇO (2006), op. cit. pp. 54, 58.

No ano seguinte, por sua coragem e lealdade ao reino português e a Santa Igreja, foi distinguido e condecorado com a *rosa de ouro* pelo Papa Benedito XII, enquanto fazia uma visita diplomática à Cúria Pontifícia sediada em Avinhão (entre os anos de 1309 e 1377). Portanto, em Avinhão, e por essa ocasião (1341), “o Papa distinguiu-o com a rosa de ouro, acontecimento que traduz bem o seu prestígio”.¹⁴⁶ A prática dessa condecoração está documentada desde o século XII. Trata-se um ornamento valioso, feito de ouro puro, consagrada pelo Papa no quarto Domingo da Quaresma. Era tradição, ao supremo líder da Igreja, condecorar monarcas e grandes personalidades que tinham demonstrado espírito de lealdade para com as causas que envolvessem os interesses da Igreja e das monarquias cristãs. Essa condecoração traduz tamanho prestígio a Lopo Fernandes Pacheco a ponto de ter sido ele o primeiro súdito português a ser honrado com a rosa de ouro. Tanto que, até a primeira metade do século XV, “apenas uma outra pessoa em Portugal seria distinguida com igual gesto de um Papa: D. Afonso V, que recebeu a Rosa de Ouro do Papa Nicolau V em 13 de Abril de 1454”.¹⁴⁷

2.4.2 Um Pacheco Entre Duas Coroas

Os feitos individuais de D. Lopo Fernandes marcaram positivamente a linhagem dos Pachecos. Porém, parece que essa trajetória de grandes feitos foi interrompida por seu filho de forma trágica, com muitas polêmicas, envolvendo um dramático assassinato, fugas, conflitos e crises diplomáticas entre Castela e Portugal.

Do casamento de D. Lopo Fernandes com D. Maria Gomes Taveira, sua primeira esposa, nasceu Diogo Lopes Pacheco (1305-1393). Ele foi o oitavo senhor de Ferreira de Aves da família Pacheco, Conselheiro de D. Afonso IV, seu Ministro de Estado, além de senhor “da Vila de Penela, de Celorico, de Oliveira, e de Belas, e do Morgado do Paço do Lumiar, do de Carniche, e do de Ladesma, e mais terras de seu pai”.¹⁴⁸ Foi um dos acusados no assassinato de D. Ignez de Castro, em 1355 – esposa do príncipe D. Pedro (1320-1367). Na ocasião, o rei Afonso IV, aproveitando a ausência de seu filho, o príncipe D.

¹⁴⁶BARROCA, Mário Jorge. *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, vol. 2/T. II, Porto: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000, p.1709.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ GAIO (1938-1941), op. cit. p. 12.

Pedro, foi com Diogo Lopes Pacheco, Pero Coelho (cunhado de Diogo) e Álvares Gonçalves executarem D. Inez de Castro. Dois anos depois, quando D. Pedro I subiu ao trono no lugar de seu pai, Diogo Lopes fugiu para França e de lá veio para Castela.¹⁴⁹

A fuga só foi possível, pois Diogo Lopes Pacheco teria sido avisado a tempo sobre a prisão dos outros dois acusados – condenados e mortos a mando de D. Pedro I nessa ocasião. Segundo a narrativa no *Nobiliário* de Gaio, o aviso teria vindo de uma pobre mulher a quem Diogo Lopes costumava dar esmolas. Assim, imediatamente fugiu para Avinhão, na França, “onde foi muito estimado do rei D. Henrique o Bastardo” (1334-1379). De lá teria retornado com o monarca “para Castela e lhe fez muitas mercês dando-lhe o lugar [vila] de Vivar, e outras terras, e a dignidade de Rico Homem, e notário-mor de Castela”.¹⁵⁰

Em meio a negociações diplomáticas e intercessão de D. Henrique II, o rei D. Pedro I perdoou Diogo Lopes Pacheco pela morte de D. Inês de Castro, além de restituir seus bens e honras que tinha em Portugal. Mas, somente após a morte de D. Pedro I, Diogo Lopes retorna a Portugal no início do reinado de D. Fernando I (1345-1383). Nessa ocasião, os bens de Diogo Lopes lhes foram restituídos, porém, só foram confirmados juridicamente, por provisão régia, em 8 de Março de 1405, na vila de Santarém, durante o reinado de D. João I (1357-1433), o primeiro monarca da Casa de Avis.¹⁵¹

O rei D. Fernando I fez muitas mercês à D. Diogo Lopes e teria se servido “sempre dele com grande confiança”. “Porém, desgostoso depois do dito rei D. Fernando”¹⁵² morrer (1383), Diogo Lopes retornou para Castela, enquanto um período conflituoso se instaurava em Portugal. O rei não deixou um filho varão para lhe suceder ao trono e sua única filha legítima, a infanta D. Beatriz (1373-1420), era a recente esposa de D. João de Castela (1358-1390). Essa união se constituía em uma oportunidade para Castela e, ao mesmo tempo, uma ameaça para o reino de Portugal perder sua independência. E, por outro lado, havia a insatisfação não velada da burguesia, e boa parte da nobreza, quanto à regência da rainha viúva D. Leonor Teles (1350-1386). Tudo

¹⁴⁹ CF. PEREIRA (1892), op. cit. Documento I. *Título de Pacheco*, p.XV; GAIO (1938-1941), op. cit. p. 12.

¹⁵⁰ GAIO (1938-1941), op. cit. p. 12.

¹⁵¹ Cf. Idem.

¹⁵² Idem.

isso acrescentava ao cenário português um clima de conflitos e insegurança, que culminaria na regência de D. João I (o meio irmão do falecido D. Fernando I) em dezembro de 1383 e sua ascensão ao trono em 1385.

Nesse período de crise (1383-1385), enquanto esteve em Castela, Diogo Lopes chegou pegar em armas contra Portugal. Ao lado de “seus filhos D. João Fernandes Pacheco, D. Lopo Fernandes Pacheco e D. Fernão Lopes Pacheco” teria participado do cerco de Lisboa (1384), quando D. João, o Mestre de Avis, ainda era o regente de Portugal.¹⁵³ Nessa mesma ocasião, Diogo Lopes teria entrado pelo Alentejo, conquistado “Almeida e Pinhel e Viseu por assalto” e também teria feito “grandes derrotas” em Portugal.¹⁵⁴

2.4.3 Lealdade à Dinastia de Avis

As informações sobre as relações de Diogo Lopes Pacheco com as Coroas de Castela e Portugal são no mínimo bem controversas. É de difícil compreensão as condições em que ele transitava nas duas Cortes. Ora como conselheiro em Castela e comandante em uma de suas tropas, ora exercendo funções semelhantes em Portugal. Tanto que, e não se sabe ao certo em que condições, em 1385 ele já teria reconstruído suficiente confiança para assistir às “Cortes de Coimbra”, ser “nomeado por Conselheiro do dito rei [recém coroado D. João I], e sendo já de 80 anos esteve com ele na [batalha] de Aljubarrota”.¹⁵⁵ Diogo Lopes participou da vitória portuguesa contra as forças castelhanas que pôs fim à Crise de 1383-1385. Mas, somente 16 anos depois, a soberania de Portugal foi reconhecida por Castela. Ou seja, durante a regência de Catarina de Lancaster, foi assinado o Tratado de Ayllón (1411) entre Castela e Portugal, reconhecendo D. João I de Avis como rei de Portugal. Talvez a relação de um Pacheco no processo que marcou a fundação da dinastia de Avis tenha contribuído para o editor incluir esse antepassado em sua narrativa sobre a linhagem de Duarte Pacheco Pereira.

Do casamento de Diogo Lopes Pacheco “com D. Joana Vasques Pereira – filha de D. Vasco Pereira e sua mulher D. Inês da Cunha”¹⁵⁶ – nasceram-lhes sete filhos. O primogênito desse casal, D. João Fernandes Pacheco, foi o nono

¹⁵³ Cf. PEREIRA (1892), op. cit. Documento I. *Título de Pacheco*, p.XV

¹⁵⁴ Cf. GAIO (1938-1941), op. cit. p. 12.

¹⁵⁵ Cf. Idem.

¹⁵⁶ GAIO (1938-1941), op. cit. p. 12.

e último senhor de Ferreira de Aves da linhagem dos Pachecos.¹⁵⁷ Sua participação e sua liderança nas batalhas de Trancoso e Aljubarrota não foram menosprezadas pela Coroa. Por conta de sua contribuição nas duas vitórias portuguesas contra as referidas incursões castelhanas, D. João I “confirmou-lhe a posse de todos os bens doados ao seu pai, nomeou-o seu guarda-mor, e deu-lhe mais a alcaidaria-mor de Santarém”.¹⁵⁸

Sem esses feitos não seria possível a sua inclusão no nobiliário da família, assim como também na “Chronica do rei Dom João I, cap. CLXI” (capítulo 161)¹⁵⁹. Nela, diz que seu pai, Diogo Lopes Pacheco, trouxe João Fernandes Pacheco para Portugal, “em tempo duvidoso”¹⁶⁰, junto com os seus irmãos Lopo Fernandes e Fernão Lopo. A contribuição de João Fernandes à vitória na batalha de Trancoso, em 29 de maio de 1385, foi de tanto valor e ajuda que, três meses depois, “D. João I lhe escreveu convidando-o para a de Aljubarrota”¹⁶¹. Na dita carta, o rei expressava sua confiança em João Fernandes e rogava-lhe que conduzisse “os fidalgos da Beira, para que viessem achar-se na dita batalha”.¹⁶² Parece que tamanha confiança foi posta à prova em Aljubarrota. Não se sabe o motivo, mas, João Fernandes, com seus homens, atrasou-se sobremaneira a ponto do rei duvidar de sua efetiva vinda. Na ocasião, o já octogenário D. Diogo Pacheco, presente no dito conflito, saiu em defesa de João Fernandes perante o rei: dos demais homens eu não posso falar, “mas João Fernandes é meu filho, e eu sou certo que ele virá”¹⁶³. Como de fato veio, e contribuiu bastante na vitória sobre as forças castelhanas, “como escreve o cronista Fernão Lopes, cap. XL, pag. 412.”¹⁶⁴

2.4.4 Protagonistas da Expansão Marítima

João Fernandes Pacheco deixou um filho bastardo por nome Gonçalo Pacheco. Foi criado do Infante D. Henrique (1394-1460) e recebeu a mercê de tesoureiro-mor da Casa de Ceuta em 12 de Fevereiro em 1439.¹⁶⁵ Nessa

¹⁵⁷ Cf. Idem.

¹⁵⁸ PEREIRA (1892), op. cit. Notícia Preliminar de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, p. IV.

¹⁵⁹ Ibidem. Documento I. *Título de Pacheco*, p.XVI.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

época, o rei Afonso V (1432-1481), sobrinho do Infante D. Henrique, encontrava-se impedido de reinar devido à sua menor idade. Então, foi pela autoridade da regência conjunta da rainha Leonor de Aragão (1402-1445) com o Infante D. Pedro (1392-1449) que Gonçalo Pacheco recebeu a tarefa de documentar e registrar as finanças da Casa de Ceuta – órgão institucional régio criado para abastecer a recém conquistada cidade de Ceuta (1415). Ele era responsável pela “gestão das rendas do rei destinadas à manutenção da praça, com especial enfoque na alimentação, panos e logística naval” que sustentavam o comércio e a estrutura de Ceuta.¹⁶⁶

É assim que Azevedo Basto apresenta o avô de Duarte Pacheco Pereira; mais um dos Pachecos envolvidos nos empreendimentos econômicos, burocráticos e militares da Coroa. Além de “tesoureiro do dinheiro e panos que pertencem à casa de Ceuta”, Gonçalo Pacheco também fora escudeiro do Infante D. Henrique nas primeiras incursões militares de anexações territoriais no norte da África e teve suas funções alargadas durante o reinado de Afonso V.¹⁶⁷ Além de tesoureiro-mor ele tinha embarcações que faziam fretamentos “de alimentos que vinham de Lisboa para Ceuta”, pagos pela Casa de Ceuta. Possuía outras “embarcações associadas ao corso¹⁶⁸ no estreito e à captura de escravos entre a Mauritânia e Senegal”.¹⁶⁹

Quando Gonçalo Pacheco se aposentou do ofício de tesoureiro já havia acumulado “grossa fazenda” e continuava armando “navios para algumas

¹⁶⁶ MESQUITA, José Miguel Zenhas. *O Abastecimento Alimentar de Ceuta, 1415-1458*. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017, p. 68. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/110153/2/242862.pdf>> Acesso em: 24-12-2018.

¹⁶⁷Cf. PEREIRA (1892), op. cit. Notícia Preliminar de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, p. IV, V; Documento I. *Título de Pachecos*, p. XVI.

¹⁶⁸ Essas embarcações portuguesas no estreito de Gibraltar, identificadas com a prática de corso, eram navios mercantes armados ou de guerra autorizados pela Coroa para atuar naquela região. Na primeira metade do século XV, tinham “como alvos os muçulmanos de Marrocos e do reino de Granada. Ceuta, a partir da conquista, passou a ser uma base de atividade contra a navegação muçulmana.” Deste modo, desde o século XIV “os portugueses praticavam a rapina naval no estreito de Gibraltar. Com a conquista de Ceuta, o quinto de guerra passou a ser atribuído aos capitães e governadores, desde D. Pedro de Meneses até a D. Sancho de Noronha. Falamos de enriquecimento econômico e social, sendo o corso a maior fonte de rendimento ao dispor dos capitães. As mesmas embarcações que eram empregues para o corso poderiam servir como navios de fretamento, sendo esta, segundo Nuno Campos, uma atividade menos lucrativa.” MESQUITA, José Miguel Zenhas. *O Abastecimento Alimentar de Ceuta, 1415-1458*. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017, p. 59. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/110153/2/242862.pdf>> Acesso em: 24-12-2018.

¹⁶⁹ Idem.

partes” do comércio marítimo português. Gonçalo Pacheco é apresentado por Azevedo Basto como um verdadeiro protagonista e empreendedor nos descobrimentos portugueses. Recebeu “licença do Infante D. Henrique para mandar um navio” ao Cabo Branco recém descoberto no norte da África. Assim, participou do comércio que ali se instaurou, provavelmente, a partir da feitoria inaugurada (pelo Infante) na Ilha de Arguim em 1445. Nessa ocasião, deu a capitania do navio ao lisboeta “Diniz Eanes da Grã, escudeiro do Infante D. Pedro, e sobrinho em primeiro grau de sua mulher”.¹⁷⁰

No ano de 1475, Gonçalo Pacheco ainda era vivo, “como consta a chancelaria do dito ano” na cidade de Lisboa. Sua mulher chamava-se Ana Diniz e nessa época ele possuía um morgadio próximo à vila de Azambuja, onde nomeou o morgado da propriedade à “sua filha Margarida Pacheca, e outra filha, em cujos descendentes não há dúvida”.¹⁷¹

No entanto, além da descendência legítima, Gonçalo Pacheco deixou um filho bastardo. Segundo Azevedo Basto, na chancelaria de D. Afonso V encontrava-se o registro da mercê, feita em 1455, de uma bolsa real de 4.800 reais brancos destinados aos estudos de João Pacheco, filho de Gonçalo Pacheco. Nessa época, João Pacheco ainda era moço quando recebeu a mencionada bolsa real de estudos. Provavelmente, seguindo as habilidades do pai, aprofundou-se nas ciências náuticas da época. Tanto que, depois de adulto e com família, foi capitão de uma armada portuguesa que fez parte de uma expedição de confronto contra os turcos no Mediterrâneo. Na ocasião, ao aportar em Tanger¹⁷², morreu em combate contra os mouros nessa cidade. Assim, mais um Pacheco é apresentado na notícia introdutória de Azevedo Basto como um homem de confiança da Coroa e um dos protagonistas da expansão portuguesa que se ampliava no norte da África. De modo semelhante também fora com seu pai Gonçalo Pacheco e também seria com seu filho Duarte Pacheco Pereira, fruto de seu casamento com Isabel Pereira.¹⁷³

¹⁷⁰ PEREIRA (1892), op. cit. Notícia Preliminar de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, p. IV, V.

¹⁷¹ Ibidem. Documento III. *Extracto*, p. XVII.

¹⁷² Atualmente, é uma cidade do norte do Marrocos, no topo noroeste da África. Desde a Antiguidade, possui um importante porto que permitiu acesso para o Atlântico e para entrada ocidental do Estreito de Gibraltar.

¹⁷³ Cf. PEREIRA (1892), op. cit. Notícia Preliminar de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, p. V; Documento I. *Título de Pachecos*, p. XVI.

Toda a narrativa apresenta ou tem por objetivo construir uma tradição de estreitos laços e trânsitos dos Pachecos nos círculos da realeza. Os ancestrais presentes na linhagem do Título de Pachecos, assim como na notícia introdutória de Azevedo Basto são aqueles que receberam funções, mercês e títulos de rico-homem, alcaide-mor, meirinho-mor, mordomo-mor, tesoureiro-mor, guarda-mor, diplomata, escudeiro real, capitão de armada, entre outros. Todos são descritos como membros de uma pequena aristocracia local que conseguiram ascender e se destacarem como importantes fidalgos portugueses em suas respectivas épocas.

2.4.5 ‘O homem que deu ao rei um reino’

O editor continua sua narrativa laudatória sem deixar de contextualizar os feitos de Pacheco Pereira com os memoráveis feitos dos ‘heróis ibéricos’ nas Grandes Navegações. Relembra a descoberta “das terras do *Novo Mundo*, que o arrojado e inteligente navegador Cristovão Colombo” havia encontrado em 1492. Aponta também que D. Manuel não poderia deixar de aproveitar a “longa prática nas questões náuticas e cosmográficas” acumuladas por Duarte Pacheco Pereira nos empreendimentos marítimos da Coroa. Por isso, “depois de mandar Vasco da Gama para a descoberta da Índia, em 1497, combinou com Duarte Pacheco, no ano seguinte, que fizesse o reconhecimento das terras do Novo Mundo”, que Colombo seis anos antes havia encontrado.¹⁷⁴ O pioneirismo lusitano no Atlântico, assim como o protagonismo dos seus ‘heróis’, deve-se também a “nova e poderosa armada” portuguesa, aprontada para expandir o poderio dos portugueses no Oriente. Nesses novos empreendimentos marítimos, o editor apresenta Pacheco Pereira como um dos “experimentados navegadores” enviados pela Coroa.¹⁷⁵

Em toda a apresentação da ancestralidade dos Pachecos, e do próprio Duarte Pacheco Pereira, o discurso do editor recorrentemente evoca qualidades inspiradas no ideário cavaleiresco da literatura do Baixo Medievo. Azevedo Basto apresenta Duarte Pacheco Pereira sendo enviado à Índia, em 1503, como capitão de uma das naus da armada portuguesa, “levando bandeira branca, a fim de ganhar novos brasões, que juntasse aos que já

¹⁷⁴ PEREIRA (1892), op. cit. Notícia Preliminar de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, p.VI.

¹⁷⁵ Ibidem, p.VII.

possuía pela nobreza de sua linhagem.”¹⁷⁶ A exaltação dos feitos de Pacheco Pereira, assim como dos seus antepassados, intencionalmente selecionados no discurso, conferem-lhe a construção de uma identidade social entre a nobreza portuguesa através de sua linhagem. Sua inserção genealógica a um determinado grupo de antepassados selecionados é cuidadosamente construída e apresentada no discurso. Além de o editor pretender justificar a ‘nobreza da linhagem’ de Pacheco Pereira, é bom lembrar que tudo faz parte de um conjunto de narrativas que busca também justificar a inclusão dessa edição do *Esmeraldo* à exposição da comemoração do centenário.

A apresentação de Azevedo Basto constrói e reforça a imagem de Pacheco Pereira e seus antepassados como nobres de confiança sempre próximos à realeza. Protagonistas da construção, estabelecimento e fortalecimento do reino português desde a conclusão da Reconquista Ibérica até as Grandes Navegações e Descobertas. O conteúdo de sua narrativa denuncia uma pretensão histórica ‘digna de confiança’. Por conta disso, assegura que, se registrasse todos os “altos feitos praticados no oriente pelo Grão Pacheco”, sua introdução seria volumosa demais. Então, sugere aos seus leitores que, para mais informações, consultem a “João de Barros, Damião de Goes, Gaspar Correia, Faria e Sousa, e ainda em outros historiadores. Também e Camões¹⁷⁷, em sublime verso, foram imortalizados no canto décimo dos *Lusíadas*”.¹⁷⁸ Referindo-se a esses autores, mais adiante Azevedo Basto ressaltará que as questões históricas de seu discurso têm “testemunho dos historiadores que mais ampla confiança mereçam”, assim como os documentos que anexou na introdução da obra.¹⁷⁹ Por conta disso, seu texto pode ser entendido como uma forma literária híbrida. Ou seja, seu discurso está repleto de narrativas que intercalam acontecimentos históricos com construções literárias de caráter laudatório – referentes à Pacheco Pereira e seus antepassados, assim como aos feitos da Coroa portuguesa e membros da realeza. Sua notícia introdutória, em grande medida, intercala novos comentários com segmentos narrativos já

¹⁷⁶Ibidem, p.VIII.

¹⁷⁷João de Barros, Damião de Goes e Gaspar Correia são historiadores do século XVI, assim como o poeta Luís de Camões com seus poemas imortalizados n’*Os Lusíadas*. No entanto, Manuel de Faria e Sousa, também poeta e historiador, tem suas obras publicadas na primeira metade do século XVII. Todos eles são respeitados e recomendados por Azevedo Basto.

¹⁷⁸ PEREIRA (1892), op. cit. Notícia Preliminar de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, p.VIII.

¹⁷⁹ Ibidem, p. XI.

estabelecidos nos documentos portugueses medievais (Título de Pachecos, trechos dos poemas de Camões, extratos de chancelaria, de tesouraria, de túmulos, entre outros pesquisados na Biblioteca Nacional de Portugal).

Porém, antes de concluir sua apresentação, Azevedo Basto assevera que há “prodígios de valor do fortíssimo Pacheco [...], alguns dos fatos mais salientes, que nunca devem esquecer”.¹⁸⁰ Refere-se à participação de Pacheco Pereira nos feitos militares que ampliaram e garantiram a exploração e o domínio econômico dos portugueses na Índia – especificamente, nos conflitos relacionados à presença lusitana em Cochim. Essa cidade tornou-se o principal assentamento das possessões no Índico desde quando foi ocupada pelas forças portuguesas em 1503. No ano seguinte, o “cavaleiro fidalgo da casa de D. João II; o audaz navegador; o herói de Cochim”¹⁸¹ liderou os portugueses como capitão de um dos navios da esquadra lusitana. Na ocasião, os portugueses defenderam a cidade contra os ataques das forças de Calecute, mais aparelhadas e numericamente superiores. No retorno da esquadra militar a Portugal, liderada por Afonso Albuquerque, Pacheco Pereira foi ovacionado em Lisboa como um dos principais protagonistas na resistência em Cochim. Sua vitória contra o corsário francês Mondragon nas proximidades do Cabo Finisterra, em 1509, elevou mais ainda sua imagem e conceito militar no reino. Tanto que, décadas depois, foi homenageado por Luís de Camões com o pomposo cognome o *Aquiles Lusitano*.¹⁸²

Desde 1503, Cochim foi capital da Índia Portuguesa até que, em 1510, perdeu essa posição para Goa – o que trouxe vantagem devido ao seu excelente porto comercial, principalmente para o abastecimento de especiarias nas embarcações lusas. Desde o estabelecimento da feitoria lusa em Cochim, a hegemonia comercial de Calecute foi eclipsada, um dos motivos, portanto, do conflito supracitado. Ressalta-se também que esse empreendimento português foi facilitado pelo próprio rajá de Cochim que via na presença portuguesa uma oportunidade de se libertar do jugo do samorim muçulmano de Calecute. É nesse contexto que surge a hostilidade declarada entre o samorim de Calecute e o rajá de Cochim. Devido ao seu destaque envolvendo os conflitos entre

¹⁸⁰ Ibidem, p. VIII.

¹⁸¹ Ibidem, p. XIV.

¹⁸² Cf. MACEDO (2015), op. cit. p. 2.

essas duas cidades, Duarte Pacheco Pereira é apresentado por Azevedo Basto como alguém de ânimo inabalável, que reduziu a defesa de seus inimigos a ferro e fogo, inteligente, de gênero colérico e violento nas batalhas, que não houve empresa difícil que não vencesse nem perigos e fadigas que o atemorizassem, que confiava na providência divina, de oração sincera e humilde para reconhecer suas culpas diante de Deus. Enfim, segue o trecho que confirmam essas representações literárias construídas pelo editor. Concentram conteúdos de teor histórico, moralístico e laudatório:

Apesar do regimento, das poucas forças que o rodeavam, das continuas hesitações do rei de Cochim, e das fracas tropas de que este dispunha, não sofreu o animo a Duarte Pacheco limitar-se á defensiva, e, desprezando os vinte e tantos mil homens dos reis aliados de Calecut, Tanor, Cariga, e outros, pôs tudo a ferro e fogo; e diante do seu gênio colérico e violento , e da sua inteligente atividade, não houve empresa difícil que não vencesse, nem perigos e fadigas que o atemorizassem. Numa das vezes em que notou que a sua artilharia não fazia danos bastante sensíveis nos castelos dos inimigos, pôs-se de joelhos, e rogou a Deus, pela bandeira que lhe tinha sido confiada, que não atendesse naquele momento às suas culpas para as castigar: que deixasse esse castigo para outro dia . [...] Não foram vans as promessas de Pacheco; não só impediu que entrasse o rei de Calecut em Cochim, como o deixou bem destruçado, e pode-se dizer com verdade, que em poucos meses consolidou o predomínio de Portugal no Oriente. ¹⁸³

Por tão grandes feitos, Azevedo Basto descreve o ‘valente capitão’ recebendo do rei de Cochim a carta de Brasão de Armas e o título de Dom.¹⁸⁴ Os “prodígios de valor do valente soldado” tornaram-se tão conhecidos que, no século seguinte, “serviram de tema para uma interessante comédia”. Azevedo Basto julgou a obra literária “digna de ser reimpressa” e anexou alguns de seus trechos antes do índice do *Esmeraldo*.¹⁸⁵

Em todo momento o autor recorre à construção de uma memória referente à pequena nobreza da qual Pacheco Pereira e sua ancestralidade pertenceriam e teriam transitado – um recurso voltado à construção e afirmação de uma identidade social a partir dos ambientes, posições e espaços ocupados pela tradicional linhagem do navegador. Daí a necessidade de trazer

¹⁸³ PEREIRA (1892), op. cit. Notícia Preliminar de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, pp.VIII, IX.

¹⁸⁴Ibidem, p.IX.

¹⁸⁵Ibidem, p.XV.

à memória versões dos ‘feitos heróicos’ de Duarte Pacheco Pereira a serviço da Coroa, reforçando um ideário cavaleiresco. Percebe-se também a intenção didática inerente às narrativas que funcionam como *exempla* – atuando em diversas frentes carregadas de imagens construídas em discursos laudatórios. Sobre essas imagens e narrativas, segue a conclusão do editor sobre sua notícia introdutória:

Eis em leves traços esboçada a vida do celebre Duarte Pacheco Pereira, cavaleiro fidalgo da casa de D. João II; o audaz navegador; o herói de Cochim, cujos altos cometimentos foram apregoados até á Corte do Sumo Pontífice; o homem que deu ao rei um reino, e lhe ajudou a descobrir um mundo; o herói cuja vida foi uma epopeia, e teve a dita de ser incluído no numero daqueles em quem poder não teve a morte; esse mártir sempre vítima da intriga, e da inveja mesquinha dos que, talvez em confortável ócio, nunca sonharam sequer os perigos e trabalhos, que havia afrontado esse corpo temperado em aço, a quem só o grande peso da longevidade teria o poder de aniquilar! ¹⁸⁶

As influências medievais em suas narrativas estão presentes nos diversos relatos e episódios sobre “o homem que deu ao rei um reino” e seus antepassados – todos apresentados com declarada pretensão histórica do editor. Nesse sentido, Azevedo Basto defende que seus relatos sobre as questões históricas basearam-se “em documentos, ou, na falta deles, no testemunho dos historiadores que mais ampla confiança mereçam.” ¹⁸⁷ Percebe-se também que a narrativa como um todo têm a função de lembrar aos leitores o quanto a monarquia portuguesa ‘deveria’ aos Pachecos. Suas contribuições passariam pela fundação do reino e estabelecimento da dinastia afonsina, pela reconquista ibérica, pelos conflitos internos e externos que consolidaram o reino de Portugal e pelos empreendimentos da expansão marítima portuguesa – especialmente a destacada participação de Duarte Pacheco Pereira.

2. 5 Dois Manuscritos, Duas Edições e o Interesse pela África

A escolha dessas duas fontes não foi feita apenas considerando as imagens que os dois autores constroem sobre a África no século XV. Também não cabe aqui aprofundar um debate sobre as condições editoriais do século

¹⁸⁶ Ibidem, p.XIV.

¹⁸⁷ Ibidem, p.XI.

XIX, trata-se apenas de justificar o porquê de ter escolhido essas edições ao invés de qualquer outra posterior a elas. Ambas rompem um esquecimento de mais de trezentos anos e surgem, pela primeira vez, oferecendo uma edição completa desses manuscritos. Não por acaso, são publicadas em um momento marcado por interesses e discursos de poder sobre territórios portugueses no oeste africano. As duas edições atendiam aos interesses que alimentavam a valorização do sentimento nacional em Portugal no século XIX.

Esse caráter nacionalista, como já foi dito no final do capítulo anterior, fica evidente na inserção do *Esmeraldo* como edição comemorativa à descoberta da América por Cristóvão Colombo no seu quarto centenário. A escrita introdutória de Azevedo Basto estava intensamente influenciada pelo caráter nacionalista do século XIX e o conteúdo da obra de Pacheco Pereira também servia para reforçar historicamente a legitimidade do pioneirismo português na África. Nesse período, assim como na primeira metade do século, as atenções do governo português também estavam concentradas na manutenção de suas colônias na África.

É importante acrescentar, no entanto, que as motivações dessas preocupações eram diferentes daquelas anteriormente apontadas sobre a década de 40 do mesmo século, ocasião da publicação (1841) da *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné*.

Assim como a crônica de Zurara, o *Esmeraldo* também esteve ausente do cenário literário por mais de trezentos anos. Porém, ele retorna à literatura portuguesa na última metade do século XIX. Ou seja, um momento onde as atenções de boa parte dos países da Europa Ocidental estavam voltadas para África. Tanto que, na década de 70, diversas companhias voltadas para o comércio estavam presentes no continente interligando o capital europeu com diferentes regiões da África. Inicialmente, foram criadas por iniciativas privadas nas principais bolsas de valores da Europa, porém, atuavam amparadas pelo apoio de seus respectivos governos nacionais europeus.¹⁸⁸

Em contrapartida, até a década de 80 do mesmo século, apenas alguns portos importantes e outros poucos territórios africanos estavam sobre o

¹⁸⁸ Cf. CHAGASTELLES, Tania Maria Seggiaro. *As sociedades africanas e o colonialismo*, pp. 111-122. In: MACEDO, José Rivair (org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p.116 – 121.

controle europeu. Ou seja, até esse momento, mesmo com todo o investimento privado europeu, praticamente todo o território da África ainda estava sob a administração de Estados do próprio continente.¹⁸⁹ Porém, esse cenário geopolítico, em apenas duas décadas à frente, transformar-se-ia por completo.

No início do século XX, quase toda a África já estava sob a administração política de sete países europeus, sem que houvesse nenhum confronto bélico entre eles. Foi para esse fim – sem o convite ou consentimento de nenhum país africano – que representantes de quinze nações europeias se reuniram em Berlin (1884-1885) para negociarem o equilíbrio, assim como os interesses de seus respectivos países acerca da África.¹⁹⁰

A partir das decisões que foram tomadas na Conferência de Berlin, bem como os territórios que foram efetivamente divididos durante as negociações, os governos europeus envolvidos decidiram ocupar militarmente os territórios africanos nos quais desejavam preservar e garantir o domínio. Assim, já nos primeiros anos do século XX, geralmente à sombra da violência europeia, as fronteiras coloniais foram demarcadas compulsoriamente em quase todo o continente africano.

É sob essas configurações históricas que o interesse de investigações e publicações de obras como o *Esmeraldo* se justifica. Além do mais, assim como na publicação da crônica de Zurara – porém, agora no final do século XIX – também era necessário reforçar a legitimidade histórica das possessões portuguesas no além-mar. Sendo assim, como na primeira metade do século, é certo que a década de 80 também apresentava motivos conjunturais para a valorização do sentimento nacional, bem como o crescente interesse português pela África. Ainda eram pautas que incentivavam publicações de obras históricas sobre o passado português e também estariam presentes nos debates políticos até o século seguinte, como já foi dito, especialmente durante o regime Salazarista.¹⁹¹

As duas fontes em questão foram produzidas em meio às disputas políticas e econômicas de potências europeias que estavam interessadas na

¹⁸⁹ Cf. *Ibidem*, p.112.

¹⁹⁰ Cf. *Ibidem*, p.119.

¹⁹¹ Cf. BARBOSA, katuscia Quirino. *A África sob o olhar do outro: a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2017, p. 25. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1932.pdf>> Acesso em: 12-01-2019.

África. Tanto os manuscritos originais – ambos produzidos por autores do século XV – quanto suas respectivas e inéditas edições do século XIX, nas duas ocasiões, foram publicadas para legitimar, através da escrita do passado, a presença portuguesa na África. Além disso, vale reiterar que as publicações, entre os respectivos manuscritos e suas subseqüentes edições, estão separadas por mais de três séculos. Contudo, todos os envolvidos na escrita e edições dessas obras compartilhavam de interesses em comum. Ou seja, de alguma forma, dedicaram seus esforços intelectuais, diplomáticos e editoriais na preservação e valorização da memória lusitana, assim como nos empreendimentos e interesses de Portugal em territórios africanos.

No século XV, Zurara e Pacheco Pereira, descreveram os “grandes feitos” sob a administração da Coroa avisina no Atlântico e nos litorais da África subsaariana. No século XIX, personagens portugueses, apresentados nesses primeiros capítulos, como o Visconde de Santarém, o Visconde da Carreira e o paleógrafo Raphael Eduardo de Azevedo Basto também empreenderam esforços para reapresentar ao público português essas memórias. Estavam ávidos para apresentar novamente ao público português esses documentos. Quase quatrocentos anos depois, Portugal ainda voltava sua atenção aos territórios africanos que por ele foram inseridos às interconexões globais. Daí a importância da edição dessas obras contributivas ao sentimento nacionalista vigente.

Nesse sentido, o ineditismo contemporâneo dessas duas edições, após esse hiato de quase quatrocentos anos, põe em evidência suas relações com o crescimento do nacionalismo português do século XIX. Um sentimento motivador e, ao mesmo tempo, associado às disputas e interesses que buscavam construir políticas e narrativas que legitimassem a presença/posse em territórios africanos. O contexto em que essas obras foram escritas, no século XV, também orbitava em torno de expectativas e investimentos lusitanos na África. No entanto, um aspecto importante, e que distingue bem esses dois cenários, é o sentido do que ‘modernamente’ chama-se de ‘sentimento nacional’. Segundo Jacques Le Goff, na Europa do século XIV e XV, a ‘nação’ estava “ligada pela consciência nacional moderna a realidade com as quais ela não tinha relações profundas”. Em outras palavras, a palavra ‘nação’ só assume “o seu sentido moderno no século XVIII. No final da Idade Média, raça,

país, reino são sinônimos de nação”.¹⁹² Portanto, bem diferente do sentido e sentimento que compõe o nacionalismo português do século XIX.

A produção historiográfica sobre o movimento expansionista português do século XV ganha um novo fôlego, justamente a partir do século XIX. Essa produção dialogava com intenções e disputas imperialistas em territórios africanos, além do caráter nacionalista que se avolumava na Europa. Não por acaso, as respectivas edições de Zurara e Pacheco Pereira ressurgem no cenário literário e debates acadêmicos em Portugal. Era o momento em que a questão da manutenção das colônias portuguesas na África estava na pauta de discussão das principais potências europeias. Assim, temas políticos e acadêmicos convergiam sobre a África, motivados pela crescente valorização do sentimento nacional.¹⁹³

Dessa forma explica-se a exaltação dos ‘grandes feitos’ lusitanos na expansão ultramarina europeia que os organizadores do *Esmeraldo* e da crônica de Zurara deixam em seus respectivos prefácios. O conjunto das duas obras, assim como os prefácios do Visconde de Santarém e do paleógrafo Raphael Eduardo de Azevedo Basto, destacam a ideologia religiosa e cavaleiresca que acompanhou as primeiras ocupações e dominações portuguesas na África.

¹⁹² LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. 2. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2007, p. 248.

¹⁹³ Cf. BARBOSA (2017), op. cit. pp. 25,26.

CAPÍTULO 3

Circunstâncias Históricas na Produção Discursiva

CAPÍTULO 3

CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS NA PRODUÇÃO DISCURSIVA

Nesse capítulo, algumas ferramentas teóricas comuns à retórica serão utilizadas em uma breve análise das informações gerais e contextuais sobre as fontes em discussão. O historiador Dominick LaCapra, em 1985¹⁹⁴, salientava que o estudo de retórica estava mais uma vez em voga nas pesquisas humanistas. No entanto, naquela época, havia pouca preocupação com o papel do retórico e também da própria retórica no ofício historiográfico. Atualmente, a presença de estudos, usos e ferramentas da retórica – nos cursos oferecidos em diferentes instituições de graduação e pós-graduação – ainda denunciam o esforço para se renovar o entendimento da retórica nas disciplinas e campos de conhecimentos na área de Humanas.¹⁹⁵

Seis anos depois¹⁹⁶ das reflexões feitas por LaCapra, o professor e especialista em retórica, Olivier Reboul, trouxe contribuições bem úteis a esse esforço de renovação metodológica no ofício historiográfico. Trata-se de propostas que reconfiguram antigas concepções de retórica em modelos de análises discursivas mais contextualizadas às aplicações contemporâneas, independentemente da idade do texto ou fonte em análise.¹⁹⁷

Reboul apresenta uma retórica que pode servir como ferramenta metodológica em análises de fontes textuais, assim como suporte de interpretações, comparações e diálogos em uma discussão historiográfica ou bibliográfica. Ele salienta que nossa leitura e atitude em relação ao texto, quase que instintivamente, é sempre retórica. Nesse sentido – com critérios relativamente simples, porém, muito didáticos –, sua proposta seria sistematizar uma leitura retórica. Ou seja, identificar e explorar os elementos

¹⁹⁴ A tradução do presente texto foi publicada em 2013 pela *Revista Territórios & Fronteiras*. No entanto, sua primeira edição, em versão original, é de 1985. Trata-se do primeiro capítulo da coleção de ensaios de LaCapra, *History & Criticism*, publicado pela Cornell University Press.

¹⁹⁵ Cf. LACAPRA, Dominick. Retórica e história. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan.-jun., p. 97-118, 2013. p. 97. Disponível em: <<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/194>> Acesso em: 23-02-2016.

¹⁹⁶ A primeira publicação original da obra foi em 1991 sob o título *Introduction à la rhétorique: théorie et pratique*. A primeira edição traduzida em portuguesa foi publicada em 1998.

¹⁹⁷ Cf. REBOUL, Olivier. Cap. VII. *Leitura retórica dos textos*. In: *Introdução à retórica*. 2ª ed. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 140.

argumentativos e oratórios no texto, assim como a dimensão de persuasão desses elementos no discurso.¹⁹⁸

Reboul propõe uma leitura retórica que se distancia totalmente de afirmações sobre o texto ter ou não ter razão. Nem por isso tratar-se-á de uma leitura neutra, ao fazer suas fissuras e ponderações, “tendo postulado que o texto, tanto em sua força quanto em suas fraquezas, pode ensinar alguma coisa.”¹⁹⁹ Por essa perspectiva, a leitura retórica seria, sobretudo, um diálogo. Nesse caso, o que será empregado das propostas de Reboul, nesse capítulo, são algumas perguntas que ajudam identificar aquilo que a retórica aristotélica chama de “provas dependentes”. As três provas que o orador usa para persuadir seu auditório: o *ethos* – os elementos argumentativos que constroem a(s) representação(ões) do orador; o *pathos* – aqueles recursos direcionados ao estímulo das paixões no(s) ouvinte(s); o *logos* – o gênero e a força dos argumentos de persuasão que compõem o discurso em si. Em outras palavras, Reboul chama as perguntas que podem ser feitas ao orador, ao auditório e ao discurso de “lugares de interpretação”, “no sentido técnico que a retórica atribui a esses termos”.²⁰⁰

Enfim, tais perguntas, os “lugares de interpretação”, são passíveis de serem feitas e aplicadas tanto no texto cronístico de Zurara quanto na literatura de viagem de Pacheco Pereira. São recursos que, aliados a outras ferramentas metodológicas, poderão promover uma visão mais expandida do conhecimento que a análise historiográfica exige, além de novas perguntas, problemas e leituras – ainda que em fontes consideravelmente revisitadas e conhecidas.

3.1 Traços Ideológicos nas Configurações Literárias

A partir dos argumentos de persuasão presentes no texto cronístico e no texto de Pacheco Pereira, o discurso será analisado para poder estabelecer os procedimentos de interpretação e identificar os traços ideológicos presentes na Crônica de Zurara e no *Esmeraldo*. Esses procedimentos exigem a distinção clara entre texto e discurso. Enquanto o texto ocupa a condição material – a representação linguística que denota a expressão da comunicação –, o

¹⁹⁸ Cf. Idem.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 141.

²⁰⁰ Idem.

discurso apresenta as intenções que são construídas a partir dessa condição material. No entanto, é preciso cuidado com essa dicotomia entre materialidade e sentido. O olhar do leitor e do ouvinte sobre essa materialidade é que dá sentido ao discurso. Logo, “enquanto o texto é tido como uma unidade semântico-pragmático, o discurso trabalha com a construção que o leitor produz ao dar sentido ao texto.”²⁰¹

Portanto, as observações discursivas, que inicialmente serão feitas no presente capítulo, não estão concentradas no *ethos* ou do *pathos*. O lugar de interpretação será em torno do *logos*. Então qual seria o gênero, as configurações literárias que convivem no texto, responsáveis pela força de persuasão presentes no discurso, no sentido técnico que a retórica atribui a isso? Aqui será o momento de identificar o gênero que comanda estritamente o conteúdo persuasivo do texto, pois, o gênero circunscreve o pensamento. Reboul afirma que a escolha de um gênero não é apenas a escolha de um estilo ou de uma argumentação.²⁰² Nesse sentido, é necessariamente uma escolha ideológica que acarretava, respectivamente, a visão de mundo de Zurara, de Pacheco Pereira, assim como dos círculos sociais que ambos pertenciam e transitavam.

O conceito de ideologia adotado aqui é entendido como o componente regulador da ordem social e simbólica através de uma multiforme estrutura de representações. Nesse ponto de vista, destaca-se a influência que as representações exercem nos indivíduos e nos grupos sociais, assim como suas implicações nas práticas e condutas, que é de salutar importância ao longo do presente trabalho.²⁰³ A historiadora Sandra Jatahy Pesavento afirma que “as representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência.”²⁰⁴ Ou seja, elas são utilizadas como matrizes

²⁰¹ PINTO, Flávio Sabino. *A Interface Entre a Análise do Discurso e a Retórica*. Academos: Revista Eletrônica da FIA, 2 de julho de 2006, p. 97. Disponível em: <http://intranet.fainam.edu.br/aceso_site/fia/academos/revista2/9.pdf> Acesso em: 10-06-2016.

²⁰² REBOUL (2004), op. cit. pp. 143, 144.

²⁰³Cf. BARBOSA, katuscia Quirino. *A África sob o olhar do outro: a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2017, pp.174,175. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1932.pdf>> Acesso em: 12-01-2019.

²⁰⁴ PESAVENTO, Sandra. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica: 2008.p. 42.

formadoras de condutas e práticas sociais por onde indivíduos e grupos dão sentido ao mundo.

Partindo dessa relação entre a dimensão persuasiva, escolha ideológica e representações, cabe agora considerar o gênero literário que comanda a obra de Zurara. Por excelência, sua escrita e ofício submetiam-se ao gênero cronístico, nos moldes ideológicos do século XV. Porém, por mais evidente que seja a identificação do gênero na escrita de Zurara, não é tão simples definir as configurações literárias que convivem no texto cronístico na Baixa Idade Média. Em outras palavras, delimitar os diferentes perfis literários que coexistem e combinam-se no gênero cronístico a serviço da coroa quatrocentista não é uma tarefa fácil. Inicialmente, em uma perspectiva geral, não se pode perder de vista a íntima relação da literatura medieval com a letra e a voz. Por toda a Idade Média as composições literárias se distinguem uma das outras, em um processo múltiplo e dinâmico, nos usos e relações entre a oralidade e a audição. Ou seja, a intenção pedagógica com os sentidos da visão e as funções da oralidade estão vivas do texto cronístico de Zurara e reforçam os recursos retóricos de persuasão e receptividade no discurso.

3.1.1 Crônica Régia nos Moldes Quatrocentista

Na transição do século XII para o XIII, o romance surge na Europa como o primeiro gênero redigido com o objetivo de ser lido e não cantado, tendo como tema pioneiro e predominante a vida aventureira dos cavaleiros. Verifica-se, no entanto, que o romance não excluía sua relação com a transmissão oral, pois toda sua configuração literária concretizava-se na leitura em voz alta, por consequência, uma exposição coletiva com o objetivo de explorar as paixões dos seus ouvintes.²⁰⁵

Em Portugal algumas transformações nesse perfil literário relacionavam-se com o fortalecimento da língua nacional, destacando-se a origem da prosa no final do século XIII. Com ascensão da Casa de Avis, antes mesmo do surgimento da imprensa no reino, já havia uma proeminente promoção da literatura escrita. No entanto, mesmo com os primeiros usos da imprensa, bem como a institucionalização dos cronistas régios no século XV, a produção

²⁰⁵ Cf. BARBOSA (2017), op. cit. pp. 41- 44.

literária lusitana ainda conservava fortes características de uma produção voltada à transmissão oral.

Segundo Kátiuscia Quirino Barbosa, nesse quadro de transformações, a prosa, “tal qual o romance, tem suas origens relacionadas ao desenvolvimento da escrita e da leitura”.²⁰⁶ O traço linear da prosa foi naturalmente adotado pelas narrativas históricas no texto cronístico, semelhantemente, os valores cavaleirescos, predominantes no estilo cronístico da Baixa Idade Média, também são heranças do romance que se passou a chamar de Romances de Cavalaria.²⁰⁷ A inovação da leitura em prosa com temas moralistas, religiosos e cruzadísticos, assim como o aumento da produção dessas obras na corte portuguesa apontam não só para o desenvolvimento da prosa, mas, especialmente, para o interesse ideológico da realeza em deixar à posteridade principesca e aos ‘grandes cavaleiros’ os valores e comportamentos considerados bons e proveitosos. Esses perfis literários, que caracterizavam a dinâmica do gênero cronístico a serviço da Coroa, ofereciam fortes elementos argumentativos e oratórios, à medida que a dimensão de sua persuasão aproximava-se da visão de mundo de seus leitores e ouvintes.

As heranças da prosa e do romance no texto cronístico ainda, no entanto não é o suficiente para se propor recortes bem definidos ou uma delimitação para a crônica enquanto gênero literário. Já foi visto que as marcas do romance são evidenciadas no constante enaltecimento de ‘bravos cavaleiros’, muito comum no texto romancista medieval, que serviam de modelo, aspirações, deleite e entretenimento dos auditórios cortesãos. Da mesma forma, o caráter linear do discurso direto, assim como o foco nos aspectos contemporâneos, narrado cronologicamente, denunciam o desenvolvimento da prosa adotado pelas narrativas históricas nas crônicas do fim da Idade Média.

No entanto, ainda é preciso definir melhor a relação da crônica com a ‘história’. Enquanto função interpretativa, essa relação permite identificar a presença das intertextualidades, intensificadas pela mescla da crônica com a

²⁰⁶ Ibidem, p. 44.

²⁰⁷ O romance de cavalaria – cuja base de apoio da narrativa era o heroísmo, amor e aventura – possuía elementos profanos e sagrados como a guerra, a honra, as virtudes cristãs e os milagres. Trata-se de um perfil literário que se afasta do romance setecentista, com um público leitor mais atraído por temas e enredos mais próximos das circunstâncias existenciais da modernidade.

'história'. Textos reconhecidos como 'históricos' que contribuíam para reforçar o argumento de persuasão presente no discurso cronístico. Ou mesmo intratextualidades, ou seja, a presença explícita de outro discurso no discurso cronístico. O mesmo pode se manifestar de duas formas: pela citação e/ou pela fórmula (máxima ou pensamento de uma origem literária específica reproduzida em outro discurso literário).²⁰⁸

A concepção que o cronista quatrocentista ibérico tinha sobre a 'história' não era semelhante às concepções atuais, enquanto ofício ou área específica de conhecimento científico. Ainda que o texto cronístico português fosse visto como uma ferramenta para superar o esquecimento através da escrita do passado, a 'história' limitava-se a uma espécie de gênero da narrativa focada, particularmente, nas ações, nos feitos do passado e do presente, com a função de conservar a memória através da escrita. Segundo Jerry S. Guimarães, 'história' diferenciava-se da "fábula, ou relato legendário, que se ocupava de ações que não seriam nem verdadeiras, nem verossímeis, e o argumento, ou ficção, do que não aconteceu, mas poderia ter acontecido".²⁰⁹ Em oposição a isso, a 'história' ocupar-se-ia com as ações efetivamente realizadas.

Esse entendimento sustentava-se em uma herança filosófica, do final da Antiguidade Clássica, que ainda era muito cara à concepção que se tinha sobre a 'história' e seu ofício na Baixa Idade Média. Zurara deixa isso bem claro ao trazer Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.) para o seu discurso, a fim de alçar seu texto cronístico à legitimidade da 'história' e, conseqüentemente, reforçar seu argumento de persuasão no discurso. Logo no início do capítulo XXVII da *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné* ele afirma que seria reprovável prosseguir a história dos feitos lusitanos, se não escrevesse também suas desventuras, assim como seus sucessos. Pois Cícero (*Thullyo*) afirmara "em seus livros, que entre os grandes carregos do historiador, principalmente deve ser lembrado de escrever verdade, e que escrevendo a verdade não minguem dela nenhuma cousa".²¹⁰ Aqui também residia uma

²⁰⁸ Cf. REBOUL (2004), op. cit. p. 157.

²⁰⁹ GUIMARÃES, Jerry Santos – "Memória e retórica: mouros e negros na Crônica da Guiné (século XV)". in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* [Em linha]. São Paulo. 2011, p. 2. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308163586_ARQUIVO_MemoriaeRetorica-MouroseNegrosnaCronicadeGuine%28SeculoXV%29.pdf> Acesso em: 22- 11- 2018.

²¹⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*. Edição de 1841, p. 140. Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital:

grande indagação filosófica, própria da 'história', desde Heródoto (488-425 a. C.) e Tucídides (460-400 a. C.), ou seja, "a verdade do que houve". Tal impossibilidade objetiva ainda sobrevivia como uma dúvida racional "entre os autores latinos, uma das bases principais dos cronistas portugueses do século XV." ²¹¹

Convém também assinalar alguns aspectos literários do texto cronístico que, com a oficialização do cronista-mor no século XV, também passou a ser produzido nas cortes, rompendo com a exclusividade dos mosteiros. Antes desse processo, o uso da 'história' para legitimar o discurso já era usado em textos cronísticos, em "livros de linhagens, hagiografias e memórias de fundação de mosteiros". No entanto, essa "produção historiográfica de iniciativa régia" só teve início efetivo com a *Crônica de 1419*, de provável autoria de Fernão Lopes, primeiro cronista-mor e antecessor de Zurara.²¹²

André Luiz Bertoli salienta que as crônicas, no período cuja produção fora de tutela exclusivamente monástica, possuíam quatro elementos essenciais entre os séculos XIV e o XV. Em primeiro lugar, a cronologia, que seria o "eixo principal de toda crônica." Em seguida, o estilo plano, no sentido de "total ausência de pretensões literárias". O terceiro seria o universalismo, nas perspectivas "espacial, temporal e temática". O quarto elemento seria "a visão providencialista – produto de caráter cristão." No entanto, a configuração literária da obra de Zurara difere-se desses elementos. Seu ofício cronístico não mais limitava-se ao claustro, agora estendia-se também às "cortes, tendo, por sua vez, um caráter diferente das histórias monásticas e conventuais." ²¹³

Apesar de algumas continuidades dentre os quatro elementos supranumerados, os contornos do gênero cronístico, no entanto, tornaram-se mais multifacetados no século XV quando comparado as características da escrita monástica supracitadas.

<http://purl.pt/216/3/hg-12674-v_PDF/hg-12674-v_PDF_24-C-R0072/hg-12674-v_0000_capa-guardas2_t24-C-R0072.pdf> Acesso em 15-09-2012.

²¹¹ GUIMARÃES (2011), op. cit. p. 2.

²¹² Ibidem, p. 1.

²¹³ BERTOLI, A. L.. *História Interdisciplinar e a Análise de Crônicas Portuguesas do Século XV*. Fênix: revista de historia e estudos culturais, v. 8, p. 1-21, 2011, p. 08. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br> Acesso em: 29-07- 2017.

Primeiramente, Bertoli afirma que “a cronologia, antes eixo principal das crônicas não mais ‘dominava’ o fazer cronístico.”²¹⁴ Em seguida, considerando a Crônica de Guiné como exemplo, o texto cronístico não estava isento de pretensões literárias. Seus personagens e feitos estavam indisfarçadamente envolvidos em configurações literárias de elementos comuns ao *exempla*, ao romance e à prosa. Em terceiro lugar, no entanto, o universalismo ainda está presente, sobrevive no texto cronístico de Zurara. Ainda que tenha um caráter consideravelmente local, o pioneirismo português no Atlântico também carrega consigo o pioneirismo da missão evangelística do cristianismo, portanto universal. E, por último, o elemento providencialista ainda continua presente no final da Idade Média. Essas duas, o universalismo e o providencialismo, são características marcantes na escrita de Zurara ao longo de toda a obra. Ou seja, seu discurso reforça a ideia de que “os portugueses estavam destinados a realizar as conquistas dos antigos territórios cristãos no norte da África, vencendo a ameaça muçulmana, fadada a derrota por serem de uma ‘falsa fé’”.²¹⁵ Assim, mesmo imerso em toda dedicação com a história da cristandade, o discurso marcadamente providencialista de Zurara define um claro processo de regionalização no gênero cronístico.

No entanto, as especificidades e, ao mesmo tempo, a complexidade literária da crônica régia de Zurara ainda se estende. Ou seja, como já foi citado, essas transformações literárias também estavam ligadas ao fortalecimento da língua nacional na Baixa Idade Média, em especial as crônicas de Zurara. A Crônica de Guiné, assim como as demais obras do cronista-régio, foi escrita em língua vulgar, ao contrário das crônicas monásticas que até então eram escritas em latim. O fortalecimento da língua nacional e sua hegemonia sobre os demais dialetos estabeleceram um período de grande valor representativo. Nesse período, seu discurso atuou como portavoza de novos contornos e significados nos princípios de cavalaria, cruzadas e missões, aplicados nos empreendimentos voltados para a África. Portanto, sua escrita é pedagogicamente utilizada e, conseqüentemente, também é uma ferramenta política para expressar e legitimar os ideais da realeza.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ Ibidem, p. 9.

Essa nova configuração literária também atendia os interesses da Corte Avisina através da forte relação do texto cronístico com a oralidade. Um gênero literário eficaz tanto na letra quanto na voz seria muito útil aos anseios da Coroa. Sua produção em língua vulgar potencializaria seu alcance e efeitos. Por esse e outros motivos até aqui discutidos, suas obras foram encomendadas pelo rei e outros nobres. Ou seja, as memórias a serem preservadas estavam diretamente ligadas aos interesses avisinos, o que não impedia, vale ressaltar, as liberdades e constrangimentos entre a escrita e a leitura – entre o autor, leitores e ouvintes. O autor poderia “expor, mesmo que nas entrelinhas, sua *intentio auctoris*, como também não impedia os leitores, ou ouvintes da leitura, de interpretá-la – *intentio lectoris*.”²¹⁶ Contudo, as intenções e construções ideológicas da escrita cronística alinhavam-se cada vez mais aos interesses da Coroa Portuguesa nesse período.

A crônica sobre os primeiros empreendimentos na Guiné, particularmente, foi produzida por Zurara em um momento de instabilidade no campo político do reino. Ela foi concluída quatro anos depois da batalha de Alfarrobeira. Um conflito que, em parte, teve sua origem em uma querela nos inícios da Regência, logo após a morte do monarca D. Duarte. O confronto travado entre os dois nobres da Casa de Avis – o jovem rei D. Afonso V e seu tio, o Infante D. Pedro – termina com a vitória das tropas do jovem monarca. D. Pedro morre durante a batalha, aos 57 anos, com vários fidalgos que o acompanhavam nessa campanha. A conduta do rei e os resultados do conflito geraram diversas críticas internas e externas. O abalo nas relações diplomáticas do reino veio com várias críticas contundentes, procedentes de diferentes pontos da cristandade, principalmente, da Borgonha e do papa Nicolau V, que expediu uma bula criticando a morte do Infante. Portanto, a crônica de Zurara está inserida nesse momento político extremamente delicado, marcado também “pela mudança de atitude em relação à empresa ultramarina e pela consolidação das forças senhoriais no poder”.²¹⁷ Sua escrita cronística torna-se, portanto, uma importante ferramenta político-pedagógica

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ BARBOSA (2017), op. cit. p. 56.

para consolidar e legitimar os ideais avisinios nesse momento de instabilidade político-diplomática na metade do século XV.²¹⁸

Dessa forma, a *Crônica do descobrimento e conquista de Guiné* pertence a um gênero literário que estava muito em voga e atendia diferentes interesses e expectativas da Coroa no século XV. Possuía características híbridas muito dinâmicas, torna-se difícil estabelecer delimitações literárias precisas para esse gênero cronístico. É inegável a presença marcante de elementos cavaleirescos, onde intrépidos cavaleiros são consagrados – um legado do romance medieval. A narrativa de forma linear e sem versificações intencionais, marcam também o desenvolvimento da prosa medieval no texto cronístico do período. O *espelho de nobres*, construído sob um estatuto didático, remete à sobrevivência dos usos dos *exempla* no texto de Zurara. O revigoração sobre o peso da preservação do passado através da escrita também denuncia a íntima relação com a ‘história’ – uma escrita que também era comum aos cronistas monásticos e que já representava a mescla de ‘história’ e crônica em um único gênero. Desse modo, a crônica régia apresenta-se como um gênero híbrido e extremamente dinâmico, estritamente responsável, portanto, pelo comando do conteúdo persuasivo do texto. A constante relação do texto cronístico com a ‘história’ apresenta-se como uma unidade viva no discurso de Zurara. Seu lugar de interpretação, referente ao *logos* do discurso cronístico, pode ser eleito como o motivo central do texto. Os valores, personagens, grandes feitos, e tudo que eles representam para a memória lusitana quatrocentista, são preservados e apresentados intencionalmente no texto cronístico. Esse procedimento retórico, alinhado aos interesses da Coroa, escrito em prosa, carregando traços de *exempla* e romance é o que permite dizer que a referida obra é uma crônica régia nos moldes quatrocentista.

Portanto, devido seu caráter de preservação da memória através da escrita, a crônica régia quatrocentista pode ser entendida como um gênero

²¹⁸Para uma melhor compreensão sobre o papel do Infante D. Pedro nas relações diplomáticas de Portugal, assim como a crise dos pilares da expressão externa de Avis, após a batalha de Alfarrobeira, vale consultar: LIMA, Douglas Mota Xavier de. *O Infante D. Pedro e as Alianças Externas de Portugal (1425- 1449)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. pp. 197-222. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1590.pdf>> Acesso em: 06-03-2018.

historiográfico, narrado e ordenado sob uma cronologia providencialista. Os feitos que compõem esse passado são intencionalmente selecionados e narrados conforme os interesses conjunturais de quem encomenda e financia essas obras. Portanto, cumprindo e atendendo expectativas moralizantes e pedagógicas em relação ao público ao qual se destina. No caso de Zurara, o seu discurso emana da Corte avisina. Os feitos, personagens e espaços relacionados a ela são deixados como espelhos para a posteridade de príncipes e nobres lusitanos.

3.1.2 Hibridismo Literário com Fisionomia Própria

Através do *Esmeraldo de situ orbis*, Duarte Pacheco Pereira, tal como Zurara, tem por objetivo a preservação da memória dos feitos portugueses, assim como o pioneirismo na expansão marítima. O autor denomina sua obra como “um livro de cosmografia e marinharia”.²¹⁹ Portanto, sua escrita era de grande valia como manual e registro aos contemporâneos e futuros navegadores portugueses. Da mesma forma, contribuía para o aperfeiçoamento da logística comercial, do transporte e segurança das embarcações e dos navegadores, diante dos naufrágios no litoral subsaariano, que eram mais recorrentes na virada do século XV e nas primeiras décadas do XVI. É, de fato, um testemunho de todo desenvolvimento da tecnologia náutica e cartográfica da vanguarda lusitana no Atlântico. Elby Aguiar Marinho afirma que a referida obra trata-se também de uma síntese de um extenso conjunto de exemplares da época alusivos à expansão no Atlântico. Dessa forma, todas juntas, formavam “o que a historiografia vem chamando de literatura de viagem”. Em suma, obras “como crônicas, descrições de regiões distantes, roteiros, regimentos de navegações, diários de bordo, e livros de marinharia” compunham toda a configuração literária do *Esmeraldo*.²²⁰

Sob perspectiva semelhante, considerando as limitações inerentes a qualquer esquematização, Joaquim Barradas de Carvalho também propõe uma

²¹⁹ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1892, prólogo, p. 4. Disponível na Biblioteca nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital: < <http://purl.pt/28964>> Acesso em: 16-09-2017.

²²⁰ MARINHO, Elby Aguiar. “*Imaginário e experiência no Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira (séculos X-XVI)*”. Dissertação de Mestrado em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal de Goiás, 2008, p. 09. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp072039.pdf>> Acesso em: 8-10-2017.

configuração literária híbrida no *Esmeraldo*. Para tanto, propõe a distinção de quatro gêneros que ele considera possível de bem definir, nos “meados do século XV aos primeiros anos do século XVI”, em Portugal: “**Crônicas, Descrições de Terras, Diários de bordo, e Roteiros.**” Carvalho acredita que esses quatro gêneros, identificados nos perfis literários desse período, estariam compartimentados no que ele preferiu chamar genericamente de “**Literatura Portuguesa de Viagens da Época dos Descobrimentos**”. Cronologicamente, um gênero literário que teria se formado a partir de 1453, ano em que Gomes Eanes de Zurara redigiu a “**Crônica dos feitos de Guiné**, até 1508, data em que Duarte Pacheco Pereira abandonou inacabada a redação do seu **Esmeraldo de situ orbis.**”²²¹

Nesse sentido, assim como na crônica régia de Zurara, fazer uma discussão historiográfica, tendo como fonte de pesquisa um relato de viagem produzido na primeira década do século XVI, não é uma tarefa tão simples. Principalmente, se levar em consideração o seu aspecto literário enquanto gênero híbrido mais amplo, pois, além dos perfis literários que convivem no hibridismo cronístico, o *Esmeraldo*, agrega outras marcas literárias que lhe dão uma fisionomia muito própria e original.

Em uma perspectiva panorâmica, não é possível encontrar qualquer tipo de homogeneidade em sua configuração literária. O texto de Pacheco Pereira se alimenta de diferentes discursos com trechos de autobiografias, de biografias, além de debates científicos relacionados à cartografia e cosmografia. Esses discursos são aplicados com tamanha dinâmica que podem se encaixar e entremear-se desde os romances de cavalaria até aos relatos sobre diferentes povos – que hoje corresponderia muito bem ao que é conhecido como descrições etnográficas.

Diante disso, devido à heterogeneidade de grandes temas, assim como na crônica de Zurara, aqui também é preciso um maior cuidado com classificações apressadas. Portanto, esse trabalho compartilha dessa perspectiva mais ampla e geral que enquadra o *Esmeraldo* no gênero da literatura de viagem, porém, com características muito específicas que

²²¹ Cf. CARVALHO, Joaquim Barradas de. O “*Esmeraldo de situ orbis*” de Duarte Pacheco Pereira na *História da Cultura*, in Revista de História, n.º 60, São Paulo, outubro-dezembro de 1964, p. 291-295, grifos do autor. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123134/119500>> Acesso em: 02-04-2019.

convenceu Carvalho chamá-la, genericamente, de *Literatura Portuguesa de Viagens da Época dos Descobrimentos*. Trata-se de uma composição literária híbrida que mescla perfis de outros gêneros literários, presentes no texto cronístico, nas descrições de viagens, nos diários de bordo, além de toda a sua envergadura informativa sobre a técnica náutica portuguesa.

3.1.3 Relações Literárias com a ‘história’

Já foi brevemente supradiscutido a concepção cronística, que se tinha sobre a ‘história’ e seu ofício, herdada da Antiguidade Clássica. Porém essa relação ia para além de questões filosóficas. Ainda que não houvesse um discurso historicizante, havia a ideia de preservação dos grandes feitos do passado através da escrita. O próprio Zurara, ao definir sua obra, transita entre crônica e ‘história’, assim como a escrita cronística e a escrita ‘histórica’, tornando difícil distinguir um gênero do outro. No capítulo LXIV, o cronista faz alusão aos “nobres e grandes feitos [que] tinha já falado nesta crônica”. Não deixa de ressaltar também seu empenho para ajuntar o grande trabalho “de todo os bons”, cujo merecimento seria “digno de grande honra entre os vivos”.²²² Ou seja, enquanto autor da crônica, seu ofício seria ajuntar e preservar, através de sua escrita, os nobres e grandes feitos daqueles considerados dignos de exemplo para a posteridade. Por outro lado, no capítulo VI, também submete sua obra às exigências da ‘história’. Novamente recorre ao “fremoso mandamento” de Cícero: a história exige “maior autoridade acerca daquilo que ele [historiador] escreve, que outra alguma, pois com maior cuidado inquire a verdade das cousas”. Ou seja, como foi citado anteriormente, o maior dever do historiador seria a constante busca pela “verdade das cousas”; sua função seria “ajuntar e ordenar” somente os acontecimentos, as ações que verdadeiramente foram realizadas.²²³

Nesse ponto, vale reiterar que aquelas transformações literárias que enriqueceram o texto cronístico na Baixa Idade Média, não se limitaram às configurações literárias do *exempla*, do romance e da prosa. A discussão supracitada mostra essa extensão da dinâmica híbrida na crônica enquanto gênero literário no século XV. Segundo Jacques Le Goff, o desenvolvimento da

²²² ZURARA (1841), op. cit. p. 350.

²²³ Ibidem, p. 41.

literatura 'histórica', notadamente a partir do século XIII, pesa sobre o universo literário até hoje. Tratava-se, no entanto, de uma 'história' distante de qualquer grade de ensino (alçada a esses espaços somente no século XIX), assim como também não era um gênero histórico específico. No entanto, poderia ser entendida como uma espécie de subgênero presente em muitas obras escritas em prosa. Gênero esse que, por sua vez, conquistava o espaço de principal escrita literária, substituindo "os artifícios da rima por uma escrita verdadeira".²²⁴ A presença da 'história' na escrita cronística, assim como no relato de viagem de Pacheco Pereira, devia-se à força que seus argumentos conferiam ao discurso em boa parte das obras escritas em prosa nos séculos XIV e XV. Seu valor ideológico estava no atrativo pelo passado e preservação da memória.

Os gêneros literários que hoje podem ser identificados entre os gêneros históricos, em suas origens, possuíam estatutos literários diferentes desde a Alta Idade Média. As crônicas universais, inauguradas no século IV com Eusébio de Cesareia, já possuíam uma escrita preocupada com feitos do passado e do presente, assim como a função de preservação da memória de instituições, eventos, personagens e reinos, guardando, no entanto, a cronologia como eixo principal da narrativa. Foram produzidas em uma época de certa "globalização do saber numa Europa que ignorava o continente americano e sabia muito pouco de coisas sobre a maior parte da África e da Ásia".²²⁵

Entre os séculos XII e XIII, era muito comum a produção de "crônicas dedicadas à história de um mosteiro ou de um bispado". Por volta do século XIII, na medida em que as monarquias europeias ganhavam uma fisionomia de Estado, viu-se também a afirmação das crônicas reais a serviço dessas monarquias modernas. Em Portugal, isso se oficializa, em 1434, com a criação do cargo do cronista-mor pelo rei D. Duarte. "O passado, na maioria das vezes mitificado, torna-se uma das bases do poder político. Uma Europa política da memória e da história tinha nascido."²²⁶

²²⁴ Cf. *LE GOFF, Jacques. As raízes medievais da Europa*. 2. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2007, p. 196.

²²⁵ Cf. *Idem*.

²²⁶ Cf. *Idem*.

Assim, o Estado apropriava-se da perpetuação de sua memória através da escrita do passado. Porém, a literatura régia quatrocentista ainda carecia de certo refinamento retórico que conferisse maior verossimilhança ao discurso histórico. Segundo Guimarães, até o século XV, o ensino das Artes na Universidade de Lisboa não possuía a instrução de retórica em seu programa. Alguns príncipes da Casa de Avis já haviam manifestado indisfarçado interesse pela necessidade do ensino de retórica em Portugal. “O infante D. Pedro (1392-1449) traduziu o *De Officiis*, de Cícero, e conhecia o *Liber Declamationum* de Séneca-o- Retor.” D. Duarte (1391-1438), criador do cargo de cronista-mor na Torre do Tombo, “encomendou a tradução para o vernáculo do *De Inventione*, de Cícero.” Seu filho e monarca sucessor, D. Afonso V, também demonstra interesse e admiração pela retórica quando por carta elogia Zurara pelo seu domínio na arte da oratória. O próprio Infante D. Henrique, “que à maneira de outros membros da família real foi protetor e governador da Universidade”, também deixou apreço pela arte da oratória. O Navegador “deixou em testamento uma verba específica para a cadeira de retórica” na Universidade de Lisboa.²²⁷

Aos poucos a narrativa dos escritores régios apropriou-se da tradição da retórica ciceroniana, muito apreciada pela Coroa Portuguesa e todo círculo principesco. Assim, dentre as fontes bibliográficas disponíveis aos escritores régios quatrocentistas, havia um especial apreço pela estética retórica das “obras latinas *Da Invenção*, de Cícero, e a *Retórica a Herênio*, de autoria desconhecida, mas até então atribuída também a Cícero”.²²⁸ Em *Da Invenção*, Cícero propõe um discurso que fosse organizado em seis partes: “exórdio, narração, divisão, demonstração, refutação e conclusão”.²²⁹ Do prólogo à

²²⁷ Cf. GUIMARÃES (2011), op. cit. p.1.

²²⁸ Cf. Ibidem, p.2.

²²⁹ “(I, 20). Na demonstração isso é especialmente feito através do uso de argumentos. Toda afirmação deve ser provada na argumentação baseada nos *atributos das pessoas* ou nos *atributos dos fatos* que aparecem no discurso (I, 34). Os atributos das pessoas que devem ser observados na demonstração são os seguintes: “el *nombre*, la *naturaleza*, la *clase de vida*, la *condición*, la *manera de ser*, los *sentimientos*, la *afición*, la *intención*, la *conducta*, los *accidentes* y las *palabras*” (I, 34). Dentre tais atributos pessoais, a *natureza* comporta os seguintes lugares-comuns: sexo (homem ou mulher), raça (cidadão ou estrangeiro), pátria (ateniense ou espartano), família (antepassados, parentes) e idade (criança, adolescente, adulto ou ancião). Já com respeito à demonstração cujos argumentos incidem nos *atributos dos fatos*, temos: aqueles que são *intrínsecos* à ação, ou seja, à principal ação narrada; outros que estão em conexão com as *circunstâncias* que acompanham a ação, dentre os quais destacamos aqui o *lugar*; outros são *acessórios* à ação, e envolvem principalmente termos de

conclusão, esse modelo de construção retórica pretende a receptividade do discurso, a partir do acordo entre o orador e o seu auditório. Essa estrutura está presente tanto na crônica de Zurara quanto no *Esmeraldo*. No entanto, mouros e negros são personagens secundários nas narrativas construídas tanto por Zurara, quanto Pacheco Pereira. A África e os africanos são coadjuvantes que aparecem por contraste ao protagonismo da Coroa Portuguesa e seus cavaleiros nos litorais subsaarianos.

Como bem denota Kátia B. Michelin, a crônica também “apresenta-se como a principal forma de erudição histórica” desse período. Até o século XII, a crônica aparecia como um gênero menor e menos elaborado que a ‘história’. Três séculos depois, crônica e ‘história’ combinam-se em um único gênero que preza “pela cronologia e que se intitula preferencialmente crônica”. Porém, o primado da crônica em relação à ‘história’ no século XV dura até o Humanismo, pois, com a ascensão dos valores renascentistas na Europa “a história volta a ser superior e a crônica acaba sendo objeto de desprezo.”²³⁰

No que se refere às relações e marcas de erudição ‘histórica’ no *Esmeraldo*, também é preciso considerar o aspecto híbrido na escrita de Pacheco Pereira, assim como as diversas fontes utilizadas na referida obra. Elas são citadas diretamente ou indiretamente, indisfarçadamente assemelhando-se e dialogando com elas. No tópico seguinte, serão discutidas pelo menos algumas delas – isso porque, seria ilusório pretender identificar todas elas, assim como suas respectivas características literárias. Tanto Pacheco Pereira quanto Zurara fazem questão de anunciar e identificar suas fontes, principalmente no prólogo, a fim de justificar erudição e credibilidade por intermédio dessas citações. Essa também é uma característica que aproxima o *Esmeraldo* do gênero de texto cronístico. Trata-se também de um discurso onde os elementos de persuasão seguem a tradição da retórica ciceroniana. Um discurso onde os argumentos sejam eficientes na criação de imagens

comparação com a ação principal (*maior, menor, igual, semelhante, oposto, contrário, gênero e resultado*); e, por fim, há aqueles atributos que são *consequência* da ação (I, 37).” Cf. *Ibidem*, p.6.

²³⁰ MICHELIN, Kátia Brasilino. *O passado como exemplo nas crônicas medievais portuguesas*. In: História e Ética - XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA/ANPUH, 2009, Fortaleza. História e Ética - XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA/ANPUH, 2009, p. 06. Disponível em <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772007_3d4156340e27a20f6e76feabf6eafd0d.pdf> Acesso em: 13 – 06 – 2017.

comoventes no espírito do leitor, desde o prólogo até a conclusão, a fim de produzir “o efeito de verossimilhança sobre o que é narrado”. A ‘história’ como argumento de persuasão, nas narrativas de Zurara e Pacheco Pereira, revela o seu caráter complementar e indissociável, não só com a retórica, mas também com a crônica e o relato de viagem do século XV. Por isso, na narrativa dos dois autores, não bastava que o discurso fosse verdadeiro, ele deveria também “parecer verdadeiro”. Esse também é um papel fundamental da retórica.²³¹

3.2 O Auditório e o Uso do Passado como Elemento de Persuasão no Discurso

Essas marcas de erudição histórica, sob uma perspectiva retórica, são elementos argumentativos voltados para o auditório, o *pathos*. Portanto, nesse lugar de interpretação, é necessário identificar qual é o auditório real do discurso. Logo, partindo do princípio de que os elementos argumentativos estão presentes em toda e qualquer prática discursiva, é preciso ter em mente que aquele que seleciona e constrói seus argumentos no discurso considera o seu auditório capaz de se identificar com as propostas, teses, valores e representações que compõem seus argumentos. Zurara e Pacheco Pereira, no sentido técnico da retórica, construíram seus respectivos discursos, considerando o acordo prévio entre o orador e seus respectivos auditórios. Seus argumentos perpassavam, portanto, pela cultura, posição social, posicionamento político e religioso daqueles que leriam e ouviriam seus discursos. Cabe ressaltar que ambos não só conheciam muito bem seus respectivos auditórios como também compartilhavam um sentimento de pertencimento a eles. Ambos escreveram a serviço da Corte avisina, além de transitarem, desde muito cedo, nos círculos aristocráticos e principescos de Portugal.

Nesse sentido, os recursos direcionados à construção de uma receptividade e identificação no auditório do *Esmeraldo* aproximam-se bastante daqueles construídos na *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*. Mesmo que superficialmente, Pacheco Pereira descreve vários episódios ‘históricos’ referentes ao pioneirismo lusitano no Atlântico. Por essa acepção, sua linguagem é muito próxima dos argumentos de Zurara, autor da “única

²³¹ Cf. GUIMARÃES (2011), op. cit. p.2, grifo do autor.

crônica conhecida relativa aos descobrimentos marítimos do século XV.”²³² A linguagem rebuscada, assim como as depreciações e estranhamentos do conquistador são características que aproximam bastante o texto dos dois autores. A dedicação laudatória ao Infante D. Henrique, a D. João II e ao Rei D. Manuel (este especificamente no *Esmeraldo*) pelos seus ‘gloriosos feitos’ na expansão marítima portuguesa também aproximam as duas obras. Ou melhor, o aspecto devocional aos seus respectivos monarcas era um princípio e sentimento compartilhado pelos dois autores, assim como um preceito literário adotado por qualquer autor que se referisse ao monarca vigente e aos seus antepassados avisinos. Assim, Pacheco Pereira defende que “dada gloriosa imortalidade”, os feitos desses monarcas e seus honrosos cavaleiros, “singularmente enviados por divina virtude”, seriam “dignos de memória” e, portanto, não deveriam “ficar no esquecimento sem muita culpa dos escritores” que não o fizessem.²³³ Por toda a obra de Pacheco Pereira é possível perceber, em afirmações como essas, a função de preservar a memória do reino através da escrita do passado, um perfil que sua escrita também herdou da mescla entre a crônica e a ‘história’.

A construção da legitimidade e credibilidade de sua escrita através da história dos portugueses é recorrentemente utilizada, aumentando a dimensão de persuasão no discurso. Ele busca a ‘verdade do que houve’ em um passado compartilhado nos círculos aristocráticos e principescos por onde estava acostumado transitar. A forte tradição de fidelidade, devotada aos seus monarcas, eram sempre reforçadas nos relatos e feitos “por mandado e licença do Sereníssimo Príncipe El-rei D. Manuel.” A consciência de pertencimento ao mesmo passado lusitano é enaltecida pelo autor ao orgulhar-se “da província da Lusitânia, onde é situada a muito antiga e excelente cidade de Lisboa, donde nós, Duarte Pacheco, autor, somos natural”. A receptividade do texto amparava-se também na trajetória da expansão marítima portuguesa. O *Esmeraldo* apresentava, portanto, os resultados desse processo nos relatos e viagens de esquadras, caravelas e naus que, nas palavras do autor, “costumamos navegar

²³² MARINHO (2008), op. cit. p. 46.

²³³ PEREIRA (1892), op. cit. p. 81.

as Etiópias Baixas e assim as Altas, que os opulentíssimos Reinos da Índia são chamados; nas quais cousas precedemos todas as gerações”.²³⁴

A experiência pessoal do autor, construída no local de onde emanam as informações de seus relatos, davam, sem dúvida, maior força aos seus argumentos diante de um público motivado pelo pragmatismo das navegações no Atlântico. Por outro lado – recorrendo à erudição greco-romana em Plínio (século I), Pompônio Mela (século I) e Ptolomeu (século II) – seus argumentos também se fundamentavam na literatura geográfica clássica. Recorreu também ao astrônomo muçulmano Alfragano (século IX), ao enciclopedista francês Vicent de Beauvais, ao matemático e astrônomo João de Sacrobosco (ambos do século XIII) e, seguindo a tradição cristã, aos textos bíblicos.²³⁵

Dentre as fontes que fundamentam o discurso ‘histórico’ no *Esmeraldo*, também vale considerar Jerônimo Munzer (1437 – 1508), contemporâneo a Pacheco Pereira. Segundo a historiadora Marinho, ele era um médico, cartógrafo e geógrafo alemão, muito conhecido por suas viagens pela Europa e por sua co-autoria e cooperação na redação da ‘Crônica Schedel’, de Hartmann Schedel (1440-1514). Muito lida pelos interessados por cartografia e geografia, pois a mesma apresentava estudos voltados para a “busca de uma rota via Oceano Atlântico para o Oceano Índico”.²³⁶ Munzer esteve na corte portuguesa em 1494 e a referida obra foi produzida a pedido de D. João II de Portugal. A escrita do autor alemão combinava características que, no final da Idade Média, conservava uma configuração literária, ou gênero da narrativa concebido como livro de ‘história’.

Como já foi dito, ainda que essas obras não possuíssem um discurso historicizante, apresentavam um forte objetivo literário de preservar aquilo que era tido como os grandes feitos do passado através da escrita. Então, reforçando os argumentos de persuasão de seus relatos com a legitimidade da ‘história’, Pacheco Pereira se apropria do mesmo modelo da narrativa ‘histórica’ de Munzer. Um ano antes de Munzer comparecer à corte portuguesa, escreveu uma

²³⁴ Ibidem, p. 40.

²³⁵ Cf. MACEDO, José Rivair. *Duarte Pacheco Pereira e os povos akan da Costa d Ouro (1508-1520)*. In: no XVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2015, Florianópolis. Anais do XVIII Encontro Nacional de História - ANPUH, 2015, p. 3. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1424542802_ARQUIVO_DuartePachecoPereiraeospovosAkandaCostadoOuroANPUH.pdf> Acesso em 23-10-2018.

²³⁶ MARINHO (2008), op. cit. p. 47.

carta, em Nuremberg, ao rei D. João. A descrição que o autor do *Esmeraldo* faz aos ‘etiópios’ é praticamente idêntica à descrição que Munzer apresenta ao rei na referida carta. O alemão define os “de Etiópia quase bestas em semelhança humana alienados do culto divino”, diferenciavam-se “por sua indústria sua bestialidade” e, portanto, deveriam ‘guardar a religião católica.’²³⁷ O navegador português praticamente reproduz a escrita de Munzer ao descrever os povos abaixo do Bojador como “Etiópios, quase bestas em semelhança humana, alienados do culto divino, desde então muita parte deles à santa fé católica e religião cristã são trazidos.”²³⁸

O navegador também se utiliza do conteúdo considerado ‘histórico’ de outro autor de origem alemã. Um texto impresso em 1502, de Valentim Fernandes (? - 1519), a *Epístola sobre a tralladaçam do livro de Marco Paulo*. Em dois momentos, no referido texto, Valentim Fernandes afirma que a “santa e grande conquista” lusitana ultrapassou os feitos de “Alexandre Magno com seu capitão Onesecrito” e que os portugueses foram mais ousados que os romanos, que limitaram suas navegações ao Estreito de Gibraltar, às “Colunas de Hércules”. Assim “passou vossa senhoria” (rei D. Manuel) não apenas “toda a linha equinocial, mas ainda aos últimos fins de ocidente e começo de oriente ate as terras do grande chão onde já começa de soar vosso poderoso nome”.²³⁹

Duarte Pacheco Pereira, com indisfarçada semelhança, por duas vezes se inspira no mesmo tema de Valentim Fernandes. No prólogo do *Esmeraldo* afirma que as conquistas sob a administração de D. Manuel ultrapassam os territórios que antes “reluziram os feitos do grande Alexandre; dos quais os ímpetos de suas passadas com as portuguesas armas e frotas, que, por vosso mandato e virtude, tão grandes feitos fazem, acrescenta vossa gloriosa fama”.²⁴⁰ No quarto livro do capítulo 3, inspirando-se no mesmo tema de Valentim Fernandes, o navegador português afirma que “já muita parte dos famosos feitos de Alexandre Magno e dos Romanos ficam muito abaixo em respeito desta santa e grande conquista.”²⁴¹

²³⁷ CARVALHO, Joaquim Barradas de. *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no ‘Esmeraldo de Situ Orbis’*, in Revista de História, nº 64, São Paulo, 1965, p. 351. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123715/119916>> Acesso em: 02-04-2019.

²³⁸ PEREIRA (1892), op. cit. prólogo, p. 2.

²³⁹ CARVALHO (1967), op. cit. p. 356.

²⁴⁰ PEREIRA (1892), op. cit. prólogo, p. 3.

²⁴¹ Ibidem, p. 101.

As aproximações com a ‘história’ ultrapassam fontes contemporâneas ao autor e, assim como Zurara, retroage aos “antigos escritores de cujas obras” Pacheco Pereira afirma ter recebido “doutrina [que] trataram do descobrimento da redondeza da terra e do mar em que tiveram desvairados opiniões e o presente tempo contem em si esta matéria.”²⁴² Assim, estabelece um intenso debate cosmográfico com Pompônio Mela (I século), examinando sua obra *Situ Orbis*, da qual pega emprestado o nome que intitula o *Esmeraldo de situ orbis*. Pompônio Mela “é a fonte mais utilizada e mais importante da obra de Duarte Pacheco Pereira”. Percebe-se a influência de sua leitura em 30 passagens do *Esmeraldo*, “sendo, em muitos casos, uma cópia muito próxima ou fiel de Pompônio Mela”.²⁴³ Os relatos no *Esmeraldo* também deliberam sobre as propostas do *Tratado da Esfera*, do matemático, “e mestre João de Sacrobosco [1155-1256 d.C.], inglês, excelente autor, na arte da astronomia”.²⁴⁴ Em treze ocasiões são evidentes as influências de Sacrobosco no texto de Pacheco Pereira, “apesar desse autor e sua obra serem citados apenas uma única vez.”

245

Duarte Pacheco Pereira desconstrói uma ideia paradigmática da época, defendida por Mela, Sacrobosco e por Plínio (23-79 d. C.). Eles acreditavam que as partes da equinocial (região da Guiné) seriam inabitáveis devido às altas temperaturas do Sol. Naquela “tórrida zona por esta causa se não podia navegar, pois que a fortaleza do Sol impedia não haver e habitação de gente; o que tudo isto [afirma Pacheco Pereira] é falso.”²⁴⁶ O navegador português reprova a fragilidade do argumento supracitado, que também eram compartilhados por Plínio, autor da obra *História natural*, “e outros autores que isto mesmo afirmaram.”²⁴⁷ É oportuno também dizer que a *História natural* é a segunda fonte mais importante do *Esmeraldo*, “são vinte e sete trechos de influência clara, sendo que apenas dezessete vezes o nome do autor, ou de sua obra, é mencionado.”²⁴⁸ Todos eles – Mela, Sacrobosco e Plínio – acreditavam que as regiões da Guiné eram tórridas e inabitáveis por pertencerem à zona

²⁴²Ibidem, prólogo, p. 1.

²⁴³MARINHO (2008), op. cit. p. 53.

²⁴⁴PEREIRA (1892), op. cit. p. 98.

²⁴⁵MARINHO (2008), op. cit. p. 52.

²⁴⁶PEREIRA (1892), op. cit. p. 99.

²⁴⁷Idem.

²⁴⁸MARINHO (2008), op. cit. p. 52.

equinocial. Pacheco Pereira aponta a contradição desse argumento, pois, ao mesmo tempo os três também afirmavam “a Índia ser verdadeiramente oriental [portanto, na mesma região equinocial] e povoada de gente sem número”.²⁴⁹

Suas citações e debate com Virgílio (70 a.C. 19 a.C.) não são tão intensos quanto com Plínio ou com Pompónio Mela. O poeta romano é citado por Pacheco Pereira, pelo menos diretamente, apenas uma vez ao longo de toda obra. No final de seu prólogo, o navegador afirma que todas as informações cosmográficas sobre “as alturas de cada um dos pólos por onde se podem saber quantos graus cada lugar se apartam e ladeza da equinocial”, assim como sobre “a natureza da gente desta Etiópia e o seu modo de viver, [...] do comércio que nesta terra pode haver” teriam um objetivo principal.²⁵⁰ Sua escrita teria por propósito preservar a memória dos grandes feitos que D. Manuel mandou cumprir a fim de que todos futuramente dissessem sobre o monarca avisino o mesmo que Virgílio disse sobre Cezar Augusto: “tu és governador do grande mar e todos honram as tuas grandezas e a ti guisa a última.”²⁵¹ Assim termina o seu prólogo com esta única citação a Virgílio, porém, não menos importante que a dos demais poetas. A citação inspirada nas *Geórgicas* do autor romano “era uma exortação muito conhecida e repetida”²⁵² no fim do século XV. Fechar o prólogo com a referida citação – ainda que nem todos os seus leitores, ou talvez o próprio autor, não tivessem intimidade com a tradução latina de Virgílio – conferia ao *Esmeraldo* maior receptividade e legitimidade histórica, dado a popularidade da citação. Ou seja, a força do argumento de persuasão contido nela – no sentido técnico da retórica – provinha da máxima introjetada no senso comum aristocrático e principesco da época, inspirado no discurso Virgílio.

Tal intratextualidade inspirada na fórmula de Virgílio, assim como as intertextualidades com Mela, Sacrobosco e Plínio, servia para reforçar os argumentos de persuasão presentes no discurso de Pacheco Pereira. Eram argumentos intencionalmente selecionados a partir do acordo prévio entre o orador e o seu auditório. Pacheco Pereira sabia que seus leitores se identificariam com as representações e debates paradigmáticos acerca dos territórios antes desconhecidos. Tinha em mente que os autores citados no seu

²⁴⁹ PEREIRA (1892), op. cit. p. 99.

²⁵⁰ Ibidem, prólogo, p. 4.

²⁵¹ Idem.

²⁵² MARINHO (2008), op. cit. p. 50.

discurso, bem como a linguagem empregada perpassavam pela cultura, posição social, posicionamento político e religioso daqueles que leriam e ouviriam seus discursos.

3.2.1 Princípios Cavaleirescos e o Acordo do Discurso

Ao longo de aproximadamente trinta anos em que exerceu o cargo de cronista-mor (entre o final da década de 1440 e o início da década de 1470), o discurso cronístico de Zurara cumpria implicações práticas. Possui uma narrativa rica em codificações muito comum ao gênero didático-*literário exemplar*, ou seja, recorrentemente apresenta-se como uma espécie de espelho da virtude aos nobres de sua época e das futuras gerações principescas.²⁵³ O uso do *exemplar* no texto de Zurara configura-se em um conjunto de ensinamentos e de exemplos de tradições medievais “através dos quais se transmitiam os valores e ideais pretensamente característicos da conduta nobiliárquica”.²⁵⁴ Enquanto elemento didático e de difusão, seu texto cronístico tinha, dentre as diversas atribuições à Casa de Avis, justificar os empreendimentos voltados à expansão no Atlântico, assim como o discurso cruzadístico no Magrebe e ao longo do litoral africano.

Quanto à estratégia pedagógica de apropriação dos discursos presentes na obra, o texto cronístico possuía uma narrativa pensada tanto para leitura quanto para a audição de um auditório preferencialmente nobiliárquico. Apesar da Corte Avisina ser um espaço ocupado por um grupo social relativamente homogêneo, o trânsito nesses círculos aristocráticos não era constituído apenas por aqueles comumente chamados de nobres ou fidalgos. Homens que serviam ao desembargo, voltado à justiça ou à administração civil do reino, assim como ligados à Igreja estreitavam suas relações com a Corte. Era um espaço onde as competições e buscas por ascensão social não eram raras. Além dos serviços prestados, ou anos de fidelidade aos empreendimentos e à burocracia do reino, aproximar-se da Corte também poderia potencializar uma futura nobilitação.

²⁵³ *Exemplar*: trata-se de um gênero codificado na literatura medieval moralista, presente tanto na escrita cronística de Zurara, quanto no *Esmeraldo* de Pacheco Pereira. Esse conceito foi trabalhado no capítulo II do presente trabalho. A expressão *espelho da virtude*, muito utilizada por Zurara, também foi discutida no capítulo I do presente trabalho.

²⁵⁴ AGUIAR, Miguel. *As crônicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV. Medievalista* [Online]. 2018, n.23, p. 5. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/medievalista/1580>> Acesso em: 27-10-21019.

Nesse sentido a Crônica de Zurara cumpre o seu papel pedagógico, o acordo entre orador e o auditório, indispensável ao sucesso do discurso. Sua narrativa seduz seus leitores e ouvintes à medida que enaltece os modelos cavaleirescos, assim como toda a conduta e valores ditos nobiliárquicos. Isso encontra ressonância tanto nos nobres de fato, quanto naqueles que almejavam uma futura nobilitação. Todas as referências cruzadísticas e o espelho da virtude, presentes na narrativa cronística de Zurara, tinham um lugar intencional muito bem definido na sociedade de corte portuguesa.

Ou seja, de uma perspectiva geral, o estímulo desses ideais coadunava-se com o cumprimento das expectativas concentradas sobre esse grupo. Do ponto de vista individual, a prestação de serviço marcado pela honra era fundamental nesse concorrido espaço cortesão, tanto ao nobre quanto ao aristocrata não necessariamente nobilitado. Em vista disso, o texto cronístico de Zurara encontraria ressonância nesses espaços, pois, possuía uma narrativa rica de feitos militares e qualidades que compunham o ‘pacote’ de espelho da virtude fundamental àquele(s) que zelasse(m) por uma conduta marcada pela honra. Segundo Miguel Aguiar, essa retórica fazia parte de uma tradição medieval comum a outros textos escritos no Baixo Medievo. Ou seja, elas “demonstram que as mensagens transmitidas pelo cronista-mor se enquadram em um esquema bem definido e genericamente aceito pela sociedade cortesã”.²⁵⁵

Do ponto de vista retórico, era um auditório guiado por princípios cavaleirescos que compunham boa parte da linguagem e símbolos que, transversalmente, expressavam o acordo do discurso. Sendo assim, destinado a um auditório que anseia o reconhecimento observado em um bom cavaleiro. Aquele que reúne as virtudes apresentadas pela narrativa construída por Zurara: figuradas nos grandes feitos a favor do rei e do reino e, portanto, que mereceria ser honrado por isso. O discurso do referido cronista régio concebe a presença de intencionalidades direcionadas a um leitor subjacente em todo o processo de produção do seu texto. Isso porque as configurações de efeito e persuasão, comparações, alusões históricas, alegorias, comparações e imagens que emergem no texto são resultados das intenções e relações entre o autor e o leitor na produção do discurso. Em vista desses pressupostos, explica-se

²⁵⁵ Ibidem, p. 7.

também o interesse da discussão em tela associar a análise retórica às circunstâncias social, política, cultural, tal como o papel do público na elaboração dos discursos de Zurara e Pacheco Pereira.

3.3 Orador e Auditório. Interações Socioculturais na Construção do Ethos e do Pathos

Todos os argumentos de persuasão construídos tanto por Zurara quanto por Pacheco Pereira foram muito bem definidos e selecionados. As intenções desses argumentos, ao mesmo tempo em que se direcionam aos estímulos do auditório – o *pathos* –, também constroem, denunciam o caráter, a(s) representação(ões) do orador – o *ethos*. Isso porque ambos os oradores, são sujeitos que convivem e compartilham das mesmas interações sociais e culturais que seus leitores e ouvintes. Nesse caso, para discutir o lugar de interpretação quanto ao orador, o *ethos* construído no discurso, é preciso responder: quais as funções, posições desses oradores enquanto sujeitos no discurso? Essas informações estão presentes, como já foi dito, nos elementos argumentativos que constroem o caráter do orador. Ou seja, o texto só se apresenta como discurso quando as relações do orador com os elementos histórico-sociais e culturais são reconhecidas. As contribuições que a retórica, nesse sentido, pode oferecer são as formas como o sujeito pode se delinear no discurso. Por essa concepção, discurso também pode ser entendido como “efeito de sentidos” múltiplos dinâmicos e variados, estabelecidos entre sujeitos nas relações de linguagem.²⁵⁶

Tal como o texto cronístico, o texto de Pacheco Pereira também atendia os interesses da Casa de Avis, agora, em sua quinta geração. Para tanto, o *Esmeraldo* foi produzido por encomenda do rei D. Manuel (1469-1521). Foi escrito logo no início do século XVI, uma década antes Pacheco Pereira ser nomeado capitão e governador de *São Jorge da Mina*. *No ocaso de suas participações nas navegações portuguesas, sua narrativa reflete as marcas pessoais que trouxe de suas experiências, no ultimo quartel do século XV, para o Esmeraldo de situ orbis.*

²⁵⁶ Cf. ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 21.

Sob essa perspectiva, é importante considerar como a África e os africanos eram percebidos pela sociedade de corte, nesse extenso momento de transição do mundo medieval para a modernidade, e como essas percepções estavam diretamente relacionadas às representações construídas pelo autor. Seu texto estava, sobretudo, imbuído dos discursos construídos e aceitos pelo grupo social a qual pertencia, assim como pelo contexto secular em que vivia. Assim, as narrativas acerca de seus contatos e percepções sobre as possessões portuguesas em terras africanas também traziam consigo, em maior ou menor medida, as percepções do grupo social a que pertencia.

Enquanto sujeito social, seu texto era submisso a princípios e sentimentos muito caros ao seu grupo. O interesse nacional pela navegação, o sentimento de pertencimento ao cristianismo, assim como sua missão evangelística eram elementos que potencializavam a receptividade das imagens construídas sobre a África e os africanos. Dessa forma, toda linguagem cortês ao longo da obra correspondia aos anseios das esferas sociais frequentadas por Pacheco Pereira que, aqui vale lembrar, também era um cavaleiro da Casa Real desde o reinado de D. João II, do qual fora integrante de sua guarda pessoal.

Os trânsitos principescos e aristocráticos frequentados pelo autor estavam imersos em uma forte tradição católica e ao forte poder centralizador de seus monarcas. Por outro lado também, ainda não havia uma forma livre de produção literária. Logo, Pacheco Pereira estava sujeito a uma séria de cânones, além de não se poder esquecer de que o mesmo “escrevia a pedido do próprio rei [D. Manuel], caracterizando esse movimento entre a esfera pública e privada.”²⁵⁷ Não por acaso, ao longo da obra, apresenta por diversas vezes o grande poder de D. Manuel, assim como os honrosos feitos lusitanos sob a administração do monarca – cumprindo, portanto, uma espécie de “protocolo literário” comum a todos que prestassem semelhante serviço literário à Coroa.

Submetendo-se a esses cânones, Pacheco Pereira produziu o que mais se ajustava aos empreendimentos marítimos da Coroa no início do século XVI. Com muito pragmatismo e experiência, proveniente de sua carreira no mar, sua escrita tornou-se muito valorizada. As informações físicas da natureza e dos territórios habitados no litoral subsaariano auxiliariam futuros navegantes e

²⁵⁷ MARINHO (2008), op. cit. p. 45.

exploradores lusitanos nesses mesmos territórios percorridos pelo autor. Ele também apresenta ‘as grandes questões cosmográficas’ discutidas pela intelectualidade da época, ao mesmo tempo em que informava sobre essas regiões recém-navegadas. Seus serviços como navegador, assim como sua ampla experiência nos contatos com territórios e povos recém explorados, ensejavam novos conhecimentos que traziam luz sobre muitas dúvidas entre os exploradores de sua época, “deixando diversas e preciosas informações aos estudiosos até a atualidade”.²⁵⁸

A intenção pragmática da obra acompanhava as necessidades advindas da intensificação dos interesses lusitanos pelas atividades mercantis e marítimas da segunda metade do século XV em diante. Esse novo ambiente de empreendimentos no Atlântico conferiu um aumento na adoção dos algarismos arábicos pelos autores de literatura de viagem e literatura científica. No campo da literatura de viagem, o *Aquiles lusitano* foi pioneiro, dentre os autores portugueses de seu período, no uso de “mais algarismos arábicos do que números luso-romanos (24,5% de algarismos arábicos, 0,3% de luso-romanos e 75,2% por extenso)”.²⁵⁹ Nesse ponto, cabe aqui apontar um distanciamento entre o texto da literatura de viagem com o gênero cronístico. Autores como Zurara e outros cronistas do século seguinte, como João de Barros (1496-1570) e Damião Góis (1502-1574), apresentam todas as suas informações numéricas “ainda em forma luso-romana ou por extenso”.²⁶⁰ Esses cronistas, assim como o autor do *Esmeraldo*, pertenciam ao mesmo extrato social, frequentavam os mesmos trânsitos principescos, no entanto, prestavam serviços diferentes à Casa de Avis. Aí se explica a preferência pelos números arábicos. A escrita e os interesses de Pacheco Pereira estavam intimamente ligados às informações e aplicações práticas das atividades comerciais e náuticas da expansão marítima portuguesa. Em outras palavras, esse modelo numérico conferia maior precisão e simplicidade cognitiva às informações práticas apresentadas pelo navegador.

A valorização, receptividade e interesse pela obra de Pacheco Pereira também pode ser exemplificada em um episódio bem pitoresco, porém, não tão singular, devido ao ambiente de competição entre as monarquias modernas no

²⁵⁸ Ibidem, p. 44.

²⁵⁹ Ibidem, p. 115.

²⁶⁰ Idem.

Atlântico. Em virtude da originalidade das informações sobre cartografia náutica, descrições geográficas, que ofereciam melhores rotas e alternativas comerciais, a versão original do *Esmeraldo* foi recebida por D. Manuel com muito entusiasmo. Por isso, seguindo a tradicional política de segredo, o rei jamais permitiu que viesse a público. De fato, suas informações eram tão importantes no concorrido cenário marítimo que, cerca de 60 anos depois (1573), uma cópia foi extraviada para a Espanha por Giovanni Gesio, um espião italiano “que o rei Filipe II mantinha a seu serviço na embaixada espanhola em Lisboa.”²⁶¹ Naquela altura, a atenção das principais potências marítimas estavam voltadas para a capital lusitana, justamente pelo seu protagonismo e pioneirismo no Atlântico e nas ciências náuticas da época. Esse episódio também aponta para o quanto as informações no *Esmeraldo*, no final do século XVI, ainda eram valorizadas não só pela Coroa portuguesa como também por sua concorrente ibérica no Atlântico.

A receptividade e o interesse pela obra de Pacheco Pereira não se construiu apenas em virtude da originalidade de suas informações. Além das questões sobre os paradigmas científicos, cartográficos e geográficos da época o autor também combinou narrativas romanceadas com temas moralistas, religiosos e cruzadísticos muito caros aos seus leitores. Seguindo o perfil literário da escrita cronística, reforça os valores preservados pelos nobres de sua época e das futuras gerações principescas. Como Zurara, toma de início os exemplos do Infante D. Henrique na vanguarda da expansão marítima lusitana. Apresenta o Infante Navegador, “na tomada da grande cidade de Ceuta [...] por bravo combate contra os mouros”, demonstrando tamanha fortaleza em “seu coração, que outro algum cavaleiro, neste feito de armas, a ele foi igual, segundo temos [o autor] sabido por aquelas pessoas que na tomada desta cidade foram, que verdadeiro testemunho disto deram.”²⁶²

Há uma prosa corrente, com referências históricas, muito eficiente em alcançar o interesse da nobreza e aristocracia de sua época. A obra se apresenta como espelho de nobres que, sob um estatuto didático, também remete a sobrevivência de usos dos *exemplas*, comuns ao texto cronístico. Nesse sentido, a expansão territorial extra-ibérica, sob a administração de D.

²⁶¹ Ibidem, p. 10.

²⁶² PEREIRA (1892), op. cit. p. 37.

Manuel, é comparada a “Roma [que], no tempo de sua prosperidade [...], nunca pôde haver nem fazer tributários” de tantos “reis e príncipes bárbaros” quanto no atual reinado português.²⁶³ Desse modo, o texto no *Esmeraldo*, assim como o texto cronístico, cada um a sua maneira, procuravam valorizar os feitos dos cavaleiros portugueses, colocando as suas obras a serviço da Corte de Avis e dos objetivos de seus respectivos governantes.

Considerando as circunstâncias históricas que envolvem a produção discursiva, a leitura sobre os dois autores ajuda compreender a construção do *ethos*, enquanto sujeitos nos seus respectivos discursos. Os dois autores, assim como suas obras, estavam intimamente relacionados aos empreendimentos lusitanos no Atlântico. A escrita do cronista-mor e guarda-mor da Biblioteca Real da Torre do Tombo servia para legitimar a dinastia avisina, assim como para deixar à posteridade os comportamentos sociais adequados aos homens que haveriam de suceder na nova dinastia. Os feitos ali narrados também serviram para requerer do papa o reconhecimento das terras encontradas ou por descobrir na costa africana. O *Esmeraldo de situ orbis* também mostra que a longa experiência do cosmógrafo e capitão-mor dos mares da Índia portuguesa, construída no final do século XV, não pôde deixar de ser aproveitada pela Coroa. O cronista e o navegador, ambos sob a administração da Corte avisina, escreveram sobre os ‘grandes feitos’ portugueses no Atlântico e nos litorais da África subsaariana. Pertenceram e conviveram nos mesmos ambientes sociais, cada um em seu tempo. Entre o final da vida de um e início da vida do outro, foram contemporâneos por quatorze anos. Portanto, cronologicamente, relativamente próximos e, ao mesmo tempo, intimamente ligados pelos ambientes socioculturais e políticos que frequentaram e serviram na Corte Portuguesa.

Aqui é preciso destacar também que os dois autores, enquanto indivíduos imersos nas interações sociais – portanto, fora de seus textos – não são possíveis de serem compreendidos exclusivamente pelos seus respectivos discursos. Por outro lado, enquanto sujeitos enunciativos, produtores dos seus respectivos discursos e responsáveis pela construção das representações sobre si – o *ethos* –, são passíveis de serem estudados a partir desses artifícios

²⁶³ Idem, prólogo, p. 3.

retóricos empregados por eles. Portanto, o *ethos* está absolutamente subordinado a essas condições de produção do discurso. Assim, as observações e análises feitas até aqui se preocuparam não só com as condições teóricas da retórica atinentes ao texto – os argumentos de persuasão que compõem o discurso –, mas também às condições práticas. Aquelas que consideram a argumentação a partir das circunstâncias histórico-culturais de produção, envolvendo os autores em pauta e o público a quem eles se dirigiram.

3.4 Narrativa, discurso e ‘história’

Para encerrar o presente capítulo, ainda é preciso apontar algumas distinções e usos sobre os conceitos de narrativa e discurso. Ambos são recorrentemente utilizados ao longo desse trabalho. A narrativa, inevitavelmente, relaciona-se com o discurso. No entanto, no sentido prático, é uma abordagem maior sobre determinado tema ou problema. Comparada ao discurso, ela é construída em textos maiores, com todo conjunto de exposições, justificativas, citações e argumentações históricas. Segundo Muniz Sodré de Araújo Cabral, ela pode ser entendida como uma exposição capaz de comunicar, “evocar através da sucessão de fatos, um mundo dado como real ou imaginário situado num tempo e num espaço determinados.” Em uma construção narrativa, também deve diferenciar-se “*narração* (construção verbal ou visual que fala do mundo) da *diegese* (mundo narrado, ou seja, ações, personagens, tempos).”²⁶⁴

Nesse sentido, é possível dizer que a narrativa é um conjunto de discursos e esses, de certa forma, também podem ser definidos como apresentações curtas dessa narrativa; partes determinadas da narrativa que pressupõe “um locutor e um ouvinte, tendo o primeiro a intenção de influenciar o outro de algum modo”.²⁶⁵ Em outras palavras, o conjunto de discursos forma a narrativa e o conjunto de narrativas similares forma uma visão de mundo, uma ideologia. “Como uma imagem, a narrativa põe diante de nossos olhos, nos *apresenta*, um mundo”.²⁶⁶

²⁶⁴ SODRÉ, Muniz. *Best-seller: a literatura de mercado*. São Paulo: Ática, 1988, 2ª ed., p. 75; grifos do autor.

²⁶⁵ BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 5.ed. Campinas: Pontes Editores, 2005, p. 267.

²⁶⁶ SODRÉ (1988), op. cit. p. 75; grifos do autor.

Toda obra literária, ao mesmo tempo em que dialoga, está inserida em um conjunto de narrativas comum a um determinado período. Nesse sentido, as narrativas construídas por Zurara e Pacheco Pereira pertenciam às configurações da literatura no Baixo Medievo em Portugal. Elas ainda guardavam traços da Antiguidade, que deslocavam a consciência literária de qualquer pretensão científica. Bem diferente, portanto, de como a consciência literária é concebida atualmente, isto é, podendo se relacionar com “um campo científico, tal qual a História ou a Antropologia”. Tratava-se de uma produção literária bem mais próxima à concepção de arte que ciência, mesmo com todas as ressalvas do conhecimento técnico presente na narrativa híbrida do *Esmeraldo*. A literatura desse período, ainda vale ressaltar, designava “uma forma de saber relacionada com a leitura e a escrita”. Logo, tratava-se de um conjunto de narrativas construídas para atender e alcançar, sempre que possível, letrados e não letrados, em um período onde grande parte dos indivíduos não era alfabetizada e “o contato com o texto manuscrito era raríssimo”.²⁶⁷

Segundo Tzvetan Todorov, de maneira geral, “a obra literária [assim como qualquer narrativa] tem dois aspectos: ela é ao mesmo tempo uma história e um discurso”. As configurações literárias quatrocentistas não excluem as narrativas de Zurara e Pacheco Pereira da proposta de Todorov. Ambas, como já foi discutido ao longo do presente capítulo, mantinham íntima relação retórica com a ‘história’. Elas são consideradas ‘histórias’, no sentido em que evocam e preservam a memória lusitana através da escrita do passado. Ao mesmo tempo, também são discursos, pois em cada uma delas “existe um narrador que relata a história; há diante dele um leitor”, um ouvinte, um auditório que a percebe, dialoga, se identifica com ela.²⁶⁸

Os discursos presentes nas narrativas de Zurara e Pacheco Pereira estavam sujeitos a uma forma de ação política à medida que foram utilizados como instrumentos de poder. Nesse sentido, o poder de construir uma imagem sobre a África e o africano que legitimasse a exploração e o domínio lusitano sobre esses povos e territórios. Essas obras são testemunho do processo de

²⁶⁷ BARBOSA (2017), op. cit. p.41.

²⁶⁸ TODOROV, Tzvetan. *As categorias da narrativa literária*. In: BARTHES, Roland. *Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976, p. 211.

expansão do reino português no Atlântico a partir do século XV, além de conter indícios das percepções sobre o outro, em toda sua dimensão cultural e territorial, a partir dos primeiros contatos, estranhamentos e aproximações.

Além de dialogar com as expectativas de um público aristocrático e principesco, a narrativa de Zurara traz consigo discursos construídos para convencer ao Santo Papa conceder a *Romanus Pontifex*. A bula foi assinada e enviada à Coroa em 1455, dois anos após Zurara ter concluído a escrita de sua crônica sobre os feitos lusitanos na Guiné, a pedido de Afonso V. Após cumprir seu objetivo político com o papa Nicolau V, a *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné* desaparece do cenário literário, ressurgindo pela primeira vez no século XIX. Como de fato, todo o discurso missionário e cruzadístico convenceram o papa autorizar o ‘aumento do rebanho’ e ‘combate aos infiéis’ no litoral subsaariano. Todos os relatos e informações técnicas, geográficas, mercantis, além de todo arcabouço moralista, religioso e cruzadístico na narrativa do *Esmeraldo* também cumpriram sua função política e literária. A prática da política do segredo retirou os relatos de Pacheco Pereira do acesso ao público, reaparecendo somente em 1892, na presente versão comemorativa da descoberta da América por Cristóvão Colombo no seu quarto centenário.

A participação literária desses autores se inseria no processo de (re) construção de representações sobre a África na medida em que uma ‘nova África’ se apresentava e era inventada pelas narrativas dos primeiros contatos. Inventada em um processo criativo, carregado de intencionalidades, que assegurava e consolidava as perspectivas lusitanas no litoral africano. A invenção/criação de imagens sempre esteve intimamente ligada às construções culturais e políticas. Porém, a maneira em que os portugueses construíram e se utilizaram delas é o que será discutido no próximo capítulo.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
RELAÇÕES DE PODER, LINGUAGENS E HISTÓRIA INTELLECTUAL
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA**

LEANDRO ROSA DA SILVA

PARTE 2

**ÁFRICA E AFRICANOS SOB OS OLHARES
DE ZURARA E PACHECO PEREIRA**

2020

Endereço da secretaria do PPHR:
UFRRJ – ICHS – Prédio da Pós-Graduação (PPG), Campus Seropédica
CEP 23890-000 / BR 465 Km 7 – Seropédica/RJ - TEL: (21) 2681-4849

SUMÁRIO DA PARTE 2

CAPÍTULO 4 - A África sob os Olhares de Zurara e Pacheco Pereira.....	122
4.1 Olhares e Imagens (re) Produzidas pela Escrita.....	122
4.2 Imagens Limitadas pelo Saara.....	127
4.3 Imagens (re) Interpretadas pelos Primeiros Contatos.....	130
4.3.1 Imagens mais otimistas.....	134
4.4 A Terra dos Mouros e a Terra dos Negros.....	138
4.5 A Etiópia Inferior.....	144
4.5.1 Visões sobre o ‘outro’ e seus territórios.....	146
4.5.2 Formação de topônimos: pontes de comunicação e expectativas econômicas.....	147
CAPÍTULO 5 - O Africano sob os olhares de Zurara e Pacheco Pereira...156	
5.1 Mouros e Guinéus.....	156
5.1.1 Um Inimigo com quem ‘Convinha Pelejar’.....	160
5.1.2 Selvageria, Paganismo e Barbárie: Elementos Providencialistas de alteridade.....	161
5.1.3 Dieta, Habitação, Fé, Armas e Valores Morais como Referenciais de Alteridade.....	163
5.1.4 Civilização aos ‘Bárbaros’, ‘Selvagens’ e ‘Amaldiçoados’	169
5.1.5 A Tez Africana sob Perspectivas Eurocêntricas.....	172
5.2 Os Etiópios.....	175
5.2.1 Representações e Identificações mais Pragmáticas.....	176
5.2.2 Jalofos, Mandingas e Tucolores: Avanço do Islamismo entre os Etiópios da Guiné.....	180
5.2.3 Bárbaros, pagãos, selvagens e gentios.....	181
5.2.4 Em Nome da Fé, do Lucro e das Guerras.....	184

EPÍLOGO - Aproximações e Distanciamentos entre os Olhares de Zurara e Pacheco Pereira.....	188
1. Algumas Aproximações entre os dois Olhares.....	188
2. Alguns Distanciamentos entre os dois Olhares.....	190
3. África e africanos no território do 'outro'	193
CONCLUSÃO.....	196
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	200

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES, COMPARAÇÕES E MAPAS			
TABELA E FIGURAS	PÁGINA	TÍTULO	REFERÊNCIA
2	126	Mapa Físico do Noroeste da África	Adaptado de SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano. São Paulo: Ática, 2006, p. 13.
3	137	Cerco Português da África no Século XV	DEVISSE, Jean (em colaboração com Shuhi Labib). <i>A África nas relações intercontinentais</i> . In: UNESCO. <i>História geral da África, IV: África do século XII ao XVI</i> . Brasília: UNESCO, 2010, p. 746.
4	140	O Noroeste da África (Século XV)	Adaptado de SILVA, Alberto da Costa. <i>A manilha e o libambo; a África e a escravidão, de 1500 a 1700</i> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002, p.1058.
5	141	Mapa Ilustrativo: Divisão Política do Magrebe e da África Ocidental (Atual)	Adaptado de FERNANDES, J. A. <i>Integração Econômica como Estratégia de Desenvolvimento do Continente Africano: proposta de fusão entre a Comunidade de Econômica de Estado da África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)</i> . Dissertação de mestrado em Direito pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007, p. 183. Disponível em: < http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89826 > Acesso em: 8-03-2017.
6	159	Noroeste da África com Cidades e Reinos Antigos	Adaptado de SOUZA (2006), op. cit.p. 15.
7	167	Grupos Linguísticos do Noroeste da África (Século XV)	Adaptado de SOUZA (2006), op. cit. p. 20.
8	179	A Senegâmbia e a Alta Guiné	SILVA (2002), op. cit. p.1057.
9	189	Infográfico de Representações dos Povos Gentios e Idólatras com Filtros Religiosos	Própria autoria.

CAPÍTULO 4

A África sob os Olhares de Zurara e Pacheco Pereira

CAPÍTULO 4

A ÁFRICA SOB OS OLHARES DE ZURARA E PACHECO PEREIRA

4.1 Olhares e Imagens (re) Produzidas pela Escrita

Quanto à abordagem teórica geral, o presente debate está predominantemente enquadrado no campo da História cultural. No entanto, com a multiplicidade de pesquisa e diálogo interdisciplinar que lhe é devida, naturalmente, em alguns momentos, ocorrem diálogos com outros campos. Isso porque, segundo José D'Assunção Barros, a produção historiográfica não pode estar reduzida ou confinada em único campo, pois os processos históricos não se formam ou se relacionam com fatos unicamente econômicos, políticos ou culturais.²⁶⁹ Logo, a História Cultural pode dialogar com diferentes perspectivas de análises, como, por exemplo, as práticas discursivas e suas representações, intencionalmente construídas no texto literário. A historiadora Sandra Jatahy Pesavento salienta que o interesse da História Cultural também está nas interpretações “do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo”.²⁷⁰

Nesse sentido, as abordagens sobre as circunstâncias históricas na produção discursiva de Zurara e Pacheco Pereira, sozinhas, não são capazes de dar conta de uma visão mais ampla. É preciso estabelecer e discutir ainda algumas aproximações e distanciamentos presentes nas representações da África e do africano, construídas nos discursos desses dois autores.

Para tanto, a partir de agora, também serão discutidas as imagens influenciadas pelo apelo religioso, pela expansão de mercados e pelas heranças do imaginário medieval. Diante disso, como propôs Bronislaw Baczko, é no imaginário social e na identidade que as representações são historicamente construídas. Para o autor, o imaginário social seria “um aspecto da vida social, da atividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade de seus produtos”. O mesmo seria formado

²⁶⁹ BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 17.

²⁷⁰ PESAVENTO, Sandra. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica: 2008. p. 42.

pelos diversos “pontos de referência no vasto sistema simbólico que qualquer coletividade produz”.²⁷¹

Já foi apresentado que os valores e ideais principescos que consolidavam a Casa de Avis no século XV estavam intimamente ligados a discursos moralizantes, fundamentados em tradições cavaleirescas e cruzadísticas. Esses ideais foram muito bem aproveitados, adaptados e transportados às narrativas contruídas pela escrita cronística do período. De modo semelhante, o mesmo ocorreu em obras que se relacionavam com o gênero cronístico, como o relato de viagem no *Esmeraldo de situ orbis*, escrito na primeira década do século seguinte, porém, tratando de configurações históricas da última metade do século anterior a sua publicação.

Sob essa perspectiva, o presente trabalho parte da hipótese de que as diferentes imagens construídas sobre a África e os africanos relacionavam-se com os interesses e expectativas dos aristocratas e altos funcionários que serviam e transitavam nos ambientes sociais principescos do século XV. Assim, o discurso desses autores estava, inevitavelmente, influenciado pelo grupo social a que ambos pertenciam, assim como pelo contexto secular em que viviam. Por isso, as narrativas e olhares nos primeiros contatos com os povos e terras do litoral subsaariano também traziam consigo, em maior ou menor medida, as percepções do grupo social a que pertenciam esses autores. Portanto, doravante, será abordado de que forma a África e os africanos foram representados nas duas obras em tela e como essas imagens dialogavam com as expectativas ideológicas dos autores, assim como de seus respectivos auditórios demarcados no capítulo anterior.

Ainda que essas representações correspondam às visões dos autores e seus respectivos auditórios, retoricamente direcionados, não há como mensurar, de forma precisa, a abrangência de uma imagem dentro de um determinado processo histórico. Essas imagens decorriam das intenções e interações socioculturais, entre autores e leitores de origem nobre e aristocrática, relativamente dinâmica e multifacetada. Afinal, como já foi mencionado, os trânsitos sociais principescos não eram constituídos apenas

²⁷¹ Cf. BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi. V. 5 Anthropos – homem. Lisboa: Imprensa Oficial, Casa da Moeda, 1985, p. 309.

por aqueles comumente chamados de nobres ou fidalgos.²⁷² Nesses círculos sociais, poderiam transitar tanto membros da nobreza cortesã, como também “linhagens menos relevantes no seio do grupo, ou ainda homens provenientes do desembargo ou de setores da chamada aristocracia urbana”. Os territórios conquistados pela Coroa no Magrebe²⁷³ e, posteriormente, ao sul do Saara²⁷⁴, com maior ou menor regularidade, também eram ocupados por esses homens provenientes desses diversos quadrantes aristocráticos. Todos eles “percebiam que a participação neste teatro de guerra era fundamental para manter o prestígio da estirpe e procurar honras e benesses.”²⁷⁵

O próprio continente africano e seus habitantes também não eram nada homogêneos. Bem mais do que hoje, configuravam-se em diferentes regiões, culturas e povos que impossibilita, na maioria das vezes, demarcar precisamente qual das muitas Áfricas era representada por Zurara e Pacheco Pereira. Dessa forma, as imagens analisadas neste trabalho não se configuram em uma abordagem unidimensional ou necessariamente a acepções materiais. No entanto, trata-se de imagens simbólicas, observadas nas representações de linguagens verbais e literárias que, na maioria das vezes, eram extremamente homogeneizadoras e reducionistas.

Seguindo a proposta de Leonor Areal, o conceito de imagem aqui deverá ser entendido “como parte de um processo de comunicação”. Ao mesmo tempo esse conceito também pode ser entendido como uma representação. Ou seja, a imagem “é uma forma de comunicar a outrem, através de uma mediação,” aquilo que foi ou está sendo observado, sentido, lembrado, concebido, pensado ou imaginado.²⁷⁶ Em outros termos, a imagem também pode ser compreendida como a substituição daquilo ou daquele (a) que está ausente, portanto, uma representação. Ao mesmo tempo, essa compreensão de

²⁷² Conferir no capítulo anterior: também era frequentada por “homens que serviam ao desembargo voltado à justiça ou a administração civil do reino, assim como ligados à Igreja estreitavam suas relações com a Corte. Era um espaço onde as competições e buscas por ascensão social não eram raras. Além dos serviços prestados, ou anos de fidelidade aos empreendimentos e à burocracia do reino, aproximar-se da Corte também poderia potencializar uma futura nobilitação”.

²⁷³ Conferir mapa (figura 4)

²⁷⁴ Conferir mapa (figura 1)

²⁷⁵ AGUIAR, Miguel. *As crônicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV*. *Med_on* [online]. 2018, n.23, p.8. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/medievalista/1580>> Acesso em: 22-3-2019.

²⁷⁶ Cf. AREAL, Leonor - *O que é uma imagem?* Cadernos PAR. N.º 5 (Mai. 2012), p.65. Disponível em: <<https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/566/1/art4.pdf>> Acesso em: 20-07-2018.

imagem como representação também pode ser entendida de uma perspectiva equivalente, porém inversa. Dessa forma, as representações também são imagens, onde o concebido (o representado) é uma interpretação daquilo que é experienciado, ou seja, uma projeção do que foi testemunhado com os olhos, concebido por um sentimento, pela imaginação criativa – “uma imagem mental”.²⁷⁷

No entanto, a imagem mental se manifesta em uma perspectiva interna, muito subjetiva e multiforme, escapando, portanto, à possibilidade de análise. Em outros termos, ela é o resultado de múltiplas combinações e transformações “de memórias, conceitos, imaginações e imagens exteriores captadas e interpretadas.”²⁷⁸ Diante disso, a presente análise discursiva preocupa-se com as imagens exteriormente representadas, mais precisamente aquelas construídas no texto literário. Segundo Areal “estas imagens são semelhantes às outras, as visuais”. No ato da escrita, aquelas imagens sob o domínio da recordação e da imaginação, assumem representações externas. Todavia, essas imagens mentais não são recordadas da mesma forma, mas, imaginadas de novo, reinterpretadas e representadas externamente através da escrita.²⁷⁹

Sob essa perspectiva conceitual, serão analisadas as imagens (re) produzidas pela escrita de Zurara e Pacheco Pereira, contrapondo e aproximando esses olhares da primeira e segunda metade do século XV. Elas se relacionavam com os interesses, os impulsos e as necessidades que configuravam a conjuntura em que cada um desses autores pertencia. Portanto, não há como mensurar o grau de receptividade no momento em que cada uma dessas obras foi produzida. Assim, essa segunda parte do presente trabalho, somando esforços com a análise discursiva do capítulo anterior, limitar-se-á em interpretar as representações criadas pelo cronista e pelo navegador, ambos a serviço da Casa de Avis.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Ibidem, p.64.

²⁷⁹ Ibidem, p.62.

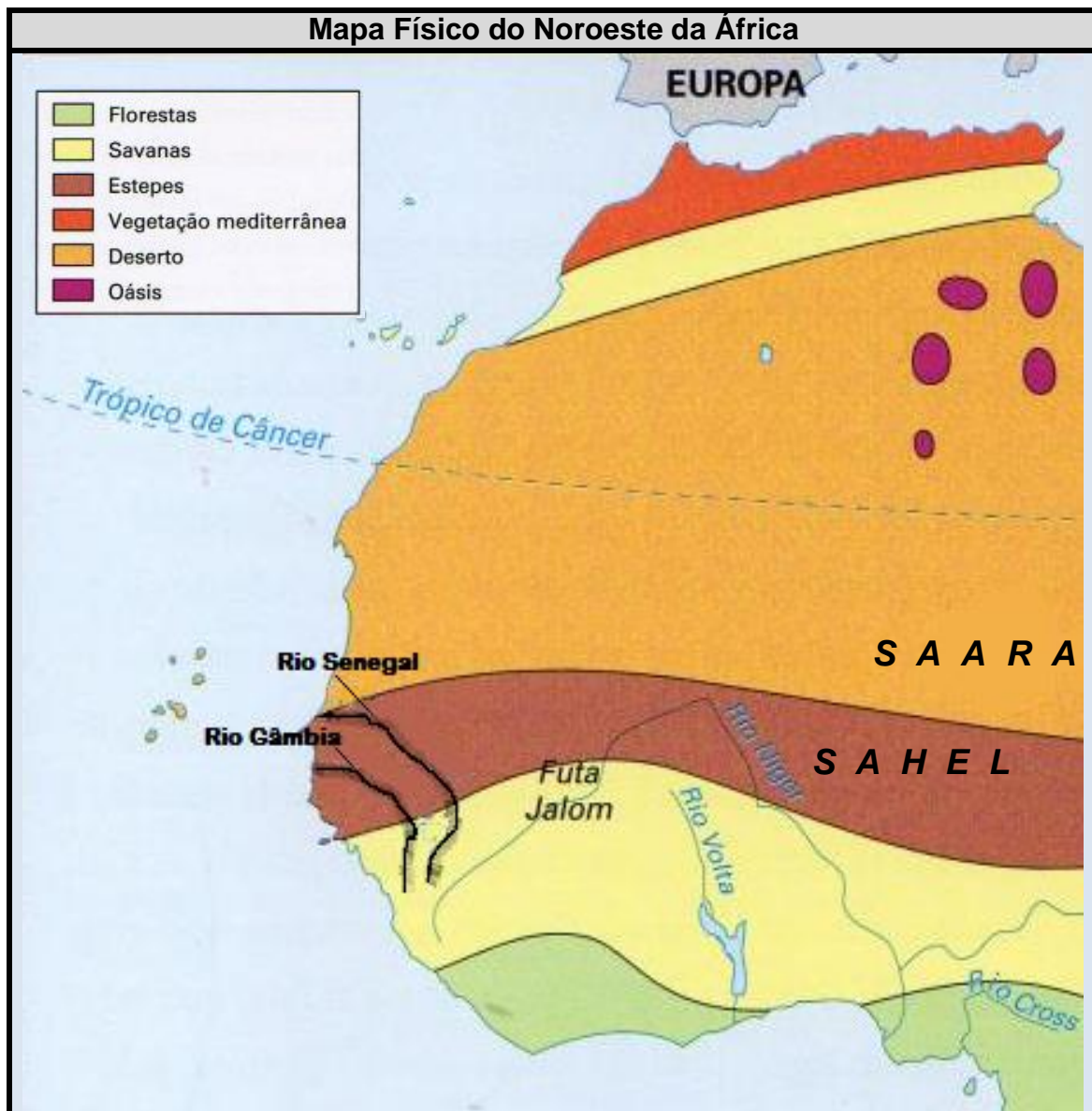


FIGURA 2²⁸⁰

²⁸⁰ Adaptado de SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006, p. 13.

4.2 Imagens Limitadas pelo Saara

Até o século XV, as imagens da África, construídas pelo imaginário europeu, estavam ancoradas em experiências e relatos confinados, praticamente, às limitações do Saara²⁸¹. Era a ‘Terra dos Mouros’²⁸², dos ‘infiéis’, onde, para além dos limites do deserto saariano, o que predominava era o desconhecido. Até porque, antes do século XV, nenhuma obra de autoria europeia foi dedicada a esses povos e territórios, o que indica o escasso e muitas vezes nenhum conhecimento que os europeus tinham sobre a ‘Terra dos Negros’²⁸³. Exceto a produção literária de alguns viajantes islâmicos do Magrebe, sobretudo a de Ibn Khaldun²⁸⁴, que colheram suas informações a partir das rotas comerciais transaarianas. No entanto, ressalva-se que esse conhecimento obtido sobre a região abaixo do Saara “advinha de expedições comerciais realizadas pelo interior do continente e não da navegação na costa ocidental africana.”²⁸⁵

Mesmo assim, até então, a maior parte da África Subsaariana ainda permanecera incógnita aos principais autores islâmicos, sobretudo as regiões ocidental e meridional das florestas. Os povos desses territórios só experimentaram os primeiros contatos com elementos do mundo extra-africano a partir da segunda metade do século XV. Isso só foi possível entre 1444 (quando o navegador português Diniz Dias alcançou o Cabo Verde²⁸⁶ e adentrou a foz do Senegal²⁸⁷) e 1460 (quando Pedro de Sintra explorou os litorais montanhosos que chamou de Serra Leoa). Nesse intervalo de doze

²⁸¹ Conferir mapa (figura 1)

²⁸² Conferir mapa (figura 3)

²⁸³ Conferir mapa (figura 3)

²⁸⁴ Hassan Ibn al- Khaldun (nascido em Túnis, em 1332, e falecido em 1406, no Cairo). Por ser natural da África Mediterrânea, seu pensamento e descrições sobre a África Subsaariana dialogam bastante com a concepção europeia – fruto da estreita comunicação do norte africano com a Península Ibérica, marcada pela presença de governantes muçulmanos, no período compreendido entre 711 e 1492. Segundo Alberto da Costa e Silva, Khaldun é considerado um dos maiores historiadores muçulmanos. Sua obra mais famosa é *O livro dos exemplos e o registro das origens e da história dos árabes, persas e berberes*. Cf. KHALDUN, Ibn. *Kitab al-'Ibar wa-diwan al-mubtada' wa-'l-kabar fi ayyam al-'arab wa'l-'ajan wa-l-barbar*. p. 58. In: SILVA, Alberto da Costa. *Imagens da África. Da Antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012.

²⁸⁵ BARBOSA, katuscia Quirino. *A África sob o olhar do outro: a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2017, p. 154. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1932.pdf>> Acesso em: 12-01-2019.

²⁸⁶ Conferir mapas (figuras 2, 4)

²⁸⁷ Conferir mapas (figuras 1, 3).

anos, os portugueses percorreram toda a costa do Senegal à Serra Leoa, de onde logo começaram adquirir escravos dos *jalofo*s e dos mandingas do Gâmbia²⁸⁸. Também adquiriram escravos de populações *sereres*, no rio Salum, de onde, em 1455, trouxeram 40 cativos. Um ano depois, adquiriram mais escravos no Rio de São Domingos (Cacheu) e no Rio Grande (Geba). Assim, foram estreitando e diversificando as relações de exploração e comércio nesses litorais.²⁸⁹ Dessa forma, antes de ultrapassar os limites do Bojador²⁹⁰ e vivenciar esses primeiros contatos, todo o conhecimento que a Europa tinha sobre a África Subsaariana estava sujeito a um conjunto de imaginários antigos e medievais que a definia, homogeneamente, como tórrida e inabitável.

Decerto, as águas do litoral subsaariano, até o primeiro quartel do século XV, ainda eram inexploradas. A experiência marítima dos portugueses no Atlântico estava restrita entre o litoral da Península Ibérica e o norte do continente africano. Suas embarcações, até então, estavam tecnologicamente desenvolvidas para atender os desafios superados nessa região do Atlântico conhecida como Mar Pequeno. No entanto, novos desafios e oportunidades se apresentavam e mudariam essa situação.

O final do século XIV e início do século seguinte apresentaram novas demandas políticas e econômicas que se relacionavam com a consolidação e interesses da Dinastia de Avis, recentemente alçada ao trono lusitano. Os monarcas dessa nova Casa iniciavam o século XV com projetos e incursões de anexações territoriais que extrapolariam os limites da Península Ibérica. Essa política expansionista, que acabou incluindo o litoral subsaariano da África, teve início em 1415, com a tomada da cidade de Ceuta. Nesse sentido, a conquista da praça marroquina cumprirá um grande poder estratégico e simbólico para a adaptação e manutenção de uma identidade cavalheiresca cristã.

A formação dessa identidade deve ser entendida – não só aqui, como também no conjunto de todo o trabalho em tela – sob uma perspectiva

²⁸⁸ Conferir mapas (figuras 1, 3)

²⁸⁹ Cf. SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo; a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002, p.206.

²⁹⁰ Conferir mapas (figuras 2, 3).

construtiva e coletiva e relacional. Para Stuart Hall²⁹¹, a identidade cultural é fruto de um processo, algo incompleto, continuamente formada e trabalhada no decorrer do “tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade”.²⁹² Por essa perspectiva coletiva e construtivista, Manuel Castells também salienta que “identidade é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais e inter-relacionados, o(s) qual (ais) prevalece (em) sobre outras fontes de significado”²⁹³.

Com essa sustentação teórica, a presente discussão entende que as marcas da identidade cavaleiresca cristã foram transportadas para as narrativas de Zurara e Pacheco Pereira e, conseqüentemente, influenciaram os múltiplos olhares dos autores sobre a África e o africano. Logo, as imagens construídas por essas narrativas estão relacionadas a experiências de alteridade, com diversos e contínuos olhares e encontros com o ‘outro’. Em vista disso, torna-se fundamental o uso do conceito de identidade para compreender como os contatos e os olhares sobre o ‘outro’ e seus territórios também constrói a ‘si mesmo’. É por essa perspectiva que o presente trabalho entende que identidade também pertence a uma categoria relacional. Como bem denota Roberto Da Matta, “cada sociedade humana conhecida é um espelho onde nossa própria existência se reflete”.²⁹⁴ Daí a importância de se atentar para o ambiente social e cultural do qual pertenciam e transitavam Zurara, Pacheco Pereira e seus respectivos auditórios.

A identidade cavaleiresca lusitana dialogava com um conjunto de heranças medievais construídas, inacabadas e modeladas em um longo processo de conflitos na Reconquista da Península Ibérica. Ao mesmo tempo, Portugal participava da vanguarda de profundas transformações nas tecnologias e cartografias náuticas. Era uma era onde as concepções

²⁹¹ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A. 2006.

²⁹² *Ibidem*, p. 38

²⁹³ CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra. 1999, p. 22.

²⁹⁴ DA MATTA, Roberto. *A antropologia no quadro das ciências*. In: _____. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 27.

geográfico-espaciais do europeu se ampliavam sobre o mundo extra-europeu. As oportunidades que surgiam após cada superação dos empreendimentos marítimos em direção ao sul da África levaram os portugueses ao pioneirismo na tão desejada rota alternativa para as Índias. Portugal então adentraria o século XVI com um grande domínio na navegação atlântica e possessões comerciais nos três continentes fora da Europa.

A partir do século XV, as novas descobertas advindas das navegações no Atlântico apresentaram contradições e quebras de muitos paradigmas – fundamentados em autores antigos, medievais e em interpretações bíblicas – sobre os territórios e povos além do Saara. Ou seja, até então, toda magnitude da desconhecida África Subsaariana que chegava à Europa eram informações narradas por quem não possuía a experiência de quem presenciou aqueles territórios com os próprios olhos, que doravante era posta a prova pela intensificação dos contatos que se seguiam pelo sul do Atlântico. Assim, as informações náuticas, geográficas e culturais sobre os territórios e povos da costa ocidental africana, reproduzidas pelas narrativas de Zurara e Pacheco Pereira, fazem parte das primeiras imagens dessa região baseadas em dados empíricos. Elas serão fundamentais para atualizar, reinterpretar e criar novas representações sobre a África e o africano.

4.3 Imagens (re) Interpretadas pelos Primeiros Contatos

Segundo Jacques Le Goff, a partir da conquista turco-otomana no Oriente (1453), o interesse português pelo sul do continente africano intensificou-se. De maneira geral, com a conquista turca, os lusitanos também desviaram assim um pouco suas atenções no horizonte mediterrâneo. “A Europa do Fim do século XV olha cada vez mais para o Atlântico”.²⁹⁵ O interesse português pelas costas africanas no Atlântico apresentou-se como alternativa de potencializar a economia do reino não só mais ao sul do oceano, como também para a Europa. No entanto, os primeiros contatos dos lusitanos com a África Ocidental²⁹⁶ não eliminaram a imagem negativa que sobreviveu e acentuou-se na Europa medieval desde a Antiguidade. Os povos abaixo do

²⁹⁵ LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. 2. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2007, p. 270.

²⁹⁶ Conferir mapa (figura 4)

Bojador²⁹⁷, muitas vezes eram chamados de “etiópios, quase bestas em semelhança humana”.²⁹⁸ Eram representados e tomados como “exemplos de feiúra devido à cor de sua pele”. As imagens sobre uma África “povoada de serpentes e de animais monstruosos” contrastavam-se com as representações dos “opulentíssimos Reinos da Índia”²⁹⁹ que tinham, “ao lado de monstros, numerosas maravilhas.”³⁰⁰

No entanto, com a transposição do Bojador (1434), o litoral subsaariano revestiu essas imagens de novas intencionalidades de exploração e domínio. Agora, essas representações atendiam os interesses do reino com o setor privado, que misturavam cobiça e economia, assim como ideais missionários com o espírito de aventura. A transição de região desconhecida para territórios recém descobertos modificou as imagens que a África tinha no olhar lusitano. As novas rotas e atividades comerciais que o litoral subsaariano apresentou aos portugueses, no século XV, transformaram o continente, definitivamente, em um objeto de cobiça. Esse novo *status*, por conseguinte, reconfigurou as possibilidades de representações sobre o continente africano.

Antes dos portugueses superarem os limites do Bojador, as representações sobre a África se relacionavam, não unicamente, com um conjunto de narrativas motivadas pela combinação de mistérios e frustração de expedições marítimas pregressas que fracassaram naqueles litorais. “Em 1291, os irmãos Ugolino e Vanino Vivaldi, mercadores genoveses, foram além do Estreito de Gibraltar”. Ousaram ultrapassar os limites das Colunas de Hércules e desapareceram para sempre. “A expedição de Jaime Ferrer, em 1346, foi igualmente um fracasso”. Em 1402, iniciou-se a exploração das Ilhas Canárias por uma série de expedições que, lideradas pelo normando João Béthencourt, prestavam vassalagem aos reis de Castela com o apoio da Santa Sé. Duas décadas depois, intensificou-se a colonização e expedições comerciais castelhanas nas ilhas. As investidas do infante D. Henrique pela posse das

²⁹⁷ Conferir mapas (figuras 2, 3).

²⁹⁸ PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1892, prólogo, p. 2. Disponível na Biblioteca nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital: < <http://purl.pt/28964>> Acesso em: 16-09-2017.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 40.

³⁰⁰ LE GOFF (2007), *op. cit.* p. 270.

ilhas, objeto de litígio entre Portugal e Castela, contribuíram para o aumento desse movimento.³⁰¹

Contudo, as experiências e informações, que começariam moldar a imagem de uma África como objeto de desejo, se apresentaram de forma mais concreta a partir de 20 de março, em 1415. A tomada de Ceuta trouxe ao conhecimento lusitano a origem do ouro que cruzava o Saara e chegava à Península Ibérica pelo Estreito de Gibraltar. Era preciso encontrar uma rota que chegasse aos guineanos. Ou seja, a conquista e manutenção dessa praça marroquina permitiram informações sobre o ouro de Tombuctu³⁰², além das rotas e origens de diversas mercadorias ao sul do Saara. Luiz Felipe de Alencastro afirma que a partir de então se deu início ao processo de uma verdadeira decifração do ‘mapa da mina’. Décadas depois, Portugal conseguiria contornar, pelo Atlântico, “o monopólio transaariano dos infiéis que transportavam o ouro guineano para o Mediterrâneo.”³⁰³

Mas nem todos os empreendedores, inicialmente, acreditavam na imagem de uma África como objeto de cobiça, ao ponto de arriscar grandes empreendimentos. Tanto na Casa de Avis, quanto no setor privado, havia aqueles que preferiam e achavam mais seguro “instalar-se no Marrocos e explorá-lo, e aqueles que, ao contrário, desejavam explorar o mais longe possível ao sul da costa ocidental da África e das ilhas ao largo”.³⁰⁴

Com participação decisiva na tomada de Ceuta, o principal líder e promotor dos empreendimentos para além do Marrocos, avançando para a costa ocidental africana, foi o Infante Henrique, alcunhado de ‘O Navegador’. Três anos após a conquista da praça marroquina, os portugueses se estabeleceram e permaneceram na Madeira e nos Açores³⁰⁵ até 1433. Em 1434, Gil Eanes lidera sua segunda viagem aos limites impostos pelo Bojador. Finalmente, o navegador da Casa do Infante, pôs fim a doze anos de tentativas frustradas naquelas águas.

Com esse feito, o escudeiro do Infante desconstruía a imagem de um litoral africano cujas águas seriam habitadas por criaturas monstruosas. As

³⁰¹Ibidem, p. 271.

³⁰² Conferir mapa (figura 3).

³⁰³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Os luso-brasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico Sul, 1550-1700*. Campinas: s/e, 1994, p.16.

³⁰⁴ LE GOFF (2007), op. cit. p. 271.

³⁰⁵ Madeira e Açores: conferir mapa (figura 2).

razões que dominavam o imaginário quatrocentista são apresentadas por Zurara. Segundo o cronista, os marinheiros da época diziam que depois do Bojador não haveria “gente nem povoação alguma”. Seria uma região deserta, sem água potável, sem árvores ou qualquer erva. As águas nesses litorais seriam tão baixas, “que a uma légua de terra não há de fundo mais que uma braça. As correntes são tamanhas, que navio que lá passe, jamais nunca poderá tornar.” E, por esses motivos, os navegantes antecessores aos enviados do Infante nunca “se antremeteram de o passar [o Bojador].”³⁰⁶

Essa imagem de uma África inóspita, seca, quente, inabitável e inavegável teve sua primeira desconstrução concreta a partir da experiência de Gil Eanes. No final da Idade Média, o imaginário dessas limitações geográficas também dialogava com um legado livresco – que remonta a Antiguidade – defendendo que para além do Equador não era possível haver vida. Posição também defendida, como já foi visto no capítulo anterior, por Mela, Sacrobosco e por Plínio. Por esse conjunto de imaginários e autores, muitos navegantes e investidores do comércio marítimo herdaram a crença de que as partes da equinocial (região da Guiné³⁰⁷) seriam inabitáveis devido ao calor tórrido e, nessas águas de pouca profundidade, não seria possível navegar. Portanto, para além do Bojador estariam os limites suportáveis da sobrevivência humana.

Gil Eanes deu início à superação, desconstrução e reinterpretação de todo esse imaginário relacionado à navegação atlântica na costa africana. Segundo Zurara, “menosprezando todo o perigo”, o escudeiro do Infante fez a viagem que “dobrou o cabo a além, onde achou as cousas muito pelo contrario do que ele e os outros até ali presumiram.”³⁰⁸ Gil Eanes, embora “não achara gente alguma, nem sinal de povoação”, trouxe um “sinal da terra”, as “rosas de Santa Maria” que teriam convencido o Infante ordenar outra expedição. Assim, Gil Eanes, acompanhado de Affonso Gonçalves Baldaia, é enviado mais uma vez para além do Cabo e retorna com mais informações colhidas à cinquenta

³⁰⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*. Edição de 1841, pp. 51, 52. Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/216/3/hg-12674-v_PDF/hg-12674-v_PDF_24-C-R0072/hg-12674-v_0000_capa-guardas2_t24-C-R0072.pdf> Acesso em 15-09-2012.

³⁰⁷ Conferir mapa (figura 3)

³⁰⁸ ZURARA (1841), op. cit. p. 58.

léguas mais ao sul.³⁰⁹ Uma África desconhecida, aos poucos se torna conhecida, porém, muito diferente da imagem desencorajadora, segundo os ‘mareantes’ do final da Idade Média.

4.3.1 Imagens mais otimistas

No capítulo oitenta e seis de sua crônica, Zurara concentra seu esforço retórico para desconstruir alguns dos imaginários e tradições náuticas medievais, construindo, portanto, imagens mais otimistas às incursões e empreendimentos no litoral subsaariano. O cronista diz que, ao contrário do que se dizia sobre “as correntes [marítimas] mui grandes” que haveria além do Bojador, e pelas quais seria “impossível poder um navio fazer viagem por aqueles mares; agora tendes claro conhecimento de seu erro primeiro, pois vistes ir e vir os navios, tão sem perigo como em cada uma parte dos outros mares”.³¹⁰ O cronista relata que as cartas náuticas do período também se enganaram sobre a “profundez do mar”. Elas diziam “que eram praias tão baixas, que a uma légua de terra não havia mais que uma braça d’água.” No entanto, o que se achou foi o contrario: “os navios tiveram e têm assaz d’altura para seu marear, tirando certos baixos [...] segundo agora achareis nas cartas do marear que o Infante mandou fazer.”³¹¹ Essas informações não só serviam para convencer as vozes dissonantes na sociedade portuguesa, como também para reconfigurar a cartografia náutica portuguesa, supervisionada pelo Infante.

Da mesma forma, desconstrói a imagem de que não haveria povoações naquelas terras. Zurara diz que os primeiros contatos mostraram exatamente o contrario. Sobre “os seus moradores vedes cada dia ante vossos olhos, como quer que as suas povoações a maior parte são aldeias, e vilas mui poucas.” E salienta que, até onde já se conhecia, não era muito diferente do Magrebe³¹², pois “desde o Cabo do Bojador, até o reino de Túnis [na atual Tunísia], não serão por todas, entre vilas e lugares afortalezados para defesa, até cinquenta.”³¹³ Desse modo, à medida que as navegações avançavam, o

³⁰⁹ Ibidem, p. 59.

³¹⁰ Ibidem, p. 359.

³¹¹ Ibidem, p. 360.

³¹² Conferir mapa (figura 4)

³¹³ ZURARA (1841), op. cit. p. 360.

potencial de oportunidades na Guiné³¹⁴ poderia ser comparado, ou até mesmo ultrapassar, às vantagens experimentadas acima do Bojador.

Dessa forma, a última fronteira conhecida do Atlântico, assim como as limitações do imaginário medieval em torno do Bojador, aos poucos, eram desconstruídas pelos conhecimentos cartográficos, tecnologias náuticas, pela coragem e, especialmente, pelo desejo, elemento humano que a vanguarda portuguesa construiu e alimentou para romper seus obstáculos no Atlântico.

A construção da imagem de uma África promissora, que merecesse ser cobiçada pela Coroa e pelo setor privado, era importante para manter o ‘fôlego’ das navegações portuguesas ao sul do Bojador³¹⁵. Em 1444, o navegador português Diniz Dias alcança o Cabo Verde e adentra a foz do Senegal³¹⁶ descoberto por Nunes Tristão. “Em 1461, Diogo Afonso explora o arquipélago do Cabo Verde. João de Santarém e Pero Escobar atingem o Equador em 1471.”³¹⁷ Segundo Alencastro, nesse mesmo ano é estabelecido o contato comercial com os povos acãs, senhores dos terreiros auríferos do Rio Volta³¹⁸. Foi alcançado, portanto, um dos primeiros “objetivos traçados para o avanço sobre a África, deslanchado em 1415 com a tomada de Ceuta.” Portugal descobriu “o mapa da mina.”³¹⁹

Além de todo esforço e empreendimentos para alcançar o ouro pela rota atlântica, o imaginário cristão também contribuiu bastante com os objetivos lusitanos na ‘Terra dos Negros’³²⁰. A busca e a crença na existência do reino de Prestes João alimentavam a esperança de encontrar e aliar-se ao lendário rei africano contra o islamismo no continente. O discurso cronístico de Zurara contribuiu para legitimar as ações belicosas da nobreza na medida em que reforçava essas intenções religiosas de combater os mouros infiéis. Dentre as cinco razões que influenciaram o Infante em enviar expedições para além do

³¹⁴ Conferir mapa (figura 3)

³¹⁵ Em linhas gerais, as navegações quatrocentistas, depois do Bojador, estiveram sob as lideranças do Infante (1434-1460); após sua morte, foi atribuída ao seu sobrinho, o Infante D. Fernando (1460-1470); depois foi assumida pelo mercador de Lisboa Fernão Gomes (1469-1475) – que recebeu contrato régio de D. Afonso V pelo monopólio do comércio na Guiné. A partir de 1474, esteve sob supervisão do príncipe D. João, futuro D. João II, sendo oficialmente diplomado por seu pai, em 1481, como responsável de todas as navegações e tratos na África.

³¹⁶ Conferir mapas (figuras 1, 3)

³¹⁷ LE GOFF (2007), op. cit. p. 271.

³¹⁸ Conferir mapa (figura 1)

³¹⁹ ALENCASTRO (1994), op. cit. p.16.

³²⁰ Conferir mapa (figura 1)

Bojador, a quarta razão revela o desejo de encontrar naquelas “partes alguns príncipes cristãos em que a caridade e amor de Cristo fosse tão esforçada que o quisessem ajudar contra aqueles inimigos da fé.”³²¹ Portanto, desde o início das incursões lusitanas na África, o discurso cruzadístico constrói a imagem de um continente desejado não só por suas riquezas, mas também pelo potencial de aliança ao rei cristão que somaria esforços com os cavaleiros da cristandade e juntos pelejariam contra os ‘inimigos da fé’.

A imagem de uma África capaz de satisfazer o desejo por riquezas, da expansão e procura por lucros comerciais, do desejo de aventura (instigado pelo desafio de confirmar ou não confirmar mitos e lendas) e da missão de expandir a fé cristã ‘empurraram’ os portugueses até os limites da Terra dos Negros no litoral atlântico. Em 1487, explorando a verdadeira extensão para o sul, Bartolomeu Dias “ultrapassou o Cabo das Tormentas, que Vasco da Gama transporá em 1497-1498 para chegar à Índia, e fará dele o Cabo da Boa Esperança.”³²² Assim, a exploração da costa ocidental africana, do Bojador às Tormentas, se deu em 53 anos, ora desconstruindo, ora reconfigurando mitos e lendas sobre esses povos e territórios.

No século XVI, o pioneirismo português no Atlântico estenderá sua vanguarda para o Índico. Logo nos primeiros anos quinhentistas, Pacheco Pereira relata que “nunca os nossos antigos antecessores [dos portugueses], nem outros muito mais antigos doutras estranhas gerações”, poderiam imaginar que viriam os tempos em que “o nosso ocidente” se tornaria “do oriente conhecido e da Índia pelo modo que agora é” conhecido pelos portugueses; “porque os escritores, que daquelas partes falaram, escreveram delas tantas fábulas, por onde a todos pareceu impossível que os indianos mares e terras do nosso ocidente se pudessem navegar.”³²³

³²¹ ZURARA (1841), op. cit. p. 47.

³²² LE GOFF (2007), op. cit. pp. 271, 272.

³²³ PEREIRA (1892), op. cit. p. 98.

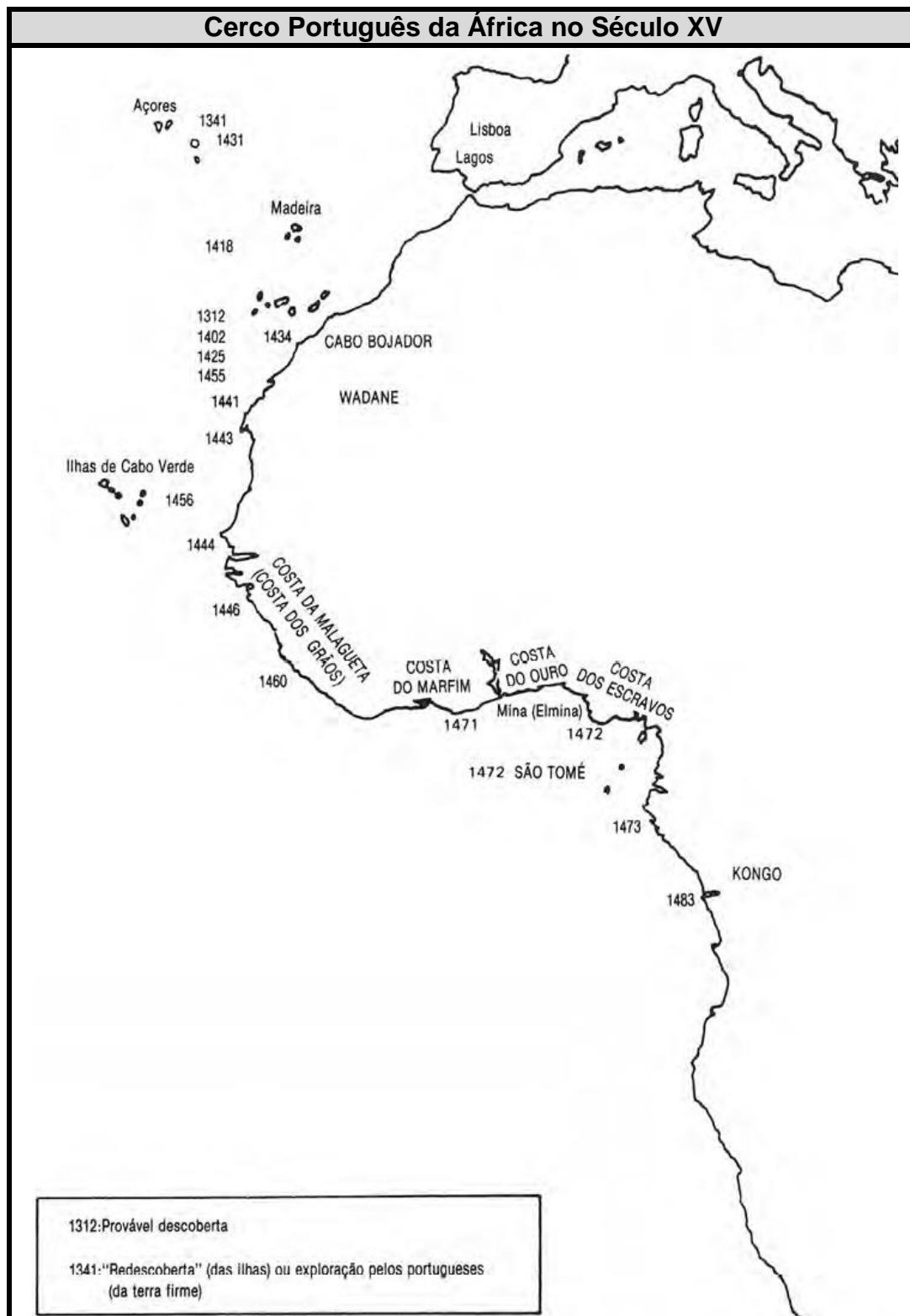


FIGURA 3³²⁴

³²⁴ DEVISSE, Jean (em colaboração com Shuhi Labib). *A África nas relações intercontinentais*. In: UNESCO. *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 746.

4.4 A Terra dos Mouros e a Terra dos Negros

Após a superação do Bojador, a imagem da África e do Africano supera as representações que emanavam da conhecida “Terra dos Mouros”. Agora, soma-se a essas representações a imagem da “Terra dos Negros”, das gentes da Guiné³²⁵, dos “guinéus” abaixo do Saara, ao sul do Rio Senegal.³²⁶ Doravante, novas terras e povos estarão constantemente postas em comparação com a parte do continente ocupada pelos mouros.

Em 1441, Nunes Tristão, enviado pelo Infante, com sua expedição ultrapassou o Cabo Branco. “Com o objetivo de capturar mouros”, permaneceram por dois anos nas águas do noroeste africano até alcançar o Golfo de Arguim, na atual costa da Mauritânia, onde adquiram vinte e oito escravos. Nesse período, Tristão obteve extraordinário lucro. Sua expedição capturou diversos mouros dos quais recebeu o resgate em ouro, além de “dez escravos negros por cada homem libertado, reforçando a tendência de combate aos infiéis em benefício do lucro.” Em 1443, realizou outra expedição, ocasião em que apresou mais “quarenta negros, obtendo um grande lucro com o aprisionamento”.³²⁷ Essas viagens criaram as primeiras experiências de um potente e lucrativo comércio que alimentaria, a partir do século seguinte, “uma forma de organização do trabalho conhecida como escravidão, que, naquele tempo, na Europa, era praticada de forma residual após a consolidação da formação social feudal.”³²⁸ Em 1445, navegaram para além daquela “terra [a dos mouros] e viram outra [a dos negros] mui desassemelhada daquela [desta] primeira. A Terra dos Mouros³²⁹, o norte da África, “era areosa e maninha [baldia, sem dono], desacompanhada de arvores, como cousa em que faleciam as águas”, enquanto Terra dos Negros, a Guiné, era “acompanhada

³²⁵ Conferir mapa (figura 3)

³²⁶Cf. ZURARA (1841), op. cit. p. 158.

³²⁷ Cf. RAMOS, F. P. . *O apogeu e declínio do ciclo das especiarias: 1500-1700: uma análise comparativa das navegações portuguesas da Carreira da Índia e da Carreira do Brasil*. Volume 1: Em busca de cristãos e especiarias. 1. ed. Santo André: FPR/PEAH, 2012, p. 436.

³²⁸ EUGÊNIO, A.. *A chegada dos portugueses a África e a imagem dos negros segundo a crônica de Gomes Eanes Zurara, 1453*. AFROASIA, v. 57, 2018, p. 115. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/23250/15760>> Acesso em 27-01-2019.

³²⁹ Conferir mapa (figura 1)

de muitas palmeiras e outras árvores verdes e formosas, e assim todos os campos da terra”.³³⁰

A demarcação e divisão desses territórios em Terra dos Mouros e Terra dos Negros integram respectivamente o território do ‘outro’. Portanto, a descrição de seus habitantes, ambientes e paisagens estão marcadas por um discurso de alteridade. No entanto, ainda que seja notório o discurso intencionalmente hierárquico entre mouros e guinéus, assim como seus respectivos territórios, ambos estarão sempre marcados por uma perspectiva etnocêntrica e de alteridade. Mouros e guinéus sempre estarão no território dos ‘outros’, sempre em oposição, estranhamentos e referências aos portugueses e seu território: ao ‘nós’ e ao ‘nosso’, por assim dizer.

A descrição de Zurara sobre os feitos de Diniz Dias também reforça essa nova imagem que se forma a partir da Costa da Guiné³³¹. Dez anos após Gil Eanes dobrar o Bojador, Dias alcança o Cabo Verde³³² (1444). A mando do Infante, “passou a Terra dos Mouros, e chegou à Terra dos Negros, que são chamados guinéus”. Ao longo das expedições, lusitanas era comum nomear e demarcar os territórios explorados na costa africana. A demarcação geográfica, estabelecida pelos portugueses, para dividir a Terra dos Mouros da Terra dos Negros, que tem por início a Guiné, era o Rio *Çanagua*³³³ (Senegal). Ali estaria a fronteira entre a Terra dos Mouros – “chamados Alarves, e Azenegues, e Bárbaros”³³⁴ – e o início dos primeiros negros da Guiné chamados Jalofos³³⁵. Ou seja, segundo Zurara, o território que “nós [os portugueses] já nomeássemos, algumas vezes nesta história, [de] Guiné”.³³⁶ No entanto, é bom salientar que, desde o século VIII, muito antes dos portugueses nomear aqueles litorais de Guiné, os árabes do norte da África já chamavam o território situado abaixo do Saara de *Bilad el-Sudan*, o equivalente a *Terra dos Negros* ou *País dos Negros*.³³⁷

³³⁰ ZURARA (1841), op. cit. p. 154.

³³¹ Conferir mapa (figura 3)

³³² Conferir mapas (figuras 2, 4)

³³³ ZURARA (1841), op. cit. p.278.

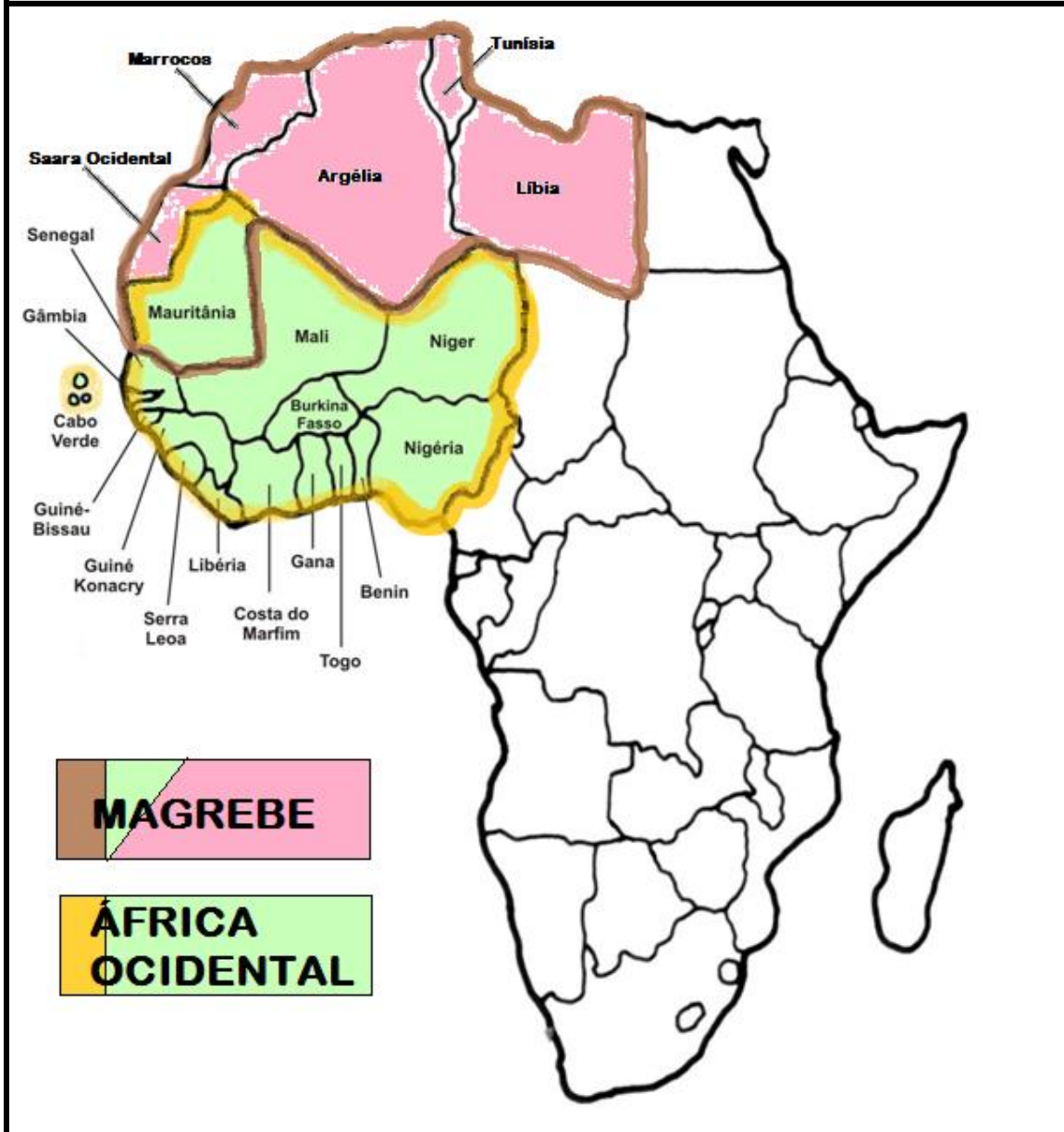
³³⁴ Ibidem, p.366.

³³⁵ Conferir mapa (figura 3)

³³⁶ ZURARA (1841), op. cit. p.158.

³³⁷ Cf. SILVA (2002), op. cit. p. 37.

Mapa Ilustrativo: Divisão Política do Magrebe e da África Ocidental (Atual)



O **Magrebe** (*Al-Maghrîb*: palavra de origem árabe e significa “onde o sol se põe”) é o território situado na África Setentrional, banhado pelo Atlântico e pelo Mediterrâneo. É composto pelos seguintes países: Mauritânia, Saara Ocidental, Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia.

A **África Ocidental** possui parte do Saara em seu território, 13 países banhados pelo Atlântico, totalizando 16 Estados independentes: Benin, Burkina Fasso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné Konacry, Guiné Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

FIGURA 5³³⁹

³³⁹ Adaptado de FERNANDES, J. A. *Integração Econômica como Estratégia de Desenvolvimento do Continente Africano: proposta de fusão entre a Comunidade de Econômica de Estado da África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)*. Dissertação de mestrado em Direito pelo Curso de Pós-Graduação

A nomeação de povos e territórios, sempre foi uma forma poderosa de apropriação, exploração e domínio. Como será discutido no próximo capítulo, a designação de topônimos e etnônimos ao longo da costa africana funcionou como um importante mecanismo de apropriação de territórios pelos portugueses. Zurara justifica que, embora tenha nomeado esta região de Guiné, suas características não eram homogêneas, pois “grande diferença tem umas terras das outras, e mui afastadas são [umas das outras]”.³⁴⁰ Como de fato, ao longo da obra, Zurara descreve a multiplicidade de ambientes e paisagens da Terra dos Negros, que se diferencia bastante da Terra dos Mouros.

Era preciso construir a imagem de uma África mais promissora e atrativa aos empreendimentos lusitanos, principalmente quando posta em comparação à Terra dos Mouros. Na verdade, boa parte dos empreendedores portugueses ainda não estava motivada em investir ao sul do Saara.³⁴¹ Ou seja, era preciso convencer aqueles que ainda preferiam explorar e se instalar apenas no Marrocos a avançar em terras onde a água e a flora são abundantes, com “muitas palmeiras e outras árvores verdes e formosas”³⁴², bem diferente, portanto, da Terra dos Mouros. Para isso, os argumentos do discurso construía a imagem de uma África que valesse a pena investir, um lugar de onde exalava “o cheiro que vinha da terra a bondade do seu fruto, que tão delicioso era. Um lugar que, de “onde chegava, estando eles no mar, lhes parecia que estavam em algum gracioso pomar, ordenado a fim de sua deleitação” .³⁴³

Nesse primeiro momento das navegações no litoral africano, os portugueses sabiam que para além do Bojador tratava-se de um único continente. No entanto, conforme gradualmente a Costa da Guiné se encurvava para além do Rio Senegal e do Rio Gâmbia³⁴⁴, essa primeira experiência marítima deu aos portugueses a esperança de que o gradual arredondamento do litoral subsaariano continuaria até que chegassem ao Egito

em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007, p. 183. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89826>> Acesso em: 8-03-2017.

³⁴⁰ ZURARA (1841), op. cit p. 158.

³⁴¹ Cf. LE GOFF (2007), op. cit. p. 271.

³⁴² ZURARA (1841), op. cit. p. 154.

³⁴³ Ibidem, pp. 277, 278.

³⁴⁴ Conferir mapas (figuras 1, 3)

e a Arábia.³⁴⁵ Essa crença permaneceu, pelo menos, até a década de 70 do século XV, quando João de Santarém e Pero Escobar alcançaram o Equador, em 1471.³⁴⁶ Ali, as embarcações portuguesas se depararam com novos desafios ao sul do Golfo de Benin, onde a experiência mostrou que o caminho para o Oriente ainda estava bem distante e o definitivo arredondamento da costa só estaria depois do cabo das Tormentas.

As expectativas comerciais Sobre a Terra dos Negros, assim como suas pré-concepções geográficas e espaciais levaram os portugueses a acreditar que as imediações do Rio Senegal³⁴⁷ seria um braço Nilo. O que naturalmente poderia ser uma promissora alternativa de rota comercial para o Oriente. Em 1445,³⁴⁸ segundo o relato de Zurara, “tendo já passado as caravelas [da frota de Lançarote de Freitas] a terra de Saara [...] conheceram que ali se começava a terra dos negros”. Logo que os “das caravelas viram as primeiras palmeiras e árvores altas, [...] bem conheceram que eram perto do Rio do Nilo”. Acreditaram que encontraram o delta de um potente braço do Nilo devido a “grande força [com que] corta o mar e entra por ele assim”.³⁴⁹ Na verdade, o rio egípcio estava a mais de seis mil quilômetros dali.

Aqui se percebe que as relações de alteridade muitas vezes ocorrem em situações onde o ‘outro’ é percebido em função dos elementos do seu espaço geográfico. Essa imagem pré-concebida dos portugueses, em relação ao Çanagua (Senegal) e à população local, mostra claramente que os dados empíricos não serviam apenas para desconstruir imaginários e paradigmas medievais como ocorreu com a desconstrução da imagem de uma região de terras tórridas e inabitáveis que estariam além do Cabo do Medo (Bojador).

Ou seja, as representações da África e do africano, construídas a partir dos relatos dos navegadores também serviam muitas vezes para confirmar dados ancorados em um imaginário pré-concebido sobre a região. Na descrição do Çanágua³⁵⁰, os elementos familiares e previamente conhecidos pelos navegadores sobrepuseram-se aos dados empíricos. O relato de Zurara mostra que os navegadores portugueses realmente acreditavam que estavam

³⁴⁵ Cf. SILVA (2002), op. cit. pp.150, 151.

³⁴⁶ Cf. LE GOFF (2007), op. cit. p. 271.

³⁴⁷ Conferir mapas (figuras 1, 3)

³⁴⁸ SILVA (2002), op. cit. p. 152.

³⁴⁹ ZURARA (1841), op. cit. pp. 154, 277, 288.

³⁵⁰ Conferir mapas (figuras 1,3).

diante de um potente braço do Nilo que desaguava no Atlântico, “ainda que no plano simbólico e não em um lugar novo, completamente estranho aos seus conhecimentos.” Esse relato trata-se, portanto, de uma atualização do imaginário a partir da sobreposição dos elementos imaginários sobre os empíricos.³⁵¹

Enfim, de maneira geral, o conjunto de representações sobre a Terra dos Mouros e a Terra dos Negros, é construído de forma bem distinta sobre essas duas regiões demarcadas por Zurara. Acima do Rio Senegal o território é caracterizado por sua sequeidão, pela água salobra, insuficiente e por sua parca vegetação. A intenção qualitativa e hierarquizada fica clara ao descrever varias vezes as regiões da Guiné com diversidade de vida e flora, com muitas árvores formosas e paisagens que lembrariam graciosos pomares.³⁵² No entanto, tanto a Terra dos Mouros quanto a Terra dos Negros, ambas sempre são percebidas e representadas como território do ‘outro’, com elementos discursivos carregados de estranhamentos e depreciações do olhar português.

4.5 A Etiópia Inferior

No entanto, essa demarcação intencional de uma África a ser desejada e descoberta, oposta a uma África magrebina relativamente conhecida, pouco atrativa e habitada pelos ‘infiéis’, não se encontra nos argumentos de Duarte Pacheco Pereira.

O *Esmeraldo* apresenta diversas informações novas sobre distâncias e localizações geográficas, detalhes e precauções sobre rotas de navegação em águas perigosas. Ainda que ele ofereça descrições mais pormenorizadas sobre diversas regiões, povos e costumes da África, sua narrativa não divide o continente entre Terra dos Mouros e Terra dos Negros. As intenções dos argumentos já ocupavam outro patamar. As expedições lusitanas, com seus resultados comerciais promissores, no final do século XV, justificava descontinuidade desse discurso. Os empreendedores portugueses, a essa altura, já estavam mais convencidos em investir ao sul do Saara. Esse é um dos motivos pelo qual a narrativa do *Esmeraldo* é tão rica em descrições de rotas e pontos comerciais, especialmente, no segundo e terceiros livros. Lá

³⁵¹ Cf. BARBOSA (2017), op. cit. p. 203.

³⁵² ZURARA (1841), op. cit. pp. 277- 279.

estão descritos os artigos com maior potencial econômico, os povos mais vulneráveis à exploração e dominação portuguesa e os mais protegidos “em muitos lugares e rios da costa da Guiné, dos quais, em tempo do Infante Dom Henrique e d’el-rei Dom Afonso, a costa do mar somente era sabida, sem se saber o que dentro neles era”.³⁵³ Portanto, as informações no *Esmeraldo* também apresentam os resultados dos investimentos da Coroa, inaugurados na política de D. João II, que procuraram desbravar o interior dos litorais subsaarianos.

Conforme as possessões portuguesas se consolidavam e avançavam nos litorais africanos, entre os portugueses, a maneira de se referir ao continente se diversificava e modificava-se. A narrativa no *Esmeraldo* sugere que, na virada dos séculos XV e XVI, o modo de referir-se ao continente africano, de certa forma, aproximava-se ao status de exploração e domínio das possessões portuguesas no oeste do continente asiático. A África é chamada de Etiópia ou Etiópias por Pacheco Pereira. Seus habitantes, por diversas vezes também são definidos como ‘etiópios’. Esses três termos são utilizados 81 vezes ao longo de toda a obra. O autor faz uma distinção ao longo da obra referindo-se ao continente africano de Etiópia Inferior, ou Etiópia Baixa Ocidental e chama de Etiópia Superior parte das regiões asiáticas.

Segundo o autor, a primeira “Etiópia [Etiópia Baixa Ocidental ou Inferior] corre e se estende pela costa, do dito Rio de Çanágua [Senegal],³⁵⁴ até o Cabo de Boa Esperança” e, desse cabo, “corre esta costa até Guardafune [Cabo de Guardafui / na atual Somália]”. Essa parte leste da Etiópia Inferior “foi dos antigos escritores chamada Etiópia Sobegito [Etiópia Subegípcia].” A segunda, a Etiópia Superior, “começa no Rio Indo, além do grande reino de Pérsia, do qual a Índia este nome tomou; e o seu litoral e costa do mar se dilata e estende” pelo Índico.³⁵⁵

As representações territoriais da África também se fazem em contraste com outras regiões para além do continente – com Portugal e parte do oeste asiático. A Etiópia Inferior, com seus etiópios, está posta em constantes

³⁵³ PEREIRA (1892), op. cit. prólogo, p. 2.

³⁵⁴ Devido a sua força e o “grande curso d’água, os portugueses chamaram inicialmente Nilo — na crença de que fosse um braço ocidental do rio do Egito — tomado depois o nome de Çanaga, Çanágua, Saiaga, Sanagá ou Senegal, derivado de Zanaga, Asnaga ou Sanhaja, que eram outras denominações dos berberes azenegues”. SILVA (2002), op. cit. p.150.

³⁵⁵ PEREIRA (1892), op. cit. pp. 45, 46.

comparações com a Etiópia Superior e seus etiópios. As duas, por sua vez, são postas em comparações qualitativas e hierárquicas com Portugal e os lusitanos.

4.5.1 Visões sobre o ‘outro’ e seus territórios

Em toda a obra, a imagem do ‘outro’ e seus territórios é construída em perspectiva de alteridade. Pacheco Pereira, assim o faz para oferecer ao seu auditório um discurso com referências familiares de comparação. Uma oportunidade de se imaginar diante do ‘outro’ através desses elementos de persuasão que acompanham o acordo entre orador e auditório. Assim, segundo o discurso de Pacheco Pereira, as gentes da Etiópia Inferior não seriam como os portugueses. Esses etiópios “são negros, e tem os cabelos curtos e crespos feitos como frisa de pano”. Já os etiópios da Etiópia Superior, embora negros, aproximar-se-iam mais em semelhança com o europeu. Nesses territórios asiáticos não haveriam tantos negros quanto na “Etiópia Baixa, e [mesmo os negros] têm os cabelos corredios e compridos como os dos homens brancos”.³⁵⁶

Ao longo da obra não fica muito claro em qual classificação ‘etnogeográfica’ enquadrar-se-iam os povos do Magrebe. Parece que eles estão em uma espécie de ‘limbo’ afro-asiático, transitando hierarquicamente entre a Etiópia Superior e a Baixa Ocidental. O fato é que, de maneira geral, ao longo da obra, a África fica reduzida a essa unidade geográfica de Etiópia Inferior ou Baixa Ocidental. No entanto a cor da pele ainda continua sendo um forte elemento de alteridade atrelado ao espaço africano. O Rio Çanagua, tanto por Zurara quanto por Pacheco Pereira, é considerado a fronteira que marca o principio das terras dos homens negros. Pacheco Pereira deixa isso bem claro no início do seu vigésimo sétimo capítulo: “pois falamos neste rio, de Çanágua razão é que digamos alguma coisa do que vai dentro no sertão, primeiramente é de notar como aqui é o principio dos etiópios e homens negros”.³⁵⁷

Sendo assim, os etiópios da África são representados a partir de suas diferenças físicas em relação ao português, pois, além da pele escura, seus cabelos são curtos e crespos. Por outro lado, os etiópios das regiões da Índia

³⁵⁶ Ibidem, p. 46.

³⁵⁷ Ibidem, p. 45.

possuem traços físicos mais próximos dos referenciais compartilhados pelos portugueses. Ao mesmo tempo, os cabelos corredios e compridos eram características bem distintas dos etiópios da África.

Perceber o 'outro' e seus territórios com referências familiares de comparações, estendia-se também ao ideário cristão. Projetar elementos da cultura religiosa no ambiente natural africano também era tornar, de certa forma, esses espaços mais próximos da experiência lusitana. Ao longo de todo o litoral subsaariano, ilhas, cabos, montes, matas e fortificações recebem nomes de personagens do ambiente cristão.

4.5.2 Formação de topônimos: pontes de comunicação e expectativas econômicas

Só para exemplificar, isso ocorre em toda a costa da Guiné – desde o Cabo Verde até o Golfo do Benin, próximo ao Rio Cross³⁵⁸. As ilhas a leste do Cabo Verde foram batizadas de São Thiago, Santo Antão, São Nicolau, Santa Luzia e São Vicente.³⁵⁹ Os rios da África Ocidental também receberam nomes de São João, São Domingos, São Paulo, São Pedro, Santo André, São Vicente.³⁶⁰ As nomeações também se davam em rejeição às religiosidades locais. Acima de Serra Leoa, em frente ao Cabo da Verga, duas ilhas receberam o nome de “Ilhas dos Ídolos”. “Os negros desta terra quando ali” faziam suas sementeiras de arroz, levavam os seus ídolos que adoravam “e por que ali foram achados muitos desses, quando se essa terra descobriu”, as ilhas receberam esse nome.³⁶¹

A todo instante a cultura cristã é projetada nas paisagens e relevo do litoral africano. A Mata de Santa Maria, os Montes de São Paulo, os cabos de São Paulo, Santa Ana e São Clemente. Uma formação de pedras no litoral que recebe o nome Baixa de Santa Maria, outra larga cavidade costeira que é batizada de Furna de Santa Ana, a Serra de Santa Apolônia.³⁶² Todos esses diferentes tipos de relevos e paisagens, ao serem intitulados com nomes conhecidos da cosmovisão cristã, são remodelados, ajustados e integrados aos

³⁵⁸ Conferir mapa (figura 1)

³⁵⁹ Cf. PEREIRA (1892), op. cit. p. 48.

³⁶⁰ Cf. Ibidem, pp. 44, 52, 62- 66.

³⁶¹ Cf. Ibidem, p. 51.

³⁶² Cf. Ibidem, pp. 50, 60-71.

valores lusitanos. Era preciso criar pontes de identificações em “todas estas regiões e províncias” das quais as gerações da Casa de Avis, “com muito desejo de acrescentar no comércio e riqueza, mandou descobrir as Ilhas de São Tomé e Santo Antônio [...] e também mandou fazer do primeiro fundamento a cidade de São Jorge da mina da qual tanta utilidade vossa Alteza” (D. Manuel) tem recebido.³⁶³

A cidade, o Castelo/Forte São Jorge da Mina, citado pelo menos dezessete vezes pelo autor, também mostra a intenção prática e comercial no ato de nomear. Além da identificação religiosa, o nome denuncia a função que o entreposto tinha de proteger o comércio do ouro naquele litoral que, ainda no final do século XV, também seria conhecido como Costa da Mina. Além do ouro, o comércio de escravos intensificou-se tanto no século XVI que o termo ‘mina’ refundiu-se ao comércio de cativos naquela região. Nos litorais daquela costa, os ‘minas’ eram adquiridos em diferentes pontos de troca e levados a embarcações portuguesas cujo destino nem sempre eram os portos de Lisboa. Assim, toda diversidade étnica daquela região foi compulsoriamente homogeneizada e reduzida à alcunha comercial de negros ‘minas’. Em outras palavras, o ato de nomear também tinha a função de projetar elementos pragmáticos à imagem do continente africano, além de dialogar com aquilo que seria de valor aos olhos do explorador português.

Seguindo a mesma intenção, os portugueses, portanto, nomearam a “Costa da Malagueta e [ou]³⁶⁴ a [Costa da] Mina do Rio dos Escravos”.³⁶⁵ Não só as nomeações, como também as descrições de povos e lugares passavam pelo critério do lucro. O potencial mercantil de ouro, escravos e especiarias determinavam maior ou menor atenção de Pacheco Pereira ao descrever povos e locais da Etiópia Baixa Ocidental. As “diversas províncias e terras por onde corre” o Rio Çanágua (Senegal), por exemplo, estão sob a ‘ponta da pena’ do autor por diversos motivos atrelados aos interesses econômicos lusitanos. “Toda essa gente e outros muitos visinhos” da Senegâmbia³⁶⁶ chegam ao conhecimento do leitor, pois muitos “etiópios homens entendidos

³⁶³ Ibidem, prólogo, p. 2.

³⁶⁴ Conferir mapa (figura 2). No *Esmeraldo*, a Costa da Malagueta também era entendida como a Costa da Mina: “[...] e ali pode ir seu caminho para a Costa da Malagueta ou da Mina como se adiante dirá.” Cf. Ibidem, pp. 60, 61.

³⁶⁵ Ibidem, prólogo, p. 2.

³⁶⁶ Conferir mapa (figura 3)

dali” informaram ao autor que o Çanágua sairia “de uma grande alagoa do Rio Nilo”. Ao mesmo tempo, o Çanágua também seria propício à navegação segura, pois o seu leito seria tão largo e “fundo que lhe chamam o Rio Negro”.³⁶⁷ Desde os primeiros anos das navegações portuguesas em águas subsaarianas, encontrar uma nova rota por um possível “braço que o Nilo lança pela Etiópia Inferior contra ocidente” era uma grande expectativa. A escrita de Zurara³⁶⁸ e de Pacheco Pereira deixaram muito bem documentada a força dessa expectativa portuguesa no século XV. O percurso do Çanágua teria, portanto, um alto potencial logístico e econômico. Na cabeça da grande alagoa, de onde esse rio viria, estaria “um reino que se chama Tombuctu no qual tem uma grande cidade do mesmo nome”. No entanto, a grande protagonista do Império Songai está muito além das águas do Senegal. A cidade está, desde o século XII, fundada e edificada às margens do Níger³⁶⁹.

Porém, a crença e o imaginário português estavam sob a motivação de que as águas do Çanágua poderiam de fato levá-los ao próspero reino de Tombuctu ³⁷⁰ e ao rico comércio da cidade de Jené. As informações de Pacheco Pereira eram que, “junto com a mesma alagoa” de onde viria o rio, essa cidade era “povoada de negros [...] e cercada de muro de taipa”. Após descrever as fortificações da cidade, Pacheco Pereira apresenta o grande valor mercantil, extremamente diversificado e atraente, que essas terras poderiam oferecer. Em Jené há “grandíssima riqueza de ouro e ali vai muito o latão e cobre e panos vermelhos e azuis e sal e tudo se vende por peso senão os panos; e assim vale aqui muito o cravo, pimenta e açafão e seda solta fina e açúcar”. Nas diversas “províncias e terras” subindo pelo Çanágua, se faziam grandes feiras conectadas com diversas rotas comerciais. “Uma delas é a do couro que em cada um ano desta terra se tira um conto de ducados de ouro que vai para Tunes, Trípoli de Faria e Trípoli de Berbéria e para o reino de Boje e para Feez e outras partes”. ³⁷¹

Por toda a narrativa no *Esmeraldo*, os territórios que possuem cidades e povos como os de Tombuctu e Jené, ganham maior destaque no discurso

³⁶⁷ PEREIRA (1892), op. cit. p. 46.

³⁶⁸ Cf. ZURARA (1841), op. cit. pp. 154, 277, 288.

³⁶⁹ Conferir mapas (figuras 1, 3).

³⁷⁰ Conferir mapa (figura 3).

³⁷¹ PEREIRA (1892), op. cit. pp. 46, 47.

devido à importância de mercadorias, principalmente do ouro, seguido pelos escravos e diversas especiarias. Pelo mesmo motivo, o destaque dado à cidade de Benin³⁷² era justificado também pelos escravos comprados pelos portugueses “que o Sereníssimo Rei em seus navios manda duzentas léguas além deste castelo [São Jorge da Mina], em uns rios onde está uma muito grande cidade a que chamam o Benin, e dali os trazem”.³⁷³ Há um especial destaque, no discurso de Pacheco Pereira, a essa importante feitoria fortificada em 1482. O Castelo de São Jorge da Mina foi fundado como base das atividades comerciais portuguesas naquela costa, especialmente àquelas ligadas ao ouro.

Era útil descrever os povos e terras da Costa da Mina. Afinal, todo ano a Coroa armava “doze navios pequenos que iam carregados de mercadorias” para serem trocados por ouro, “além de três e quatro naus, que [a Coroa] também lá manda, carregadas de mantimentos, vinhos e mercadorias que lá [entre os negros] são necessárias”. Toda essa atividade comercial rendia ao Forte de São Jorge de Mina “cento e setenta mil dobras³⁷⁴ de bom ouro fino [por ano]; e muito mais em alguns anos se resgata e compra aos negros que de longas terras este ouro ali trazem.” Em troca, “os negros que de longas terras este ouro ali trazem, os quais são mercadores de diversas nações bremus, atis, hacany, boroos, mandingas, cacres, andeses, ou souzos e outros muitos”, ficariam com diversos artigos oferecidos como pagamento no Forte de São Jorge da Mina. Esses poderiam ser “pano vermelho e azul, e manilhas de latão, e lenços e corais, e umas conchas vermelhas que entre eles são muito estimadas”.³⁷⁵ Toda essa movimentação de comércio e troca de mercadorias rendia aos portugueses cerca de cinco vezes o valor inicialmente investido.

³⁷² Conferir mapas (figuras 3, 4)

³⁷³ PEREIRA (1892), op. cit. p. 69.

³⁷⁴ A dobra portuguesa era com genericamente chamava-se o escudo português – inicialmente, a versão portuguesa da dobra de ouro de Ceuta nos primeiros tempos da expansão marítima lusitana. Após Dom Duarte abandonar a libra, ela integrava o novo sistema monetário do real branco, a nova moeda estabelecida pelo monarca. Foi quando se iniciou a cunhagem do escudo de ouro (dobra portuguesa), na lei de 18 quilates, 50 peças por marco, cada peça com 4,59 gramas. Cf. GODINHO, Vitorino Magalhães. Os descobrimentos e a economia mundial. 4 volumes. Lisboa: Editorial Presença, 1991, pp. 125, 126, 143.

³⁷⁵ PEREIRA (1892), op. cit. p. 69.

Ao longo de sua narrativa, o autor também não esconde os riscos que a Etiópia Inferior poderia reservar aos portugueses. Eram terras de gentes beligerantes, com longo histórico de naufrágios em seus litorais, além de possuir “rios [...] muito doentios de febre que a nos outros homens brancos faz gravemente mal” e “razoadamente morrem aqui”.³⁷⁶ Porém, mesmo conferindo à África a imagem de um continente com grandes ameaças, tamanho potencial de lucros e riquezas justificaria toda sorte de riscos e adversidades.

O autor conhecia muito bem quais informações mereceriam maior atenção em seu discurso. As movimentações administradas no Castelo de São Jorge da Mina, sem dúvida, atraía a atenção de seu público. O próprio autor teve especial interesse em conhecer a origem das intermediações comerciais das mercadorias que ali chegavam. Por isso, ao descrever algumas cidades e terras do litoral da Costa da Mina, pertencentes ao reino do Benin³⁷⁷, Pacheco Pereira afirma ter ido àquelas terras por quatro vezes.³⁷⁸

Também, por motivações comerciais, descrever o reino do Congo³⁷⁹ e seus habitantes era importante. Potencializaria o alcance e efeitos práticos de seu discurso, pois ali se faziam “uns panos de palma, de pelo como veludo, e deles com lavores, como cetim aveludado, tão fermosos que a obra deles se não faz melhor, feita em Itália.”³⁸⁰

Por outro lado, os locais e povos que não apresentam elementos de valor comercial são indisfarçadamente desprezados pelo autor. Isso ocorre com os locais próximos ao Rio Santo André, a oeste da Costa do Marfim³⁸¹. Segundo Pacheco Pereira, não se sabia de nenhuma prática de “comércio deste Rio de Santo André [por isso] não curo dele mais escrever, somente temos sabido que é terra de muita povoação”.³⁸² Outra região, próxima ao Rio dos Escravos, na Costa da Mina, também é descrita como um lugar que “não

³⁷⁶ Ibidem, pp. 61, 67, 69.

³⁷⁷ Conferir mapas (figuras 3,4)

³⁷⁸ PEREIRA (1892), op. cit. p. 72.

³⁷⁹ O recorte geográfico do presente trabalho está concentrado na África Ocidental, especialmente nos litorais da Guiné. Com efeito, o reino do Congo estendia-se a partir do litoral da África Central. Portanto, o potencial econômico desse reino é utilizado na discussão em tela apenas para mostrar que as motivações comerciais do autor não se limitavam aos litorais da Guiné.

³⁸⁰ PEREIRA (1892), op. cit. p. 84.

³⁸¹ Conferir mapa (figura 2).

³⁸² PEREIRA (1892), op. cit. p. 66.

há comércio nem outra coisa digna de memória [por isso] não convém que gastemos tempo de nele mais falar.” Por toda a Costa da Mina, mesmo que “assaz povoada” ou com “grande quantidade de água doce”, se não houvesse comércio, não merecia o esforço de sua escrita.³⁸³

A construção dessas imagens, assim como a seleção dos territórios e povos, que mereciam ou não mereciam ser representados, estavam intimamente relacionados ao imaginário e às expectativas ideológicas de Pacheco Pereira e seus respectivos auditórios retoricamente demarcados. Isso também se aplicava às representações construídas na escrita cronística de Zurara sobre os mesmos povos e territórios na Guiné. Elas também estavam carregadas de intencionalidades e analogias que ‘justificavam’ a exploração e domínio dos portugueses na África. É importante também lembrar que a escrita desses autores dialogava com o pioneirismo lusitano nas Grandes Descobertas e sua consequente expansão portuguesa no Atlântico. As imagens reproduzidas nesses discursos influenciaram e, em certa medida, reestruturaram o modo em que a população quatrocentista se organizava e imaginava o mundo no início das interconexões e movimentações desse mundo que se expandia com as navegações.

Tais mudanças ocorreram não só no reino português, como também nas regiões que experimentaram os primeiros contatos advindos dessas novas interconexões que se instauravam – sobretudo nas regiões litorâneas da África Subsaariana. As pessoas experimentaram a diversidade do ‘outro’ que colocaram a prova as suas próprias auto-imagens, além de suas relações sociais cotidianas de ambos os lados (nativos e portugueses). Nessa nova configuração – embora impossível mensurá-la –, os passados étnicos, assim como antigas culturas, formadoras de uma identidade coletiva, foram atualizadas e reconfiguradas.

Em vista disso, as imagens que Zurara e Duarte Pacheco construíram sobre os primeiros contatos com os novos territórios e povos africanos diziam muito mais do que as formas e as cores representadas por eles. Carregavam sentidos plurifacetados, que, construídos social e historicamente, se apresentavam como naturais. Desse modo, não raramente, essas

³⁸³ Ibidem, pp. 73,77.

representações dispensavam reflexões críticas sobre as suas origens.³⁸⁴ A assimilação direta dessas imagens, ou até mesmo a indireta – ou seja, aquela que o indivíduo adquiria pelas atitudes e comportamentos que essas imagens provocam na coletividade sem necessariamente ter tido o contato literário com elas –, apresentava um mundo imaginado que toda a narrativa evoca. Em outras palavras, apresentava o ‘outro’ de todos os outros mundos ausentes, assim como os personagens, as situações e as sensações que despertavam o desejo de sentir e vivenciar o ausente em sua realidade plena, a partir das interações e práticas sociais, como navegação, comércio, contatos culturais etc. De experimentar todo o potencial de riqueza, alianças e expansão da ‘verdadeira fé’ que se apresentavam retoricamente inventados, como um ato criativo, por Zurara a Pacheco Pereira.

Por outro lado, essas representações retiravam da África e do africano o seu devido protagonismo. Quando, de alguma forma, a potência e o poder criativo das sociedades africanas são apresentados, isso é feito a partir de um único ponto de vista. Isto é, o olhar do autor e do público para quem ele escreve. Toda síntese das terras e sociedades africanas é feita para reforçar e despertar o interesse do explorador. Sob uma perspectiva discursiva, pode-se dizer que se trata de uma África ‘imaginária’, inventada a partir dos interesses políticos e econômicos dos portugueses. Assim, torna-se oportuna a observação de Kwame Appiah. O autor enfatiza que toda cultura e identidade são construídas e históricas.

Toda identidade humana é construída e histórica; todo mundo têm o seu quinhão de pressupostos falsos, erros e imprecisões que a cortesia chama de ‘mito’, a religião, de heresia, e a ciência, de ‘magia’. Histórias inventadas, biológicas inventadas e afinidades culturais inventadas vêm junto com toda identidade; cada qual é uma espécie de papel que tem que ser roteirizado, estruturado por convenções de narrativa a que o mundo jamais consegue conformar-se realmente.³⁸⁵

Consequentemente, todas as formas de perceber e representar a própria África e seus habitantes são invenções. Em outros termos, são atos criativos

³⁸⁴ Cf. PESAVENTO (2008), op. cit. p. 41.

³⁸⁵ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 243.

de que todos nós, há séculos, temos participado, ora passivamente, ora ativamente, valorizando ou depreciando, silenciando ou dando vozes à África e aos africanos. Todos somos cúmplices, de forma direta ou indiretamente, de aceitar, rejeitar, estranhar, preencher, moldar e dar sentido às diversas imagens da África, das diversas Áfricas que comumente inventamos e representamos.

Afinal, enquanto personagens e protagonistas da história, percebemos, compartilhamos, construímos imagens sobre o passado, os territórios, os espaços e os lugares que nos são comuns. Nesse sentido, Roy Wagner afirma que de certa forma também poderíamos dizer que ‘inventamos’, criamos diferentes narrativas sobre os territórios e culturas que ouvimos e experienciamos. Enfim, “toda compreensão de uma outra cultura é um experimento com nossa própria cultura.”³⁸⁶ Até mesmo um objeto de pesquisa (seja ele histórico, antropológico, sociológico, econômico...) é inventado por seu respectivo autor e pesquisador, onde sua própria cultura, atos e experiências de pesquisa, no final da equação, influenciam no resultado desse ato criativo.³⁸⁷

³⁸⁶ WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo, Cosac Naify, 2010. p. 41.

³⁸⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 27-31.

CAPÍTULO 5

O Africano sob os olhares de Zurara e Pacheco Pereira

CAPÍTULO 5

O AFRICANO SOB OS OLHARES DE ZURARA E PACHECO PEREIRA

5.1 Mouros e Guinéus

A *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné* é a primeira e única crônica conhecida que relata as viagens de descobrimentos que deram início aos primeiros contatos dos portugueses com a África Subsaariana. Escrita em 1453, ela descreve os primeiros testemunhos e feitos das navegações henriquinas entre os anos de 1433 e 1448.³⁸⁸ Ao longo de noventa sete capítulos, a obra narra o reconhecimento, exploração e ocupações das ilhas atlânticas e da costa ocidental africana.

Além de sua crônica sobre os descobrimentos na costa da Guiné, Zurara também é autor de outras três obras régias. A primeira delas é a *Crônica del Rei D. João I de boa memória. Terceira parte em que se contam a Tomada de Ceuta*, composta por Zurara entre 1449 e 1450, com possíveis alterações em 1460. Como o próprio nome já sugere, essa obra integra a terceira parte de três volumes, sendo o seu antecessor (o cronista - mor Fernão Lopes) autor dos dois primeiros volumes. Junto com a crônica sobre a tomada de Ceuta, as obras seguintes de sua autoria combinar-se-iam em uma espécie de trilogia dos feitos lusitanos no norte da África. São elas: a *crônica do Conde D. Pedro de Meneses*, escrita entre 1458 e 1464, e, por fim, a *Crônica do Conde D. Duarte de Meneses*, iniciada em 1464 e concluída até 1469.³⁸⁹

Portanto, a serviço do rei Afonso V, Zurara deixou valiosas informações sobre esse período das primeiras incursões lusitanas no norte da África, e ao sul de seu litoral, entre 1415 e 1464.³⁹⁰ Seu discurso, especialmente na *Crônica do Descobrimento e Conquista de Guiné*, serviu para legitimar as

³⁸⁸ Cf. CARVALHO, Joaquim Barradas de. *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no 'Esmeraldo de Situ Orbis'*, in Revista de História, nº 64, São Paulo, 1965, p. 347. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123715/119916>> Acesso em: 02-04-2019.

³⁸⁹ Cf. AGUIAR, Miguel. *As crônicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV. Med_on* [online]. 2018, n.23, p.3. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/medievalista/1580>> Acesso em: 22-3-2019.

³⁹⁰ Cf. ARAÚJO, Julieta Maria de Almeida. *A terra e as gentes africanas nas crônicas de Zurara*, in *Literatura Medieval*. Atas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval (Lisboa, 1 a 5 Outubro 1991), vol. iii, col. "Medievalia", Lisboa, Cosmos. 1993, p. 245. Disponível em: <<http://www.ahlm.es/IndicesActas/ActasPdf/Actas4.3/36.pdf>>. Acesso em: 17-08-2018.

incursões belicosas da nobreza no norte da África, ao sul do Saara ³⁹¹ e, ao mesmo tempo, também consolidou a posição e pretensões do Infante na Corte avisina.

O cronista régio traça a passagem do Cabo Bojador ³⁹² (1434) como um dos momentos principais nos primeiros contatos com a África e o africano. No entanto, sua visão sobre a África e os africanos apresenta um conjunto de percepções compartilhadas com o ambiente social e cultural lusitano do qual pertencia e transitava – muito bem representado em sua escrita. A expansão da fé e o espírito cruzadístico são atribuídos como paradigmas fundamentais ao ideal cavaleiresco do período. Esses ideais conquistam representatividade política, principalmente, ao longo do reinado de D. Afonso V. Tal representatividade se deu a partir do grande investimento do monarca na temática da guerra contra os “infiéis” no norte da África, o que acabou lhe rendendo a alcunha de ‘O Africano’. Assumiu, portanto, a imagem de rei cavaleiro, quando suas campanhas militares conquistaram as praças de Alcácer Ceguer (1458), Anafé (1464), Arzila e Tanger, ambas no mesmo ano (1471). ³⁹³

Esses feitos permaneceram preservados no ordenamento do discurso principesco avisino ao longo de todo o século XV. Não só Zurara, como também Duarte Pacheco Pereira, mantiveram esse compromisso na construção de suas narrativas. O legado avisino era o centro de um projeto oficial de preservação e manutenção do poder através da escrita. Por isso, Pacheco Pereira, além de exaltar os feitos do monarca vigente, D. Manuel, também dedicou sua escrita à memória do legado avisino no Magrebe, notadamente, ao...

[...] virtuoso príncipe [refere-se a D. Afonso V], [que] por serviço de Deus, passou, em pessoa, além do mar, em África, com grande frota e gente, [para] **Ceguer** onde, **por força de armas, tomou aos Mouros** a vila de **Alcácer** no ano de Nosso Senhor de 1458, em dezenove dias do mês de Outubro; e depois, no ano de 1471 anos, em vinte e quatro dias do mês de Agosto, tomou aos mesmos mouros, por força de armas a vila de Arzila, na qual **grande mortandade de Mouros foi feita**; e com este medo todo os moradores de muita antiga e forte cidade de **Tanger fugiram e a deixaram só**; e este excelente príncipe a mandou tomar e povoar. As quais cousas todas vimos, com

³⁹¹ Conferir mapa (figura 1).

³⁹² Conferir mapas (figuras 2, 3, 5).

³⁹³ Sobre essas antigas cidades do Magrebe, conferir suas localizações no mapa (figura 5), assim como em PEREIRA (1892), op. cit. pp. 25, 60.

outros muitos grandes feitos, que é escusado escrever em tão baixo estilo de tão alto príncipe.³⁹⁴

O excerto acima mostra que a imagem de Afonso V tornou-se uma representação muito eficiente ao discurso de apropriações territoriais e legitimidade da presença portuguesa no Magrebe. Dessa forma, em outro trecho, Duarte Pacheco reforça que “**Ceuta, Alcácer, Tânger e Arzila**, são destes reinos de Portugal e de sua Coroa Real, porque [faz] noventa anos que **Ceuta foi tomada por força de armas aos Mouros** por **El-rei D. João** [...] vosso bisavô” (de D. Manuel).³⁹⁵ A expansão da fé e o espírito cruzadístico (“a força das armas”) tornavam-se, portanto, elementos permanentes na imagem que os portugueses construíam sobre a África, especialmente, sobre a relação beligerante com os mouros.

Assim, o autor do Esmeraldo afirma que **Alcácer, Tânger e Arzila** foram tomadas “por **El-rei D. Afonso o quinto**, vosso tio [de D. Manuel] de quarenta e sete anos para cá, pelo mesmo modo, **também por força de armas, aos Mouros** os tomou.” Portanto, monarcas como D. João e Afonso V, tornaram-se representações indispensáveis para justificar o pioneirismo e o domínio dos portugueses nesses territórios africanos ao longo do século XV. Tanto os discursos de Zurara, quanto os de Pacheco Pereira projetavam em seus respectivos monarcas avisinos (contemporâneos e antepassados) a imagem de ‘heróis’ da “áspera guerra a estes inimigos da nossa santa fé católica, a qual [os monarcas avisinos] com muitas vitórias, cada vez faz mais multiplicar”.³⁹⁶ Dessa maneira, as narrativas de Zurara e Pacheco Pereira apontam que, durante todo o século XV, os olhares do português sobre os africanos islamizados estavam ancorados em argumentos religiosos e belicosos; os mouros eram vistos como ‘inimigos da santa fé católica’, com quem seria ‘absolutamente justo’ pelear, explorar e dominar.

³⁹⁴ PEREIRA (1892), op. cit. p. 60, *grifos nosso*.

³⁹⁵ Ibidem, p. 25, *grifos nosso*.

³⁹⁶ Idem.



FIGURA 6³⁹⁷

³⁹⁷ Adaptado de SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006, p. 15.

5.1.1 Um Inimigo com quem ‘Convinha Pelejar’

Esses ideais também estavam dentre as motivações que levaram o tio de Afonso V, o Infante D. Henrique, muitas vezes enviar “seus navios armados com suas gentes, onde de necessidade convinha pelejar com aqueles infiéis”.³⁹⁸ Simultaneamente, e pretensamente, essas expedições levariam “a verdadeira salvação, não somente a estes, mas outros mui muitos, que em esta historia [a crônica em questão] ao diante podeis achar”.³⁹⁹ Nesse sentido, já no início do século XV, ao mesmo tempo em que o africano islamizado é visto como ‘infiel’, o inimigo da ‘verdadeira religião’, também é visto como o inimigo com quem ‘convinha pelejar’, o inimigo da conquista territorial.

Zurara exemplifica esse espírito cruzadístico descrevendo uma das primeiras expedições para obter escravos na Ilha Tider (Tidra), abaixo do Cabo Branco⁴⁰⁰, na quarta década do século XV. O discurso de encorajamento do líder Lançarote de Freitas aos capitães de sua expedição seguia o ideal cavaleiresco da época. Lançarote teria advertido aos seus subordinados que todos estavam ali “senão para pelejar [contra os mouros]; e, pois principalmente a este fim viemos”. Encorajados por essas palavras, todos desembarcaram e “puseram suas azes⁴⁰¹ em ordenança, onde Lançarote, por acordo de todos os outros capitães, tomou a bandeira da cruzada, que lhe o Infante Don Henrique dera.” Esse discurso beligerante era reforçado e legitimado pela fé e o apoio da Igreja. Assim, Lançarote também os teria lembrado que aqueles que “morressem sob a dita bandeira eram absoltos de culpa e pena, segundo o outorgamento do Santo Padre, e já vistes [os membros da expedição] o teor do mandado”. Na ocasião, a bandeira da cruzada teria sido “entregue a Gil Eanes, cavaleiro da casa do Infante, e como [...] Lançarote dele conhecesse esforço e bondade”, o teria feito prometer, sob pena de prisão, que “por medo nem perigo não deixasse a dita bandeira, até

³⁹⁸ ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*. Edição de 1841, p. 89. Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/216/3/hg-12674-v_PDF/hg-12674-v_PDF_24-C-R0072/hg-12674-v_0000_capa-guardas2_t24-C-R0072.pdf> Acesso em 15-09-2012.

³⁹⁹ Ibidem, pp. 138, 139.

⁴⁰⁰ Conferir mapas (figuras 3).

⁴⁰¹ Az, do latim *acie* – parte aguda; fio de instrumento; linha de soldados; exército em posição de combate. No Baixo Medievo, esse termo era adotado pelos portugueses em contextos militares. Cf. MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. I, 7.^a ed., Lisboa, 1995, p. 360.

sofrer morte”. Contudo, se isso ocorresse, os demais capitães “Ihe juraram, que, por conseguinte, até derradeiro termo da vida” trabalhariam para guardá-lo e defender a dita bandeira.⁴⁰²

Dessa forma, ao longo de toda a escrita de Zurara, os ideais principescos da Casa de Avis, em todo momento, são reforçados como algo indispensável aos anseios daqueles que buscavam o reconhecimento observado em um bom cavaleiro. Os temas missionários e cruzadísticos são muito caros ao público de Zurara, sobretudo aqueles que reforçam as intenções religiosas que ampliam as fronteiras de guerra contra os mouros – os infiéis que se estendiam abaixo do Magrebe até a Senegâmbia.

5.1.2 Selvageria, Paganismo e Barbárie: Elementos Providencialistas de alteridade

O cronista também ressalta certa heterogeneidade referente às diferentes paisagens da África a partir da Senegâmbia⁴⁰³, a Terra dos Negros. Eram terras com “grande diferença” entre as paisagens e “mui afastadas [...] umas das outras”.⁴⁰⁴ No entanto, os povos dessas regiões não são representados de forma tão heterogênea. A imagem dos africanos da Terra dos Negros é representada de forma tão homogênea quanto os africanos da Terra dos Mouros. Toda a variedade de povos da Guiné não é percebida e está confinada a definição única de guinéus. Da mesma forma, os diferentes povos acima da Senegâmbia também são reduzidos e vistos como mouros. Em outras palavras, na crônica de Zurara, aqueles que habitam acima da Senegâmbia são todos mouros e os que habitam abaixo são todos guinéus.

A Terra dos Negros (da Senegâmbia em diante) é, por diversas vezes, representada de forma positiva: com diferentes paisagens, com rica fauna, muitas águas e terras férteis. Contudo, sempre em contraste com as regiões desérticas da Terra dos Mouros. A imagem dos ‘povos infiéis’ (os mouros) mais ao norte – portanto, mais próximos e com maior contato beligerante com a Europa – tendem a construções representativas mais negativas. Por outro lado, os povos ‘gentios’ (sem ‘religião’), os guinéus expostos à experiência dos

⁴⁰² ZURARA (1841), op. cit. pp. 254, 255.

⁴⁰³ Conferir mapas (figuras 3,7).

⁴⁰⁴ ZURARA (1841), op. cit. p. 158.

primeiros contatos ao sul do Saara, de certa forma, são representados hierarquicamente superiores aos africanos acima da Senegâmbia. Como será demonstrado mais adiante, eram considerados mais propensos ao caminho da salvação, com maiores expectativas econômicas e ofereciam mais informações sobre as “novas da terra muito mais longe”.⁴⁰⁵

No entanto, de certa forma, mouros e guinéus eram todos considerados membros das “bárbaras nações, em número quase infinito, cuja antiga geração, desde o começo do mundo, nunca viu a luz divina”, todos condenados por estarem distantes da ‘verdadeira fé’.⁴⁰⁶ No entanto, conforme será demonstrado nesse capítulo, nas descrições direcionadas especificamente aos africanos islamizados, estes eram percebidos como bárbaros e os guineus não islamizados, por sua vez, eram tratados como pagãos.⁴⁰⁷ Essa percepção sobre o ‘outro’ demonstra como o pensamento do autor e do seu público reduzia a história ao providencialismo. Portanto, era produto de uma cosmovisão teocêntrica que, segundo Klaas Woortmann, no Baixo Medievo, “reduzia a alteridade ao paganismo e à selvageria ou barbárie”.⁴⁰⁸ Conferir ao africano a qualidade ou estado de ‘gente barbárica e bestial’ era necessário à percepção escatológica tardo-medieval tanto quanto à identidade cavaleiresca cristã do explorador português.

Sob uma perspectiva homogênea, todo africano era representado como uma das muitas “almas inocentes daquelas bárbaras nações” abaixo do Bojador. A experiência religiosa dos ‘cavaleiros da cristandade’, assim como todos os valores compartilhados nos círculos principescos eram os principais referenciais de civilidade lusitana. Todos que não se enquadrassem nesses valores eram considerados bárbaros ao olhar do português. Para Zurara e seu auditório, todas as almas que não foram “lavadas na água do batismo e ungidas com o santo óleo” seriam bárbaras, almas inocentes que nunca viram a “luz divina” e que careceriam de ser urgentemente “trazidas ao verdadeiro caminho da salvação”.⁴⁰⁹

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 94.

⁴⁰⁶ Ibidem, pp. 9, 10.

⁴⁰⁷ Conferir *Esquema de Representações...* disponível no Epílogo desta tese (Figura 8)

⁴⁰⁸ WOORTMANN, Klaas. *O selvagem e a história* – Primeira Parte: Os Antigos e os Medievais. Série Antropologia nº 227. Brasília: DAN/UnB, 1997, p. 15. Disponível em < <http://dan.unb.br/dan-producaocientifica/serieantropologia> > Acesso em: 24-04-2018.

⁴⁰⁹ ZURARA (1841), op. cit. pp. 9,10.

Ao descrever os costumes de alguns mouros que tiveram contatos com a expedição de Lançarote de Freitas, o elemento religioso também aparece como referência para distinguir o selvagem do civilizado. Zurara defende que, mesmo vivendo esses mouros com uma aparente liberdade, seus corpos experimentavam um “grande cativeiro”, devido “a disposição da terra e a bestialidade da vida” em que viviam. No entanto, “a perdição das almas [...] deveria ser mais sentida” mais do que qualquer português “vivendo em senhorio alheio”. Ou seja, o maior traço da bestialidade desses mouros estaria no “cativeiro [em que] jaziam seus corpos”, por não se darem conta da “perdição das [suas] almas”.⁴¹⁰ Da mesma forma são representados os moradores da Ilha de Palma (nas Canárias ⁴¹¹): “não sabem conhecer Deus, nem fé nenhuma, senão pensam que crêem; como o outro gado, são muito bestiais”.⁴¹²

5.1.3 Dieta, Habitação, Fé, Armas e Valores Morais como Referenciais de Alteridade

A alimentação é outro traço bastante observado por Zurara, que muitas vezes acrescenta componentes bem repugnantes, em especial à dieta dos habitantes da Terra dos Mouros. Os mouros da Ilha da Gomeira (nas Canárias) tem sua dieta associada ao que se entendia por pessoas selvagens, alimentar-se-iam geralmente de “leite, e ervas como bestas, e raízes de juncos, e poucas vezes carnes; comem cousas torpes e cujas, assim como ratos, pulgas, e piolhos, e carrapatos”. De modo semelhante, “os moradores desta Ilha da Palma não tem pão nem legumes, senão ovelhas, e leite, e ervas, e em isso se mantém”.⁴¹³ Ou seja, Quanto menos diversificados fossem os elementos da dieta, assim como distante e estranha aos referenciais lusitanos, mais selvagem seria a representação do ‘outro’. Aos olhos do português, portanto, esses seriam aqueles que vivem e se alimentam como bestas.

O mesmo princípio de representação, ancorado em referências de alteridade, é aplicado nas mais diversas observações de Zurara. O cronista relata que na Terra dos Negros (guinéus) seria possível encontrar “casas de

⁴¹⁰ Ibidem, p. 318.

⁴¹¹ Conferir mapa (figura 5).

⁴¹² ZURARA (1841), op. cit. p. 384.

⁴¹³ Ibidem, pp. 380, 384.

palha” “à beira mar”. Mas, por toda a terra, seria muito mais comum encontrar habitações em “tendas e alquitões, como nós [os portugueses] aqui trazemos quando se acerta dos nossos príncipes andarem em hoste.”⁴¹⁴ Por outro lado, os habitantes de Gomeira “não tem casas, mas vivem em covas e choças”.⁴¹⁵ Assim como nesses exemplos, por toda a obra, as habitações dos africanos são observadas sempre oferecendo elementos de comparação ao público de Zurara. Informações sobre a forma, tamanho, tipo de materiais, são dados que reforçam a imaginação sobre as proporções da casa, a segurança, a capacidade tecnológica do outro, a posição social e material, operando sempre em comparação aos referenciais das habitações portuguesas.

Quanto mais próxima da realidade portuguesa, maior seria o grau de civilidade e quanto mais distante, mais bárbaro/selvagem. Tanto que, segundo as citações acima, entre o Rio do Ouro⁴¹⁶ ao Cabo Branco, era possível encontrar casas de palha, material que também não era difícil de encontrar entre a população rural e menos abastada em Portugal. No mesmo território africano, não era incomum os povos nômades se abrigarem em *alquitões*. Esse termo seria uma apropriação de uma palavra árabe que geralmente designa uma pequena tenda de pano. Sobre o uso dessa pequena habitação móvel, Zurara oferece uma comparação ao afirmar: “como nós aqui trazemos quando se acerta dos nossos príncipes andarem em hoste.” Porém, os mouros de Gomeira (nas Canárias) estariam muito mais distantes do ideal civilizatório português do que os guinéus Terra dos Negros. Essas gentes das Canárias viveriam “como bestas”, pois “não tem casas, mas vivem em covas e choças”.⁴¹⁷ Assim, esses elementos familiares à paisagem e aos espaços lusitanos, ao mesmo tempo em que é uma forma de perceber o ‘outro’ e seus territórios, demarcam aquilo que os portugueses entendem por selvagem ou civilizado.

Mas, o olhar de Zurara definia o ‘outro’ não apenas pelos referenciais observáveis, como casa, moradia, dieta, vestimenta e crenças. O bárbaro e o selvagem, no olhar do cronista, também eram demarcados por aquilo que ele e o seu público tinham por familiar, mas não era encontrado no ‘outro’. Ou seja, a carência do que era considerado civilizado estava na ausência da “santa fé”,

⁴¹⁴ Ibidem, p. 361.

⁴¹⁵ Ibidem, p. 380.

⁴¹⁶ Conferir mapa (figura 3).

⁴¹⁷ ZURARA (1841), p. 380.

estava em não saber o “que era pão nem vinho, nem cobertura de pano, nem alojamento de casa, e o que pior era, a grande ignorância que em eles havia pela qual não havia algum conhecimento de bem, somente viver em uma ociosidade bestial.”⁴¹⁸

Esse relato é uma das primeiras observações sobre africanos subsaarianos escravizados por portugueses. São representações para justificar a exploração e o domínio sobre centenas de africanos adquiridos em uma das primeiras expedições de Lançarote de Freitas que retornava ao porto de Lagos. No excerto supracitado, o africano é visto como membro de ‘bárbaras nações’, como quem vive ‘como bestas’ e como “uma gente pouco menos de selvagem”.⁴¹⁹ Isso porque, não possui a mesma fé, a mesma dieta, a mesma habitação, os mesmos valores, práticas e estéticas indumentais que fossem comuns ao ambiente português. Nessa relação de alteridade e estranhamentos, o africano é sempre percebido e representado, exclusivamente, a partir de referenciais europeus. Ou seja, ao olhar para o ‘outro’, o português, essencialmente, também acabava buscando a si próprio.

A imagem do africano também passava por filtros de percepções teológicas que acabaram hierarquizando mouros e guinéus, sempre atendendo as expectativas religiosas e comerciais do explorador. Todo africano, tanto os que viviam até as proximidades Rio Çanágua (Senegal),⁴²⁰ quanto os guinéus que viviam ao sul dos berberes e azenegues, eram todos considerados “filhos de Adão, compostos de uns mesmos elementos e que todos recebemos alma como criaturas razoáveis”.⁴²¹ Por outro lado, aos guinéus era conferido certo respeito em relação aos mouros. O argumento era que eles “tinham almas como os outros [os mouros]”, no entanto não descenderiam “da linhagem de mouros, mas de gentios, pelo qual seriam melhores, de trazer ao caminho da salvação”, além de poder dar informações “novas da terra muito mais longe”.⁴²² Assim, de certa forma, os guinéus eram vistos como aqueles que mais atenderiam aos ideais religiosos e comerciais dos portugueses. Por não terem uma ‘religião’ aparente, ainda eram considerados mais fáceis de aceitar a

⁴¹⁸ Ibidem, p. 137.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 162.

⁴²⁰ Conferir mapas (figuras 1,3).

⁴²¹ Cf. ZURARA (1841), op. cit. p. 174.

⁴²² Ibidem, p. 94.

‘verdadeira’ fé do que os ‘maometas’ que guardavam a lei ou a seita do “falso cismático Mafamede [Maomé]”.⁴²³ Ao mesmo tempo, a possibilidade de novas rotas, contatos e alianças, nesse momento, eram anseios que convergiam sobre os povos mais distantes. Em outros termos, eram aqueles que poderiam dar informações que alargariam as possessões portuguesas cada vez mais ao sul. Nesse sentido, os guinéus são representados hierarquicamente superiores aos mouros, aos africanos acima da Senegâmbia.

A descrição de Zurara sobre a expedição de Afonso Gonçalves Baldaia, quando chegou ao Rio do Ouro (1436), também demonstra um pouco da visão dicotômica sobre mouros e guinéus. A setenta léguas abaixo do Bojador, a expedição de Baldaia encontra mouros que são representados como ‘militarmente despreparados’. Zurara descreve a expedição de Baldaia, que reconhecia o território “em cima de cavalos, com lanças e espadas que são armas que qualquer um deles [africanos] nunca vira,”. A expedição de Baldaia teria sido recebida por “dezenove homens todos juntos em magote [bando], sem outras nenhuma armas para ofensa nem defesa, somente azagaias.”⁴²⁴ Nesse sentido, esse relato aponta que o despreparo militar também era um indicador de alteridade que definia e distinguia o selvagem do civilizado. Esses mouros eram representados como aqueles que possuíam “armas bem concordantes ao seu bestial viver”⁴²⁵ e “que nunca souberam pelejar senão a modo de bestas” que logo se espantam quando o primeiro deles é ferido pelas “nossas armas” (dos portugueses).⁴²⁶

Por outro lado, no conflito dos guinéus do Cabo Verde⁴²⁷ com a expedição de Diniz Dias (1444), bem diferente dos mouros do Rio do Ouro, os africanos guinéus são representados como ‘militarmente mais preparados’. Esses guinéus do Cabo Verde estavam “tão [a] percebidos que, embora muitas vezes tentassem [os portugueses] sair em terra, sempre acharam tão valente defesa que não ousaram chegar a eles.”⁴²⁸

⁴²³ Ibidem, pp. 15, 366.

⁴²⁴ Ibidem, pp. 62, 63.

⁴²⁵ Ibidem, p.331.

⁴²⁶ Ibidem, pp.215, 216.

⁴²⁷ Conferir mapas (figuras 2, 4, 5).

⁴²⁸ ZURARA (1841), op. cit. p. 342.

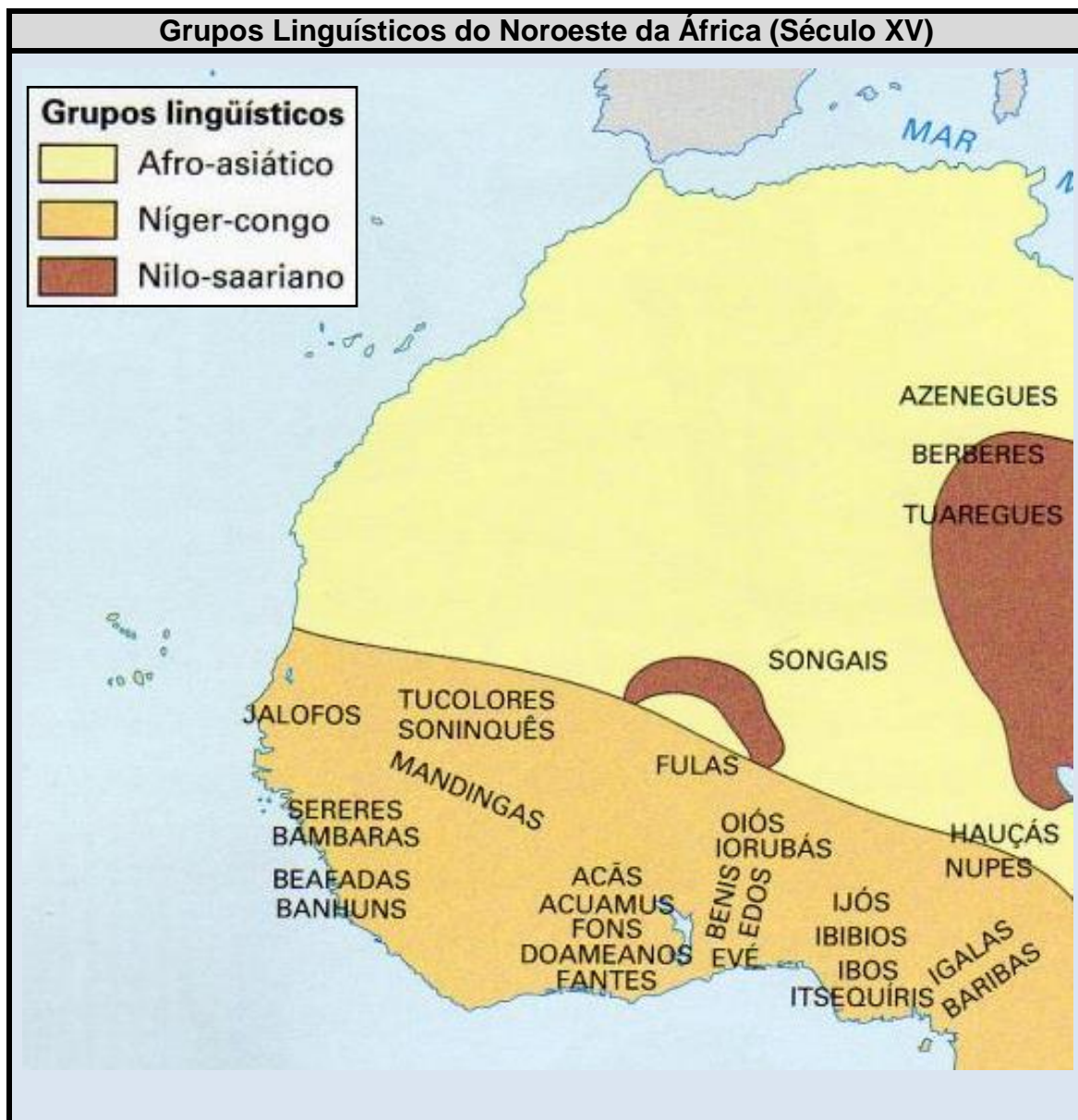


FIGURA 7⁴²⁹

A resistência emocional de mouros e guinéus também é representada em estados afetivos opostos. Os mouros seriam os africanos que fogem “sem nenhuma ordenança de resguardo” nos confrontos com os portugueses.⁴³⁰ Muitas vezes são representados como ‘medrosos’, capazes de abandonarem

⁴²⁹ Adaptado de SOUZA (2006), op. cit. p. 20.

⁴³⁰ ZURARA (1841), op. cit. pp. 81,82.

mulheres e filhos no meio de uma batalha. Zurara relata que em uma peleja contra a expedição de Lançarote de Freitas os mouros da Baía de Arguim⁴³¹ fugiram, “não todos juntamente, nem por um [só] caminho, mas cada um para a sua parte, deixando de todo, já sem qualquer esperança de remédio, as mulheres e filhos.”⁴³² Por outro lado, os guinéus são apresentados por Zurara como africanos mais ‘resilientes e corajosos’. O cronista descreve uma das incursões portuguesas na costa da Guiné, onde “os guinéus, cobrando vista, correram para a praia com as suas adargas e azagaias, como homens que se queriam fazer prestes para a peleja.”⁴³³ Em outro conflito com os portugueses os guinéus também são representados na escrita cronística como corajosos e prontos para peleja. O confronto foi durante um assalto destinado a capturar negros, próximo a um rio, sessenta léguas ao sul do Cabo Vede. Antes que os portugueses saíssem dos seus batéis “em terra, saíram da outra parte dose barcos, nos quais estariam uns setenta ou oitenta guinéus, todos negros, e com arcos nas mãos”.⁴³⁴ Era o ano 1446.⁴³⁵ Nessa ocasião, cerca de quatorze portugueses morreram alvejados por setas envenenadas, dentre eles estava Nunes Tristão, líder de sua quarta e última expedição nos litorais africanos.⁴³⁶

Outro lugar comum em que os mouros são representados, com marcas negativas e opostos aos guinéus, concerne à imagem de suas mulheres. As mulheres da Ilha de Arguim seriam imorais, pois demonstrariam “mui grande desejo” libidinoso “com muitos acenos assaz desonestos”.⁴³⁷ Aos olhos dos portugueses, essa representação libidinoso também seria potencializada no costume observado entre os habitantes da Ilha da Gomeira (nas Canárias). Entre eles, quando alguém “vem onde está o outro, logo lhe dá a mulher por gasalhado, e contam por mal a quem o contrario faz”.⁴³⁸

Por outro lado, as mulheres dos guinéus são representadas de forma mais valorosa e resiliente. Na maioria das vezes, “mostravam que queriam defender suas casas” e famílias. Zurara relata uma ação de apresamento no

⁴³¹ Conferir mapas (figuras 3, 5).

⁴³² ZURARA (1841), op. cit. p. 318.

⁴³³ Ibidem, p. 210.

⁴³⁴ Ibidem, p. 400.

⁴³⁵ SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo; a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002, p.152.

⁴³⁶ Cf. ZURARA (1841), op. cit. pp. 399-402.

⁴³⁷ Cf. Ibidem, pp. 176, 177.

⁴³⁸ Ibidem, p. 380.

litoral da Guiné, onde alguns portugueses se esforçaram para capturar uma mulher que aparentava uns trinta anos, “com um seu filho que seria de dois, e assim uma moça de quatorze, na qual havia assaz boa postura de membros, e ainda presença razoada segundo [os padrões da] Guiné”. No entanto, tiveram muito trabalho. “A força da mulher era assaz para maravilhar, pois de três que se ajuntaram a ela, não havia nenhum que não tivesse assaz trabalho querendo-a levar ao batel”. A investida só teve sucesso quando um dos raptos lhe ameaçou tomar-lhe o filho de dois anos e levá-lo ao batel. Logo, o “amor forçou a madre de se ir após ele sem muita prema [violência] dos dois que a levavam”.⁴³⁹

De maneira geral, além das representações supracitadas, os mouros também seriam ‘fisicamente fracos’, “minguados de esforço”, enquanto seriam os “guinéus valentes e fortes”, sempre “dispostos à peleja”.⁴⁴⁰ Por toda escrita cronística, é possível observar a intenção de se estabelecer distinções representativas entre a Terra dos Mouros e a Terra dos Negros. Sendo assim, entre os mouros, seguidores da seita de Mafoma, e os guinéus de justificável escravização, devido à aparente “falta de religião” e à suposta hereditariedade na maldição de Noé sobre seu filho Cam.⁴⁴¹

5.1.4 Civilização aos ‘Bárbaros’, ‘Selvagens’ e ‘Amaldiçoados’

No entanto, não só os guinéus, como também os mouros, eram todos vistos como gentes passíveis de escravização, estando ou não debaixo da maldição proferida pelo patriarca veterotestamentário. Sendo ou não da descendência amaldiçoada de Cam. Todos estavam sob a mesma perspectiva mercantil, cruzadística e missionária do ideal lusitano. A escravização de todos, além do potencial econômico, ao mesmo tempo em que civilizaria os negros, também aumentaria o rebanho da Santa Igreja. A civilização chegaria a todos que “antes viviam em perdição das almas e dos corpos, [...] enquanto eram pagãos, sem claridade e sem lume da santa fé”. Salvaria e civilizaria aqueles que viviam “como bestas, sem alguma ordenança de criaturas razoáveis [...]

⁴³⁹Cf. *Ibidem*, pp. 407, 408.

⁴⁴⁰Cf. *Ibidem*, pp. 169, 170, 288.

⁴⁴¹Cf. *Ibidem*, pp.93, 94.

pela qual não havia algum conhecimento de bem, somente viver em uma ociosidade bestial.”⁴⁴²

Sob influencia do imaginário medieval, a narrativa de Zurara evoca a ideia de civilização aos emissários responsáveis pela iluminação da “santa fé”. No oposto desse estado e condição estariam os selvagens, aqueles que viveriam “como bestas”, sem qualquer “ordenança de criaturas razoáveis”, em “ociosidade bestial”.⁴⁴³ Segundo Woortmann, se a civilidade medieval aproxima-se da ideia de humanidade, enquanto “selvagem evoca, se não animalidade, uma subumanidade e serve para melhor definir a civilização, equivalente no medievo à cristandade.”⁴⁴⁴ Nesse sentido, o núcleo dessa civilidade era o ambiente cortês. Ali estaria não só “uma categoria cristã, mas também um conceito aristocrático” do que seria mais civilizado. “O comportamento cortês, estreitamente associado à noção de hierarquia”, portanto, seria o maior exemplo da civilidade portuguesa.⁴⁴⁵

Também era comum associar a condição de selvagem à descendência de Cam, “imaginados como negros, pela associação entre a cor negra e a maldição. Nenrod, caçador, teria sido descendente de Cam. Maldição-selvagem-caçador-errante.”⁴⁴⁶

Zurara adapta essa tradição veterotestamentária à filosofia aristotélica, muito influente no pensamento erudito da Baixa idade Média. Para o cronista, entre os africanos, muitos povos faziam da “vida pouco menos de bestas; ca [pois] em três modos se [re] parte a vida dos homens”. “Segundo diz o filósofo” (ou a abstração de Zurara sobre Aristóteles), os primeiros seriam aqueles considerados “meio deuses”, ou seja, ‘semideuses’ que “somente se ocupam a orar e contemplar”. Em seguida viriam aqueles “que vivem nas cidades, aproveitando seus bens, e tratando uns com os outros”. Abaixo dessa hierarquia, estariam aqueles onde se enquadrariam, segundo o discurso cronístico, muitos povos africanos: os que vivem nos “ermos, afastados de toda conversação, os quais porque não há perfeitamente o uso da razão, vivem

⁴⁴² Ibidem, p. 137.

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ WOORTMANN (1997), op. cit. p.49.

⁴⁴⁵ Cf. Ibidem, pp. 41, 42.

⁴⁴⁶ WOORTMANN, K. A. A. W. ; *O selvagem na Gesta Dei*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 25, n.50, p. 259-315, 2005, p. 282. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v25n50/28281.pdf>> Acesso em: 22-10-218.

assim como bestas”.⁴⁴⁷ Esses, seguindo a tradição aristotélica, “desde a hora de seu nascimento são marcados para ser mandados”. Logo, no pensamento tardo-medieval, àqueles que se aproximassem do que era considerado bárbaro ou selvagem seria legítimo submetê-los à condição de “escravos e para eles é melhor ser sujeitos à autoridade de um senhor”.⁴⁴⁸ Segundo Zurara, essa condição hierárquica e subumana também seria resultado do castigo de Deus aos envolvidos na construção da “torre de Babilônia [Babel]”, liderada pela figura mítica de Nenrod. Na visão do autor, esses descendentes de Cam teriam sido espalhados em diferentes línguas pelo mundo e, ao se estabelecerem na África, viveriam “sem acrescentarem qualquer parte de sabedoria em seu primeiro uso.”⁴⁴⁹ Essa interpretação teológica era uma herança de Santo Agostinho, que também associou “Nenrod à fundação de Babel e à diferenciação racial/lingüística. Confusão lingüística e aberração física seriam atributos do selvagem.”⁴⁵⁰

Segundo José Rivair Macedo, no século XIII, também já era bem estabelecido e comum na Europa se associar a pele escura dos africanos e “sua desorganização social”⁴⁵¹ às elevadas temperaturas do Sol sempre a pino, assim como vincular a África à descendência de Cam, o segundo filho de Noé (Sem, Cam e Jafé. Gn: 5.32). Segundo a tradição judaico-cristã da época, a submissão africana aos europeus seria consequência da maldição que Noé lançou sobre a descendência do referido filho do meio, pois o mesmo teria zombado da nudez e embriaguês de seu pai (Gn: 9. 19-26). Essa ideia persistiu durante longo tempo, ao passo que Pierre d’Ailly (1350 -1420), autor do célebre *Imago mundi* (1410) e chanceler da Universidade de Paris no início do século XV, “aventava a hipótese de que, no passado, a África teria se chamado Phutia, palavra derivada de Phut, o filho de Cam” (Gn: 10. 6). A vinculação dos negros à descendência de Cam esteve presente nos discursos religiosos cristãos “até pelo menos o século XIX, abrindo um campo muito fértil aos

⁴⁴⁷ ZURARA (1841), Op. cit. p.175.

⁴⁴⁸ ARISTÓTELES. Política. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985, p.1254a, 1254b.

⁴⁴⁹ ZURARA (1841), op. cit. p.175.

⁴⁵⁰ WOORTMANN (2005), op. cit. p. 283.

⁴⁵¹ MACEDO, José Rivair. *Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval*. SIGNUM: Revista da ABREM, Vol. 3, 2001, p. 19. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~pem/arquivo/joserivair001.pdf>> Acesso em 04-03-2014.

defensores da inferioridade das populações negras”.⁴⁵² Tais pensamentos deixam bem claro que “a inserção dos africanos na linhagem maldita de Cam os colocava em posição inferior quando comparados aos descendentes de Sem” (o irmão mais velho cuja descendência teria povoado parte da Ásia) e Jafet (o irmão caçula cuja posteridade teria povoado toda a Europa).⁴⁵³

Todos esses argumentos reforçavam o discurso de que os africanos estariam em uma escala inferior no posicionamento hierárquico dos povos. Demarcavam representações que colocavam a África no lado oposto do que o português entendia por civilização. Seguindo toda a lógica dessas representações, Zurara afirma que o povo do qual Afonso Gonçalves Baldaia teve contato quando chegou ao Rio do Ouro, “por muito bestial” que era, seria necessário que se governasse sobre eles, pois viviam apenas das “cousas do mar, sequer ao menos em pescaria, quanto mais aqueles que vivem no sertão.”⁴⁵⁴

5.1.5 A Tez Africana sob Perspectivas Eurocêntricas

Decerto, era a cor da pele o aspecto que representava de imediato a distinção entre portugueses e guinéus, assim como um forte argumento usado para diminuir o ‘outro’. Não por acaso, é a primeira observação que Zurara faz sobre as características físicas dos povos nos litorais da Senegâmbia.

Esta gente desta terra verde é toda negra, e, porém, é chamada Terra dos Negros, ou Terra de Guiné, por cujo azo [motivo] os homens e mulheres dela são chamados guinéus, que quer tanto dizer como negros.⁴⁵⁵

Nesse relato, a cor da pele é um exemplo de alteridade que relaciona a característica física ao espaço do ‘outro’. Nesse sentido, a cor da pele é um elemento para nomear-se o território do ‘outro’. Assim, o topônimo ‘Terra dos Negros’ ou ‘Terra de Guiné’, segundo Zurara, se deu pela tez escura da população que, por sua vez, influenciou o etnônimo guinéu. De forma semelhante, como será visto mais adiante, originaram-se Etiópia e Etiópios. Em

⁴⁵² Cf. *Ibidem*, pp. 13-19.

⁴⁵³ *Ibidem*, p. 23.

⁴⁵⁴ ZURARA (1841), *op. cit.* p.60.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 278.

todos esses nomes, o lugar e a população estão relacionados à cor da pele. De forma muito eficiente, essa característica foi utilizada pelos portugueses como elemento de distinção e dominação sobre o ‘outro’ e seus territórios. Para tanto, era usada como uma referência nas relações de alteridade (português – o ‘outro’ e seus espaços), normalmente acompanhada de vários adjetivos depreciativos.

O relato de Zurara sobre um dos constantes desembarques de escravos em Lagos é bastante representativo sobre isso. Logo no início das navegações nos litorais da Guiné, o Infante havia escolhido Lagos (cidade ao sul de Portugal e perto de Sagres) como a base naval e administrativa das navegações henriquinas. Para lá, Lançarote de Freitas retorna de sua expedição, composta de seis caravelas, com centenas de escravos adquiridos nos litorais do Golfo de Arguim. Zurara relata que, quando os escravos “foram postos juntamente naquele campo [no porto de Lagos], era uma maravilhosa cousa de ver, ca [pois] entre eles havia alguns de razoada brancura, fremosos e apostos; outros menos brancos” e quase “pardos”. Todavia, não dá para deixar de notar a hierarquização que se segue a partir da gradação da tez dos apresados. Após descrever a “maravilhosa” visão de tantos apresados de “razoada brancura” e outros quase “pardos”, Zurara diz que entre eles haviam “outros tão negros como etiópios, tão desafeiçoados, assim nas caras como nos corpos, que quase parecia, aos homens que os resguardavam, que viam as imagens do hemisfério mais baixo”.⁴⁵⁶ Ou seja, a cor negra não só despertava estranhamentos como também motivava as adjetivações depreciativas de ‘etiópios’, gente de rosto e corpos desafeiçoados, especialmente por serem negros.

Rivair Macedo afirma que, no Baixo Medievo, em toda Europa ocidental era comum a denominação de *aethiops* (etiópios) – “palavra de origem grega utilizada inicialmente com o significado de ‘face queimada’” – à população africana de pele escura. No entanto, vale ressaltar que o termo etiópio continuará denominando, homogeneizando e representando os africanos por todo o século XV. Tanto que Duarte Pacheco Pereira, no início do século XVI,

⁴⁵⁶ Ibidem, p. 318.

se utiliza dos termos *Ethiopia* e *ethiopo* ao menos 68⁴⁵⁷ vezes para referir-se à África e ao africano. Essas concepções reducionistas e, ao mesmo tempo, homogeneizadoras tiveram efeitos surpreendentes na constituição da percepção europeia sobre a África, “pois agrupava povos diferentes sob um mesmo rótulo e padronizava determinados clichês empregados para caracterizar seus costumes”.⁴⁵⁸

Assim, ao longo de toda a crônica, ao mesmo tempo em que a narrativa de Zurara constrói representações de riquezas e quimeras sobre a África, também fundamenta discursos depreciativos sobre a tez escura dos africanos. São constantemente representados ora como ‘bárbaros’, ora como ‘selvagens’ e às vezes como descendentes de Cam, amaldiçoados pelo patriarca semita Noé. Essas representações estão sempre sujeitas a fortes tendências de exotismos e estranhamentos, sempre a partir dos referenciais, valores e categorias dos portugueses. Nesse sentido, o relato supradiscutido (sobre o desembarque de africanos em Lagos) demonstra que a cor negra, no imaginário lusitano tardo-medieval, ainda estava intimamente relacionada a elementos negativos, ao mau e ao diabólico. Inclusive diversas imagens medievais do demônio eram representadas na cor negra.⁴⁵⁹

As observações sobre esse assunto, no decorrer da presente pesquisa, apontam que questões envolvendo a origem da coloração da pele africana tornaram-se mais acaloradas à medida que aumentavam as informações que vinham dos litorais subsaarianos. O debate de Pacheco Pereira com alguns autores antigos e tardo-medievais, discutido no capítulo anterior, reforçam isso. As obras de Zurara e Pacheco Pereira, juntas, sugerem que essas questões nunca foram tão simples entre as proposições quatrocentistas. Uns concordavam com a influência do calor e da luz do Sol sobre a origem da negrura da pele africana; outros à maldição de Noé impetrada sobre seu filho Cam e outros sequer concordavam com essa hereditariedade, defendendo

⁴⁵⁷ Na verdade, em toda a obra, esses termos são utilizados 81 vezes. No entanto, 3 vezes o termo *Ethiopias* aparece no *Índice existente no catálogo dos manuscritos da biblioteca d'Évora* que introduz o *Esmeraldo*; 6 vezes no *Índice remissivo* e, por mais 4 vezes, aparecem referindo-se aos povos e regiões asiáticas.

⁴⁵⁸ MACEDO (2001), op. cit. pp. 15,16.

⁴⁵⁹ Cf. BARBOSA, katuscia Quirino. *A África sob o olhar do outro: a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2017, p. 213. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1932.pdf>> Acesso em: 12-01-2019.

inclusive que os africanos também seriam povos descendentes de Abraão. Nesse sentido, Pacheco Pereira descreve mais uma das diversas explicações sobre essa crença europeia. O nome de África teria se tomado de um antigo ancestral chamado Hafer, filho do patriarca Abraão. Hafer teria levado um grande exército nesta parte do orbe “e, vencendo os habitantes dela, aqueles que depois a possuíam [de] aferos foram chamados e agora africanos e por esta causa se crê que toda essa região [de] África é chamada.”⁴⁶⁰ O que realmente se pode afirmar é que todas as proposições sobre as diferentes origens do nome do continente e seus habitantes, além do que provocaria a tez escura do africano, especialmente a partir do século XV, inevitavelmente eram utilizadas para assegurar e consolidar as perspectivas lusitanas, as relações de poder, exploração e dominação sobre a África.

5.2 Os Etiópios

As representações depreciativas, construídas por Pacheco Pereira, sobre os povos que habitam até os limites da Senegâmbia são bem mais intensas se comparadas àquelas sobre os povos abaixo dessa região. Principalmente, como será demonstrado nesse tópico, àquelas adjetivações morais negativas que distinguem os etiópios maometas dos etiópios pagãos. Ou seja, os que seguem e os que não seguem a “seita de Mafoma [Maomé]”.⁴⁶¹ No entanto, ao contrário de Zurara, a percepção do autor não se traduz em oposições que distinguem africanos mouros de africanos guinéus. Para o autor todos os africanos são etiópios. Assim dizendo, são os habitantes da Etiópia Baixa Ocidental, da Etiópia Inferior, em contraste à Etiópia Superior (parte do oeste asiático).⁴⁶² O discurso é mais pragmático, legitimado por intenções e atividades comerciais mais intensas – que já percorriam e contornavam os litorais nos dois lados da Etiópia Inferior (África). Logo, não se tratava mais de um discurso que apenas documentasse e incentivasse uma expansão marítima e desbravadora. A fim de diminuir os riscos da navegação e garantir os lucros em todo o percurso marítimo, entre Lisboa e os portos da

⁴⁶⁰ PEREIRA (1892), op. cit. prólogo, p. 8.

⁴⁶¹ Ibidem, p. 46.

⁴⁶² Cf. Ibidem, pp. 45, 46.

Índia, o discurso científico no *Esmeraldo* priorizava informações mais práticas e exatas.

5.2.1 Representações e Identificações mais Pragmáticas

Nesse sentido, a narrativa de Pacheco Pereira, de certa forma, dialoga com a escrita de Zurara, pois também está cheia de etnônimos indicando os diferentes povos e suas características. No entanto, com um caráter comercial mais intenso, facilitando a identificação, exploração e domínio dos portugueses. Do mesmo modo, os topônimos africanos são adaptados à pronúncia e escrita portuguesa. Tudo isso facilitava a identificação de diferentes povos e lugares. Porém, para que a identificação e comunicação fossem eficientes, era preciso, sempre que possível, preservar a marca original da sonoridade dos nomes, como o rio de “Çanaga, Çanágua, Saiaga, Sanagá ou Senegal, derivado de Zanaga, Asnaga ou Sanhaja, que eram outras denominações dos berberes azenegues”.⁴⁶³ Semelhante processo ocorreu com outros topônimos como “Tombuctu⁴⁶⁴ no qual tem uma grande cidade do mesmo nome”,⁴⁶⁵ o “reino de Jalofo⁴⁶⁶ onde são os primeiros negros”⁴⁶⁷ da Guiné. Este reino estava no extremo oeste do reino Mandinga⁴⁶⁸, onde “os moradores dali a língua mandinga falam”. O Rio Gâmbia⁴⁶⁹ separava “o Reino de Jalofo do grande reino de Mandinga”, também chamado Gâmbia, “que também na língua dos mandingas há [o] nome Guabu.”⁴⁷⁰ Assim, habitantes e lugares são descritos com pronúncias e escritas que facilitam a identificação, comunicação e o comércio entre portugueses e africanos.

Com a mesma intenção pragmática, em muitas ocasiões, as nomeações ancoravam-se em características físicas, porém, distanciando-se das marcas originais dos dialetos locais. Assim, tudo poderia ser utilizado como referencial prático de identificação. Ou seja, poderia ser um aspecto físico estranho à estética familiar de quem observava, uma deficiência física de um líder local, a

⁴⁶³ SILVA (2002), op. cit. p.150.

⁴⁶⁴ Conferir mapas (figuras 3, 5).

⁴⁶⁵ PEREIRA (1892), op. cit. p. 46.

⁴⁶⁶ Conferir mapas (figuras 3, 7).

⁴⁶⁷ PEREIRA (1892), op. cit. p. 58.

⁴⁶⁸ Conferir mapa (figura 6).

⁴⁶⁹ Conferir mapas (figuras 1,3).

⁴⁷⁰ PEREIRA (1892), op. cit. p. 50.

cor da pele, a circuncisão religiosa ou qualquer tipo de aparência exótica ao olhar do português. “Do rio da Lagoa adiante sete léguas, são achadas sete aldeias ao longo da costa” da Guiné, onde seus habitantes são chamados pelos portugueses de beijudos.⁴⁷¹ Vizinhos a esses, ao norte do forte de São Jorge de Mina, estavam os habitantes da aldeia do Torto, que recebera este nome “por que o senhor dessa aldeia era torto”.⁴⁷² Os que habitam a região do Rio Grande⁴⁷³, na Guiné, são reconhecidos por serem “muito negros de cor” e, por muitos deles andarem nus, era possível identificá-los pela circuncisão maometana.⁴⁷⁴ Outros, que habitam a terra de Toom [os acãs ou akan],⁴⁷⁵ são reconhecidos por terem “rosto e dentes como cães, rabos como de cão e são negros”.⁴⁷⁶

Os elementos fabulosos na representação desses acãs⁴⁷⁷ são exemplos de um raro momento em que Pacheco Pereira acaba concordando com depoimentos sobre os quais não fez a devida confirmação *in loco*. Ou então foi recebida como verdadeira essa história fabulosa de outros narradores (europeu ou algum depoente local). O que, absolutamente, não faz do autor um mentiroso. Da mesma forma em que o saber surge da conciliação entre o testemunhar com os próprios olhos e a produção literária, o mesmo também ocorre entre a conciliação do ouvir e a escrita. Assim, a descrição bestial desses acãs é resultado de um relato fiel do que Pacheco Pereira leu ou ouviu, não podendo, portanto, ser considerado intencionalmente enganoso.

Por outro lado, vale lembrar que, seguindo a tradição da literatura medieval, para que o discurso fosse bem recebido pelo público, não poderiam faltar argumentos dedicados ao maravilhoso e à curiosidade. Isso fazia parte dos recursos no discurso de alteridade da literatura tardo-medieval e, portanto, seu auditório, no alvorecer da modernidade, ainda aguardava o uso desses argumentos. Se assim não o fizesse, Pacheco Pereira descumpriria parte importante do acordo entre o orador e seu auditório, que esperava pelo relato

⁴⁷¹ Ibidem, p. 66.

⁴⁷² Ibidem, p. 68.

⁴⁷³ Conferir mapa (figura 7).

⁴⁷⁴ PEREIRA (1892), op. cit. p. 53.

⁴⁷⁵ Ou seja, com os acãs, pois *toom* é o nome que lhe dão os mandes. Cf. SILVA (2002), op. cit. p. 194.

⁴⁷⁶ PEREIRA (1892), op. cit. p. 51.

⁴⁷⁷ Conferir mapa (figura 6).

do “maravilhoso mistério escondido a todas as outras gerações da cristandade”.⁴⁷⁸

Mas, com efeito, o objeto de maior interesse, ao longo do *Esmeraldo*, era relatar o potencial econômico dos etiópios. Esses acãs⁴⁷⁹ da terra de Toom eram grandes mineradores e comerciantes de ouro na Guiné. Segundo o autor, qualquer um que quisesse comprar ouro com quaisquer mercadorias e escravos, ia à terra de Toom fazer comércio. No entanto havia protocolos locais que precisavam ser observados para concluir a troca. Era preciso estabelecer um lugar para a troca onde a mercadoria seria posta ao pé de uma árvore ou, no caso de um escravo, deveria ser amarrado a ela. Ali, “um buraco na terra é feito daquela quantidade que lhe bem parece; e, isto feito, arreda-se afora um bom pedaço, e então vem o rosto de cão, e se é contente de encher a dita cova de ouro, enche-a, e se não, tapa-a com a terra”, faz outra menor e se afasta. O dono do escravo ou da mercadoria a ser trocada pelo ouro se aproxima da “cova que fez o rosto de cão, e, se é contente, aparta-se outra vez fora: e tornado o rosto de cão ali enche a cova de ouro” e assim se faz o comércio entre esses acãs. Essas informações são importantíssimas aos objetivos comerciais do português que desejasse estabelecer comércio de ouro com os acãs e com os mandingas que também iam “às feiras de Betu e de Bambarraná e de Bahá comprar este ouro que são daquela monstruosa gente”.⁴⁸⁰

Contudo, sua visão em relação aos africanos, assim como Zurara, configura-se em imagens carregadas de depreciações e estranhamentos. Essas imagens pertencem a um discurso que pretende legitimar a exploração e o domínio sobre o ‘outro’ e seus territórios. Os etiópios que habitam abaixo do Bojador até Serra Leoa⁴⁸¹ são vistos como pessoas “quase bestas em semelhança humana, alienados do culto divino”. Essa forma e condição seria a imagem perfeita para legitimar a dominação pelo discurso missionário, pois, sendo assim, “muita parte deles à santa fé católica e religião cristã são trazidos.”⁴⁸²

⁴⁷⁸ PEREIRA (1892), op. cit. p. 38.

⁴⁷⁹ Conferir mapa (figura 6).

⁴⁸⁰ PEREIRA (1892), op. cit. p. 51.

⁴⁸¹ Conferir mapa (figura 7).

⁴⁸² PEREIRA (1892) op. cit. prólogo, p. 2.

5.2.2 Jalofos, Mandingas e Tucolores: Avanço do Islamismo entre os Etiópios da Guiné

Muitos povos da Senegâmbia também passam pelo discurso depreciativo. Do Rio Çanágua para o sul, começa a Etiópia dos “primeiros negros e [...] é o principio do reino de Jalof”. “Toda esta gente anda nua, senão os fidalgos e homens honrados [que] se vestem de camisas de pano de algodão azuis e ceroulas do mesmo pano”. Afinal, observar os trajes do ‘outro’ era uma forma de distinguir as categorias sociais nessas sociedades. Todos os jalofos, assim como os povos dos reinos “Mandinga e Tucuroi [ou Tucolor] e outros negros” da Senegâmbia, são descritos como “circuncisos e maometas os quais adoram na bulrra [fraude] da seita de Mafoma”. Todos seriam viciosos, “de pouca paz uns com os outros [...], grandes ladrões e mentirosos que nunca falam verdade e grandes bêbados e muito ingratos”. Quando alguém algum bem “Ihe falam não no agradecem e [são] muito desavergonhados que nunca deixam de pedir”.⁴⁸⁴

Abaixo da Senegâmbia, entre a Costa do Rio Grande até Serra Leoa⁴⁸⁵, viviam os negros bambaras, beafares (beafadas), banhuns, capes, falungas, guoguolis e sereres.⁴⁸⁶ Esses também são apresentados como maometas e circuncisos, sempre metidos “em guerras [e] que poucas vezes tem paz”.⁴⁸⁷

Nesse ponto, vale observar que, no final do século XV, o Islã já não estava confinado aos territórios da Senegâmbia, conforme se observava nos dias de Zurara. No capítulo 32 do *Esmeraldo*, os relatos de Pacheco Pereira mostram que o islamismo já havia se estabelecido entre muitos povos da Alta Guiné⁴⁸⁸ e chegava até Serra Leoa. Os Jalofos, os mandingas e os tucolores⁴⁸⁹ eram os grandes propaladores da religião islâmica nesses litorais da Guiné. No entanto, a fé islâmica era traduzida e adaptada aos perfis regionais e locais de cada um desses povos. Essas adaptações locais eram entendidas, naturalmente, como ‘ignorância’ aos olhos de Pacheco Pereira.

⁴⁸⁴ PEREIRA (1892), op. cit. p. 46.

⁴⁸⁵ Conferir mapa (figura 7).

⁴⁸⁶ Sobre esses povos, conferir sua localização no mapa (figura 6) e o capítulo 32 de PEREIRA (1892), op. cit. pp. 53-56.

⁴⁸⁷ Ibidem, p.54.

⁴⁸⁸ Conferir mapa (figura 7).

⁴⁸⁹ Conferir mapa (figura 6).

Para ele, esses bambaras, beafares (befadas), banhuns, capes, falungas, guoguolis e sereres seriam “circuncisos sem saberem a razão por que a tal circuncisão fazem”. Segundo o autor, alguns deles acreditavam que a circuncisão seria apenas um ato de higiene, “para andarem limpos, e outros dizem que não fariam geração se não se circuncidassem, outros que assim o acostumaram seus pais e [não sabiam] da causa principal e a razão por que caem nesse erro.” De fato, o avanço dos ‘inimigos da verdadeira fé’ era visto e relatado com muita preocupação e desprezo. Os Jalofos, mandingas, tucolores eram vistos como os principais responsáveis do avanço islâmico na Guiné: eles “são maometas e por causa de sua lei são circuncisos os beafares que vão mais adiante pelo mesmo modo e vizinham com os vizinhos da mesma Serra Leoa por esta causa tomaram a circuncisão uns dos outros”.⁴⁹⁰

Dessa forma, no *Esmeraldo*, a fronteira da ‘Terra dos Mouros’ não está mais no Çanágua, como na primeira metade do século. Os jalofos, mandingas e tucolores a ‘empurraram’ até Serra Leoa. Por esse motivo, Pacheco Pereira não adota a tradicional divisão ‘Terra dos Mouros’ e ‘Terra dos Negros’, usada por Zurara nos anos iniciais das navegações henriquinas. Do capítulo 33 em diante, onde o autor trata “*Da Serra Leo e das cousas que nela há [...]*”,⁴⁹¹ sua narrativa sugere que, ao sul da Alta Guiné, a influência islâmica ainda não havia chegado. Serra Leoa era o território limite do avanço islâmico no final do século XV, onde ainda se podia encontrar alguma influência dos ‘infieis’ nos rituais ‘pagãos’. Ou seja, depois de Serra Leoa, dentre os diversos rituais e práticas religiosas citadas pelo autor, não se encontra elementos como circuncisão, maometas, Mafamede ou qualquer outro termo ligado ao islamismo.

5.2.3 Bárbaros, pagãos, selvagens e gentios

Ao longo do *Esmeraldo*, os argumentos religiosos são demarcadores de imagens bem recorrentes no discurso. Notadamente, quando se trata de etiópios maometanos, as adjetivações morais negativas são muito mais intensas. Os circuncisos, os “maometas que guardam a lei ou a seita de Mafoma”, sempre são descritos como “gente viciosa e de pouca paz”, “idólatras

⁴⁹⁰ PEREIRA (1892), op. cit. p.56.

⁴⁹¹ Idem, grifos do autor.

e gente sem doutrina nem bondade”. Seriam dissolutos, pois “têm as mulheres que querem, e a luxúria entre eles totalmente é comum; são muito grandes ladrões, bêbados e mentirosos e ingratos; e todos os males que há de ter um mau, eles os tem”.⁴⁹²

No entanto, quando se trata dos etiópios tidos como pagãos, dos que não conhecem a ‘verdadeira fé’ e nem seguem a seita de Mafoma, as depreciações estão sob outras premissas. Ou seja, o discurso está mais concentrado em representações voltadas para o aspecto selvagem/bárbaro, contrapondo-se ao *status* lusitano ‘civilizado’. Os estranhamentos experimentados nas relações de alteridade produziam imagens baseadas no discurso onde “tudo que não fosse cristão era anticristão. Em boa medida, o único interesse por outras religiões estava na sua supressão.”⁴⁹³ Para os cristãos do alvorecer da Idade Moderna, os **bárbaros** seriam os não cristãos, os infiéis, aqueles que “conheciam o cristianismo, mas não o seguiam, como no caso dos islâmicos”.⁴⁹⁴ Os **pagãos** seriam todos os povos que, por não conhecer o cristianismo, não o seguiam. Porém, todos eles, bárbaros e pagãos, eram considerados **idólatras e gentios**. Os negros maometas, próximos à Senegâmbia (mandingas, guoguolis, beafares, jalofos e tucolores), eram considerados ‘gentios e idólatras’ e, sendo circuncisados, não saberiam “a razão por que a tal circuncisão fazem”.⁴⁹⁵ Por outro lado, os negros da Costa da Mina não eram maometas, não traziam em seus corpos a marca da circuncisão e, mesmo assim, Pacheco Pereira também os considerava “gentios”, carentes da verdadeira fé no “Senhor que cedo os fará cristãos”.⁴⁹⁶

Segundo Pacheco Pereira, a “natureza da gente desta Serra Leoa e do seu modo de viver e a maior parte dos moradores desta terra por um nome são chamados *boulooes [bulons]*”. O autor afirma que, ainda que não fosse tão comum naquelas partes da Etiópia Inferior, “algumas vezes se acontece [d] estes negros comerem outros homens”. Todos eles são classificados pelo autor

⁴⁹² Ibidem, pp. 63, 51.

⁴⁹³ WOORTMANN (2005), op. cit. p. 260.

⁴⁹⁴ EUGÊNIO, A.. *A chegada dos portugueses a África e a imagem dos negros segundo a crônica de Gomes Eanes Zurara, 1453*. AFROASIA, v. 57, 2018, p. 116. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/23250/15760>> Acesso em 27-01-2019.

⁴⁹⁵ PEREIRA (1892), op. cit. p. 56.

⁴⁹⁶ Ibidem, p. 68.

como “Idólatras e feiticeiros, e por feitiços se regem em tal maneira que aos oráculos e aos agouros sem duvida se lhe dão [...] estes negros tem os dentes limados e agudos como de cão.”⁴⁹⁷

Dentre esses bulons em Serra Leoa, também haveria “homens selvagens a que os antigos chamaram sátiros”. Embora o autor nunca os tenha visto, apresenta uma descrição bestial de homens “cobertos de um cabelo ou sedas quase tão ásperas como de porco”. “Em vez de falarem gritam quando lhe fazem mal”. Seria difícil capturá-los, “senão em sendo moços pequenos”, pois, “estes andam na maior espessura [interior das florestas] desta terra”. Pacheco Pereira apresenta ao seu leitor um elemento de comparação aparentemente estranho, porém, intencionalmente instigante. “Estes [homens] parecem criatura humana e usam o coito com suas mulheres como nós usamos com as nossas”. Ou seja, esses bulons tinham comportamentos e aparências selvagens, porém, de alguma forma (no momento do coito), aproximar-se-iam em semelhança aos demais seres humanos.⁴⁹⁸ Aqui se percebe que “o pensamento medieval não era homogêneo e nele o selvagem ocupou vários registros.”⁴⁹⁹ Sendo assim, no contexto tardo-medieval, a descrição de Pacheco Pereira enfatiza a noção de homem selvagem que “não se equipara ao animal, pois a natureza animal é apenas não-humana,” enquanto a dos bulons seria subumana.⁵⁰⁰ Seriam homens com comportamentos e aparências selvagens, intimamente associados a regiões não conhecidas. “O selvagem existia em regiões selvagens, isto é, regiões ainda não domesticadas, ao mesmo tempo em que servia para domesticar o desconhecido.”⁵⁰¹

Mais ao sul, no sertão do reino de Benin⁵⁰², também haveria etiópios pagãos com características ‘bestiais’ semelhantes aos negros bulons de Serra Leoa. Também seriam “homens selvagens que habitam nos montes e arvoredos desta região aos quais chamam, os negros do Benin, [de] oosaa [ussá]⁵⁰³; e são muito fortes, e são cobertos de sedas como porcos”. Como os

⁴⁹⁷ Ibidem, p. 56.

⁴⁹⁸ Idem.

⁴⁹⁹ WOORTMANN (2005), op. cit. p. 305.

⁵⁰⁰ Cf. WOORTMANN (1997), op. cit. p. 15.

⁵⁰¹ WOORTMANN (2005), op. cit. p. 307.

⁵⁰² Conferir mapas (figuras 3, 4, 5).

⁵⁰³ Auças, haúças, haussás, haússas, ussá, uçá, Hawsa, Hausa, Haoussa, Hausawa

bulons, os *ussá* também teriam “tudo [...] de criatura humana, senão que, em lugar de falar, gritam”. Mais uma vez, Pacheco Pereira constrói uma imagem eficiente como argumento de persuasão. Embora nunca os tenha visto, afirma já ter ouvido “de noite os gritos deles” e que teria “uma pele de um destes selvagens”.⁵⁰⁴ Ou seja, ao autor e seu público, não bastava apenas ser verdadeiro, também era preciso um refinamento de verossimilhança sobre o que é narrado. A comparação do coito dos *bulons* de Serra Leoa, assim como o autor afirmar possuir uma pele de um desses *ussá* do Benin, são recursos da narrativa que acrescentava ao discurso da ‘verdade do que houve’ o argumento do ‘parecer verdadeiro’, portanto, construía representações portadoras de verossimilhanças.

Assim, com essas representações, etiópios pagãos poderiam ser vistos como negros canibais, que “algumas vezes se acontece [de] comerem outros homens”, “Idólatras e feiticeiros”, gentes com “dentes limados e agudos como de cão”, “cobertos de um cabelo [...] como de porco”. São vistos como gente que se alimenta e se veste diferentes do modo tido como civilizado pelos europeus: “se mantêm de milho e de pescado e inhames e de algumas carnes, ainda que são poucas, [e] andam nus da cinta para cima”. Destacar as vestimentas do ‘outro’, assim como os elementos que compõem sua dieta, era uma forma de distinguir os estratos sociais em cada um desses povos. Quanto maior fosse a sofisticação e diversidade de alimentos e peças indumentais, maior seria os privilégios que acompanhavam a posição social observada no ‘outro’. Contudo, os etiópios abaixo de Serra Leoa até a Costa da Mina não eram vistos como os etiópios islamizados da Alta Guiné. Do ponto de vista religioso, são definidos como pagãos. Todavia, sobre esses etiópios pagãos estava também a mesma dominação legitimada pelo discurso religioso: todos “são gentios; e prazerá a Nosso Senhor que cedo os fará cristãos”.⁵⁰⁵

5.2.4 Em Nome da Fé, do Lucro e das Guerras

De qualquer forma, todos os olhares sobre o africano estavam sujeitos a intenções de exploração e domínio. Qualquer etiópio que pertencesse a um

ou Afuno. Cf. SILVA (2002), op. cit. p.80.

⁵⁰⁴ PEREIRA (1892), op. cit. p. 72.

⁵⁰⁵ Ibidem, p.68.

povo ou organização política, que se contrapusesse ao cristianismo e a conquista dos portugueses sobre seus territórios, era visto como um dos “bárbaros inimigos da nossa santa fé católica”.⁵⁰⁶ Sobre qualquer um desses, principalmente aos etiópios islamizados, o domínio estaria justificado pelo discurso cruzadístico e belicoso. Pois, a identidade cavaleiresca lusitana assumia como dever cristão “fazer guerras aos infieis inimigos da nossa santa fé católica”.⁵⁰⁷ Ao longo de toda a narrativa de Pacheco Pereira, percebe-se que aqueles que vivessem em costumes considerados estranhos ou repulsivos ao ambiente português eram vistos como “homens selvagens”,⁵⁰⁸ sobre os quais a dominação justificar-se-ia em nome da ‘cristianização civilizadora’. Resumidamente, sobre a África e o africano, a expectativa do domínio português não era uma alternativa: aos etiópios islamizados, a dominação justificar-se-ia pelo argumento de ‘inimigos da santa fé católica’ e, aos etiópios pagãos, a ‘cristianização civilizadora’. A guerra e ‘a verdadeira fé’ eram ferramentas do poder e do lucro lusitano.

Em outras palavras, todos eles, fossem bárbaros ou selvagens, eram considerados criaturas de Deus, descendentes de Adão. Porém, aos que se recusassem ouvir a Palavra divina, o domínio viria pela força das armas. Aos que nunca tivessem ouvido, além da possibilidade da guerra e da escravização, o domínio também era justificado pelo discurso religioso, pois, nas Etiópias “deste descobrimento até agora temos sabido e praticado [...] que destas gentes muita parte delas haviam de ser salvas pelo sacramento do santo batismo”.⁵⁰⁹

A criação dessas representações se relacionava e era reforçada pela “missão revelada” ao maestro pioneiro dessa ‘grande empreitada’ da Providência. A imagem do Infante é construída como representante de Deus no reino, o ‘virtuoso varão’ que, certa noite, em sua cama, lhe teria sido revelado “como faria muito serviço a Nosso Senhor descobrir as ditas Etiópias; na qual região se acharia [...] multidão de novos povos e homens negros”. Mas, para a suposta revelação tornar-se ‘profética’, veio amparada pela fé, pelo ouro e pela guerra. Teria o apoio da Igreja: “muita parte delas [das Etiópias] haviam de ser

⁵⁰⁶ Ibidem, p.33.

⁵⁰⁷ Ibidem, p.37.

⁵⁰⁸ Ibidem, pp.56,72.

⁵⁰⁹ Ibidem, p.33.

salvas pelo sacramento do santo batismo”, pela ‘gloriosa missão’ de levar a cristianização para esses povos. Assim, a África e o africano entrariam no ‘teatro’ de um destino ‘revelado’ ao Infante, onde o potencial econômico seria a principal ‘mola propulsora’ desse ‘grande investimento missionário’. Em seu leito, a famosa epifania lhe teria “dito que nestas terras se acharia tanto ouro com outras tão ricas mercadorias, com que bem e abastadamente se manteriam os reis e povos destes reinos de Portugal”.⁵¹⁰

Com efeito, foi com esses discursos e argumentos que, basicamente, as imagens de exploração e domínio sobre a África e o africano, foram inventadas, construídas e legitimadas em nome da fé, do lucro e da guerra. Nesse sentido, para completar o pacote motivacional das “missões henriquinas” nos litorais africanos, o ideal cruzadístico não poderia ficar de fora: aos “virtuosos varões amigos de Deus e de limpo coração, inimigos da cobiça”, estavam autorizados por Deus, pela Igreja e pelo reino “fazer guerras aos infiéis inimigos da nossa santa fé católica”.⁵¹¹

Enfim, no século XV, a África e o africano, tornaram-se objetos de exploração e domínio dos portugueses que seguiram o destino ‘revelado’ em nome da fé, do lucro e das guerras promovidas pelos “bem-aventurados [...] reis de Portugal que [...] tanto lograram a glória, riquezas e honra destas conquistas e comércio.”⁵¹²

⁵¹⁰ Idem.

⁵¹¹ Idem.

⁵¹² Idem.

EPÍLOGO

**Aproximações e Distanciamentos entre os Olhares de Zurara e
Pacheco Pereira**

EPÍLOGO

APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS ENTRE OS OLHARES DE ZURARA E PACHECO PEREIRA

1. Algumas Aproximações entre os dois Olhares

Doravante, a presente discussão não se propõe em aprofundar-se em uma revisão historiográfica, muito menos retomar ou desbravar novos trechos das fontes. Em um primeiro momento, seria elaborado apenas um quadro comparativo que sintetizasse algumas convergências e distanciamentos entre as representações construídas pelos dois autores. No entanto, reduzir as intenções dessas representações discursivas em um quadro com palavras-chaves ou expressões resumidas correria o risco de perder reflexões que seriam mais completas com o apoio de um texto discursivo. Nesse sentido, o presente epílogo abordará algumas problematizações e breves retomadas comparativas de alguns pontos relevantes que estiveram sob os olhares dos dois autores nos dois últimos capítulos da presente tese.

Conforme o esquema na página seguinte, de maneira geral, as representações construídas sobre o 'outro' e seus territórios tendem a ser, em maior ou menor medida, homogêneas e reducionistas nos discursos dos dois autores. Sendo assim, ainda que o conceito de bárbaro originalmente estivesse fundamentado em justificativas religiosas, especialmente para definir os mouros, também foi usado com intenções pejorativas e generalizantes. Ou seja, os africanos, islamizados ou não, também foram todos genericamente reunidos às 'muitas almas inocentes' que formavam as 'bárbaras nações' além do Bojador. Nesse sentido, Zurara e Pacheco Pereira usavam o termo bárbaro como uma forma equivalente ao gentio, ao idólatra, ao povo não cristianizado.

No entanto, quando a religiosidade do 'outro' era vista de forma específica, os cristãos da sociedade tardo-medieval definiam bárbaros aqueles que, mesmo conhecendo, recusavam a mensagem da 'verdadeira fé'. Em contrapartida, os que nunca foram evangelizados seriam os pagãos. Portanto, os dois autores também utilizaram-se bastante desses conceitos para definir os africanos islamizados (bárbaros) e os africanos não islamizados (pagãos). Dessa forma, a experiência religiosa lusitana, assim como os valores e comportamentos cavaleirescos sempre estiveram entre os principais referenciais de civilidade

utilizados por Zurara e Pacheco Pereira para representar o 'outro'. Seus olhares sobre a África e o africano estavam sempre ancorados em seus próprios demarcadores. Quanto mais as culturas africanas – assim como seus territórios, com suas estéticas e paisagens – fossem estranhas aos referenciais europeus, mais bárbaras e selvagens seriam as representações construídas sobre o 'outro'.

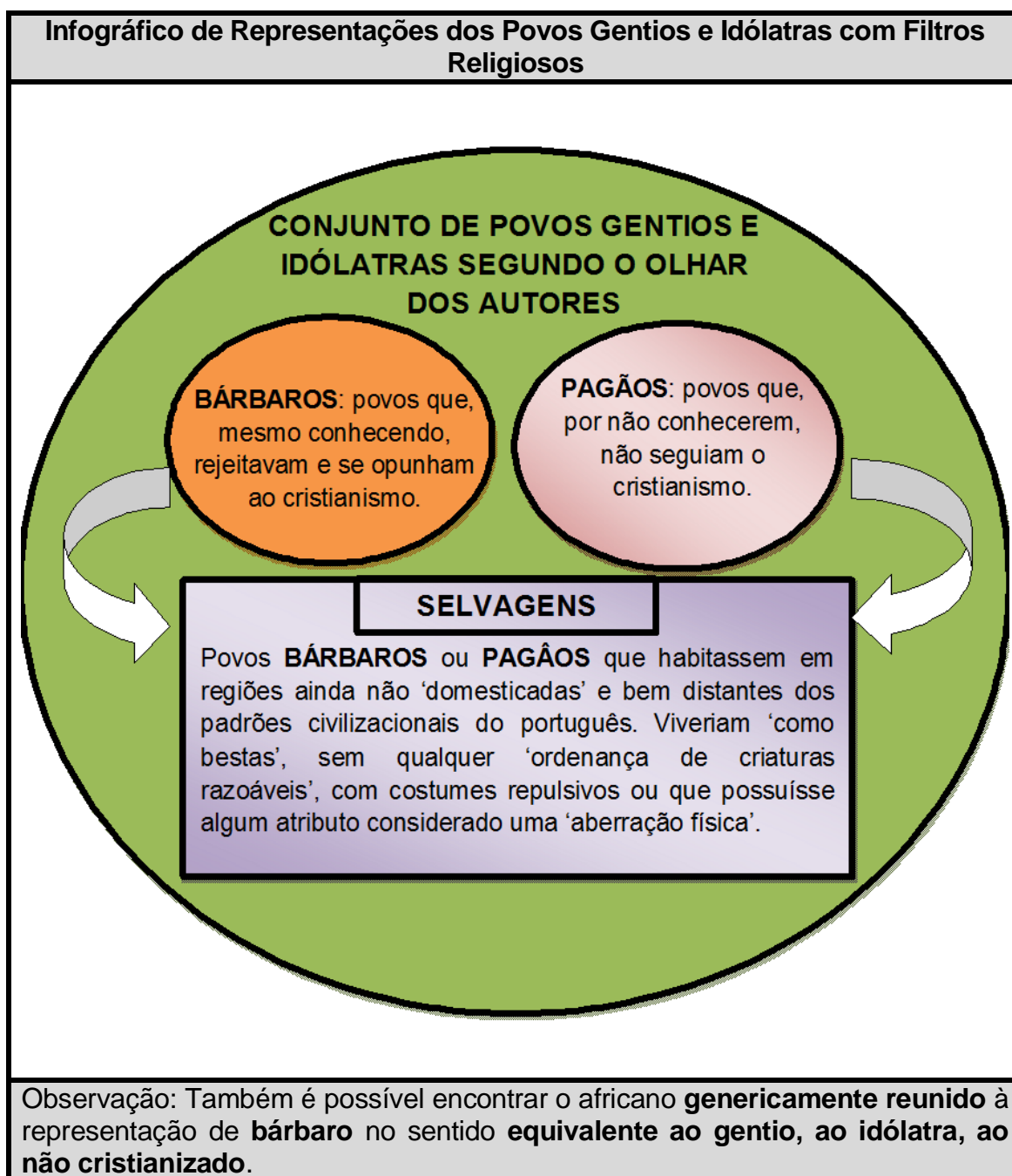


FIGURA 9

A expectativa no potencial econômico também era algo que aproximava bastante a escrita de Zurara e Pacheco Pereira sobre os povos e territórios

africanos – embora essa intenção seja muito mais recorrente nos discursos de Pacheco Pereira. Um ponto que exemplifica isso está no fato de os dois autores, assim como o público de ambos, compartilharem do mesmo desejo: encontrar uma rota fluvial alternativa que cortasse o continente africano e levasse os portugueses ao Oriente. Essa desejada rota, no contexto de Zurara, seria uma forma de superar a concorrência com as rotas islâmicas no Saara, além dos altos custos, taxas e competições comerciais que os navios portugueses também enfrentavam no Mediterrâneo.

Boa parte dessas concorrências e dificuldades já havia sido superada quando Pacheco Pereira escreveu os seus relatos, principalmente devido à recém descoberta e conquistada rota marítima para o Oriente. No entanto, o discurso dos dois autores, inspirado em suas pré-concepções geográficas e espaciais, compartilhava e projetava a mesma esperança: o Çanagua poderia ser um potente braço do Nilo que desaguava no Atlântico. Mesmo com a o domínio da rota atlântica, no final do século XV, os navegadores portugueses ainda vislumbravam no Çanagua uma possível rota com grandes oportunidades e potencial econômico. Esse novo curso fluvial ampliaria o trato entre portugueses e africanos desde a Senegâmbia até o Egito, com todo o comércio que poderia ser estabelecido e toda sorte de mercadorias que poderiam ser trocadas, compradas e vendidas ao longo desse ‘possível’ trajeto.

Outro ponto que aproxima o discurso dos dois autores são os argumentos belicosos e religiosos direcionados aos africanos islamizados, os mouros, os inimigos da ‘verdadeira e santa fé católica’. Os dois autores construíram e compartilharam diversos argumentos cruzadísticos para justificar moralmente, teologicamente e ‘historicamente’ o uso da força das armas sobre povos e territórios islamizados na África Subsaariana.

2. Alguns Distanciamentos entre os dois Olhares

No entanto, esse discurso depreciativo sobre os mouros é muito mais recorrente e evidente na escrita cronística de Zurara, ao ponto de segmentar seus discursos e argumentos de alteridade em duas macrodivisões que separavam povos e territórios, especialmente, pelo critério religioso: a Terra dos Mouros e a Terra dos Negos. Portanto, nas navegações henriquinas, a fronteira estava posta no Çanagua, dividindo os mouros (os bárbaros, os inimigos da

Cristandade Ocidental e da expansão territorial lusitana) dos demais territórios e povos africanos. Mas quais seriam os motivos dessa separação geográfica explícita presente no discurso de Zurara, além da indisfarçada hierarquização que colocavam os mouros e seus territórios em condições de inferioridade em relação aos guinéus e a Guiné (terra dos Negros)? De fato, os elementos de persuasão nos discursos de Pacheco Pereira não deixam dúvidas de que ele e seu auditório também compartilhavam dos mesmos valores cavaleirescos e discurso cruzadístico presentes na escrita de Zurara. Mas por que Pacheco Pereira não se utiliza dos mesmos topônimos e etnônimos que dividiam a África nos dois territórios representados pela escrita de Zurara? Ou seja, a visão de que teria uma região majoritariamente ocupada por quem rejeita a 'verdadeira fé' e outra por povos que 'nunca teriam visto a luz divinal'.

Sobre essas duas perguntas, a melhor forma de respondê-las seria começando pela segunda, já que a resposta da mesma esclarece alguns pontos da primeira. Com efeito, para Pacheco Pereira, não fazia sentido dividir a África em uma terra ocupada por islamizados e outra por não islamizados, uma ocupada pelos mouros e a outra pelos guinéus. No *Esmeraldo*, toda a África é a terra dos etiópios, a Etiópia Baixa Ocidental, a Etiópia Inferior. Uma das razões estaria no fato de Pacheco Pereira não precisar convencer com seu discurso os empreendedores portugueses no Magrebe de investirem com a Coroa na Guiné. Sua escrita é de meio século depois de Zurara, portanto, os portugueses já haviam estabelecidos entrepostos e comércios ao longo da costa oeste e leste do continente, desbravando diversas rotas e rios para o interior desses litorais, especialmente ao longo de toda a costa da Guiné.

A Coroa e o setor privado já haviam assumido os riscos e custos de todo o trato e empreendimento naqueles litorais, pois já estavam convencidos do potencial econômico da África Subsaariana. Assim, já não fazia sentido insistir nos argumentos dicotômicos e hierarquizantes de uma África magrebina, inimiga da 'verdadeira fé' versus a outra África desconhecida e inexplorada que atenderia os anseios e necessidades do comércio e da fé lusitana. Por outro lado, nesse interstício de meio século, o Senegal também deixou de ser a fronteira que demarcava o avanço do islamismo no noroeste da África. O comércio e o proselitismo dos jalofos, mandingas e tucolores desconstruíram essa fronteira e avançaram com a fé islâmica até Serra Leoa. Desse território

para frente, os elementos comuns a fé islâmica não são encontrados na escrita de Pacheco Pereira sobre os povos do litoral atlântico.

Mediante as considerações expostas, agora vale retornar à primeira pergunta: quais seriam, portanto, os motivos dessa separação geográfica, presente no discurso de Zurara, além dos constantes argumentos dicotômicos e hierarquizantes que colocavam os mouros e seus territórios em condições de inferioridade em relação aos guinéus e a Guiné?

Primeiramente, além dos interesses da Coroa em atrair os investimentos lusitanos do Magrebe para além do Bojador, os mouros ainda eram os principais concorrentes comerciais dos portugueses na África Setentrional durante as navegações henriquinas. É bom acrescentar ainda que Zurara e seu público são contemporâneos ao ocaso da reconquista cristã na Península Ibérica, esta que só terminaria com o fim da Guerra de Granada (entre 1482 e 1492). Sua narrativa também visava construir um caráter sacralizado sobre as incursões militares contra os 'infiéis' no Magrebe a partir da conquista de Ceuta (1515). Com efeito, depois de sua publicação, os portugueses conquistaram as praças de Alcácer Ceguer (1458), Anafé (1464), Arzila e Tanger, ambas no mesmo ano (1471). Por outro lado, sua narrativa é construída em um momento onde as incertezas sobre a África conviviam com as novidades relacionadas que de lá chegavam. Seu recorte geográfico até então não passava dos litorais da Senegâmbia e esses territórios ainda eram recentemente explorados enquanto escrevia. A maior parte dos povos que já eram conhecidos pelos portugueses nesses litorais apresentava práticas religiosas relacionadas ao islamismo, portanto, escravizá-los também era visto como uma prática de combate aos infiéis em benefício do lucro.

Era uma situação bem diferente de Pacheco Pereira. O navegador escreve seus relatos olhando para o passado (ainda que relativamente recente) enquanto Zurara escreve praticamente olhando para o presente. Portanto, Pacheco tem uma visão muito mais ampla, detalhada e atualizada do que Zurara. O tempo lhe havia dado a vantagem de ler, ouvir, ver e escrever sobre muito mais povos e territórios tendo, portanto, uma visão mais ampla e diversificada sobre a Guiné do que Zurara naturalmente poderia escrever.

Dessa forma, na retórica de Zurara, toda rivalidade bélica, religiosa e comercial entre mouros e portugueses construíam argumentos que falavam mais

do presente do autor que do seu passado. Exemplo disso era a crença na existência do reino de Prestes João que ainda era algo muito presente no imaginário português; era um discurso que alimentava a esperança de encontrar um rei cristão que somaria esforços com os ‘cavaleiros da cristandade’ na luta contra os ‘inimigos da fé’. De maneira geral, esses são alguns exemplos das condições que integravam as intencionalidades de sua escrita cronística, assim como as imagens que delimitavam os mouros e seus territórios em representações inferiores aos guinéus da Senegâmbia.

3. África e africanos no território do ‘outro’

Ainda assim, mesmo que Zurara tenha adotado representações que demarcavam macrodivisões diferentes daquelas adotadas, posteriormente, por Pacheco Pereira, vale ressaltar um ponto de convergência fundamental entre os dois. As demarcações, divisões e nomeações desses povos e territórios, fossem elas Terra dos Mouros, Terra dos Negros, Etiópia Baixa Ocidental ou Etiópia Inferior, assim como mouro, guinéu e etiópico, não importa, qualquer que fosse o topônimo ou etnônimo africano, estavam todos marcados por um discurso de alteridade que colocava absolutamente todo africano no território do “outro”. Isso significa que o ‘outro’ e seus territórios, tanto na primeira metade do século, quanto no final, sempre foram representados a partir dos referenciais de identificações e estranhamentos do olhar lusitano, onde a imagem da África e do africano emergiram de elementos discursivos carregados de estranhamentos e depreciações intencionalmente construídas por Zurara e Pacheco Pereira.

Essas representações foram construídas a partir das relações de alteridade, onde raramente o português assumiria alguma postura ou olhar que não fosse etnocêntrico. O português não compreenderia o africano, assim como tudo relacionado a ele, sem antes estabelecer relações nas próprias experiências culturais diante do ineditismo ou semelhança cultural observado no ‘outro’. Atualmente, estipula-se que a África possui mais de duas mil línguas nativas e cerca de oito mil dialetos distribuídos,⁵¹³ de forma muito heterogênea, em centenas de etnias diferentes, portanto, sendo impossível mensurar e

⁵¹³ MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012, p.17.

demarcar a multiplicidade cultural desses povos. Nesse sentido, se hoje a variedade étnica, cultural e linguística da África ainda é tão rica e múltipla, no século XV, seguramente era muito maior. A multiplicidade cultural africana abrangia diferentes valores que poderiam construir sentidos de família em dimensões muito profundas e 'exóticas' ao olhar europeu. Assim, ora aproximavam, ora distanciavam-se dos referenciais lusitanos, provocando reações que poderiam variar desde o estranhamento até a repulsa.

Exemplo disso é o olhar de Zurara sobre o comportamento de algumas famílias de africanos islamizados, na Ilha da Gomeira (nas Canárias), onde o anfitrião oferecia sua esposa para dormir com um recém chegado. Da mesma forma, seu discurso moral reprovava as mulheres da ilha de Arguim, consideradas libidinosas e sedutoras aos olhos dos navegadores henriquinos que se diziam assediados por elas. Pacheco Pereira também olhava com muita reprovação o politeísmo dos etiópios maometanos que 'tinham as mulheres que queriam' e, por isso, a 'luxúria entre eles seria totalmente comum'. Esses olhares depreciativos sobre o comportamento das mulheres mouras, assim como as práticas e configurações do ambiente familiar do 'outro' estavam ancorados em valores medievais do cristianismo europeu que sobreviviam no imaginário português do alvorecer da Modernidade.

Sendo assim, essas representações construídas sobre a família e a mulher do 'outro' eram submetidas aos referenciais morais do patriarcalismo cristão e monogâmico que, teoricamente, condenavam a poligamia, a 'luxúria' e o 'adultério'. Em vista disso, o peso maior desses valores recaía sobre as mulheres da sociedade cristã tardo-medieval. Elas deveriam ser fiéis, submissas e controladas por seus maridos devido ao estigma herdado da primeira mulher, Eva, aquela que teria induzido Adão ao pecado utilizando-se do comportamento sedutor tornando, portanto, o corpo feminino um lugar de tentações. Esses são apenas alguns dos muitos exemplos de como Zurara e Pacheco Pereira, ao olhar para a África e o africano, não olhavam apenas para o 'outro' (o africano e/ou seu território) mas antes, essencialmente, também era um olhar para si próprio. Esses olhares, ao construírem imagens sobre outro, também poderiam por à prova ou reforçar os demarcadores que formavam e construíam os significados da identidade cavaleiresca e cristã do português no século XV.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A presente tese procurou demonstrar que, na medida em que os portugueses estabeleciam os primeiros contatos no litoral subsaariano, as imagens sobre uma África desconhecida confrontavam-se com novas imagens construídas a partir de um litoral africano que aos poucos se tornava conhecido. Em outras palavras, a imagem de uma África concebida pelo imaginário do Baixo Medievo reconfigurava-se conforme a presença lusitana intensificava-se nas possessões subsaarianas.

Contudo, é importante considerar que aquilo que era frequentemente apreendido dentro de uma cultura, por intermédio das imagens literárias e pelas interconexões culturais, segundo Edward W. Said, “não é a ‘verdade’, mas uma representação”.⁵¹⁴ Por essa proposta, a presente discussão procurou mostrar que todas as representações criadas pela escrita de Zurara e Pacheco Pereira se afastavam da África experimentada e testemunhada com os próprios olhos. Ou seja, para que a imagem da África fizesse sentido no imaginário lusitano, dependia muito mais da Europa do que da própria África.

A África enquadrava-se na mesma abordagem e concepção reducionista que a Europa direcionava a todo mundo oriental que, na prática, seria todo o mundo extra-europeu, por sua vez, considerado hierarquicamente inferior a Europa. Essa maneira de representar o ‘outro’ (não europeu) e seus territórios, construída em uma perspectiva etnocêntrica de alteridade, Said chama de “orientalismo”. Em suas palavras, seria “o conjunto de sonhos, imagens e vocabulários disponíveis para quem tenta falar sobre o que existe a leste da linha divisória”.⁵¹⁵ Essas representações do Oriente, criadas pelo Ocidente, ultrapassam as denominações geográficas, assentando-se em construções histórico-culturais entre a Europa e o resto do mundo que, no século XV, era a Ásia, o norte da África e os litorais subsaarianos. Aos poucos, esses territórios e povos subsaarianos se tornavam conhecidos pela Europa, enquanto eram integrados à construção e conquista da nova rota para o Oriente.

⁵¹⁴ Cf. SAID, Edward W. , *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007, p. 52.

⁵¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 115.

Nesse sentido, as imagens que a escrita europeia criava sobre esses povos e territórios africanos estavam carregadas de representações como as de bárbaras nações, gentios, selvagens, inimigos da santa fé, sempre colocando toda a Cristandade Ocidental em posição privilegiada em relação ao mundo extra-europeu.⁵¹⁶ Sob esses olhares, todo o litoral leste e oeste da África, ao longo do século XV, tornar-se-iam parte da rota para o Oriente e, como tal, um objeto de exploração e desejo dos portugueses e, posteriormente, das principais potências europeias no Atlântico.

Assim, por conta do pioneirismo português nos litorais africanos, percebe-se que os discursos de Zurara e Pacheco Pereira seguiram essas heranças eurocêntricas e etnocêntricas tardo-medievais, uma vez que, raramente, o contrário ocorreria. Suas representações, ora reprovavam e desprezavam, ora diminuía e estranhavam as estruturas e comportamentos políticos, culturais e sociais do outro – tanto nos elementos que lhes eram afins quanto naqueles que lhes eram estranhos.

Essas imagens, em muitos aspectos, dialogavam com as expectativas lusitanas em relação à África. Logo, elas revelam muito mais sobre o explorador do que a própria África e o africano que esses autores se esforçavam para descrever. De maneira geral, ao construir representações que olhavam para o “outro”, seus olhares, essencialmente, também buscavam a si próprios. Não há relatos produzidos pelos povos africanos sobre eles mesmos, suas culturas e seus territórios, assim como também não há nada sobre suas próprias percepções sobre o “outro”, sobre o português com seus costumes e práticas comerciais de exploração e de domínio no século XV. Assim, essas imagens baseavam-se em visões e sentimentos compartilhados por Zurara, Pacheco Pereira e seus respectivos auditórios, tornando-se, portanto, mais cognoscíveis e compreensíveis ao olhar lusitano.

Através da escrita desses autores foram discutidas as continuidades e descontinuidades nas heranças do imaginário medieval sobre a África e os africanos. Para tanto, sob uma perspectiva comparativa entre a primeira e a segunda metade do século XV, essas heranças também foram rastreadas nos traços ideológicos das configurações literárias presentes no discurso, bem

⁵¹⁶Cf. *Ibidem*, p. 170, 171.

como a sua relação com o que se entendia por 'história'. Os olhares e imagens sobre o 'outro' e seus territórios, (re) produzidos pela escrita desses autores, foram analisados para compreender como a África e o africano eram representados pelos portugueses durante a expansão quatrocentista. Essas representações estavam fundamentadas em princípios cavaleirescos e expectativas cruzadísticas que produziram elementos providencialistas de alteridade, colocando a civilidade da Cristandade Ocidental como referencial hierarquicamente superior ao que os portugueses definiam como demarcadores de 'selvageria, paganismo e barbárie' a partir de seus olhares sobre a África e o africano. Os referenciais territoriais dos portugueses, assim como seus costumes, também eram postos em perspectivas de alteridade com seus olhares sobre a África e o africano, representados como Terra dos Mouros, Terra dos Negros, Etiópia Inferior, mouros, guinéus e etiópios. Semelhantemente, os diversos topônimos e etnônimos construídos pelos portugueses estavam ancorados em representações físicas, morais e 'religiosas' que justificavam a exploração e o domínio em nome da fé, do lucro e das guerras contra os 'infiéis'.

Enfim, a presente tese apresentou apenas possíveis caminhos de interpretação sobre algumas das mais diversas representações sobre a África e o africano. A intenção é que, de alguma forma, essa pesquisa possa contribuir com os estudos da África Ocidental, sobretudo na região que, no século XV, era conhecida por Guiné. Da mesma forma, também se espera ter ampliado os conhecimentos sobre a expansão marítima portuguesa, seus primeiros contatos com os territórios e povos africanos, bem como as relações de alteridade e identidade que se deram no início desse longo processo documentado pelos relatos de Gomes Eanes de Zurara e de Duarte Pacheco Pereira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes Impressas

1. 1. Principais

PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1892. Disponível na Biblioteca nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital: <<http://purl.pt/28964>> Acesso em: 16-09-2017.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Chronica do descobrimento e conquista de Guiné*. Edição de 1841. Disponível na Biblioteca Nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt/216/3/hg-12674-v_PDF/hg-12674-v_PDF_24-C-R0072/hg-12674-v_0000_capa-guardas2_t24-C-R0072.pdf> Acesso em 15-09-2012.

1. 2. Secundária

ARISTÓTELES. *Política*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1985.

GAIO, Felgueiras. *Nobiliário de famílias de Portugal*. [Braga]: Edição de Agostinho de Azevedo Meirelles; Domingos de Araújo Affonso, 1938-1941. Tomo 22. Disponível na Biblioteca nacional de Portugal – Biblioteca Nacional Digital:<http://purl.pt/12151/4/hg-40112-v/hg-40112-v_item4/hg-40112-v_PDF/hg-40112-v_PDF_24-C-R0150/hg-40112-v_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf> Acesso em: 12-11-2018.

KHALDUN, Ibn. *Kitab al-'Ibar wa-diwan al-mubtada' wa-' l-kabar fi ayyam al-'arab wa'l-'ajan wa-'l-barbar*. pp. 58-64. In: SILVA, Alberto da Costa. *Imagens da África. Da Antiguidade ao século XIX*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012.

2. Legislação

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. *Caput do Art. 26-A, parágrafos 1º e 2º.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 19/02/2015.

3. Referências em Homepage

República Portuguesa, Cultura. *Sobre a BND (Biblioteca Nacional Digital).* **Biblioteca Nacional de Portugal**, c 2018. Disponível em: <<http://bndigital.bnportugal.gov.pt/sobre/>> Acesso em: 5-07-2018.

República Portuguesa, Cultura. *CARATERIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS DIGITAIS DISPONÍVEIS NA BND.* **Biblioteca Nacional de Portugal**, c 2018. Disponível em: <<http://purl.pt/resources/ConteudosBND.pdf>> Acesso em: 5-07-2018.

República Portuguesa, Cultura. *SABER MAIS SOBRE A BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL.* **Biblioteca Nacional de Portugal**, c 2018. Disponível em: <<http://purl.pt/resources/SaberMaisSobreBND.pdf>> Acesso em: 5-07-2018.

4. Dicionários

ALENCASTRO, Felipe. *África, números do tráfico atlântico.* In.: SCHWARCZ, Lilia Moritz e GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade.* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

COSTA, Antonio Luiz M. C. *Títulos de Nobreza e hierarquias: um guia sobre as graduações sociais na história.* São Paulo: Draco, 2014.

LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal antigo e moderno: dicionario... de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias.* Lisboa: Mattos Moreira, 1873.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. I, 7.^a ed., Lisboa, 1995.

_____. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. V, 7.^a ed., Lisboa, 1995.

5. Artigos

AGUIAR, Miguel. *As crónicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV*. *Medievalista* [Online]. 2018, n.23. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/medievalista/1580> > Acesso em: 27-10-21019.

ARAÚJO, Julieta Maria de Almeida. *A terra e as gentes africanas nas crônicas de Zurara*, in *Literatura Medieval*. Atas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval (Lisboa, 1 a 5 Outubro 1991), vol. iii, col. "Medievalia", Lisboa, Cosmos; pp. 245-251. 1993.

AREAL, Leonor - *O que é uma imagem?* Cadernos PAR. N.º 5 (Mai. 2012). Disponível em: <<https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/566/1/art4.pdf>> Acesso em: 20-07-2018.

BARROS, José D'Assunção. *Os livros de linhagens na Idade Média Portuguesa. A constituição de um gênero entre a genealogia e a narrativa*. *Convergência Lusíada*, v. 25, p. 74-105, 2012. Disponível em: <<http://rgplrc.libware.net/ojs/index.php/rcl/article/view/67/67>> Acesso em 06-07-2017.

BERTOLI, A. L.. *História Interdisciplinar e a Análise de Crônicas Portuguesas do Século XV*. *Fênix: revista de historia e estudos culturais*, v. 8. , p.1 – 21, 2011. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br> Acesso em: 29-07- 2017.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *As Edições e as Traduções da "Crônica dos feitos da Guiné"*, in *Revista de História*, N.º 61, São Paulo, 1965. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123310> > Acesso em 13-10-2017.

_____. *As fontes de Duarte Pacheco Pereira no 'Esmeraldo de Situ Orbis'*, in Revista de História, nº 64, São Paulo, 1965. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123715/119916>> Acesso em: 02-04-2019.

_____. *O "Esmeraldo de situ orbis" de Duarte Pacheco Pereira na História da Cultura*, in Revista de História, n.º 60, São Paulo, outubro-dezembro de 1964. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123134/119500>> Acesso em: 02-04-2019.

EUGÊNIO, A.. *A chegada dos portugueses a África e a imagem dos negros segundo a crônica de Gomes Eanes Zurara, 1453*. AFROASIA, v. 57, 2018. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/23250/15760>> Acesso em 27-01-2019

GUIMARÃES, Jerry Santos – *"Memória e retórica: mouros e negros na Crônica da Guiné (século XV)"*. in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* [Em linha]. São Paulo. Disponível em <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308163586_ARQUIVO_MemoriaeRetorica-MouroseNegrosnaCronicadeGuine%28SeculoXV%29.pdf> Acesso em: 22- 11- 2018.

LACAPRA, Dominick. *Retórica e história*. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 6, n. 1, jan.-jun., p. 97-118, 2013. Disponível em:<<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/194>> Acesso em: 23-02-2016.

LOURENÇO, Vanda. *"Lopo Fernandes Pacheco: um valido de D. Afonso IV"*, Estudios Humanísticos. Historia, n.º 5, pp. 49-69. 2006. Disponível em: <<http://revpubli.unileon.es/index.php/EEHHHistoria/article/view/3078/2253>> Acesso em 14-03-2014.

MACEDO, José Rivair. *Os filhos de Cam: a África e o saber enciclopédico medieval*. SIGNUM: Revista da ABREM, Vol. 3, 2001. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~pem/arquivo/joserivair001.pdf> > Acesso em 04-03-2014.

_____. *Duarte Pacheco Pereira e os povos akan da Costa do Ouro (1508-1520)*. In: no XVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2015, Florianópolis. Anais do XVIII Encontro Nacional de História - ANPUH, 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1424542802_ARQUIVO_DuartePachecoPereiraeospovosAkandaCostadoOuroANPUH.pdf> Acesso em 23-10-2018.

MENEZES, Enrique Valarelli. *Transformação de padrões centro-africanos no samba urbano do Rio de Janeiro: 1933-1978*. *Rev. Inst. Estud. Bras.* [online]. 2018, n.70, pp.78-103. ISSN 0020-3874. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v0i70p78-103>> Acesso em: 15-06-2019.

MICHELAN, Kátia Brasilino. *O passado como exemplo nas crônicas medievais portuguesas*. In: História e Ética - XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA/ANPUH, 2009, Fortaleza. História e Ética - XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA/ANPUH, 2009. Disponível em <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772007_3d4156340e27a20f6e76feabf6eafd0d.pdf> Acesso em: 13 – 06 – 2017.

PINTO, Flávio Sabino. *A Interface Entre a Análise do Discurso e a Retórica*. *Academos: Revista Eletrônica da FIA*, 2 de julho de 2006. Disponível em: <http://intranet.fainam.edu.br/acesso_site/fia/academos/revista2/9.pdf> Acesso em: 10-06-2016.

VEIGA, Ana Maria. *Acervos acadêmicos de pesquisa: possibilidades e desafios*. *Esboços (UFSC)*, v. 21, p. 68-85, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p68>> Acesso em: 12-10-2018.

WOORTMANN, K. A. A. W. ; *O selvagem na Gesta Dei*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 25, n.50, p. 259-315, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbh/v25n50/28281.pdf>> Acesso em: 22-10-2018.

_____. *O selvagem e a história* – Primeira Parte: Os Antigos e os Medievais. Série Antropologia nº 227. Brasília: DAN/UnB, 1997. Disponível em: < <http://dan.unb.br/dan-producaocientifica/serieantropologia>> Acesso em: 24-04-2018.

6. Dissertações de Mestrado

FERNANDES, J. A. *Integração Econômica como Estratégia de Desenvolvimento do Continente Africano: proposta de fusão entre a Comunidade de Econômica de Estado da África Ocidental (CEDEAO) e a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)*. Dissertação de mestrado em Direito pelo Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: < <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89826> > Acesso em: 8-03-2017.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. *O Infante D. Pedro e as Alianças Externas de Portugal (1425- 1449)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1590.pdf>> Acesso em: 06-03-2018.

MARINHO, Elby Aguiar. “*Imaginário e experiência no Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira (séculos X-XVI)*”. Dissertação de Mestrado em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia – Universidade Federal de Goiás, 2008. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp072039.pdf>> Acesso em: 8-10-2017.

MARTINS, Carla. *Bibliografia crítica sobre a temática de Celorico da Beira*. Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2011. Disponível em: <<https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2032/2/corpo%20do%20texto%20da%20disserta%C3%A7%C3%A3o.doc>> Acesso em: 22-7-2015.

MESQUITA, José Miguel Zenhas. *O Abastecimento Alimentar de Ceuta, 1415-1458*. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/110153/2/242862.pdf>> Acesso em: 24-12-2018.

PORTO, Daniela Miguéns. *História e evolução do Arquivo. A exemplaridade da Torre do Tombo*. 2013. 84 f. Dissertação. (Mestre em Ciências Documentais). Faculdade de Artes e Letras. Universidade da Beira Interior. Covilhã, Portugal. Disponível em: <<http://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/1836>> Acesso em: 15 de outubro de 2018.

SIMÕES, Francisco Oliveira. “*A cavalaria portuguesa no cerco de Sevilha de 1248*”. Dissertação de Mestrado em História na especialização de História Medieval. Universidade de Lisboa, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23960/1/ulfl200608_tese.pdf> Acesso em: 15-11-2017.

7. Tese de Doutorado

BARBOSA, katiuscia Quirino. *A África sob o olhar do outro: a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV*. Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1932.pdf>> Acesso em: 12-01-2019.

8. Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Os luso-brasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico Sul, 1550-1700*. Campinas: s/e, 1994.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi. V. 5 Anthropos – homem. Lisboa: Imprensa Oficial, Casa da Moeda, 1985.

BARROCA, Mário Jorge. *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*, vol. 2/T. II, Porto: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. 5.ed. Campinas: Pontes Editores, 2005.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. São. Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

CHAGASTELLES, Tania Maria Seggiaro. *As sociedades africanas e o colonialismo*, pp. 111-122. In: MACEDO, José Rivair (org.). *Desvendando a história da África*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

DA MATTA, Roberto. *A antropologia no quadro das ciências*. In: _____. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

DEVISSE, Jean (em colaboração com Shuhi Labib). *A África nas relações intercontinentais*. In: UNESCO. *História geral da África, IV: África do século XII ao XVI*. Brasília: UNESCO, 2010.

GARCIA, João Carlos (coord.). *A História da Cartografia na obra do 2º Visconde de Santarém. Exposição cartobibliográfica*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2006.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. 4 volumes. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. 2. ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2007.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RAMOS, F. P. . *O apogeu e declínio do ciclo das especiarias: 1500-1700: uma análise comparativa das navegações portuguesas da Carreira da Índia e da Carreira do Brasil*. Volume 1: Em busca de cristãos e especiarias. 1. ed. Santo André: FPR/PEAH, 2012.

REBOUL, Olivier. Cap. VII. *Leitura retórica dos textos*. In: Introdução à retórica. 2ª ed. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SAID, Edward W. , *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

SILVA, Alberto da Costa. *A manilha e o libambo; a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SODRÉ, Muniz. *Best-seller: a literatura de mercado*. São Paulo: Ática, 1988.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2006.

TEODORO, L. A. *A escrita do passado entre monges e leigos: Portugal – séculos XIV e XV*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

TODOROV, Tzvetan. *As categorias da narrativa literária*. In: **BARTHES**, Roland. *Análise estrutural da narrativa: pesquisas semiológicas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

VASCONCELOS, Dayse Paixão e; **GUANABARA**, M.A.O. ; **SILVA**, R.M. ; **ARAÚJO**, M.A.L. ; **JORGE**, HMF . *Narrativa como técnica de coleta de informações na pesquisa qualitativa*. In: Raimunda Magalhães da Silva; Indara Cavalcante Bezerra; Christina César Praça Brasil; Escolástica Rejane Ferreira Moura. (Org.). *ESTUDOS QUALITATIVOS: Enfoques Teóricos e Técnicas de Coleta de Informações*. 1ªed.Sobral, Ce: Edições UVA, 2018, v. I.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo, Cosac Naify, 2010.